

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

DOSSIÊ PATRIMÔNIO



NÚMERO 70



Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso
IHGMT

Presidente *President*

Elizabeth Madureira Siqueira

Editor *Publischer*

Elizabeth Madureira Siqueira

Conselho Editorial *Publisher's Council*

Elizabeth Madureira Siqueira (UFMT/IHGMT)
Fernando Tadeu de Miranda Borges (UFMT-FE/IHGMT)
Nileide Souza Dourado (UFMT/NDIHR)
Sônia Regina Romancini (UFMT/IHGMT)
Suíse Monteiro Leon Bordest (UFMT/IHGMT)
Tereza Cristina Cardoso de Souza-Higa (UFMT/IHGMT)

Diretoria 2012-2014

Presidente: Vinicius de Carvalho Araújo

1º Vice-Presidente: Aníbal Alencastro

2ª Vice-Presidente: Isis Catarina Martins Brandão

1ª Secretária: Sônia Regina Romancini

2º Secretário: Aníbal Alencastro

Tesoureiro: Fernando Tadeu de Miranda Borges

2ª Tesoureira: Suíse Monteiro Leon Bordest

Conselho Fiscal *Fiscal's Council*

Aecim Tocantins

Moacyr Freitas

Sônia Regina Romancini

Tereza Cristina Souza-Higa

Conselho Consultivo a Científico

Consult and Cientific Council

História *History*

Arno Welling (UFRJ/Unirio/UGF)
Giovani José da Silva (UFMS)
Leandro Mendes Rocha (UFG)
Fernando Tadeu de Miranda Borges (UFMT)
Luiza Rios Ricci Volpato – (USP-SP)

Geografia *Geographic*

Cláudio Antônio Di Mauro (UFU)
Eliane Tomiasi Paulino (UEL/PR)
José Borzacchiello da Silva (UFC)
Rosimeire Aparecida de Almeida (UFMS)
Solange Terezinha de Lima Guimarães (UNESP)

Educação *Educacion*

Elizabeth Figueiredo Sá (UFMT)
Nicanor Palhares Sá (UFMT)

Áreas Afins *Related areas*

Rosemar Eurico Coenga (UNIVAG)
Cristina Teobaldo (UFMT)

Seções da RIHGMT, 70

Dossiê: Patrimônio

Nominata dos Sócios do IHGMT 2012

Avaliação Capes: Qualis B3

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

DOSSIÊ PATRIMÔNIO



NÚMERO 70



© Copyright @ 2012 IHGMT
Os direitos desta edição são reservados ao IHGMT

ISSN 1677-0897

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso /
Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. n. 70. Cuiabá, 2012
259 p.: 16 cm.
Anual
Inclui bibliografia, índice e ilustração

CDD 981.72

Editora da Revista do IHGMT:
Elizabeth Madureira Siqueira

Revisão:
Conselho Editorial

Capa, Editoração e Projeto Gráfico:
Candida Bitencourt Haesbaert

IHGMT

Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

Rua Barão de Melgaço n. 3.869 (Centro)

Cuiabá-MT – 78050-500

ihgmt@org.br

ÍNDICE

EDITORIAL.....	7
A Comissão Editorial	9

DOSSIÊ PATRIMÔNIO

PATRIMÔNIO HISTÓRICO – MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES ... 11

PATRIMÔNIO HISTÓRICO: UM OLHAR PARA A PASSAGEM DA CONCEIÇÃO EM VÁRZEA GRANDE (MT).....	13
---	----

Sônia Regina Romancini
Edenilson Dutra de Moura

PECULIARIDADES DA CULTURA LIVRAMENTENSE REINVENTADA PELO TURISMO: PASSOS DE UMA PESQUISA.....	31
--	----

Suíse Monteiro Leon Bordest

PATRIMÔNIO CULTURAL DE RONDONÓPOLIS: CADÊ A CASA QUE ESTAVA AQUI? A PONTE? A ÁRVORE? O MUSEU? E O PODER PÚBLICO COM ISSO?!.....	47
---	----

Jocenaide Maria Rossetto Silva

PATRIMÔNIO CULTURAL – CINEMA E CIDADANIA..... 73

O CINEMA EM MATO GROSSO: PATRIMÔNIO CULTURAL	75
--	----

Aníbal Alencastro

A CONQUISTA DO VOTO FEMININO EM MATO GROSSO	107
---	-----

Ana Maria Marques

Valdirene Felipe da Silva

O MOVIMENTO SUFRAGISTA: HISTORIANDO	109
---	-----

PATRIMÔNIO EDUCACIONAL – PERSONALIDADES 127 |

AULAS RÉGIAS EM MATO GROSSO: O DISCURSO DA HISTORIOGRAFIA REGIONAL (OS HISTORIADORES DILETANTES).....	129
---	-----

Gilberto Luiz Alves

PE. ERNESTO CAMILO BARRETO E SUA CONTRIBUIÇÃO NA MODERNIZAÇÃO DO CENÁRIO EDUCACIONAL DE MATO GROSSO (SÉC. XIX).....	143
---	-----

Elizabeth Madureira Siqueira

JOSÉ DE MELO E SILVA: CONSTRUINDO UMA BIOGRAFIA POR MEIO DE TÊNUES PISTAS	155
Carla Villamaina Centeno	
DUNGA RODRIGUES E SEU CONTRIBUTO PLURAL PARA A HISTÓRIA E A CULTURA MATO-GROSSENSE	173
Carlos Gomes de Carvalho	
PATRIMÔNIO DOCUMENTAL – ACERVOS DE MATO GROSSO....	193
ARQUIVO DA CASA BARÃO DE MELGAÇO: UM CENTRO DE PESQUISA DE MODERNO E DE EXCELÊNCIA	195
Elizabeth Madureira Siqueira	
NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL – NDIHR: PATRIMÔNIO CULTURAL DA MEMÓRIA HISTÓRICA DE MATO GROSSO	219
Nileide Souza Dourado	
MUSEU DE PRÉ HISTÓRIA CASA DOM AQUINO	239
Suzana Schisuco Hirooka	
NOMINATA DOS SÓCIOS DO INSTITUTO (ATUALIZADA EM JUNHO/2012).....	247

EDITORIAL

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso n. 70, relativa ao ano de 2012, a temática Patrimônio, subdividido em quatro eixos, a saber:

1. **Patrimônio Histórico – Municípios Mato-grossenses**, reunindo artigos que versaram especificamente sobre essa ótica: *Patrimônio Histórico: um olhar para a Passagem da Conceição em Várzea Grande (MT)* Sônia Regina Romancini e do graduando Edenilson Dutra de Moura, teve como centralidade o histórico Distrito da Passagem da Conceição, município de Várzea Grande-MT, prenhe de cultura material e imaterial de Mato Grosso. *Peculiaridades da cultura livramentense reinventada pelo turismo: passos de uma pesquisa*, da lavra da Profa. Dra. Suíse Monteiro Leon Bordest adotou como centralidade a tradicional comunidade livramentense e suas potencialidades culturais e turísticas. *Patrimônio Cultural de Rondonópolis. cadê a casa que estava aqui? a ponte? a árvore? o museu? e o Poder Público com isso?!...*, de autoria da Profa. Ms. Jocenaide Maria Rossetto Silva, tem como foco analítico a cultura de uma das mais importantes cidades de Mato Grosso, Rondonópolis e os esforços despendidos na preservação de sua memória.
2. **Patrimônio Cultural – cinema e cidadania** inclui dois textos de extrema relevância para o patrimônio de Mato Grosso, *O Cinema em Mato Grosso: Patrimônio Cultural*, de autoria do geógrafo Aníbal Alencastro, traça um panorama evolutivo da arte cinematográfica no Brasil e seus reflexos e realizações no cenário mato-grossense. *A conquista do voto feminino em Mato Grosso* apresenta a luta das mulheres, na década de 1930, para a conquista cidadã do direito ao voto, de autoria da Profa. Dra. Ana Maria Marques e da historiadora Valdirene Felipe da Silva.
3. **Patrimônio Educacional – Personalidades** objetivou focar os principais momentos da educação no cenário mato-grossense, com destaque para alguns de seus representantes. *Aulas Régias em Mato Grosso: o discurso da Historiografia Regional (Os Historiadores Dilettantes)*, da lavra do Prof. Dr. Gilberto Luiz Alves, teve como centralidade o cenário colonial de Mato Grosso, discutindo as

aulas régias e seu papel na longínqua capitania de Mato Grosso. *Pe. Ernesto Camilo Barreto e sua contribuição na modernização do cenário educacional de Mato Grosso (Séc. XIX)*, de autoria da Profa. Dra. *Elizabeth Madureira Siqueira*, teve como destaque o percurso do protonotário apostólico e professor Pe. Ernesto Camilo Barreto, expressiva personalidade do Império mato-grossense e brasileiro, cuja contribuição no campo pedagógico foi expressiva. *José de Melo e Silva: construindo uma biografia por meio de tênues pistas*, da lavra da Profa. Dra. *Carla Villamaiana Centeno*, destacou o percurso investigativo no levantamento da produção e vida e obra do prof. José de Melo e Silva, que atuou numa região de fronteira, oferecendo dados interessantíssimos sobre a trajetória implementada pela autora na investigação desse educador. *Dunga Rodrigues e seu contributo plural para a História e a Cultura Mato-Grossense*, de autoria do Prof. Ms. Carlos Gomes de Carvalho, analisou a reconstituição do cotidiano de Cuiabá, tendo por base a produção literária de Maria Benedita Deschamps Rodrigues, mais conhecida como Dunga Rodrigues.

4. **Patrimônio Documental – Acervos de Mato Grosso**, última seção do dossiê, apresenta os acervos documentais e bibliográficos de três instituições de pesquisa de Mato Grosso, o *Arquivo da Casa Barão de Melgaço: um centro de pesquisa de moderno e de excelência*, por Elizabeth Madureira Siqueira; o *Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR: patrimônio cultural da memória histórica de Mato Grosso*, da doutoranda Nileide Souza Dourado; *Museu de Arqueologia* Suzana Schisuko Hirooka.

Apresentamos na sequência a **Nominata dos sócios do IHGMT**, atualizada em 2012.

O esforço de nossa Instituição para organizar esse periódico, cujo primeiro número data de 1919, reflete o comprometimento da Comissão Editorial de dar visibilidade à produção regional e nacional, visto incorporar textos e resultados de pesquisa de personalidades de reconhecimento na área da produção científica brasileira.

A Comissão Editorial

DOSSIÊ PATRIMÔNIO

PATRIMÔNIO HISTÓRICO –
MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES

PATRIMÔNIO HISTÓRICO:

UM OLHAR PARA A PASSAGEM DA CONCEIÇÃO EM VÂRZEA GRANDE (MT)

HISTORIAL HERITAGE: A VIEW ON THE PASSAGEM DA CONCEIÇÃO IN VÂRZEA GRANDE (MT)

Sônia Regina Romancini¹
Edenilson Dutra de Moura²



Mural que representa a residência de moradores antigos, criando um cenário que remete as construções coloniais. Foto: Edenilson Moura, 2012

RESUMO: A proposta do presente artigo é investigar a importância do patrimônio histórico e cultural do distrito várzea-grandense que atravessa dois séculos de existência, a bucólica Passagem da Conceição. A pesquisa foi realizada através de levantamento bibliográfico, trabalho de campo, observação do ambiente, registros fotográficos e entrevistas com pessoas da comunidade. Com as reflexões realizadas,

1 Doutora em Geografia pela UNESP. Professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cidades e Novas Territorialidades – GECI (CNPq-UFMT). romanci@terra.com.br

2 Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cidades e Novas Territorialidades – GECI (CNPq-UFMT). edenilson_moura@hotmail.com

verificamos a importância da Passagem da Conceição para compor o quadro dos patrimônios históricos e culturais mato-grossenses. Na localidade, além de bens arquitetônicos, como a singela Igreja de Nossa Senhora da Conceição, há também peixarias e restaurantes que aproveitam da proximidade com o rio Cuiabá para atraírem turistas que saboreiam a culinária regional mato-grossense. Outro grande fator que agrega à Passagem da Conceição enquanto patrimônio histórico é sua população, que guarda com carinho na memória, simbolismos, práticas coletivas e celebrações, constituindo a identidade cultural da Passagem da Conceição.

Palavras-chave: Várzea Grande. Passagem da Conceição. Patrimônio Histórico. Mato Grosso.

ABSTRACT: This article aims at investigating the importance of the cultural and historical heritage of the municipality of Várzea Grande that has existed for two centuries, the bucolic Passagem da Conceição. The research was carried out through a bibliographic survey, fieldwork, environment observation, photographic records and interviews with people in the community. With the reflections it was verified that the Passagem da Conceição has an important position in composing the Picture of the historical and cultural mato-grossense heritage. In the community, besides the architectural heritage, such as the simple Nossa Senhora da Conceição Church, there are also fish markets and restaurants that take advantage of being near the Cuiabá River to attract tourists to taste the local mato-grossense food. Another great factor that adds to the Passagem da Conceição as a historical heritage is its population that keeps in memory, symbolisms, collective practices and celebrations, forming the cultural identity of the Passagem da Conceição.

Keywords: Várzea Grande. Passagem da Conceição. Historical Heritage. Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objeto central investigar a importância do patrimônio histórico na Passagem da Conceição, distrito de Várzea Grande (MT), para seus moradores.

O estudo se respalda na geografia humanista que, para estudar a intencionalidade da ação humana, tendo em vista compreender o significado social do mundo vivido, centra parte de suas investigações nos laços entre os indivíduos e o meio material, expressado nos lugares, insistindo na construção social dos mesmos e tendo em conta aspectos como sua carga emotiva, estética e simbólica (GARCÍA BALLESTEROS, 1998).

Sob esse prisma, adotou-se uma abordagem qualitativa, a qual, segundo García Ballesteros (1998), não começa com um conjunto de hipóteses a serem verificadas, porém, com uma aproximação ao lugar de estudo, levantando uma série de problemas e reflexões sobre ele.

Foram aplicadas técnicas como: levantamento bibliográfico, pesquisa de campo, observação do ambiente, registro fotográfico e realização de entrevistas. Foram realizadas entrevistas a seis pessoas da comunidade, sendo três mulheres e três homens.

O município de Várzea Grande está localizado na microrregião de Cuiabá (534), Centro-Oeste brasileiro, fazendo limites com os municípios de Cuiabá, Acorizal, Jangada, Santo Antônio do Leverger e Nossa Senhora do Livramento. Situada no relevo Baixada do Rio Paraguai e calha do Rio Cuiabá, topograficamente aos 185m de altitude, Várzea Grande, pertence à Baixada Cuiabana ou Periplanície Cuiabana, pelas coordenadas: 15°32'30", latitude sul. 56°17'18", longitude oeste, com clima tropical continental tipo quente sub-úmido, solo predominantemente de argila avermelhada, principalmente na faixa marginal do Rio Cuiabá e vegetação composta por savana arbórea aberta (cerrado), capoeira e mata ciliar.

Várzea Grande possui os seguintes distritos: Sede, Capão Grande, Cristo Rei, Bonsucesso e Passagem da Conceição, este último objeto do presente estudo (VÁRZEA GRANDE, 2012; FERREIRA, 2001). A população do município é composta atualmente de 252.596 habitantes (IBGE, 2012).

Na figura a seguir (Figura 1) destaca-se a localização da área em estudo.



Figura 2 - Igreja Nossa Senhora da Conceição
Foto: Edenilson Moura, 2012

Os moradores do lugar preservaram muitas características tradicionais, como a arquitetura colonial (figura 3). Esse fator contribuiu para que a Passagem da Conceição configure uma referência aos que buscam as paisagens do rio Cuiabá e os restaurantes especializados no preparo do peixe e outras comidas tradicionais da culinária, como a Maria Isabel, a farofa de banana e a cabeça de boi.



Figura 3 - Residência que manteve a arquitetura original
Foto: Edenilson Moura, 2012

PATRIMÔNIO CULTURAL E MEMÓRIA

Numa abordagem sobre a memória das cidades, Abreu (1998) salienta que, devido aos acontecimentos do século XX, como os progressos técnicos e científicos, as guerras, a fome, entre outros, as sociedades buscam novas visões de mundo, vivendo mais o presente, desconfiando do futuro e revalorizando o que construíram em tempos passados.

Segundo o mesmo autor, face à homogeneidade do espaço global, cada lugar procura na singularidade a sobrevivência e a individualidade, sob esse prisma:

O passado é uma das dimensões mais importantes da singularidade. Materializado na paisagem, preservado em “instituições de memória”, ou ainda vivo na cultura e no cotidiano dos lugares, não é de se estranhar, então, que seja ele que vem dando o suporte mais sólido a essa procura de diferença. (ABREU, 1998, p. 7).

Abreu afirma ainda que, na busca da “memória urbana” no Brasil, o passado está sendo revalorizado e a preservação, recuperação e restauração do que sobrou das paisagens urbanas anteriores é um objetivo almejado pelos governos municipais.

No Brasil, as preocupações com a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, cujo acervo é chamado de patrimônio cultural, estão presentes na Constituição Brasileira de 1988 que, na Seção II, da cultura, Artigo 216, assegura “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]” (BRASIL, 2004, p. 111).

No âmbito federal, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) se responsabiliza pelo tombamento do patrimônio cultural. O tombamento é definido como o conjunto de ações realizadas pelo poder público com o objetivo de preservar, através da aplicação de legislação específica, bens culturais de valor histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico e ambiental, de interesse para a população, impedindo que venham a ser demolidos, destruídos ou mutilados.

Na esfera estadual, a preservação do patrimônio é de responsabilidade da Secretaria de Estado de Cultura, com base na Lei Estadual n.º 3776, de 20 de setembro de 1976, cabendo também aos municípios terem sua própria legislação para a valorização do patrimônio (ASSIS, 1997).

Entende-se que, na preservação, se busca a permanência do bem ao qual se atribui valor e/ou significado cultural. O ato de preservar ultrapassa a condição material do bem e alcança também seu significado histórico, seu valor imaterial, artístico, cultural, entre outros. Sob esse prisma, um bem é preservado para continuar evocando a história, a cultura e a memória de um povo para seus contemporâneos ou descendentes (CASTILHO, 1997).

Como a Igreja Nossa Senhora da Conceição, localizada na Passagem da Conceição em Várzea Grande (MT), representa um patrimônio cultural para os habitantes desse município, foi tombada pela Secretaria de Estado de Cultura pela Portaria 054/2006, publicada no Diário Oficial de 17 de outubro de 2006 (MATO GROSSO, 2012).

Devido à importância da Igreja Nossa Senhora da Conceição (figura 4) para a comunidade, em 2006 ela foi contemplada com obras de conservação através do Programa Estadual de Recuperação e Revitalização do Patrimônio Histórico de Mato Grosso, por meio da Secretaria de Estado de Cultura. A capela foi construída em adobe e apresenta estilo colonial com molduras simples. O salão de festas foi edificado em data mais recente e as obras procuraram harmonizar o conjunto formado pelos dois edifícios.



Figura 4 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição, tombada pelo Estado de Mato Grosso em 2006
Foto: Edenilson Moura, 2012

A PASSAGEM DA CONCEIÇÃO NO OLHAR DOS MORADORES

As medidas adotadas pelos governos estadual e municipal, tendo em vista a preservação do patrimônio cultural da Passagem da Conceição, estão em consonância com as observações de Claval (2001), quando salienta que, após o processo de globalização, grande parte da diversidade material das culturas desapareceu. Assim, muitos ancoraram suas identidades nos aspectos sensíveis de seu meio ambiente, tanto quanto nos valores ou crenças que compartilham.

Tendo em vista a investigação desses aspectos na comunidade, a pesquisa foi pautada no conceito geográfico de cultura elaborado pelo geógrafo Paul Claval, que afirma:

A cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. A cultura é uma herança transmitida de uma geração a outra. (...) Não é, portanto, um conjunto fechado e imutável de técnicas e de comportamentos. Os contatos entre povos de diferentes culturas são algumas vezes conflitantes, mas constituem uma fonte de enriquecimento mútuo. (1999, p. 63)

A análise da paisagem foi realizada sob a perspectiva de Corrêa (2003, p. 179), segundo o qual “[...] a paisagem urbana permite múltiplas leituras a partir de diversos contextos histórico-culturais, envolvendo diferenças sociais, poder, crenças e valores”.

De acordo com os estudos realizados na comunidade, conclui-se que a paisagem corresponde à afirmativa de Berque (1998) de que ela é simultaneamente marca e matriz. Marca, porque o grupo contribui para modificar o espaço que utiliza e gravar nele os sinais de sua atividade e os símbolos de sua identidade. A paisagem é também uma matriz, visto que a organização e as formas que a estruturam contribuem para transmitir usos e significações de uma geração à outra.

Esse sentimento de pertencimento constitui a essência da comunidade, sendo responsável pela preservação das tradições mato-grossenses. Entre as inúmeras pessoas envolvidas nesse processo, tivemos a oportunidade de entrevistar pessoas representativas no lugar, que contribuíram com seus depoimentos sobre a vida na comunidade. Cada entrevistado foi identificado por um número, numa sequência de uma a seis.

A entrevistada 1 (70 anos) nasceu na zona rural do município de Livramento, é analfabeta e se dedica ao lar, realiza trabalhos artesa-

nais como tapetes de crochê, que vende para a comunidade e para conhecidos das proximidades, como Cuiabá. Afirmou ter aprendido o ofício com a mãe, e que aprimorava a técnica quando ficava só, pois seus pais iam trabalhar na roça. Sobre a pesca, contou que seu neto realiza a prática, mas ressaltou sobre a falta de peixe no rio:

Antes o rio tinha peixe, hoje não tem mais nada...

A entrevistada 1 se mostrou insatisfeita com a ausência de mercados no distrito para compra de mantimentos e reclamou da grande quantidade de bares na comunidade:

Não tem onde comprar uma mandioca, uma banana...

Sobre a festa de Nossa Senhora da Conceição, afirmou ser devota da Santa, dizendo *essa santa é muito milagrosa...*

Contou que nota diferenças no modo em que a festa é feita se comparada ao modo antigo de realizar a festa, mas gosta da festança:

Todo ano eu participo, as rua fica cheio de gente, é até difícil andar aqui...

A entrevistada 2 (68 anos) nasceu e se criou na Passagem da Conceição, possui curso superior, morou alguns anos fora da comunidade e voltou a ali residir há alguns anos.

É proprietária de um restaurante, importante empreendimento da Passagem da Conceição, um destino turístico do local. Ele foi idealizado por sua mãe que sempre servia as pessoas em sua residência. O estabelecimento iniciou as atividades em um pequeno espaço, que antes era um curral de bezerros. O empreendimento, além de ser mais um atrativo turístico, é fator gerador de emprego para a comunidade, como garçons, atendentes, serviços de limpeza, cozinheiras e gerência.

No restaurante há uma pequena loja onde são vendidas peças de cerâmica e licores, especialmente o licor de leite, que é feito artesanalmente no próprio restaurante. Outros licores e doces são comprados de pessoas que os produzem na comunidade. Nos fins de semana o movimento de pessoas é maior do que nos demais dias da semana, sendo necessários outros trabalhadores para ajudar no restaurante, na maioria das vezes essas pessoas são de Cuiabá e de outros bairros de Várzea Grande.

A entrevistada 2 acredita que a perda dos valores da educação dos jovens da comunidade é algo que mudou muito na Passagem da Conceição, criticando atos de vandalismo que percebe hoje; pontuou o fato de poucos trabalharem e/ou estudarem, ficando, assim, ociosos e vulneráveis à bebida. Apesar desses problemas, considera o local tranquilo e calmo para se viver.

Sobre as festas religiosas, a entrevistada 2, que é católica e festeira da comunidade, acredita que hoje é mais fácil de organizá-las pela facilidade de se alugar muitas coisas.

Informou que a comunidade organiza quatro festas religiosas: a do Senhor Divino, Senhor Bom Jesus, São José e da padroeira da comunidade, Nossa Senhora da Conceição. Sobre as diferenças nas festas de hoje, se comparada às antigas, conta com baile que acontece a tarde e que antes era a noite. Esta medida foi tomada para diminuir brigas e confusões causadas pela bebida, algo que remete ao lado profano das festas religiosas. Antigamente não existia energia elétrica e a iluminação era feita com técnicas rudimentares, com bambu e azeite para iluminar e compor a decoração com os balões utilizados à época.

A entrevistada 2 mora na casa que pertenceu a seus antepassados e ainda mantém a arquitetura colonial, com suas largas paredes de adobe e pau a pique e grandes janelas de madeira. A casa é pintada de branco, com portas, janelas e batentes em azul, que ressaltam sua preciosidade histórica e arquitetônica. A decoração revela a religiosidade nos oratórios da casa (figura 5), as imagens de santos e os terços pendurados na parede.



Figura 5 - Presença de um oratório na residência da entrevistada, o que remete à religiosidade
Foto: Ednilson Moura, 2012

Próximo a essa residência, a família adquiriu um imóvel, que mantém a arquitetura colonial preservada. Trata-se do local onde foi ponto de encontro dos moradores da passagem da Conceição, o *Bolicho e Sapataria do Jéco*, (*in memorian*: José Francisco da Silva Campos), em décadas passadas. Atualmente, o local abriga a Casa da Memória Edith da Silva Fonte, Dona Sinharinha (*in memorian*)

(figura 6), onde estão fotografias pertencentes à família e outros itens expostos nas expositoras (figura 7). Toda conservação dos imóveis é feita pela família, com recursos próprios, não contando com apoio de instituições públicas.



Figura 6 - Casa da Memória Edith da Silva Fonte, Dona Sinharinha
Foto: Edenilson Moura, 2012



Figura 7 - Interior da Casa da Memória Edith da Silva Fonte, Dona Sinharinha
Foto: Edenilson Moura, 2012

Atualmente, a Passagem da Conceição está sem uma associação de moradores, desde o falecimento da então presidente senhora *Maria do Carmo Fonte Taques*, que por mais de vinte anos esteve à frente da liderança da comunidade.

Sobre a presença de turistas, a entrevistada 2 afirmou que tem conhecimento que visitam a pacata Passagem da Conceição, mas salientou sobre a falta de investimentos e infraestrutura para fomentar atividades turísticas na comunidade. Relatou sobre a problemática do transporte coletivo, visto que existe apenas uma linha de ônibus que trafega no distrito e que passa de duas em duas horas, o que prejudica a vinda de mais pessoas interessadas em conhecer a localidade.

O entrevistado 3 (43 anos) possui ensino fundamental incompleto, mudou-se recentemente para a comunidade em função do seu trabalho em um restaurante, onde atua como gerente. Antes, morava em Cuiabá. Contou sobre a importância do estabelecimento como gerador de emprego e renda para a comunidade que tem poucas opções de trabalho. O restaurante onde trabalha emprega 11 funcionários fixos, todos da comunidade, sendo um gerente, dois garçons, um atendente do bar, cinco cozinheiras e dois caixas. Nos fins de semana são recrutadas pessoas de Cuiabá e de outros bairros de Várzea Grande para ajudar nos serviços, devido ao aumento da demanda de turistas.

A compra de alimentos é feita, em sua maioria, em Cuiabá nos grandes atacados; os peixes vêm de distribuidores, inclusive da cidade de Cáceres, das águas do Rio Paraguai.

Ainda sobre o turismo, o que chama a atenção do entrevistado 3 é o grande número de turistas do estado de São Paulo, que visitam a Passagem da Conceição, almoçando no restaurante, que apresenta uma boa estrutura para quem procura tranquilidade e busca saborear a gastronomia regional, incluindo a diversidade de peixes que os rios mato-grossenses propiciam. O restaurante é decorado com objetos, artesanatos, pinturas em telas e paredes, esculturas, com elementos que remetem à cultura regional (figura 8), como a chita, tecido que enfeita todos os pilares, e a fauna e a flora do Pantanal pintadas no estabelecimento.



Figura 8 - Instalações de uma peixaria que recebe intenso fluxo de turistas
Foto: Edenilson Moura, 2012

A entrevistada 4 (66 anos) nasceu e se criou na Passagem da Conceição. É uma das poucas pessoas que ainda hoje mantêm a tradição de fazer doces, licores e bolos. O ofício foi aprendido com sua mãe, que sempre fazia as delícias para as festas do passado. Os doces são diversos, aproveitando os frutos do Cerrado, conseguidos com conhecidos e amigos da região, como mamão, para fazer furrundu, figo, caju, goiaba e também doce de leite.

Os licores também são feitos de frutos da região, como o licor de pequi e o de jenipapo. Também são confeccionados os tradicionais bolo de arroz, bolo de queijo, e francisquito, assados no fogão a lenha, retirada do Cerrado da região. Todas as iguarias são vendidas na própria comunidade e também para conhecidos e familiares de Cuiabá, que revendem esses produtos. Indagado para quem ela passa a arte da culinária, disse que não ensina para ninguém, pois as jovens que deveriam se interessar preferem outras coisas do que ficarem na cozinha.

Em relação às festas antigas, a entrevistada 4 informou que antigamente outros santos eram festejados, principalmente na área rural, em família, como a festa de Santo Antônio, São Sebastião e São João. Salientou que nessas festas eram servidos o “chá com bolo”, almoço e jantar. Também aconteciam os leilões.

A entrevistada 4 narrou que nas festas antigas, quando era jovem, eram dançados o siriri, que acontecia nos bailes, e os homens o cururu. Perguntada se ainda ocorrem essas manifestações durante as festas religiosas da comunidade, ela contou que não, o motivo é que as pessoas que dançavam na época foram falecendo com o tempo, e os jovens não continuaram com essas formas de expressão.

Hoje, as festas que acontecem na Passagem da Conceição são as de São José, Senhor Divino e da padroeira da comunidade, Nossa Senhora da Conceição. A entrevistada 4 é devota dessa santa e todos os anos faz suas doações no livro de ouro, que percorre as casas, além de ajudar na cozinha, para preparar os “chá com bolo”, almoços e jantares, que continuam sendo servidos gratuitamente, graças a doações da comunidade. Ela também cozinha na festa por devoção a Nossa Senhora da Conceição pela amizade aos demais devotos e festeiros. O cardápio da festa que ajuda a preparar é composto por pratos bem típicos, como Maria Izabel (arroz com carne seca), feijão empamonado (feijão com bacon frito), farofa de banana e macarrão com carne moída ou frango.

No primeiro sábado do mês há celebração da missa na igreja, e todos os sábados é rezado o terço e nas terças-feiras acontece o cenáculo em devoção ao Imaculado Coração de Maria.

Sobre morar na Passagem da Conceição, o que mais gosta é a tranquilidade e o fato de conhecer a todos. As dificuldades são a falta de profissionais para atuar no posto de saúde, que se encontra fechado, e o transporte coletivo, que só passa cinco vezes por dia, nos seguintes horários (5h00, 7h40, 12h00, 16h00 e 19h00).

Para fazer as compras de casa, depende de ônibus, sendo que o que facilita é a entrega a domicílio, que os estabelecimentos comerciais fornecem.

A entrevistada 4 participou de um projeto de alfabetização para adultos e idosos, no ano de 2011, lá aprendeu mais que assinar o próprio nome. Contou que hoje, para fazer os cálculos das vendas dos seus produtos, “faz tudo de cabeça”, aprendeu matemática no projeto, as aulas aconteciam diariamente no período noturno, no salão da igreja.

As memórias antigas da Passagem da Conceição, para a entrevistada 4, são marcadas pelas travessias no rio Cuiabá (figura 9) com a barca que existia no local, algo que ficou guardado com cuidado e carinho. Hoje, o que caracteriza o lugar é o período de seca, quando se formam as praias no rio Cuiabá, momento oportuno para turistas e demais banhistas aproveitarem para tomar banho e pescar.

O entrevistado 5 (20 anos), que possui ensino médio incompleto, foi criado na Passagem da Conceição e aponta a tranquilidade como a principal característica da comunidade. Contou que às vezes pesca, mas não é sempre que consegue pegar peixe. É insatisfeito com a saúde da comunidade, afirmando que o posto de saúde não está funcionando por falta de profissionais.

O entrevistado 6 (16 anos) cursa o segundo ano do ensino médio, na Escola Estadual Irene Gomes, no bairro Figueirinha, em Várzea Grande, já que na escola da comunidade só é oferecido o ensino até a quinta série. Apontou a falta de ônibus coletivo como principal problema de se morar no local. Trabalha nos fins de semana em um bar que fica às margens do rio Cuiabá e constantemente presencia turistas que aproveitam para banharem no rio em períodos de seca das águas, afirmando que é comum acontecer afogamentos.



Figura 9 - Vista do rio Cuiabá na Passagem da Conceição
Foto: Ednilson Moura, 2012

Em um domingo de cada mês, há celebração da missa na Igreja Nossa Senhora da Conceição, ocasião em que os jovens (entrevistados 5 e 6) participam ativamente.

De acordo com os depoimentos das entrevistadas, verifica-se que a identificação com o lugar se traduz “tanto para o indivíduo como para o grupo, por um sentimento de pertencimento comum, de partilha e de coesão sociais”, segundo a afirmativa de Bossé (2004, p. 161).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa realizada, verificou-se a importância do distrito de Passagem da Conceição, em Várzea Grande (MT), como patrimônio histórico-cultural mato-grossense. Com dois séculos de existência, notamos características em sua espacialidade que nos remete ao passado, seja por seus bens arquitetônicos preservados e/ou por sua gente com hábitos, tradições e simbolismos, configurando e caracterizando a cultura e a identidade local, cujos valores e significados são transmitidos de uma geração a outra.

Com os diálogos e entrevistas realizadas com os autóctones, buscamos pessoas de diferentes faixas etárias, o que nos chamou à reflexão para a Passagem da Conceição enquanto um lugar, que segundo o geógrafo Lobato Corrêa (2003), é o conceito-chave quando se fala de espaço vivido. O lugar assume valores e significados especiais para aqueles que o vivem. É um espaço carregado de emotividade, no qual as relações sociais, as representações de universos singulares e as experiências se articulam, de forma a transformar meras localizações em sítios especiais, guardados com cuidado na memória.

A bucólica e pacata Passagem da Conceição se apresenta como um atrativo turístico histórico e cultural que contempla importante patrimônio, como a centenária Igreja Nossa Senhora da Conceição, e também, para o turismo náutico, na época de seca do rio Cuiabá, tornado o local propício para banhistas e pescadores, além, de peixarias que existem na localidade e que oferecem pratos típicos da culinária regional mato-grossense.

Todas as formas de cultura, materiais e imateriais, que caracterizam a Passagem da Conceição como um patrimônio histórico, devem ser mantidas para garantir que a cultura local continue sendo transmitida às gerações do futuro e não sendo apagadas pelo progresso.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de A. Sobre a memória das cidades. *Território*. Rio de Janeiro: LAGET, ano III, n.4, p. 4-26, jan./jun. 1998.
- ASSIS, Doralice G. *Conscientizar para preservar*. Secretaria de Estado de Cultura. Coordenadoria de Preservação Cultural. Cuiabá: SEC, 1997.
- BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, Paisagem-matriz: Elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.) *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p.84-91.
- BOSSÉ, Mathias Le. As questões de identidade em geografia cultural – algumas concepções contemporâneas. In: CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). *Paisagens, textos e identidade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. 179 p. p. 157-179.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.
- CASTILHO, Elizethe Rosa. *Patrimônio histórico: uma questão de identidade*. Secretaria de Estado de Cultura. Coordenadoria de Preservação Cultural. Cuiabá: SEC, 1997.
- CLAVAL Paul. O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Matrizes da geografia cultural*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 35-86
- CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. Tradução de Luiz F. Pimenta e Margareth C. A. Pimenta. Florianópolis: EdUFSC, 1999.
- COMEMORAÇÃO dos 100 anos da Festa de Nossa Senhora Imaculada Conceição. Mário Zeferino Produções. [2010]
- CORRÊA, Roberto L. A Geografia Cultural e o Urbano. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 167-186
- FERREIRA, J. C. V. *Mato Grosso e seus municípios*. Cuiabá: Secretaria de Estado da Educação, 2001.
- GARCÍA BALLESTEROS, Aurora. (Coord.) *Métodos y técnicas cualitativas en geografía social*. Barcelona: oikos-tau, 1998.
- IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=510840>
Acesso em 22 fev. 2012.
- IGREJA da Passagem da Conceição é revitalizada e será inaugurada quinta-feira. Disponível em: <http://www.coisasdematogrosso.com.br/index.asp> Acesso em 02 mar. 2012.
- MATO GROSSO. Disponível em:
<http://www.cultura.mt.gov.br/TNX/index.php?sid=224> Acesso em 15 mar. 2012.

PECULIARIDADES DA CULTURA LIVRAMENTENSE REINVENTADA PELO TURISMO: PASSOS DE UMA PESQUISA

PECULIARITIES OF THE MATO-GROSSENSE
CULTURE REINVENTED BY THE TOURISM IN
NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

Suíse Monteiro Leon Bordest¹

RESUMO: O artigo trata da interface cultura, ambiente e turismo, e tem o objetivo destacar potencialidade da cultura material e imaterial para o turismo urbano, na cidade de Nossa Senhora de Livramento, Mato Grosso. É parte inicial de pesquisa coletiva, que valoriza o discurso sobre o desenvolvimento local e que pretende abordar o assunto com base na percepção ambiental.

Palavras-chave: Cultura. Turismo. Nossa Senhora de Livramento. Mato Grosso.

ABSTRACT: This article concerns interface between culture, environment and tourism and aims at highlighting the potentiality of the material and immaterial culture for the urban tourism, in the city of Nossa Senhora do Livramento, Mato Grosso. It is the initial part of a collective research which gives importance to the discourse about the local development and that intends to address the subject based on the environmental perception.

Keywords: Culture. Tourism. Nossa Senhora do Livramento. Mato Grosso.

¹ Doutora em Geociências. Professora da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso. Sócia Efetiva do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso/ICHG. Atual 1ª Secretária do IHGMT.

INTRODUÇÃO

O tema trata da interface cultura, ambiente, turismo e tem o objetivo de socializar resultados preliminares sobre a potencialidade para o turismo cultural, a partir de diferentes olhares sobre a cidade de Nossa Senhora do Livramento, no estado de Mato Grosso, sem descurar, no entanto, do contexto e complexidade ambiental que permeiam o assunto. É parte inicial de pesquisa coletiva que valoriza o discurso sobre o desenvolvimento local, e que se configura numa parceria entre o Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGGEO, da UFMT, e o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso - IHGMT.

Para Whyte (1977), a percepção ambiental é sensorial e cognitiva. Diz respeito ao entendimento e conhecimento do meio em que vivem os seres humanos, em seus aspectos sociais e culturais.

Del Rio e Oliveira (1996) entendem como percepção ambiental o processo mental de interação do indivíduo com o ambiente, que ocorre através de mecanismos perceptivos e cognitivos. O primeiro é guiado pelos estímulos externos captados através dos órgãos sensoriais, e o segundo relacionado com a inteligência do sujeito, pois atuam aí elementos de motivação, humores, necessidades, conhecimentos prévios, valores, julgamentos e expectativas. Nesse sentido, diversos estudos defendem que a mente é parte ativa na construção da realidade percebida.

Emprestamos de Kohlsdorf (1998, p. 27) a afirmação de que: “[...] a ação recíproca entre lugares e pessoas é e será sempre mutuamente transformadora. O simples contato com os ambientes nos altera, pela emoção e pela compreensão racional requerida, as quais movem os processos cognitivos como moto contínuo de nossa existência”.

Os autores levam-nos a buscar na fenomenologia de Merleau-Ponty (1994) nos estudos de Bicudo (2000) e na Topofilia de Tuan (1980) contribuições para subsidiar nossas reflexões a partir das descrições advindas dos relatos verbais (depoimentos) dos moradores de Nossa Senhora do Livramento-MT.

Por se tratar de um espaço de visitação pública, trouxemos para o contexto do artigo o entendimento de Murta e Goodey (2002), e também considerado por Bordest, (2005, p. 55) de que “[...] interpretar é revelar significado, é provocar emoções, é estimular a curiosidade, é entreter e inspirar novas atitudes nos visitantes”, procedentes de qualquer lugar, inclusive de seus entornos.

É mais, busca-se o suporte legal na Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental que institui a Política

Nacional de Educação Ambiental – PNEA e dá outras providências, “[...] a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”. (PNEA)

Assim, Nossa Senhora de Livramento, que integra os municípios mato-grossenses com potencialidade turística, localiza-se 32 km distante da capital do estado de Mato Grosso, estando situado nas imediações da bacia do ribeirão dos Cocais, a meio caminho entre Cuiabá e a cidade de Poconé, com acesso pela MT-060, denominada Rodovia Dr. José Monteiro de Figueiredo. O município limita-se, ao norte, com Várzea Grande, Jangada e Rosário Oeste; ao sul, com Barão de Melgaço e Poconé; a leste, com Santo Antônio de Leverger; e a oeste, com Porto Estrela e Cáceres



Figura 1 – Localização

Pode-se dizer que a espacialização urbana e rural do município está envolvida em intensa disputa pelo poder, seja ele político, econômico ou social. Assim, pessoas de diferentes categorias econômicas e posições sociais, principalmente fazendeiros, sitiantes, chacareiros, quilombolas etc., disputam hoje, na justiça, direito por seus territórios.

Nesse contexto, o trabalho é um convite à reflexão, visando o entendimento da potencialidade turística no município. Com esse pensamento, busca-se a integração ambiental (natureza/sociedade) dos cidadãos livramentenses, dos parceiros que atuam na região, aqui representados pelos líderes ou formadores de opiniões da sociedade local.

Para se conseguir resultados, metodologicamente torna-se essencial consultar a comunidade especialmente as pessoas formadoras de

opinião no município e posteriormente de todos os cidadãos interessados; desvendar um pouco da realidade de Livramento, reunindo com os moradores para ouvir seus depoimentos; registrar o cotidiano do município através de depoimentos, observações e fotografias; produzir texto educativo-ambiental, para ser compartilhado pela troca de ideias indicativas de novas etapas da pesquisa.

Prevê ainda o estabelecimento de um programa de gestão que englobe o monitoramento do turismo cultural no contexto ambiental, visando evitar atitudes negativas de depredação (pichação em paredes e árvores), apreensão e maus-tratos aos animais, poluição hídrica e sonora, e qualquer outro tipo de violência. Visa, também, valorizar as diferentes formas de vida e apreciar o patrimônio cultural e ambiental, através dos órgãos sensoriais (visão, audição, tato, olfato), pois entendemos ser esse um dos caminhos para a formação de cidadania.

Nesta fase inicial da pesquisa, usando o apoio da Fenomenologia, destacamos as reflexões de Bicudo (2000, p. 74) sobre a *Descrição do Percebido* como um procedimento para obter dados que deverão ser analisados e interpretados fenomenologicamente.

Sobre a *coleta de dados*, já realizamos, para contextualizar o trabalho, saídas ao campo, sendo a primeira para visitar a cidade e selecionar os primeiros passos da pesquisa. Nesse dia fizemos os primeiros contatos com moradores. A segunda visita objetivou tomar o depoimento de algumas pessoas e perceber sua relação com o ambiente. E a terceira foi selecionar o ambiente para tomada de fotos.

Sobre a descrição. Foram realizados encontros preliminares para a coleta de depoimentos com os sujeitos investigados que vivenciam experiências pertinentes à interrogação formulada. Agimos assim por entendermos que, pelas anotações em diários de campo, obteríamos mais dados a respeito das experiências perceptivas dos entrevistados.

Como passo inicial, estamos buscando esclarecer aos entrevistados a finalidade do projeto e ao mesmo tempo levantar dados sobre o histórico e as potencialidades locais.

Ciente da complexidade implícita do tema abordado, pretende-se ousar a convivência com a diversidade de olhares e valorizar tanto o trivial quanto o que é diferente na percepção dos envolvidos.

RESULTADOS PRELIMINARES

Para responder às questões colocadas, apoiamo-nos nas descrições documentais de historiadores que versam sobre a história mato-grossense cotejadas com a interpretação dos moradores.

HISTÓRIA DE NOSSA SENHORA DE LIVRAMENTO

Fundada no século XVIII pelos bandeirantes, Nossa Senhora do Livramento ainda lembra o antigo povoado de Cocais pela preservação de sua história, arquitetura, costumes e cultura que o tempo e a modernização não descaracterizaram totalmente.

Diz a história, que Nossa Senhora de Livramento tem sua origem ligada a um garimpo iniciado às margens do ribeirão Cocais, onde os sorocabanos Antonio Aures e Damião Rodrigues, que fugiram de Cuiabá em 1730. O local era ponto de passagem das tropas, carroças e boiadas que se dirigiam para Vila Bela da Santíssima Trindade, nessa época capital da capitania de Mato Grosso. A 3 km desse lugar, mais tarde, se formou o povoado de Nossa Senhora do Livramento.

Cocais viveu a vicissitude da mineração. Nos primeiros anos de descobrimento, as medidas rigorosas tomadas pela Coroa portuguesa na cobrança de impostos sobre o ouro extraído nas minas de Cuiabá obrigaram inúmeras famílias de bandeirantes a procurar, pelas vizinhanças, novas jazidas. Foi assim que nasceu o povoado de Livramento, situada próximo ao Córrego Cocaes e não muito longe do Ribeirão de Santana.



Figura 2 – Ribeirão Cocais

O nome Nossa Senhora do Livramento, segundo o relato dos antigos moradores, remonta à época do garimpo. Diz a tradição que, onde está hoje erigida a Igreja, existia uma pousada para descanso das tropas que saíam de Cuiabá com destino à antiga capital de Mato Grosso.

Foi quando um dos burros cargueiros empacou e nem a chicotadas e gritos saía do lugar, como se a carga lhe fosse pesada demais. Alguém teve a ideia de diminuir o peso e retirou um pouco da carga, inclusive a imagem de uma santa que, conforme a tradição, se acreditava estar sendo levada para Vila Bela. Quando, então, o animal saiu trotando ligeiro. Ao recolocar a santa, o animal empacava novamente. Quando de sua retirada, o burro andava, e assim sucessivamente. Assim, todos acreditaram que aquilo era uma espécie de milagre, sugerindo que a santa ficasse no lugar.

Sem a santa, a tropa seguiu viagem, e o local onde o fato ocorreu ganhou uma igreja, nas terras de Francisco João Botelho e sua mulher, Dona Escolástica de Campos Rondon, que mais tarde doaram à Nossa Senhora do Livramento a área onde hoje se encontra a sede do município, conforme consta na escritura de doação, datada de 1840.

Ferreira (2001, p. 518) cita dois fatos que marcaram a história do povo livramentense. Um, se refere à expedição Langsdorff, que aportou no povoado, em 27 de agosto de 1827. Nesta oportunidade, o artista francês Hércules Florence retratou a capela de São José dos Cocais, que já era “quase uma tapera”. Outro fato trata da passagem, em 1883, do bispo Dom Carlos Luiz D’Amour que, com grande comitiva em cavalaria, percorreu o território de Cocais, levando sua bênção ao povo.

Atualmente, a base da economia do município é a pecuária e significativa agricultura de subsistência, destacando-se a fruticultura, em especial a secular cultura da banana que, no passado, fez do município grande exportador do produto, influenciando de tal forma na economia da comunidade livramentense, que lhe valeu o epíteto de “*papa banana*”. Graças a essas peculiaridades e pela sua cultura relativamente preservada, Livramento se configura enquanto potencial turístico para o Estado. Ainda hoje tem seu ritmo próprio de viver. Exemplo disso é o atendimento ao público preferencialmente das 7h00 às 14h00, respeitando-se o calor intenso em quase todo o ano, excetuando o comércio que se mantém aberto nos dois períodos. É preservado também o costume de se levantar ao amanhecer e curtir a sexta após o almoço.

ATRATIVOS HISTÓRICO-CULTURAIS E POTENCIALIDADES TURÍSTICAS

Bordest, Macedo e Priante, referindo-se ao turismo no Plano de Conservação da Alta Bacia do Paraguai – PCBAP, com publicação do PNMA (1997), e no livro *Matutando Turismo* (1999), mostraram que

Livramento integra os municípios mato-grossenses com potencialidade turística na região drenada pela Bacia do Alto Paraguai.

Embora seja praticamente impossível olvidar elementos dos meios natural e cultural da ruralidade livramentense e da potencialidade que motiva o turismo eco-rural e cultural, lembrando que muitos atrativos naturais da região estão localizados em áreas privadas rurais, enfatizamos, neste artigo, aspectos marcantes da cultura na vida urbana, que aí se apresentam aos olhares dos sujeitos da pesquisa como potencialidade para o turismo histórico-cultural.

MARCAS DA COLONIZAÇÃO

As marcas da colonização ainda estão presentes na história, arquitetura, nos costumes e imaginário livramentense. Assim, a cidade conta hoje com patrimônio histórico em estado relativo de conservação e valor cultural que o tempo não conseguiu destruir. No século XVIII, quando eram intensas as incursões em busca de ouro, os colonizadores, em geral, sobreviviam da escravização do negro e do índio, assim como do cultivo de roças. Para o povoado seguiram negros que se organizaram em Quilombos e o Município, ainda hoje, abriga um remanescente conhecido por *Quilombo de Livramento*. Outra característica do passado é a plantação de banana. Dessas paragens, partiram caminhões abarrotados de cachos de “banana da terra” para abastecer o comércio (mercados, feiras, armazéns e “vendas”) de Cuiabá e cidades vizinhas.

Inúmeros fatos que fazem parte do cotidiano livramentense podem ser vislumbrados hoje como elementos potenciais da atividade turística. Neste texto, destacamos a sede do município, considerada uma das mais antigas de Mato Grosso e que merece ser tombada como patrimônio histórico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Enfeita a cidade de Livramento sua arquitetura constituída de casarios, igreja, praças, ruas e bairros que começam a surgir, mas que ainda não chegam a descaracterizar o seu estilo antigo, com o qual se identificam os moradores. Com base nas observações, nos recortes de jornais, nas conversas e cenário fotográfico desse contexto, buscamos registrar um pouco da memória e do cotidiano da cidade.

IGREJA MATRIZ DE N. S. DO LIVRAMENTO

A igreja de Nossa Senhora de Livramento foi construída no século XVIII, provavelmente logo após a passagem da imagem pelo local, que teria ocorrido em 1737, mesma data que consta no pedestal da

santa padroeira que está no altar da antiga igreja, que sofreu reforma em 1883. No ano de 2006 foi restaurada, constituindo um marco da religiosidade dos moradores. Nela, acontecem as práticas religiosas da Nossa Senhora de Livramento, do Divino Espírito Santo, de São Benedito, entre outras. Entretanto, nenhuma das práticas e homenagens se iguala ao da padroeira, Nossa Senhora do Livramento. Além da convicção teológica, a origem histórica desse fervor, em âmbito global, está no atentado, que o El-rei D. José I foi alvo, a 3 de setembro de 1758. No lugar do atentado foi construída uma ermida dedicada a Nossa Senhora de Livramento, que se encontra no alto da Ajuda, nos arredores de Lisboa. Nas ocasiões de perigo, Nossa Senhora de Livramento é invocada, seja em Portugal ou em outras partes do mundo, como acontece na cidade mato-grossense de Livramento, onde se encontra a Igreja sob a invocação da santa.



Figura 3 – Igreja Matriz

FONTE PÚBLICA E RELÓGIO

A fonte pública era o antigo sistema de abastecimento de água da população e hoje está desativada, mas, o relógio da torre da fonte ainda funciona na praça principal da cidade.



Figura 4 – Fonte Pública

CASARIO

As casas de adobe em estilo colonial, ainda que hoje descaracterizadas, deixam antever a arquitetura antiga da cidade. Ladeando a Igreja, destacam-se as casas bem conservadas e habitadas pelos filhos, netos e bisnetos de moradores do início do século XX: Afonso Maciel, Domingos Monteiro da Silva, José Arlindo da Costa Monteiro, Lilo Monteiro da Silva, entre tantos outros, que tiveram importante papel na vida pública local e regional. Nesse meio também se inserem o Centro de Saúde e a Casa da Prefeitura.



Figura 5 – Prefeitura Municipal

Não longe do centro, ainda é possível observar, junto a algumas casas de tijolos, os chamados *ranchos de barrotes*, que têm suas paredes construídas com barrotes e cobertas com folhas de carandá ou bocaiúva, palmeira abundante na região, servindo até hoje de abrigo para reuniões de lazer.

CASA DA MEMÓRIA E CENTRO DE EVENTOS

A Casa da Memória abriga acervos particulares da comunidade, os quais contam a história da cidade e de seus habitantes vinculados ao cenário político-cultural do Estado. Destaca-se em Livramento a figura benemerita do Frei Salvador que, no século XX, dedicou grande parte de sua vida ao município. É referência também a recente construção do Centro de Eventos, próximo ao antigo e conhecido Tanque de Livramento.



Figura 6 – Casa da Memória

PRAÇA DE EVENTOS “FERNANDO DE BARROS”

Local destinado a festas, feiras e shows, a praça é dotada de infraestrutura e urbanização, onde acontecem tanto as festas religiosas, quanto as pagãs. Tais comemorações se enchem de cores e adereços para externar a religiosidade festiva de santos católicos; das congadas, sem calendário rígido, que acontecem em qualquer época do ano; do carnaval tropical comandado pela folia de Momo, blocos e escolas de samba. Nessas ocasiões, a praça ganha um novo significado, deixando expandir a alma do lugar.



Figura 7 – Praça de Eventos

A Avenida Coronel Botelho fica pequena para os foliões que se divertem no “carnaval de rua” de Nossa Senhora do Livramento, considerado como um dos mais animados de Mato Grosso. A alegria do povo durante as festas de Momo é contagiante e atrai centenas de visitantes. As ruas da cidade revelam traços fundamentais da alma da cidade.



Figura 8 – Av. Cel. Botelho

HIPÓDROMO MUNICIPAL “FRANCISCO CORRÊA DE ALMEIDA”

As tradicionais corridas de cavalo dos largos de Livramento acontecem hoje no Hipódromo Municipal, onde se realizam animadas disputas de corrida com os melhores cavalos das fazendas locais.



Figura 9 – Hipódromo

RESTAURANTES REGIONAIS E COMERCIALIZAÇÃO DE DOCES

Trata-se de construções com decoração rústica, onde podem ser saboreados pratos da culinária regional. A venda dos produtos locais acontece principalmente de maneira informal e nas próprias residências.



Figura 10 – Restaurante Regional

Outra atividade local são os doces, destacando-se aqueles feitos com derivados da banana da terra. A culinária livramentense é saborosa e utiliza-se da carne para o preparo dos pratos mais degustados em todo o Pantanal, entre eles os característicos, com destaque para a paçoca de pilão, a paçoca de banana, a banana madura ou verde fritas, cozida ou assada, bem como a tradicional farofa de banana, prato que se encontra em toda mesa livramentense. Além da especialidade da banana, um dos pratos mais apreciados é a “maria izabel” (carne com

arroz, feita com temperos da horta caseira), assim como também o arroz com pequi, prato de sabor inigualável com ingrediente e abundante nos cerrados mato-grossenses, o pequi.

O peixe é outra iguaria sempre presente nas mesas em Livramento, onde se destaca o pacu assado, frito ou ensopado, acompanhado de um “quentíssimo” pirão. São apreciados a piraputanga assada, o tambaqui grelhado e o caldo de piranha, para recompor as energias perdidas. O bolo de arroz e de queijo, assim como o *francisquito* costumam ser um convite para o visitante, comumente servido nos cafés da manhã, mas também os licores, de lima, banana, jabuticaba, laranja, jatobá, pequi, leite e figo. Sabor especial tem a garapa ou caldo de cana de Livramento. As sobremesas mais apreciadas são os doces de banana, de caju cristalizado, de mangava, limão, bala de banana, laranja e o *furrundu*, de mamão com rapadura.

O acesso a esses produtos pode ser feito mediante o contato direto com as famílias. Esses produtos podem ser considerados atrativos ao turismo cultural, porque de longa data são preservados na região.

É reconhecida a hospitalidade e cordialidade do livramentense, mas as reclamações com relação às acomodações e ao conforto são uma constante. Na verdade, estes fatos não desanimam quem quer conhecer culturas distintas. Os viajantes sempre buscam, na fuga do seu cotidiano, empreender percursos que os levem ao lazer, ao descanso, mas, sobretudo, ao conhecimento. Não dispensam, entretanto, um planejamento receptivo que os acolha prazerosamente.

ARTESANATO

Despontam em Livramento artistas, como pintores, os quais estampam a sua arte em camisetas, panos de prato, toalhas de mesa e em telas que retratam a paisagem. Os instrumentos típicos, como viola de cocho, feita com a madeira de *sará*, que é uma árvore ribeirinha, e o ganzá, feito com bambu, também são produzidos pelas mãos dos artesãos que os fabricam.

RURALIDADE E FOLCLORE

Em Nossa Senhora de Livramento se manifestam as músicas e danças típicas, a exemplo do cururu, siriri e rasqueado. A dança do Congo é uma das mais antigas. Há também o grupo de danças das rezadeiras e benzedadeiras. Nas datas comemorativas, Livramento festeja com eventos que envolvem notadamente as comunidades locais e atraem visitantes de cidades próximas e limítrofes, como Cuiabá, Poconé, Santo Antônio de Leverger etc. Os folguedos mais populares

e antigos do estado de Mato Grosso são também praticados, principalmente na zona rural, fazendo parte das festas, como casamentos, carnaval, aniversários etc., bem como das festividades tradicionais realizadas em louvor aos santos católicos.

Como ficou evidenciado, se a cidade de Livramento oferece um grande potencial ao turismo urbano cultural, também a área rural, com suas riquezas - serras; rios, fazendas, sítios e chácaras etc.- propicia o turismo ecocultural-rural em suas diferentes modalidades. Por exemplo, o reduto dos quilombolas representa hoje motivo de estudos e ações de diferentes níveis de abordagem, constituindo-se num ponto atrativo da nossa cultura e de ensinamentos.

QUILOMBOS

Atualmente, a mídia tem divulgado, com relativa frequência, questões sobre os quilombolas de Livramento. A comunidade negra de *Mata Cavallo*, localizada no Município de Livramento (55 km de Cuiabá), luta para fazer valer seus direitos sobre área denominada *Sesmaria Boa Vida*, doada pela dona da fazenda, Ana da Silva Tavares, aos seus escravos, em 1883. Entendem os afrodescendentes que essa área seria parte integrante de terras imemorais de seus ancestrais e, assim sendo, têm direitos a ela. Mata Cavallo é exemplo da luta dos quilombolas pela posse da terra que abrigou escravos em fuga dos feitores, dos senhores e das senzalas. Entretanto, a disputa agrária é complexa. Por volta da década de 1950, pequenos e grandes agricultores entraram em conflito com os quilombolas, visando assegurar seus direitos às propriedades das fazendas, antigas sesmaria. Atualmente, o quilombo Mata Cavallo é reconhecido pela Fundação Cultural dos Palmares, após conflitos ocorridos com a utilização de armas para expulsar os negros da região. Há cerca de dez anos, a comunidade se organizou para cobrar o direito de permanecer nas terras, preservando suas raízes e cultura. “Estamos brigando por um direito já conquistado. Não podemos mais adiar esse processo, precisamos de prazos, respostas mais definitivas”, disse a quilombola Gonçalina Conceição Almeida, que prometia muita luta para regularizar a situação, em entrevista ao jornal de Cuiabá *Folha do Estado*, de 15 de maio de 2003.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A percepção em escala local permitiu que o trabalho levantasse o potencial urbano, onde há uma grande variedade de temas e histórias, passíveis de serem explorados. Constata-se que ainda se observam resquícios da colonização portuguesa; os conflitos entre brancos e negros; arquitetura religiosa e oficial; ruínas; a evolução urbana; o recente interesse pelo turismo; os problemas sociais; e a necessidade de preservação e conservação da cultura material e imaterial.

Considerando sua posição estratégica, entre dois municípios, Cuiabá, a capital do Estado, e Poconé, um dos portais para o Pantanal, o fluxo de turistas em Livramento é bem inferior à sua potencialidade. Tendo em vista o interesse pelo turismo pantaneiro, receptor do turismo regional, nacional e internacional, pode-se vislumbrar outro patamar de visitação e aproveitamento turístico mais eficiente em Livramento.

O que se observa é que a potencialidade turística em Livramento é crescente, mas com planejamento insuficiente. A infraestrutura básica e turística é inadequada e com sérias carências: há falta de envolvimento da comunidade receptora com a atividade e seu planejamento; poucas são as ofertas de capacitação; há necessidade de articulação entre iniciativas pública e privada, pois o apoio político é insuficiente. Embora se reconheça a potencialidade para o turismo diferenciado – eco, rural e cultural – ainda não existem investimentos na orientação da comunidade com vistas a um turismo responsável para uma sociedade sustentável.

Partindo desse cenário, que merece reflexões mais aprofundadas, entendemos que esforços possam ser reunidos para articular a participação da comunidade livramentense no sentido de assumir suas preferências, perscrutar as possibilidades de se pensar a atividade turística possível que, no dizer de Araújo (2001) “[...] como uma rede de relações sociais culturalmente construídas.” E mais, num exercício de cidadania e tomada de decisões sobre seus espaços de memória.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, S. M. de. Artificio e Autenticidade: o turismo como experiência antropológica. In: BANDUCCI JR., A.; BARRETO, M. (Orgs.). *Turismo e Identidade Local: Uma visão antropológica*. Campinas: Papirus, 2001.
- BICUDO, M. A. V. *Fenomenologia: confrontos e avanços*. São Paulo: Cortez, 2000.
- BORDEST, S. M. L.; MACEDO, M.; PRIANTE, J. C. *Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai – PCBAP*. Item Turismo do Projeto Pantanal. Brasília: MMA, 1997.
- BORDEST, S. M. L. *Matutando Turismo*. Cuiabá: EdUFMT, 1999.
- _____. *Patrimônio Ambiental de Chapada dos Guimarães*. Olhares e Possibilidades Turístico-Culturais. Cuiabá: EdUFMT, 2005.
- BRASIL, WWF. *Sociedade e Ecoturismo: na trilha do desenvolvimento sustentável*. Vitae Civilis e WWF-Brasil, São Paulo: Peirópolis, 2003.
- BRASIL, MMA. *Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999*. Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA. Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA. Brasília: MMA, 2005, p. 65-70.
- DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (Orgs.). *Percepção Ambiental: a experiência brasileira*. São Paulo: Studio Nobel / UFSCar, 1996.
- FERREIRA, J. C. V. *Mato Grosso e seus Municípios*. Cuiabá: Secretaria de Estado da Educação, 2001.
- FOLHA DO ESTADO. *Caderno Cidade*. Cuiabá, 15 de maio de 2003.
- KOHLSDORF, M. E. Percepção da Paisagem e Planejamento da Identidade. In: 3º Encontro Interdisciplinar sobre o Estudo da Paisagem, 1998, Rio Claro. *Cadernos Paisagem Paisagens...* Rio Claro: UNESP, 1998, p. 27-34.
- MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MURTA, S. M.; ALBANO, C. (Orgs.). *Interpretar o Patrimônio*. Um exercício do olhar. Belo Horizonte: EdUFMG; Território Brasilis, 2002.
- TUAN, Y. F. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: DIFEL, 1980.
- WHYTE, A. *Guidelines for field studies in environmental perception*. Technical Notes 5. Paris: UNESCO, 1977.

PATRIMÔNIO CULTURAL DE RONDONÓPOLIS

CADÊ A CASA QUE ESTAVA AQUI?
A PONTE? A ÁRVORE? O MUSEU?
E O PODER PÚBLICO COM ISSO?!...

RONDONÓPOLIS CULTURAL HERITAGE.
WHERE IS THE HOUSE THAT WAS HERE? THE BRIDGE?
THE TREE? THE MUSEUM? AND WHAT DOES THE PUBLIC
AUTHORITIES HAVE TO DO WITH IT?!

Jocenaide Maria Rossetto Silva¹

RESUMO: Apresenta-se neste artigo os resultados de uma pesquisa realizada em Rondonópolis-MT no ano de 2011, momento que a autora empreendeu um Programa de Educação Patrimonial no Museu Rosa Bororo², cuja metodologia de pesquisa-ação, desvelou a realidade da política patrimonial; conseqüentemente, a elaboração coletiva de propostas para o Patrimônio Cultural e Museológico do município, sendo estas, apresentadas aos gestores públicos na expectativa de conquistar a atenção e políticas adequadas à preservação da memória e da história e ao fomento da cultura local.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Patrimônio Cultural de Rondonópolis. Museu Rosa Bororo.

ABSTRAT: This paper presents the results of a survey conducted in Rondonopolis, MT in 2011, when the author undertook a heritage education program at the

1 Doutoranda em História Social na PUC-SP; Mestre em Educação pelo IE/UFMT. Especialista em Educação Ambiental GEO/ICEN/UFMT. Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Rondonópolis. Líder do Grupo de Pesquisa Interfaces - História, Museologia e Ciências Afins-ICHS/CUR/UFMT. Gestora da REMP-MT/Rede de Educadores em Museus e Patrimônio de Mato Grosso. Contato: jocenaide@hotmail.com; rempmatogrosso@gmail.com; <http://rempmt.ning.com/>; <http://museuememoriarioo.blogspot.com>.

2 Programa de Educação Patrimonial em Rondonópolis. 1ª etapa: Pesquisa "O Patrimônio Cultural e Museológico de Rondonópolis"; 2ª etapa: oficina "Elaboração de Projetos para o Patrimônio Cultural de Rondonópolis", que foi realizada na Biblioteca Municipal Rachid J. Mamed, com subsídio do *edital de Intercâmbio/2011 e a* Coordenação do Patrimônio Histórico e Cultural promovido pela Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso, em parceria com o Departamento de Cultura de Rondonópolis-SECL, no período de 18 a 23/08/2011. 3ª etapa: Curso de "Formação de Educadores Patrimoniais", subsidiado pelo Departamento de Cultura de Rondonópolis/Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer realizado (setembro a dezembro 2011) no Museu Rosa Bororo.

Museum Bororo Rosa, whose methodology of action research, unveiled the reality of political equity and consequently, the collective elaboration of proposals for the Cultural Heritage Museum and the city, these being presented to public managers in the hope of gaining the attention and policies to preserve the memory and history and the promotion of local culture

Keywords: Public Policy. Cultural Heritage of Rondonópolis. Rose Museum Bororo.

A memória está no particular e no social. A memória é primordial para história das pessoas de um lugar. A memória tem natureza imaterial e material e se caracteriza pela soma de suas formas.

Kessel (2011) observa que historicamente o conceito de memória foi se transformando, pois se entre os antigos gregos a memória era associada ao sobrenatural e não registrá-la era uma maneira de mantê-la no interior do sujeito para não enfraquecê-la. Entre os romanos tornou-se indispensável para a retórica. Séculos mais tarde, já na Europa medieval, a memória litúrgica e dos santos foi estimulada pela rememoração dos acontecimentos bíblicos e milagres e, neste período, a memória oral deu lugar à escrita e às imagens, devido ao surgimento da imprensa. Na contemporaneidade, com o desenvolvimento das ciências físicas, biológicas, sociais, humanas e as novas tecnologias, observa-se a ampliação do conceito de memória e até mesmo suas divisões que remetem a abordagens diferenciadas.

Pierre Nora (1993) trabalha a memória na interface com a aceleração da história, um fenômeno que se processa na atualidade e as ações políticas empreendidas no sentido de conservação da memória e da história em lugares destinados a tal fim.

Halbwachs (2006) dedica-se a discutir, conceituar e apresentar uma tese voltada para a memória individual, coletiva e social, como um fenômeno construído coletivamente, portanto, sujeito a transformações, resignificações e mudanças.

O papel da memória no passado e no presente remete a ideia de mudanças, conforme mostra Meneses:

Exilar a memória no passado é deixar de entendê-la como força viva do presente. Sem memória, não há presente humano, nem tampouco futuro. Em outras palavras: a memória gira em torno de um dado básico do fenômeno humano, a mudança. Se não houver memória, a mudança será sempre fator de alienação e desagregação, pois inexistiria uma plataforma de referência, e cada ato seria uma reação mecânica, uma resposta nova e solitária e cada momento, um mergulho do passado esvaziado para o vazio do futuro. É a memória que funciona como instrumento biológico cultural de identidade, conservação, desenvolvimento, que torna legível o fluxo dos aconte-

cimentos. A memória me interessa porque estou vivo aqui e agora. [...] Sem história, não há memória. (2002, p. 185).

Então, ao iniciar este artigo indago como é considerada a memória, a história e o patrimônio cultural de um país, no caso, o Brasil? A quem compete sua preservação e gestão? Como as políticas públicas municipais, no caso de Rondonópolis, direcionam os cuidados com a memória, a história local e o patrimônio cultural?

A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que o poder público, com a cooperação da comunidade, deve promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro. Esse patrimônio é constituído pelos bens materiais e imateriais que se referem à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira: as formas de expressão; os modos de criar, fazer, viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O Patrimônio Histórico e Cultural é protegido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, com base em legislações específicas sendo assim definido:

[...] um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. (Disponível em <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em 29 ago. 2011).

O Conceito se ampliou e na atualidade muito se debate as questões do Patrimônio Cultural Imaterial, definido pela Unesco e apropriado no Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN:

As práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

O Patrimônio Imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (Disponível em <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em 29 ago.2011).

Em se tratando de Rondonópolis, assim consta a definição de Patrimônio Histórico e Cultural, no *Planejamento participativo do Departamento de Cultura do município de Rondonópolis, MT (1999, p. 8)*, que parece ser o único elaborado até a atualidade:

Todo bem ou conjunto de bens móveis e imóveis edificados ou não, existentes em Rondonópolis, que pelo seu valor histórico, arqueológico, etnográfico, paleográfico, bibliográfico, paisagístico, arquitetônico, urbano e rural seja de interesse público conservar e proteger.

Toda manifestação cultural que possua característica própria, local ou regional já consolidada, a fim de salvaguardá-la com toda a riqueza de sua autenticidade, como documento vivo da comunidade rondonopolitana. (PREFEITURA Municipal de Rondonópolis. 1999, p. 8)

Observa-se que já se anunciava a salvaguarda, se esta *estivesse consolidada, dotada de autenticidade e caracterizada como de importância documental para a História local*. A dita política tomou por referência as Normas para a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Rondonópolis, estabelecidas pela Lei nº 1.378, de 23 de junho de 1987, e regulamentada pelo Decreto nº 2.098, de 19/08/1987. Observa-se em ambas, que a instituição das Comissão Técnica de Tombamento *terá caráter Permanente*.

No período de 1987 a 1998, foram constituídas três Comissões Técnicas de Tombamento, formadas por profissionais respeitáveis da cidade que trabalhavam gratuitamente, com propósito de contribuir com a Secretaria Municipal de Cultural ou Departamento de Cultura. Depois desta data, não houve a composição de outras Comissões.

Tais constatações nos remetem aos questionamentos: Por que a Prefeitura Municipal de Rondonópolis, Secretaria Municipal de Educação e Cultura e, mais tarde, Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer não formou outras Comissões de Tombamento? Teria deixado de se interessar pelo Patrimônio Histórico e Cultural de Rondonópolis? Como está o andamento dos Processos e Tombamentos realizados pela Comissões? De quem é a responsabilidade pela fiscalização dos Bens.

Tombados em Rondonópolis? Quais os benefícios do Tombamento para os proprietários dos Bens e para a sociedade?

Responder a essas perguntas e outras que compõem a problemática é o propósito deste artigo. Para tanto, procedi a uma pesquisa nos arquivos do Museu Rosa Bororo, onde se encontram o Livro Ata das reuniões das Comissões de Tombamentos, os Processos de Tombamentos, assim como, a Legislação referente ao Patrimônio Cultural de Rondonópolis, cujo levantamento apresento na primeira parte deste artigo. E, na sequência, as propostas de recomposição da Comissão de

Tombamento e a criação da Comissão de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial de Rondonópolis, construídas coletivamente em agosto de 2011, visando oferecer novo impulso às discussões, questões do Patrimônio, Histórico e Cultural de Rondonópolis e ações políticas para sua gestão. A terceira parte é dedicada às considerações finais.

LEVANTAMENTO DOS PROCESSOS DE TOMBAMENTO DE BENS CULTURAIS IMÓVEIS DE RONDONÓPOLIS

Rondonópolis apresenta na atualidade uma população estimada em pouco mais de 180.000 habitantes, constituída de migrantes procedentes de todos os estados do Brasil e reduto dos índios Bororo. Esta etnia indígena vive em reservas demarcadas neste e nos municípios vizinhos, cuja jurisdição administrativa da Fundação Nacional do Índio-FUNAI situa-se em Rondonópolis.

Trata-se da Reserva Indígena Tadarimana, com 9.785 hectares, como foi instituído no Decreto Estadual nº. 684, localizada a 40 km do centro da cidade de Rondonópolis; da Reserva Indígena Gomes Carneiro, com 25.694 hectares, situada no município de Santo Antônio do Leverger, assim consta no Decreto nº. 64.018/69; da Reserva Indígena de Perigara, com 10.740 hectares, pertencente ao município de Barão de Melgaço, Ato Estadual nº. 426/1894 e, da Reserva Indígena de Meruri, com 82.301 hectares localizada na região do município de General Carneiro, conforme Decreto nº. 76.999/76. (SILVA, 2002, p. 60)

No período de 1875 até 1902, registra Tesoro (1994) as chegadas esporádicas de destacamentos militares, seguidas das atividades garimpeiras, extrativas e comerciais na região leste do Estado e a chegada de famílias de Goiás, que se aglomeraram às margens do rio Poguba, atual Rio Vermelho, até que em 10 de agosto de 1915, o Decreto-Lei Estadual nº. 395, reservou terras ao patrimônio público, sendo criado o povoado do Rio Vermelho.

Pela Resolução nº. 814, de 08 de outubro de 1920, o Povoado foi elevado a Distrito de Paz da Comarca de Cuiabá. A expectativa de a estação telegráfica vir a funcionar no povoado Rio Vermelho e sua posterior inauguração em 1922, associada à estrada que ligava São Paulo a Cuiabá, além, das descoberta de diamantes na região de Poxoréo e Guiratinga aumentaram as passagens de migrantes pelo Povoado, sendo que a travessia do rio Poguba, realizava-se por um serviço de balsa, puxada com cabo de aço pelos índios Bororo e outros.

Tais serviços, contudo, não significaram a fixação de moradores na região. Naquele período era local de passagem para lugares de maior possibilidades de serviço, comércio e condições de vida.

Assim, a partir de 1938, através do Decreto Lei Estadual nº. 208, o Povoado do Rio Vermelho passou a ser Distrito de Poxoréo, devido ao despovoamento, fato que foi revertido em pouco mais de uma década, pois em 1950 já contava com quase três mil pessoas. Este processo, deveu-se à colonização particular e pública originária da política desenvolvimentista empreendida por Getúlio Vargas para a ocupação da região Centro-Oeste do Brasil, que se desdobrou na emancipação política de Rondonópolis, pela Lei Estadual nº. 666, de 10 de dezembro de 1953. Nas palavras de Ferreira,

A posse do primeiro prefeito da cidade ocorreu no dia 1º de Janeiro de 1954, na Av. Marechal Rondon, esquina com a Rua Arnaldo Estevan de Figueiredo. O evento contou com a presença de poucos convidados, enquanto tomava posse o Sr. Rosalvo Farias, indicado que fora pela Assembléia Legislativa de Mato Grosso. Ainda surpreso, porém agora responsável pelo Paço Municipal, tratou de adquirir móveis e material de expediente para o funcionamento de Prefeitura. Organizou a prefeitura e contribuiu com os preparativos do processo eleitoral, verificado no segundo semestre de 1954. Assim em 01 de Janeiro de 1955, tomou posse o Sr. Daniel Martins de Moura, primeiro prefeito eleito de Rondonópolis. Em 01 de Janeiro de 1959, juntamente com a posse do segundo prefeito eleito, foi empossado também a Câmara de Vereadores em sua Primeira Legislatura. (FERREIRA, 1999, p. 15)

Na década de 60, Rondonópolis já havia conquistado as qualidades de região produtora de arroz, feijão, milho, mandioca e, principalmente, o algodão. Ao mesmo tempo renunciava-se a ocupação dos cerrados com a lavoura mecanizada, as rodovias asfaltadas e o estabelecimento da agroindústria. A década de 70 foi marcada pelas primeiras experiências com o plantio e adaptação da soja aos cerrados, resultantes de pesquisas e correção do solo e das sementes, o que tornou a região conhecida pela elevada produtividade da soja por hectare e pelo consórcio com forrageiras, subsidiando a renda e fomentando o confinamento granjeiro de aves, suínos e pecuária. Neste período registram-se as levas migratórias de sulistas seguidos pelos paulistas, que mais experientes no cultivo da soja e algodão contribuíram para tornar a região um dos expoentes em agronegócios. Assim, Ferreira pode afirmar que

[...] do entrelaçamento de tantas ondas migratórias – somando-se aos indígenas aqui instalados desde tempos imemoriais – e contribuições desses segmentos é que surgiu Rondonópolis. O Município só se constituiu na pujança que hoje ostenta, graças às sucessivas

levas de pioneiros que aportaram nesta cidade até os dias de hoje: fim do século XX. São pioneiros de várias gerações que chegaram a Rondonópolis em busca da riqueza que suas terras possuíam e representavam. (idem, ibidem, p. 15)

Neste contexto, viu-se o processo de criação das políticas de preservação do patrimônio histórico e cultural do município de Rondonópolis, cujo início se dá com a Lei nº 1.378, de 23 de junho de 1987, e o Decreto nº 2.098, de 19/08/1987, que a regulamenta. As Comissões Técnicas de Tombamentos, tornaram-se junto as secretarias onde o setor ou departamento responsável pela Cultura foi sendo integrado, um instrumento de aplicabilidade, visto que até o momento ainda não há em Rondonópolis uma Secretaria Municipal de Cultura.

<p>NORMAS PARA A PRESERVAÇÃO</p>	<p>Lei Nº 1.378 de 23 de junho de 1987, estabelece Normas para a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Rondonópolis. Sancionada e Promulgada pelo Prefeito Dr. Fausto de Souza Farias.</p>	<p>Decreto Nº 2.098 de 19/08/1987, Estabelece normas de proteção e preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do município de Rondonópolis.</p>	
<p>COMISSÕES DE TOMBAMENTO</p>	<p>Decreto (Nº?) Agosto de 1988 - Primeira Comissão de Tombamento do Patrimônio Municipal. Assinada pelo Prefeito Fausto de Souza Farias</p> <p>Carmem Lucia S. Itabarahi de Moura (Professora)</p> <p>Alceu Vidotti (Professor)</p> <p>João B. da Silva (conhecido por Negão)</p> <p>Alfredo Tomoo Ojima</p> <p>Julio César Goulart (Engenheiro civil)</p> <p>José Pereira da Silva Neto</p> <p>Marinho de Oliveira Franco (Músico)</p> <p>Maurício C. Espindola (funcionário da Secretaria de Educação e Cultura)</p>	<p>Decreto nº 2.762 de 23/05/1995 – Constitui a Comissão técnica de Tombamento. Assinado pelo Prefeito José Rogério Sales.</p> <p>Luci Léa Lopes Martins Tesoro (Professora de História da UFMT)</p> <p>João Carlos Casarim (geólogo),</p> <p>Maria Janice Logrado (jornalista)</p> <p>Marco Antonio Ribeiro dos Reis (Sec. Mun. De Desenvolvimento e Transp.)</p> <p>Jamal Badie Daud (Engenheiro sanitaria e Assoc. dos Pioneiros),</p> <p>Benjamim Vieira Célio Filho (Procurador Geral do Município)</p> <p>Janete Oliveira de Carvalho Muniz (Coord. de Cultura) de Rondonópolis)</p>	<p>Decreto nº 2.888 de 01 abril de 1997 – Constitui a Comissão Técnica de Tombamento.</p> <p>Assinado pelo Prefeito Alberto Carvalho de Souza</p> <p>Jamil Badie Daud (Engenheiro sanitaria),</p> <p>Laci Maria de Araujo Alves (Professora de História da UFMT),</p> <p>Luci Léa Lopes Martins Tesoro (Professora de História da UFMT),</p> <p>João Carlos Casarim (geólogo),</p> <p>Marilandia Alves de Souza (Chefe de Divisão de Patrimônio e Arquivo Histórico do Depto de Cultura/SMEC);</p> <p>Adelice da Silva Francisco (Funcionária da Biblioteca Municipal de Rondonópolis);</p> <p>Dária Gomes de Santana (Funcionária do Depto de Cultura/SMEC).</p>

Quadro 1. Legislação – Patrimônio Histórico Cultural de Rondonópolis

Fonte: Quadro organizado por Jocenaide M. Rossetto Silva, com base na legislação do Patrimônio do Município de Rondonópolis, em 14 agosto de 2011.

Nestes documentos constam os procedimentos para os Processos de Tombamento – conforme o Decreto nº 2.098, de 19/08/1987, Item II, Artigo 2º — “[...] mediante requerimento à Prefeitura Municipal de Rondonópolis, por pessoa física ou jurídica de direito privado, pessoas jurídicas de direito público, e ainda ex-offício, no interesse da administração”. No artigo 3º, do mesmo Decreto, lê-se: “o processo de tombamento será encaminhado à *Divisão do Patrimônio do Departamento de Cultura* da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Rondonópolis”.

Em parágrafo único, consta “Compete à Secretaria de Educação e Cultura informar a Secretaria Municipal de Planejamento e Secretaria Municipal de Obras, o recebimento do Processo de Tombamento, a fim de que seja obstado, até a conclusão do processo, qualquer autorização para obra, modificação ou alteração do bem ou conjunto de bens para os quais esteja proposto tombamento”.

Os prazos estabelecidos para a execução do processo, que antecede o envio ao Prefeito Municipal, ao qual compete a recomendação, ou não, do Tombamento:

- 90 dias, para a Divisão de Patrimônio concluir os estudos, levantamentos e apresentação de parecer técnico preliminar a Comissão Técnica de Tombamento.
- 90 dias, para a Comissão Técnica de Tombamento, após estudos técnicos, emitir parecer sobre o ato de tombamento proposto e ouvir o proprietário do Bem. Este prazo é prorrogável quando for ato do Executivo, mediante justificativas.

Nos arquivos do Museu Rosa Bororo encontram-se quatorze (14) indicações para estudo, com a ficha cadastral incompleta do imóvel, mas, com endereço e fotografia do Bem, tiradas pelo fotógrafo da Prefeitura Municipal, Matusalém Teixeira³ (Funcionário da Prefeitura Municipal de Rondonópolis) em conjunto com a professora Dária Gomes de Santana (Funcionária do Depto de Cultura/SMEC), que fez parte da Comissão de Tombamento de 1997, cujos processos parecem-me no início dos trabalhos (Quadro 2).

3 Informações fornecida por Matusalém Teixeira à pesquisadora, dia 5 de setembro de 2011.

	Localização da documentação	Proprietário e Endereço do imóvel
01	Arquivo do Museu Rosa Bororo/Pasta Nº 05, G-02, A-01/ Processo Nº 1	Sem nome do Proprietário Av. Cuiabá, 445
02	Arquivo do Museu Rosa Bororo/Pasta Nº 05, G-02, A-01/ Processo Nº 2	Sem ficha cadastral Av. Cuiabá, 509
03	Arquivo do Museu Rosa Bororo/Pasta Nº 05, G-02, A-01/ Processo Nº 3	Sem nome do Proprietário Av. Mal. Rondon, 299
04	Arquivo do Museu Rosa Bororo/Pasta Nº 05, G-02, A-01/ Processo Nº 4	Sem nome do Proprietário Av. Mal. Rondon, 300 e 308
05	Arquivo do Museu Rosa Bororo/Pasta Nº 05, G-02, A-01/ Processo Nº 5	Sem nome do Proprietário Av. Poxoréu, 334
06	Arquivo do Museu Rosa Bororo/Pasta Nº 05, G-02, A-01/ Processo Nº 6	Sem nome do Proprietário R. 15 de Novembro, 1029
07	Arquivo do Museu Rosa Bororo/Pasta Nº 05, G-02, A-01/ Processo Nº 7	Sem nome do Proprietário A. Rui Barbosa, 593
08	Arquivo do Museu Rosa Bororo/Pasta Nº 06, G-02, A-01/ Processo Nº 2	A fotografia mostra a empresa GRATEC Av. Cuiabá, s/n (prédio onde funcionou o Cine Ipê)
09	Arquivo do Museu Rosa Bororo/Pasta Nº 07, G-02, A-01/ Processo Nº 3	A fotografia mostra a Igreja Universal do Reino de Deus Av. Amazonas, s/n (prédio onde funcionou o Cine Teatro Avenida)
10	Arquivo do Museu Rosa Bororo/Pasta Nº 07, G-02, A-01/ Processo Nº 5	Igreja Metodista R. Marechal Rondon, Esq. Rua Pedro Ferrer
11	Arquivo do Museu Rosa Bororo/Pasta Nº 07, G-02, A-01/ Processo Nº 7	Paróquia São José Operário Av. Bandeirantes, Vila Operária
12	Arquivo do Museu Rosa Bororo/Pasta Nº 08, G-02, A-01/ Processo Nº 1	Sem nome do Proprietário Rua João Pessoa, 295
13	Arquivo do Museu Rosa Bororo/Pasta Nº 09, G-02, A-01/ Processo Nº 1	Indicação para tombamento de árvore (SERINGUEIRA) localizada na Av. Rui Barbosa, Centro
14	Arquivo do Museu Rosa Bororo/Pasta Nº 09, G-02, A-01/ Processo Nº 3	Av. Cuiabá, esq./ Rua Otávio Pitaluga. Prédio onde funcionou o Jornal a Folha de Rondonópolis

Quadro 2. Imóveis Indicados para Estudos.

Fonte: Quadro elaborado por Jocenaide M. Rossetto Silva em 19 ago.2011, conforme processos mantidos nos arquivos do Museu Rosa Bororo.

DOSSIÊ PATRIMÔNIO

	Localização da documentação	Endereço do imóvel proprietário	Dados do processo	Situação em 2011
01	Arquivo do Museu Rosa Bororo/Pasta N° 04, G-02, A-01/ Processo N° 1	Sr. Adelino Matos Av. Amazonas, esq. Rua Afonso Pena	Início do processo em 05/05/1997 Registro fotográfico e Ficha cadastral do imóvel Levantamento realizado por Dária Gomes Santana e Adelice da Silva Francisco	Sem parecer da Comissão Técnica de Tombamento
02	Arquivo do Museu Rosa Bororo/Pasta N° 04, G-02, A-01/ Processo N° 2	Sr. Alfredo Nolasco Dantas Rua Afonso Pena, 696	Início do processo em 16/05/1997 Registro fotográfico e Ficha cadastral do imóvel Levantamento realizado por Dária Gomes Santana e Adelice da Silva Francisco	Sem parecer da Comissão Técnica de Tombamento
03	Arquivo do Museu Rosa Bororo/Pasta N° 04, G-02, A-01/ Processo N° 3	Casa do Menor Av. Rui Barbosa, 1547	Início do processo em 05/05/1997 Registro fotográfico e Ficha cadastral do imóvel	Sem parecer da Comissão Técnica de Tombamento
04	Arquivo do Museu Rosa Bororo/Pasta N° 04, G-02, A-01/ Processo N° 4	Sr. José Soares Pereira Rua Afonso Pena, 843	Início do processo em 26/05/1997 Registro fotográfico e Ficha cadastral do imóvel Levantamento realizado por Adelice da Silva Francisco e Marilândia Alves de Souza	Sem parecer da Comissão Técnica de Tombamento
05	Arquivo do Museu Rosa Bororo/Pasta N° 04, G-02, A-01/ Processo N° 5	Sr. Olímpio Balduino Rua João Pessoa, 325	Início do processo em 26/05/1997 Registro fotográfico e Ficha cadastral do imóvel Levantamento realizado por Dária Gomes Santana e Adelice da Silva Francisco	Sem parecer da Comissão Técnica de Tombamento
06	Arquivo do Museu Rosa Bororo/Pasta N° 04, G-02, A-01/ Processo N° 6	Nair Lopes Esteves Av. Ponce de Arruda, 1573.	Início do processo em 22/04/1988.	Sem parecer da Comissão Técnica de Tombamento
07	Arquivo do Museu Rosa Bororo/Pasta N° 06, G-02, A-01/ Processo N° 3	Hospital São Marcos R. João Pessoa, 693	Início do Processo em 31/01/1988. Coleta de dados Maria de Lourdes Continuidade do processo em 08/04/1997. Registro fotográfico	Sem parecer da Comissão Técnica de Tombamento
08	Arquivo do Museu Rosa Bororo/Pasta N° 09, G-02, A-01/ Processo N° 4	Ponte de madeira sobre o Rio Arareal – Vila jardim	Início do Processo 09/11/1987 Continuidade ao Processo 10/04/1997.	Em 2011 não há mais esta ponte sobre o rio Arareal.

Quadro 3. Edificações com estudos em andamento

Fonte: Quadro elaborado por Jocenaide M. Rossetto Silva em 19 ago.2011, conforme processos de tombamento e Livro Ata da Comissão Técnica de Tombamento - arquivos do Museu Rosa Bororo.

Em tais arquivos constam também oito (08) edificações com *estudos em andamento*, sendo algumas datadas de 1988. Observa-se a participação de estagiários, que eram estudantes do curso de licenciatura em História/UFMT, no preenchimento dos formulários de pesquisa realizada com os proprietários dos Bens imóveis. Em tais processos, não consta o parecer da Comissão Técnica de Tombamento, fato que me leva a categorizá-los como *estudos em andamento* (Quadro 3).

Os critérios do Tombamento foram discutidos em reuniões da Comissão Técnica de Tombamento, definindo-se “pelos Bens com relevância histórica para o município” e outros, conforme consta na Ata nº 005/97, de 10 de abril de 1997:

- 1º estilo rústico (casa de abobe ou tijolinhos, telhas coloniais, quatro
- águas, duas águas, madeira à vista);
- 2º estilo anos 60 (platibanda, cimento, areia, cal, saibro, telhas colonial e francesa);
- 3º relevância histórica (antiguidade e pionerismo);
- 4º destinação (sugestão: Antiga Câmara/Museu, Casa do Aviador/exposição de materiais e utensílios Bororo, residências/manter, escolas e igrejas/também manter;
- 5º preservação (não ficou definida).
- águas, duas águas, madeira à vista);
- 2º estilo anos 60 (platibanda, cimento, areia, cal, saibro, telhas colonial e francesa);
- 3º relevância histórica (antiguidade e pionerismo);
- 4º destinação (sugestão: Antiga Câmara/Museu, Casa do Aviador/exposição de materiais e utensílios Bororo, residências/manter, escolas e igrejas/também manter;
- 5º preservação (não ficou definida).

Os processos recomendados para tombamento pela Comissão Técnica de Patrimônio, em número de doze (12), conforme arrolado no quadro (4) a seguir:

DOSSIÊ PATRIMÔNIO

	Localização da documentação	Endereço do imóvel Proprietário	Dados do Processo	Situação em 2011
01	Arquivo do Museu Rosa Bororo/Pasta Nº 04, G-02, A-01/ Processo Nº 7	Moisés Cury Av. Marechal Rondon, esquina com Rua 15 de Novembro. (Casario)	Início do processo 09/11/1987 Registro fotográfico Levantamento Cristiane T. Oliveira Continuidade em 19/06/1997. Levantamento Comissão de Tombamento - Registro fotográfico e ficha cadastral. Continuidade/acompanhamento das obras com fotografias datadas de junho de 2004.	Parecer da Comissão Técnica de Tombamento emitido em 23/06/1997 Termo de notificação de tombamento assinado pelo Prof. Percival Santos Muniz, sem assinatura do Proprietário e sem data.
02	Arquivo do Museu Rosa Bororo/Pasta Nº 06, G-02, A-01/ Processo Nº 1	Quadra da Escola EEMOP	Início do Processo 03/06/1997 Registro fotográfico, Inventário Cadastral, Memorial descritivo Ficha Cadastral	Parecer da Comissão Técnica de Tombamento emitido em 19/06/1997
03	Arquivo do Museu Rosa Bororo/Pasta Nº 08, G-02, A-01/ Processo Nº 2	Escola Sagrado Coração de Jesus Av. Cuiabá, 1073	Início do Processo 09/11/1987 Inventário cadastral feito por Cristiane Thais Oliveira Continuidade do Processo 10/04/1997 - Registro fotográfico, Memorial descritivo, Ficha Cadastral, Histórico da Igreja e outros documentos	Parecer da Comissão Técnica de Tombamento emitido em 19/06/1997
04	Arquivo do Museu Rosa Bororo/Pasta Nº 08, G-02, A-01/ Processo Nº 3	Elzio Borges Leal Av. Mal. Rondon, 645 (Prédio da farmácia Santa Terezinha)	Início do processo 20/06/1997 Registro Fotográfico Ficha cadastral	Parecer da Comissão Técnica de Tombamento emitido em 19/06/1997 Segundo Parecer da Comissão cancelando o anterior porque a farmácia foi destruída em um incêndio. 11/03/1998
05	Arquivo do Museu Rosa Bororo/Pasta Nº 10, G-02, A-01/ Processo Nº 1	Praça da Saudade	Início do processo 08/05/1997 Registro Fotográfico Ficha cadastral Memorial descritivo Registro Fotográfico	Parecer da Comissão Técnica de Tombamento emitido em 19/06/1997
06	Arquivo do Museu Rosa Bororo/Pasta Nº 10, G-02, A-01/ Processo Nº 2	Praça Brasil	Início do processo 08/05/1997 Registro Fotográfico Ficha cadastral Memorial descritivo Registro Fotográfico Documentos Diversos	Parecer da Comissão Técnica de Tombamento emitido em 19/06/1997

07	Arquivo do Museu Rosa Bororo/Pasta Nº 10, G-02, A-01/ Processo Nº 3	Praça dos Carreiros	Início do processo 12/02/1988 Inventário Cadastral –Cristiane T.Oliveira. Continuidade ao Processo 08/04/1997 -Registro Fotográfico, Ficha cadastral, Memorial descritivo, Registro Fotográfico, Projeto de Lei – vereadora Rosedalva R.de Souza	Parecer da Comissão Técnica de Tombamento emitido em 19/06/1997
08	Idem, Pasta Nº 11, G-02, A-01/ Processo Nº 7	Av. Marechal Rondon, 401	Início do processo 12/05/1997 Registro Fotográfico Ficha cadastral	Parecer da Comissão Técnica de Tombamento emitido em 23/06/1997
09	Arquivo do Museu Rosa Bororo/Pasta Nº 07, G-02, A-01/ Processo Nº 1	Paróquia Bom Pastor –Diocese R. Francisco Félix, esq/ Av. Mal. Dutra.	Início do Processo 02/06/1997 Registro fotográfico Memorial descritivo Ficha Cadastral Histórico da Igreja	Parecer da Comissão Técnica de Tombamento emitido em 19/06/1997
10	Arquivo do Museu Rosa Bororo/Pasta Nº 07, G-02, A-01/ Processo Nº 2	Paróquia Santa Cruz –Diocese de Rondonópolis R. Dom Pedro II	Início do Processo 21/12/1987 Continuidade do Processo 08/04/1997; Registro fotográfico Memorial descritivo Ficha Cadastral Histórico da Igreja	Parecer da Comissão Técnica de Tombamento emitido em 19/06/1997
11	Arquivo do Museu Rosa Bororo/Pasta Nº 07, G-02, A-01/ Processo Nº 4	Igreja matriz Sagrado Coração de Jesus R. Arnaldo Estevão, 410	Início do Processo 30/01/1988 Continuidade do Processo 08/04/1997; Registro fotográfico Memorial descritivo; Ficha Cadastral	Parecer da Comissão Técnica de Tombamento emitido em 19/06/1997
12	Arquivo do Museu Rosa Bororo/Pasta Nº 07, G-02, A-01/ Processo Nº 6	Missão Matogrossense Adventista Av. Rui Barbosa, 1515	Início do Processo 21/12/1987 Continuidade do Processo 08/04/1997; Registro fotográfico Memorial descritivo; Ficha Cadastral; Histórico da Igreja	Parecer da Comissão Técnica de Tombamento emitido em 19/06/1997

Quadro 4. Edificações recomendadas para Tombamento

Fonte: Quadro elaborado por Jocenaide M. Rossetto Silva em 19 ago.2011, conforme processos de tombamento e Livro Ata da Comissão Técnica de Tombamento - arquivos do Museu Rosa Bororo.

Os bens e manifestações, reza o Item IV, Artigo 10º; 11º e 12º do Decreto Nº 2.098 de 19/08/1987:

[...] passarão a integrar o Patrimônio Histórico Cultural após a expedição do decreto de Tombamento pelo Prefeito Municipal.

Caberá a Prefeitura Municipal exercer toda a atividade necessária e concernente à preservação dos bens e manifestações tombadas que integram o Patrimônio Histórico e Cultural do Município.

O tombamento poderá recair sobre bens públicos e privados.

Foi, então, decretado o tombamento de um Bem público e de dez Bens privados. Trata-se do Decreto nº 2.904, de 23/06/1997 - *Dispõe sobre o tombamento do imóvel municipal (Av. Cuiabá esq./ com R. Arnaldo Estevão) e integra-o ao Patrimônio Histórico Municipal*. Assinado pelo Prefeito Alberto Carvalho de Souza. Nesse prédio e funcionou inicialmente a Prefeitura e a Câmara Municipal de Rondonópolis, sendo destinado ao Museu Rosa Bororo.

E pela Lei Nº 2.930, de 24/06/1998 - *Tombamento de imóveis especificados e autoriza o Poder Executivo a isentá-los de pagamentos de tributos municipais*. Assinado pelo Prefeito Alberto Carvalho de Souza. Foram tombadas sob a categoria casas, os dez bens arrolados a seguir (Quadro 5).

Contudo, um ano antes, em 26 de junho de 1997, começaram as discussões entre a Comissão técnica de Tombamento e os vereadores do município, para a insenção dos tributos, conforme consta na Ata nº 008/97, quando ficou decidido “[...] fazer uma indicação coletiva de todos os vereadores, contemplando no projeto de Lei a insenção de IPTU, TSU e todas as taxas para os seguintes imóveis [...]”

	Discriminação do Bem
1	Casa do Sr. Reis - Proprietário: Edvaldo Francisco de Oliveira Av. Mal. Rondon, 560 – Centro (Conforme Ficha Cadastral de Imóveis Históricos o uso original do prédio foi o de residência, bolicho, residência. Construída em 1940, o 1º proprietário foi o irmão do Sr. Reis. No momento do tombamento era utilizada como residência). Processo Nº 2 – Arquivo do Museu Rosa Bororo/Pasta Nº 11 G-02- A-01
2	Casa do Sr. Ludovico Camargo -Proprietário: José Clemente Vieira de Camargo Rua João Pessoa, 340 – Centro (Conforme Ficha Cadastral de Imóveis Históricos o uso original do prédio foi o de residência, construída em 1948, o 1º proprietário foi o Sr. Ludovico Vieira de Camargo) Processo Nº 3 – Arquivo do Museu Rosa Bororo/Pasta Nº 11 G-02- A-01
3	Casa do Campo de Pousa -Proprietária:Geraldina Domingos Ressurreição Trav. Paulo VI, esq. Rua Pedro Guimarães. (Conforme Ficha Cadastral de Imóveis Históricos o uso original do prédio foi o de residência, casa de guarda e guarda de combustível, construída em 1940 o 1º proprietário foi o Sr. No momento do tombamento estava desocupada). Processo Nº 2 – Arquivo do Museu Rosa Bororo/Pasta Nº 9 G-02- A-01
4	Casa - Proprietária: Leondina Teixeira Costa Av. Cuiabá, 219 – Centro (Conforme Ficha Cadastral de Imóveis Históricos o uso original do prédio foi o de residência, data de construção: 1957; o 1º proprietário foi o Sr. Joaquim Carrasqueira) Processo Nº 5 – Arquivo do Museu Rosa Bororo/Pasta Nº 11 G-02- A-01

5	<p>Casa -Proprietária: Alice Liberato da Silva Av. Mal. Rondon, 249 – Q.53 (Conforme Ficha Cadastral de Imóveis Históricos o uso original do prédio foi o de residência, construída em 1956, o 1º proprietário foi o Sr. Benício Liberato da Silva) Processo Nº 1 – Arquivo do Museu Rosa Bororo/Pasta Nº 11 G-02- A-01</p>
6	<p>Casa -Proprietário: Moisés Curi Av. Mal. Rondon (atual Casário Mal. Rondon) (Conforme Ficha Cadastral de Imóveis Históricos o uso original do prédio foi o de residência, a 1ª casa construída em 1930, as demais casas (vinte e três) na década de 1950, o 1º proprietário foi o Sr... sendo adquirida em 1940 pelo Sr. Moisés Cury.) Processo Nº 7 – Arquivo do Museu Rosa Bororo/Pasta Nº 04 G-02- A-01</p>
7	<p>Casa -Proprietário: Osvaldo Vieira Guimarães, Av. Marechal Rondon, 647 esquina com Rua Afonso Pena – Centro (Conforme Inventário Cadastral o uso original do prédio foi o de 1º Cinema de Rondonópolis, o Cine Meridional (1953) mais tarde tornou-se o “Cine Rondon” De 1964 até o tombamento funcionava a Padaria Pão Gostoso). Processo Nº 4 – Arquivo do Museu Rosa Bororo/Pasta Nº 8 G-02- A-01</p>
8	<p>Casa -Proprietário: Lucinda Luiza de Amorim Av. Rui Barbosa, 1483 - Centro (Conforme Ficha Cadastral de Imóveis Históricos o uso original do prédio foi o de residência, construída em 1952, o 1º proprietário foi o Sr. José Estócleo de Assis) Processo Nº 6 – Arquivo do Museu Rosa Bororo/Pasta Nº 11 G-02- A-01</p>
9	<p>Casa -Proprietário: Leomagn Chaves Itacaramby Av. João Pessoa, 325 – Centro (Conforme Ficha Cadastral de Imóveis Históricos o uso original do prédio foi o de residência e salão de costura, construída em 1949, o 1º proprietário foi o Sr. Adelino Francisco Itacarambi) Processo Nº 4 – Arquivo do Museu Rosa Bororo/Pasta Nº 11 G-02- A-01</p>
10	<p>Rondonópolis Atlético Clube Proprietário: Rondonópolis Clube Av. Presidente Kenedy, S/N – esquina com Av. Fernando Corrêa da Costa - Centro Processo Nº 4 – Arquivo do Museu Rosa Bororo/Pasta Nº 6 G-02- A-01</p>

Quadro 5. Imóveis Tombados [ela Lei Nº 2.930, de 24/06/1998

Fonte: Dados dos *Processos de Tombamento*, sistematizados por Jocenaide M. Rossetto Silva, em 25 de agosto de 2011e, mantidos nos arquivos do Museu Rosa Bororo.

Meses mais tarde, em 1º de março de 1999, reuniu-se novamente a Comissão de Tombamento e convidados, como a arquiteta e funcionária da SEDURB, para encaminhamentos,

[...] foi apresentado esclarecimentos sobre a Lei nº 2.930 de 24/06/1998 que decretou o Tombamento de imóveis indicados pela Comissão Técnica. Foi apresentado o modelo de notificação elaborado pela Comissão Técnica, sendo passado a Noême para ser viabilizada através da secretaria de Planejamento uma vez que o processo envolve prefeitura e proprietários. Foi definido também

que a Secretaria procedesse com a colocação das placas indicativas do Tombamento dos imóveis tombados pelo Patrimônio Histórico [...]

Nos dez processos em questão, estão inclusos o referido *Termo de Notificação*, com assinatura do Prefeito Municipal, Percival Santos Muniz. Contudo, permanecem, nos processos, sem as assinaturas dos proprietários dos imóveis, fato que nos leva a questionar se estes foram notificados do Tombamento de suas propriedades. E, por outro, a questionar se estão conservando os imóveis e se beneficiando da insenção dos impostos.

Na mesma Ata nº 10/1999 há uma sugestão da professora Daria para a “[...] recomposição da Comissão Técnica, pois há membros que não vêm comparecendo e, portanto, não se justifica a permanências dos mesmos [...]” Contudo, não se sabe se houve outra indicação, pois a folha nº 007 do livro Ata foi arrancada e nada mais foi lavrado, até agosto de 2011, quando um grupo de professores e estudantes de graduação se reuniram com os funcionários do atual Departamento de Cultura/Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer com o propósito de discutir as questões do Patrimônio Cultural e o Sistema de Museus de Rondonópolis.

Estes se depararam com o agravamento da situação ao constatar que o Departamento de Cultura, pela Lei Complementar nº 031, de 22 de dezembro de 2005, Título II, Capítulo III, Inciso IV, alínea “d”, passou a integrar a Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer, o que significa que a *Divisão do Patrimônio do Departamento de Cultura foi suprimida, não aparecendo no novo organograma*. Arrola-se a seguir, os Núcleos que compõe o Departamento de Cultura na atualidade:

- Núcleo de Museus e Teatro;
- Núcleo de Eventos Culturais;
- Núcleo de Bibliotecas;
- Núcleo do Centro Cultural José Sobrinho.

Portanto, no Departamento de Cultura não há funcionário responsável pelo Núcleo do Patrimônio Cultural de Rondonópolis, tornando os quarenta e cinco (45) processos de tombamento, elaborados com competências pelas Comissões Técnicas de Tombamento até 1999, peças de arquivo do Museu Rosa Bororo, já que não há política em Rondonópolis para a preservação, fomento e valoração do Patrimônio Histórico e Cultural do município.

Teriam estes processo de tombamento sido musealizados? Uma vez que saíram de circulação dos arquivos do Departamento de Cultura tornaram-se objetos do Museu Rosa Bororo?

E esta também é a situação, tornaram-se *objetos de museu*, o *Livro Ata das reuniões da Comissão Técnica de Tombamento* e os Livros de Tombo, criados pelo Decreto nº 2.098, de 19/08/1987, Item IV, Artigo 14º? Estes livros existiram ou existem?

I – dos Bens Móveis de valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico, histórico e artístico;

II – de manifestações culturais;

III- de Bens Imóveis isolados ou em conjunto;

IV- de Sítio e paisagens naturais.

O contexto é realmente muito sério, então, em 26 de fevereiro de 2009 o Departamento de Cultura enviou um ofício assinado pela Secretária Municipal de Esporte, Cultura e Lazer a Secretaria Estadual de Cultura de Mato Grosso-SEC/MT com o seguinte teor:

Objetivando a melhoria da Cultura no Município de Rondonópolis, solicitamos de Vossa Senhoria que viabilize a visita de técnicos a fim de orientar-nos quanto ao Processo de Preparação de Museus e Tombamentos. Tendo em vista estarmos recebendo muitos pedidos da comunidade para o tombamento dos seguintes imóveis:

Casario (Cais)

Escola Sagrado Coração de Jesus

Cine “Poeirinha”

Igreja Matriz e Igreja Metodista

Laticínio Beira Rio

Palacete José Sobrinho

Praça Brasil e Praça dos Carreiros

Rondonópolis Clube

Primeiro Aeroporto

Caixa D’água do aeroporto

Em consulta à Coordenação de Patrimônio da Secretaria Estadual de Cultura de Mato Grosso-SEC-MT, obtive a informação que uma funcionária fora enviada a Rondonópolis e que visitou, junto com um funcionário do Departamento de Cultura DE Rondonópolis, os referidos Bens Culturais e orientou-o quanto aos procedimentos de tombamento, o que não se efetivou até a presente data.

Por outro lado, um vereador local propôs e aprovou a Lei nº 6.109, de 28 de dezembro de 2009 que “Dispõe sobre tombamento no município de Rondonópolis, como patrimônio histórico cultural municipal, o Ipê Amarelo, localizado na Praça Brasil, e dá outras providências.” Fato este que significa mais uma ação isolada, já que o proposto na referida

Lei para preservação do Ipê Amarelo, também não se realizou e este continua apresentando características das doenças que o acometem.

Encerra-se este diagnóstico com as perguntas óbvias: Cadê a casa que estava aqui? A ponte? A árvore? e o poder público com isso?!

PROPOSTAS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PATRIMÔNIO CULTURAL DE RONDONÓPOLIS

As propostas apresentadas a seguir foram construídas coletivamente dia 23 de agosto de 2011, ao final da *Oficina Elaboração de Projetos para o Patrimônio Cultural de Rondonópolis*⁴, quando constatou-se a extensão da problemática apresentada neste artigo. A reunião foi lavrada na Ata nº 011/2011, no Livro Ata da Comissão Técnica de Tombamento, visando dar continuidade ao registro histórico das questões patrimoniais no município, a saber:

[...] com os temas do Patrimônio Cultural, nas dimensões material e imaterial, já amadurecidos durante a oficina realizada de 18 a 23/08/2011, neste mesmo local, os presentes sugeriram a composição de três Comissões: Comissão Técnica de Tombamento do Patrimônio Cultural de Rondonópolis; Comissão de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de Rondonópolis; e a Comissão de Sistema dos Museus de Rondonópolis, sendo esta última pautada na lei: 1.482/1988 de 25/04/88 - instituiu o Sistema de Museu em Rondonópolis, com a criação do Museu Rosa Bororo. Dando continuidade, estudaram o perfil dos profissionais que compuseram as Comissão Técnicas de Tombamento anteriores, e, numa dinâmica dividida em três etapas, os presentes sugeriram, àqueles, e, representantes de quais instituições deveriam ser convidados, além de definirem que integrará cada Comissão um Grupo de Apoio composto pelos participantes da Oficina, com o propósito de também contribuir, voluntariamente, para a preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Rondonópolis [...]

Das discussões participaram quarenta e cinco (45) cidadãos de Rondonópolis, interessados em contribuir com a Prefeitura, cabendo ao Departamento de Cultura, Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer e aos vereadores os encaminhamentos cabíveis, sendo as Comissões

4 Oficina realizada de 18 a 23 de agosto de 2011, na Biblioteca Rachid J. Mamed pela Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso, com o apoio do Museu Rosa Bororo/Depto de Cultura da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer de Rondonópolis. A oficina foi ministrada pela Profª. Ms. Jocenaide M. Rossetto Silva do Departamento de História/ICHS/CUR/UFMT e os resultados por ela sistematizados no documento: SILVA, Jocenaide Maria Rossetto (Org.) *Estudos e Propostas para o Patrimônio Cultural e o Sistema de Museus de Rondonópolis*. Rondonópolis: 2011. (texto digitado) 40p. Disponível em <http://museuememoriaroo.blogspot.com>. Acesso em 06 set. 2011.

formatadas conforme segue,

COMISSÃO TÉCNICA DE TOMBAMENTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DE RONDONÓPOLIS

Arquiteto (Prefeitura)

Historiador (História/UFMT)

Biblioteconomista (Curso de Biblioteconomia/UFMT)

Advogado (Procuradoria/ Prefeitura)

Geógrafo (Depto de Cultura/ Prefeitura)

Turismólogo (Sociedade Civil)

Coordenador de Cultura (Prefeitura)

Grupo de Apoio da Comissão Técnica de Tombamento

Francielly Costa dos Santos – (UFMT - estudante do Curso de Licenciatura em História)

Wellington Rodrigues de Araujo – (UFMT- estudante do Curso de grad.Geografia)

Elizangela Oliveira dos Santos- (FACER/CNEC – estudante do Curso de grad. Serviço Social)

Leonira Souza Lopes – (FACER/CNEC – estudante do Curso de grad. Serviço Social)

COMISSÃO DE SALVAGUARDA DO PATRIMONIO CULTURAL IMATERIAL DE RONDONÓPOLIS

Sociólogo (Historia/UFMT)

Psicólogo – (UFMT ou UNIC)

Historiador -(História/UFMT)

Educador Patrimonial (Depto. de Cultura/Prefeitura)

Turismólogo (Turismo/Prefeitura)

Advogado (Procuradoria/ Prefeitura)

Arquiteto ou representante da Secretaria de Planejamento (Prefeitura)

Grupo de Apoio da Comissão de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de Rondonópolis

Sâmia Cristina Luquiari Araujo (UNIC– estudante do Curso de Psicologia)

Raquel Conrado Leite José da Costa Baptista (Artesã)

Rosa Maria de Oliveira (Biblioteca Rachid J. Mamed/Depto. de Cultura/SECL-
-Prefeitura)

COMISSÃO DE SISTEMA DOS MUSEUS DE RONDONOPOLIS

Representante da Sala de Memória Japonesa (NIPO)

Representante da Sala de Memória da Diocese

Representante do Museu Etnográfico Seriema
 Museu Rosa Bororo (Gerente)
 Museu Rosa Bororo (Historiador/funcionário)
 Historiador (HIS-UFMT)
 Educador Patrimonial (Depto. de Cultura/Prefeitura)

Grupo de Apoio da Comissão de Sistema dos Museus de Rondonópolis

João Barbosa dos Santos (Funcionário do Museu Rosa Bororo/Depto. de Cultura/Prefeitura)

Marcia Pereira Tsunoda (UFMT - estudante do Curso de Biblioteconomia)

Franciely Lopes Pissurno (UFMT - estudante do Curso de Biblioteconomia)

Marcela Tavares de *Freitas* (UFMT - estudante do Curso de Biblioteconomia)

Outra proposta discutida e encaminhada em tal reunião foi a realização de encontros para avançar nos estudos e acompanhar as ações do poder público instituído, no referente ao Patrimônio Cultural de Rondonópolis e Sistema de Museus. Então, optou-se pela realização de encontros mensais, formalizado no projeto do curso de 40h/a: *Formação de Educadores Patrimoniais*⁵, tendo como lócus a modernização do Museu Rosa Bororo.

PROPOSTA DE MODERNIZAÇÃO DO MUSEU ROSA BORORO

Os resultados da pesquisa-ação mostraram que o Museu Rosa Bororo é, para os gestores e a própria sociedade, um local de exposição de objetos antigos e de realização de eventos, desde sua criação. Então, a leitura de tais procedimentos nos forneceu um amplo campo de debates sobre a política museológica no Brasil, no estado de Mato Grosso e no município de Rondonópolis. Forneceu também, dados para se discutir a museologia no interior do Mato Grosso, visto que a história do Museu Rosa Bororo, por certo, é uma história que se repete em outras partes do Brasil, onde as políticas instituídas em âmbito nacional e discutidas internacionalmente, demoram a chegar e, quiçá, a se consolidar.

E se percebeu ser necessário a modernização do Museu Rosa

5 O projeto foi realizado de set. a dez/ 2011 pelo Departamento de Cultura e o Museu Rosa Bororo, com o apoio do Grupo de Pesquisas Interfaces: *História, Museologia e Ciências Afins*/Departamento de História/ICHS/CUR/UFMT. A metodologia contemplou a pesquisa-ação, sendo os temas da agenda mensal assim estabelecidos: 1. Associação de Amigos do Museu, o caso do Museu Rosa Bororo; 2. Cultura Material; 3. Cultura Imaterial; 4. Sistemas de Museus.

Bororo, cuja proposta, elaborada coletivamente, foi encaminhada à Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer e ao Prefeito Municipal, quando o Museu se encontrava às vésperas de completar 21 anos de existência; bem como, à Associação dos Amigos do Museu Rosa Bororo, se aproximava de 15 anos de fundação.

A estruturação proposta se deu em todos os setores do Museu, (Figura 1), cuja distribuição dos núcleos e setores no seu espaço físico e o respectivo planejamento dos núcleos e projetos de implantação também foram propostos e parcialmente executados voluntariamente, não se concretizando por incompatibilidade política entre os gestores públicos em exercício.



Figura 1. Proposta de organograma para o Museu Rosa Bororo

Fonte: Organograma elaborado coletivamente por Jocenaide Rossetto, Vicente Albuquerque (Gerente de Museus), Francisca Alves Bezerra e João Barbosa dos Santos (funcionários do Museu), Lucinete Rodrigues de Oliveira (Tec. Cultural), Sandra Elisa Turcato (Coord. de Cultura do município) Raquel Conrado, Sâmia Cristina Luquiari Araújo e Alexandra Pimentel Lima (Educadoras Patrimoniais).

Este fato me leva a transcrever neste artigo, a justificativa da proposta devido à importância histórica e cultural do Museu Rosa Bororo para o município de Rondonópolis. Este Museu se constitui em local de pesquisa para estudantes e professores. Se caracteriza pelas exposições que atraem a visitação dos moradores do lugar e turistas. Seus acervos foram formados por moradores de Rondonópolis, por meio da Associação de Amigos do Museu (criada em 1996) e da Associação dos Pioneiros de Rondonópolis; e ainda recebeu o acervo do Memorial José Sobrinho; bem como, o acervo do Memorial Moisés Cury e de outras famílias do município. Ressalta-se que as coleções do Museu incluem fotografias, documentos públicos e privados, material gráfico,

objetos do cotidiano doméstico, vestes, instrumentos musicais, artes plásticas, cerâmicas e outros...

A edificação foi tombada pelo Município devido a sua importância Histórica e Cultural, visto ter sido o edifício abrigo da primeira Prefeitura de Rondonópolis e posteriormente da Câmara Municipal.

Na proposta considerou-se que se faz necessário a otimização do espaço físico e de instalações adequadas para o funcionamento dos Núcleos e Setores do Museu, sendo que a modernização garantirá uma maior perspectiva nas políticas museológicas do Sistema Brasileiro de Museus, uma vez que se tiver uma estrutura tecnológica adequada aos parâmetros que competem à normativa nacional, o Museu terá melhores condições de pleitear maior visibilidade no Instituto Brasileiro de Museus –IBRAM, o que garantirá um maior respaldo para captação de recursos nos pleitos estadual e federal.

Enfim, o Museu Rosa Bororo é o museu do município de Rondonópolis. O projeto de expografia proposto se divide em três setores: O Espaço de Rosa, uma homenagem a cultura indígena; o Espaço do Amigo do Museu Rosa Bororo; o Museu Rosa Bororo, uma edificação tombada pelo patrimônio cultural.

Os educadores patrimoniais e os funcionários do Museu fizeram a curadoria da exposição, elaboraram o catálogo (fotografias e textos), planejaram os espaços e divulgação e em março de 2012, ainda aguardam pelo entendimento dos gestores para sua execução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizo este artigo com uma sensação de silêncio. Nada há mais para dizer... como aquela sensação de morte, de esquecimento, de desencanto. Ainda assim, me remeto a PollaK (1992), um pensador dedicado à história oral, que discutiu os elementos constitutivos da memória individual ou coletiva. Demonstrou as possibilidades de projeções e identificação dos sujeitos do presente sobre fatos, objetos, edificações, lugares, imagens etc... do passado por meio de acontecimentos vividos pessoalmente ou indiretamente, quando veiculados ao grupo ao qual a pessoa sente pertencer. É um sentimento de pertencimento que a memória histórica e cultural produz nas gerações do presente; uma memória quase herdada por ouvir contar e pelos *restos* de um passado que ficou no agora, mas não para sempre.

Os silêncios nem sempre significam esquecimentos, mas um *modus vivendi*. Veja-se o caso dos funcionários da Divisão do Patrimônio Histórico e Cultural que, ao serem remanejados para outros setores, consentiram tácitamente, viram as mudanças administrativas se efe-

tivarem e não tiveram argumentos e forças políticas para impedirem-na. O silêncio, afirma Pollak (1989), tem razões complexas. Ele se expressa pela falta de um ouvinte, de lembranças que geram culpa, vergonha, sentimento de abandono, revolta, ressentimentos e outros aspectos relevantes que caracterizam a *memória subterrânea*.

Por fim, se a Divisão do Patrimônio Histórico e Cultural, foi abortada com as mudanças administrativas e de reorganização das secretarias municipais e, o silêncio se fez presente, a ideia de Patrimônio Cultural de Rondonópolis continuou na memória coletiva e emergiu, em 2011, junto com ações reivindicadoras e organizadas por mais de 200 (duzentas) pessoas, que participaram da Oficina *Patrimônio Imaterial: Marcos, Referências e Políticas Públicas*⁶; da Oficina *Elaboração de Projetos para o Patrimônio Cultural*; do curso *Formação de Educadores Patrimoniais* e, em 2012, da *REMP-MT/Rede de Educadores em Museus e Patrimônio*.

Estes espaços, virtuais e presenciais permitem aos cidadãos discutir e elaborar propostas e ações pontuais para provocar mudanças na gestão do Patrimônio Cultural e no Sistema de Museus de Mato Grosso. O desafio está em passar do “não-dito”, a contestação, reivindicação e mudança.

REFERÊNCIAS

- COMISSÃO Técnica de Tombamento do Patrimônio Cultural de Rondonópolis. *Livro Ata*. Rondonópolis: 1997.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Sidou, Betriz (trad). São Paulo: Centauro, 2006.
- IPHAN. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em 29 ago. 2011.
- KASSEL, Zilda. *Memória e Memória Coletiva*. Disponível em http://www.museudapessoa.net/oquee/biblioteca/zilda_kessel_memoria_e_memoria_coletiva.pdf. Acesso em 26 ago. 2011.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. Identidade cultural e arqueologia – Valorização do patrimônio arqueológico brasileiro. In: BOSI, Alfredo (Org.). *Cultura brasileira: Temas e situações*. São Paulo: Ática, 2002.

6 Trata-se do projeto *Jornadas Culturais 2011*, desenvolvido dia 08 de junho de 2011, no auditório da Prefeitura Municipal de Rondonópolis, pelo Centro de Memória Bunge e Fundação Bunge. Na referida oficina, houve a indicação de dez bens culturais imateriais e ações de salvaguarda pelos Grupos de Trabalho-GT composto por professores universitários e das escolas das redes municipal, estadual, particular e comunitária; estudantes universitários, artistas plásticos, funcionários municipais e outros. A Oficina foi realizada por Simone Toji, que é funcionária no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN/Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Os resultados da oficina sistematizados por SILVA, Jocenaide Maria Rossetto (Org.) *Levantamento dos bens culturais e propostas de ações para elaboração dos planos de salvaguarda do patrimônio imaterial de Rondonópolis*. Rondonópolis, MT: 2011. Disponível em <http://museumemoriarioo.blogspot.com>

NORA, Pierre. Entre memória e história, a problemática dos lugares. Khoury, Yara Aun (Trad.). *Revista Projeto História*. N. 10, dez. 1993. Programa de Pós-graduandos em História e Departamento de História. São Paulo: PUC-SP. Pp. 07-28. Disponível em <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>. Acesso em 26 ago. 2011.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro; v. 5, n. 10, 1992. p. 200-212. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em 26 ago. 2011.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro; v.2, n3, 1989. Pp. 03-15. Disponível em http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em 26 ago. 2011.

PREFEITURA Municipal de Rondonópolis. *Lei Nº 1.378 de 23 de junho de 1987*- estabelece Normas para a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Rondonópolis.

PREFEITURA Municipal de Rondonópolis. *Lei Nº 1.440 de 16 de dezembro de 1987* - institui a Comissão do Arquivo Histórico Municipal.

PREFEITURA Municipal de Rondonópolis. *Decreto Nº 2.098 de 19/08/1987* Estabelece normas de proteção e preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do município de Rondonópolis.

PREFEITURA Municipal de Rondonópolis. *Lei nº 1.482 de 25 de abril de 1988* – Institui o Sistema de Museu em Rondonópolis, com a criação do Museu Rosa Bororo.

PREFEITURA Municipal de Rondonópolis. *Decreto nº 2.762 de 23/05/1995* – Constitui a Comissão técnica de Tombamento.

PREFEITURA Municipal de Rondonópolis. *Decreto nº 2.888 de 01 abril de 1997* – Comissão Técnica de Tombamento.

PREFEITURA Municipal de Rondonópolis. *Decreto 2.904 de 23/06/1997* – Dispõe sobre o tombamento do imóvel municipal (Av. Cuiabá esq./ com R. Arnaldo Estevão) e integra-o ao Patrimônio Histórico Municipal.

PREFEITURA Municipal de Rondonópolis. *Lei Nº 2.930 de 24/06/1998* Tombamento de imóveis especificados e autoriza o Poder Executivo a isentá-los de pagamentos de tributos municipais.

PREFEITURA Municipal de Rondonópolis. *Lei Nº 6.109, de 28 de dezembro de 2009*. Dispõe sobre tombar no município de Rondonópolis, como patrimônio histórico cultural municipal, o IPÊ AMARELO, localizado na Praça Brasil, e dá outras providências.

PREFEITURA Municipal de Rondonópolis. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. *Planejamento participativo do Departamento de Cultura do Mun.de Rondonópolis, MT* - 1999.

REMP-MT. *Rede de Educadores em Museus e Patrimônio de MT*. Disponível em <http://rempmt.ning.com/>. Acesso em 09 mar. 2012.

- SENADO FEDERAL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Texto promulgado em 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf. Acesso em 7 set. 2011.
- SILVA, Jocenaide Maria Rossetto (Org.) *Levantamento dos bens culturais e propostas de ações para elaboração dos planos de salvaguarda do patrimônio imaterial de Rondonópolis*. Rondonópolis, MT: 2011. Disponível em <http://museuememoriarioo.blogspot.com>. Acesso em 06 set. 2011.
- _____. *Estudos e Propostas para o Patrimônio Cultural e o Sistema de Museus de Rondonópolis*. Rondonópolis: 2011. Disponível em <http://museuememoriarioo.blogspot.com>. Acesso em 06 set. 2011.
- SILVA, Jocenaide M. Rossetto Silva. *Contribuição a história dos museus, o caso do Museu Rosa Bororo em Rondonópolis, MT (1988-2009)*. Rondonópolis, 2011. Disponível em <http://www.4shared.com/document/yzJVu8J5/CONTRIBUI.html> (20 p.).
- _____. Política Nacional de Cultura: a participação de Mato Grosso no Plano Nacional Setorial de Museus. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso* / n. 68 e 69. Cuiabá, 2011. Pp.136-157. Disponível em <http://www.ihgmt.org.br/revistas/REVISTA%2068-69.pdf>.
- _____. *Educação patrimonial. Rememorar para preservar, um direito do cidadão*. Cuiabá, MT: SECMT, Conselho de Estado de Cultura, 2011.
- TOJI, Simone. Patrimônio Imaterial: Marcos, Referências, Políticas Públicas e Alguns Dilemas. *Patrimônio e Memória*. UNESP-FCLAs-CEDAP, v. 5, n. 2. p. 11-22. dez.2009.

PATRIMÔNIO CULTURAL – CINEMA E CIDADANIA

O CINEMA EM MATO GROSSO

PATRIMÔNIO CULTURAL

THE CINEMA IN MATO GROSSO: HERITAGE

Aníbal Alencastro¹

RESUMO: O texto versa sobre o surgimento do cinema no mundo e sua chegada no Brasil e em Mato Grosso, e de como isso mudou a sociedade. Especificamente em Mato Grosso, necessário se fez uma digressão sobre os cinemas instalados na capital mato-grossense desde o século XIX, seus proprietários, o cinema mudo e sonoro, os filmes apresentados e as alterações de comportamento e concepções advindos da introdução evolutiva dessa nova tecnologia.

Palavras chave: Memória. Cinema. Mato Grosso.

ABSTRACT: The paper analyzes the emergence of cinema in the world and their arrival in Brazil and Mato Grosso and how it changed society. Specifically in Mato Grosso, it was necessary to a digression on the cinemas installed in the capital of Mato Grosso, from the nineteenth century, their owners silent movies and sound, the films produced and the changes in behavior and evolutionary concepts arising from the introduction this new technology

Keywords: Memory. Cinema. Mato Grosso.

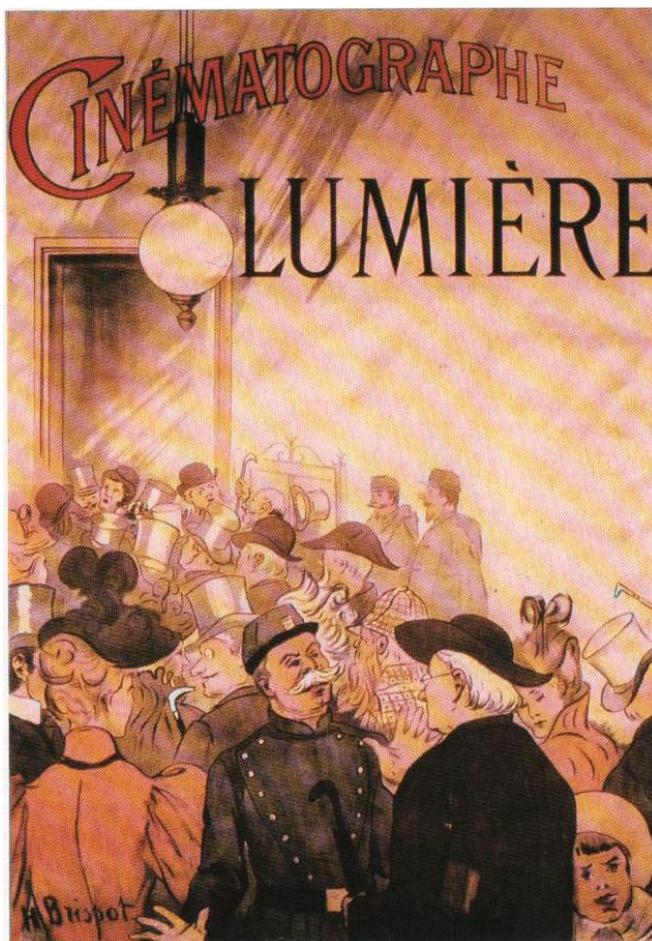
Memória é palavra-chave que poucos valorizam. Existe até os que dizem que memória é coisa de velho (como se eles não fossem ficar velhos).

No dito da professora Elizabeth Madureira Siqueira, “A memória contempla, sem seleção prévia, aquilo que foi vencedor e aquilo que foi derrotado, pois ela guarda as esperanças históricas do passado. Mesmo se constituindo numa evocação pretérita, a memória possui a inteligência do presente. O que seria do nosso presente se não houvesse o passado! O que difere o animal homem, é justamente a capacidade que este tem de raciocinar e ter “lembranças” do seu passado”. (ALENCASTRO, 1996, p.15)

¹ Geógrafo e membro efetivo do IHGMT. anibalalencastro@hotmail.com

E nada melhor do que o cinema para se justificar o vocábulo “Memória”, uma vez que ele é um dos inventos que mais registrou fatos, fenômenos e comportamentos da sociedade de um modo geral. Esta maravilhosa arte promoveu uma das maiores revoluções sociais no nosso planeta.

O nascimento do cinema é de 28 de dezembro 1895, invento dos irmãos Lumière (Louis e Auguste) na França, embora os Estados Unidos não concordem plenamente, visto que o similar invento de Thomas Alva Edson datar de 1894. Porém, o invento de Edson, (o kinetoscópio) era de caráter individual, permitindo somente um espectador assistir ao espetáculo, enquanto ao invento de Lumière (o cinematógrafo) oferecia espetáculos ao público, em uma mesma sala.



Propaganda do cinetographe Lumière. Acervo Aníbal Alencastro

Isso aconteceu há mais de 100 anos no *Grand Café do Boulevard des Capucines*, ocasião em que um seletos grupo de pessoas viu um punhado de imagens em preto e branco sem som, exibidas pelos próprios irmãos Lumière. A chegada de um trem na tela assustou a plateia. Muitos desviaram a cabeça com medo de serem por ele atropelados. Assim, o cinema começou causando “espanto”.

No Brasil, o cinema chegaria cerca de seis meses após estreia parisiense, em 8 de julho de 1896, no centro do Rio de Janeiro, exatamente na rua do Ouvidor, bem no coração da Cidade Maravilhosa. Os jornais anunciavam o acontecimento: *Haverá exibição de “vistas animadas” como espetáculo, através do novo e revolucionário aparelho “onniógrapho” também chamado pelos nomes complicados de mimiscópio, cinematógrafo, cronofotografóscópio, aerialgrafoscópio, shadografóscópio, bioscópio, vitascópio.*

O *Jornal do Comércio* de 9 de julho de 1896, publicou o seguinte: *Em uma vasta sala quadrangular, iluminada por lâmpadas elétricas de Edson, nas paredes pintadas de vermelho escuro, estão umas duzentas cadeiras dispostas em fila e voltadas para o fundo da sala onde se acha colocada, em altura conveniente, a tela refletora que deve medir dois metros de altura aproximadamente.* (ALENCASTRO, 1996, p. 16)

Apaga-se a luz elétrica, fica a sala em trevas e na tela dos fundos aparece a projeção luminosa, a princípio apenas esboçada, mas vai pouco a pouco se destacando. Entrando em função o aparelho, a cena anima-se e as figuras movem-se. Talvez por defeito das fotografias que se sucedem rapidamente, ou por inexperiência de quem opera o aparelho, algumas cenas movem-se indistintamente em vibrações confusas; outras, porém, ressaltavam nítidas, firmes, acusando-se em relevo extraordinário, dando magnífica impressão de vida real. Entre estas, citaremos a cena emocionante de um incidente, de um incêndio, quando os bombeiros salvam das chamas algumas pessoas, da dança do ventre etc. Vimos também uma briga de gatos, outra de galos, uma banda de música militar, um trecho do “Boulevard” parisiense; a chegada do trem; a oficina do ferreiro, uma praia de mar; uma evolução espetaculosa de teatro; um acrobata no trapézio e uma “cena íntima”: *O espetáculo é curioso e merece ser visto, mas aconselhamos aos visitantes a se acautelarem contra os gatunos. A escuridão negra em que fica a sala durante a função é muito fácil aos amigos do alheio o seu trabalho de colher o que não lhes pertence. A polícia, que tão bem os conhece, poderia providenciar no sentido de impedir-lhes a entrada naquele recinto.* (ALENCASTRO, 1996, p. 18)

Um ano depois, a 31 de julho de 1897, Pascoal Segretto e José Roberto Cunha Salles inauguravam a primeira sala oficial de cinema, ainda na Rua do Ouvidor, RJ. O estabelecimento (que também apresentava outras atrações) tinha o nome de *Salão das Novidades* e ficava no número 141 da mesma rua. As projeções cinematográficas eram anunciadas como *Animatographo Lumière, a última palavra do engenho humano! A mais sublime maravilha de todos os séculos! Pinturas, mover, andar, trabalhar, sorrir, chamar, com tanta perfeição e nitidez como se homens, animais e coisas naturais fossem; é o assombro dos assombros!*

Salve Lumière! (ALENCASTRO, 1996, p. 19)

STORY LINE

As origens de nossos cinemas estão de certa forma ligadas às artes cênicas, isso porque o cinema nasceu representando o teatro. A arte teatral sempre foi uma forma da sociedade manifestar críticas e/ou elogios a qualquer situação social. Vale a pena, citar a origem do teatro cuiabano pela sua grande importância no século XVIII. O pai da história mato-grossense, o cronista José Barbosa de Sá, é quem nos informa que, em 1729, por ocasião da transladação da imagem do Senhor Bom Jesus, do sítio de Camapuã para Cuiabá, foram realizados festejos comemorativos, dentre os quais representação de duas comédias.

Carlos Francisco Moura, em *O Teatro em Mato Grosso*, afirma o seguinte: “*No arraial pioneiro, elevado a vila apenas dois anos antes, já se documentavam representações teatrais, vinte e dois anos antes da instalação da Capitania. Enquanto isso, outras vilas e cidades brasileiras, na época perto de completar dois séculos de existências, teriam que esperar ainda muito tempo para possuir vida teatral*” (MOURA, 1976, p. 33). Segundo o mesmo autor, esta precocidade teatral em Cuiabá deve-se à presença constante, nestas paragens, dos nossos irmãos portugueses.

Em outra documentação e crônica, atesta a participação de oficiais mecânicos e de comerciantes na organização e na representação de peças teatrais em Mato Grosso, tanto no século XVIII, como também no XIX. Fala também da efetiva participação de mestres de música, mestre de capela, professores régios de língua portuguesa e de língua latina, autoridades civis e militares e até do cronista Joaquim da Costa Siqueira. Brancos, negros e pardos tomavam parte nas representações, que eram realizadas em “tablado público” na praça principal de Cuiabá, onde até mesmo crianças participavam.

Conforme declarações de Moura, nenhuma outra capitania aderiu de forma intensa ao teatro, como Cuiabá. Em nenhuma se deu

tanta importância social e cultural às artes cênicas. É necessário que se mencione outro curioso registro feito em 1867, pelo então português Joaquim Ferreira Moutinho, que relata a organização de uma companhia de acionistas, organizada pelo Dr. De Lamare, para dotar Cuiabá de um teatro: “dava esperanças o teatro, porque os cuiabanos, não obstante estarem muito longe das boas escolas, manifestavam, contudo, grande gosto pela arte dramática”. (MOUTINHO, 1869)

Estevão de Mendonça comprova-nos a tão almejada companhia de teatro, quando nas *Datas Mato-grossenses*, registra, aos 23 de maio de 1877, a instalação, em Cuiabá, da *Sociedade Dramática Amor à Arte* composta de 62 sócios de camarotes e 98 de plateia. Em data de 01/07/1877, a sociedade oferecia ao público seu primeiro espetáculo, encenando duas comédias intituladas: *A torre em concurso*, de Joaquim Manuel de Macedo, e *O Novo Otelo*, de autor desconhecido: “Após melhoramentos de certo vulto, sob a presidência do Coronel João Teodoro Pereira de Melo, o edifício da Sociedade “Amor à Arte” passou em 1883, à denominação de “Theatro São João”. (MENDONÇA, 1973, p. 248)

Essa sociedade tomou mais tarde a designação primitiva, que conservou por dilatados anos, ora marcando dias esplendorosos, ora outros manifestando decadência. Assim chegou ao abandono e, por fim, à ruína. Nesse estado, do edifício restou ruína das paredes e terreno com entulho, vindo a municipalidade adquiri-lo em hasta pública. Tentaram, então, vários projetos de reedificação, cujo remate foi o arrasamento definitivo e recente. *O Teatro Amor à Arte, entretanto, teve projeção no nosso meio, e a sua sociedade reunia elementos mais representativos da Cidade. O edifício nada exprimia de elegância, com suas paredes altas e nuas. Possuía duas ordens de camarotes, salão com capacidade para 400 espectadores, palco singelamente ornamentado, além de dependências outras no interior. O corpo cênico enfeixava figuras da elite cuiabana. Na ribalta da instituição figuraram Hermínio Duarte e Juca Calafate, portadores de cabelos brancos. Este provocava a hilariedade da plateia, com exertos maliciosos.* (MOURA, 1976, p. 33)

Minerva e a Legenda e Ridendo Castigat Mores adornavam a entrada do edifício, inspiração brejeira do decorador Prudêncio. De tudo isso, nada resta hoje - *Sic transit glória mundi*”. Um outro registro animador ocorreu em 1884, pelo não menos conceituado, viajante alemão Karl Von Den Steinen: “Não é possível que haja uma outra cidade no mundo, onde se toque mais música, se dance mais, se jogue mais baralho do que aqui [...] É impossível também, que algum lugar se alteiem mais frequentemente os estandartes de procissão e se saiba

associar melhor os prazeres sociais”. (MOURA, 1976, p. 35) Entre o que de mais digno de nota havia em Cuiabá, ele se refere à *Sociedade Amor à Arte*, dedicada somente aos interesses da arte dramática e ao teatro, organizado por um tenente da marinha (Dr. Delamare). Nesse teatro, Karl Von Den Steinen assistiu a peça *Caim e Abel*.

Conforme relata-nos a história, em 1894, quando ocorreu um temporal, desabou o velho teatro São João. Nova comissão constituiu-se, em 1896, e assim foi-se arrastando e aos poucos esmorecendo as atividades da sociedade *Amor à Arte*, encerrando-se de vez em 1899. Nesse mesmo local, em 1903, já no século XX, Nicola Verlangière, um dos antigos membros da sociedade, sentido saudade dos áureos tempos, resolveu improvisar novamente o teatro, reconstituindo um novo palco e construindo uma cobertura de zinco, porém, não conseguindo o mesmo sucesso dos anos anteriores. Mesmo assim, a título precário, o teatro voltou a funcionar com algumas peças teatrais encenadas no precário barracão. Em 1911, ressurgiu das cinzas, novamente, a ideia da reconstrução de um novo teatro, quando do edital de uma resolução votado pela Câmara Municipal de Cuiabá, cujo teor foi o seguinte:

RESOLUÇÃO Nº 75

O Tenente Coronel Avelino de Siqueira, Intendente Geral do Município da Cidade de Cuyabá. Faz saber que a Câmara Municipal decretou e elle manda publicar a seguinte Resolução:

*Artigo 1º - Fica o Intendente Geral do Município autorizado a contrair um empréstimo interno ou externo até o limite máximo de Quinhentos Contos de Réis, a juros de sete por cento ao ano, bem como a emitir apólices até o limite e aos juros mencionados, para construção de dois edificios, um para o Mercado Público e o outro para o **Theatro Municipal**.*

*Artigo 2º - O Mercado será construído (...) e o **Theatro** será construído no local pertencente à antiga sociedade anônima “**Amor à Arte**”, situado à rua Joaquim Murtinho, esquina da Avenida Murtinho (Hoje Av. Vargas).*

*Artigo 3º - Fica igualmente autorizado o mesmo Intendente a fazer aquisição, por meio de compra e venda do terreno destinado a construção do **theatro**, e em falta de acordo com os representantes legais “**D’Amor à Arte**”, promoverá a desapropriação judicial do terreno, que desde já é declarado de utilidade pública.*

Artigo 4º - O empréstimo de que trata o artigo 1º será garantido com o produto das décimas prediais, que, desde a data do empréstimo ficará reservado para dito fim, sendo escripturado como - Renda com aplicação especial.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário. Intendência Municipal em Cuiabá, 29 de dezembro de 1911.

Assinado: Avelino de Siqueira.

Sabemos perfeitamente que a providência tomada pelo poder público municipal, nada mais foi que a própria pressão imposta pela população local ao reivindicar um direito social, que há muito lhes fora tolhido. Já se havia passado mais de uma década, sem a cidade ter de volta o seu querido teatro. Contudo, dessa Resolução não aconteceu a tão esperada construção do tal teatro, porém apenas concretizou a desapropriação do terreno que, na verdade, sempre pertenceu à *Sociedade Amor à Arte* e que, a partir dessa data, passaria a pertencer legalmente à municipalidade. A própria comunidade não aguentando mais esperar pelas providências do poder público, resolveu propor um acordo coletivo, reformar, em mutirão, o barraco de zinco, que servira de salão de festas e teatro. Após a sua reforma, recebera novamente a antiga denominação de *Sociedade Amor à Arte*, voltando a ser o tão esperado ponto de encontro da batalhadora sociedade cuiabana. Nesse período, estava em franco desenvolvimento o comércio fluvial pelos rios Cuiabá e Paraguai. O surto açucareiro promovido pelas usinas do Rio Abaixo, a exportação da borracha dos seringais mato-grossenses e a ipecacuanha (poaia) etc., imprimiam um novo vigor ao comércio de exportação no Estado. Cuiabá detinha, naquele momento, nada menos que quatro consulados importantes, mantendo intenso relacionamento internacional.

Representando a Alemanha, aqui estava o vicecônsul Henry Hesslein e sua família; John L. Atkinson, representando a Inglaterra; a Itália, representada pelo vicecônsul José Orlando e, Portugal, por Manoel Rodrigues Palma. Corumbá estendia a sequência desse dinâmico comércio fluvial, e ali se concentravam outros consulados, como o da Argentina, Bélgica, Bolívia, França, Itália, Paraguai, Portugal e Uruguai. A contínua presença desses estrangeiros e seus familiares, incorporados ao meio social cuiabano, enriquecia sobremaneira os conhecimentos culturais inteirando-se de tudo que havia de bom, de melhor e mais moderno. Este mesmo fato se fazia notar na querida cidade de Corumbá, visto que naquela época os laços sociais entre Cuiabá e essa cidade portuária eram bastante estreitos. Por vezes, ocorriam disputas entre as duas sociedades - foi o que aconteceu! Corumbá, embora não sendo Capital, já possuía um elegante teatro, o então famoso *Bijou - Teatro*, e de acordo com sua descrição, possuía 500 lugares, 34 camarotes, além de galerias, funcionando anexo a um dos primitivos cinemas da época.

Os cuiabanos que não queriam ficar atrás por orgulho, empreenderam a ideia de montar na capital um cinema similar ao de Corumbá. Com isso, implantou-se no barracão da *Sociedade Amor à Arte*, o nosso primeiro cinema, o *Parisien*. Isso ocorreu em 1912, conforme o *Egéria Cuiabana*, de Benedito Pedro Dorileo, que assim o descreve: *O cinema ao ar livre, com chão batido, tinha no filme mudo atração comovente... as bandas militares eram convocadas e enfeitavam musicalmente as sessões.* (DORILEO, 1976, p. 32)

Ao afirmar, que o *Parisien* foi o primeiro cinema, surge então certa dúvida! Pois, segundo Rubens de Mendonça, no *Roteiro Histórico e Sentimental da Vida Real do Bom Jesus de Cuiabá*, em 1910 já funcionava um cinema, onde hoje é a Igreja Presbiteriana, na Rua 13 de Junho.

Antes da construção dessa igreja, o terreno pertencia ao Sr. João Pedro Dias, e tinha uma frente para a Rua 13 de Junho e outra frente para a Antônio Maria, onde, posteriormente, foi a segunda sede da Cia Telefônica Cuiabana. Tudo leva a crer que nesse local existiu o *Cinema Mundial*, conforme o registro da *Revista Mato Grosso*, de 1910, volume VII, editada pela Missão Salesiana: “Por diversas vezes já temos tido o prazer de assistir às exibições cinematográficas que os Srs. Domingos Dorsa e Irmão, proprietários do Cinema Mundial, tem proporcionado ao nosso público (...) as fitas exibidas, tiradas, uma de factos históricos como: Judite e Holophernes, A Destruição de Pompeia; outras de dramas comoventes e outras ainda de caráter cômico, além das bellas fantasias, tem agradado sobremodo aos espectadores.”

Talvez esse primeiro cinema não tenha logrado êxito, funcionando precariamente por algum tempo, mas acreditamos ter sido uma das primeiras centelhas do conhecimento da população cuiabana, da maravilhosa “sétima arte”. Consideramos que o *Parisien* foi como o primeiro cinema oficial cuiabano, sendo o seu idealizador, o Sr. Manoel Bodstein. Conforme nos conta o seu filho, Almir Jorge Bodstein, “O cinema *Parisien* ficava no centro da cidade, perto do Palácio do Governo, em frente á parte de trás da Catedral do Bom Jesus de Cuiabá, no começo da rua que tinha o apelido de Rua Formosa e diziam ainda que “para propaganda dos filmes na cidade, além dos cartazes em exposições na frente do cinema havia uma bela pirâmide sobre um carro puxado por burros, com guizos.” (Revista IHGMT, 1987)

Havia em todos os lados da pirâmide desenhos e letreiros sobre os filmes. A garotada da cidade acompanhava o carro da pirâmide pelas ruas, chamando a atenção de todos e bradando entusiasticamente, com voz forte:

Hoje tem, Hoje tem?
Tem, sim senhor.
Hoje tem coisa boa?
Tem, sim senhor.
Mocotó com leitoa?
Tem, sim senhor.
Na casa de São Lisboa?
Tem, sim senhor.
Olha a negra na janela.
Que tem cara de panela.
Olha a negra no fogão.
Que tem cara de tição.
O lê lê, o lê lê bambu
Negro de casaca velha, parece urubu.

E repetiam tudo mais entusiasmadamente.

Havia garotos que acompanhavam com bombos, prato, triângulos de metal e guizos. Fazia-se também imprimir em papel cor de rosa, amarelo ou branco, os

programas com resumo dos filmes; para autoridades e pessoas gradas, impressos em panos brilhantes de cetim azul ou cor de rosa, que dava uma linda apresentação.

Não se podia exigir muito dos cinemas, pois naquela época ainda se embrionava essa arte em todo o País. O cinema, na verdade, era tido como uma curiosidade, tratando-se de um aperfeiçoamento da fotografia. Na verdade, o vocábulo “cinema”, compreende o ato de filmar e projetar. Em nosso caso específico, tratamos mais como “cinema” o ato de projetar o filme, ou seja, das “salas de projeções”. Aquelas maravilhosas e primitivas máquinas de fazer cinema que aqui apareceram, talvez introduzidas pelos imigrantes italianos, que conforme nos conta Paulo Emílio: *O quadro técnico artístico e comercial do nascente cinema, era constituído de estrangeiros, notadamente, italianos cujo fluxo imigratório foi considerável no final do século XIX e nos primórdios do XX.* (GOMES, 1986, p. 28), Essas fantásticas caixas mágicas, os tais projetores cinematográficos, Na época, recebiam diversos nomes curiosos, como: cinema óptico, praxinoscópio, cinematógrafo etc.

PROGRAMAÇÃO DOS CINEMAS CUIABANOS ENCONTRADOS EM ANTIGOS JORNAIS

Jornal *O Debate*

Cinema Parisien

Em 06/11/1912 de Manoel Bodstein

Nome dos filmes: *A Bisbética Amançada*

1ª Parte *A Cúmplice*

Remédio Infernal – Comédia

O Filho do Saltimbanco – Drama

2ª Parte Pela paz em família – Cômico

O inscunho do paiol - Drama

Da piedade ao amor – Drama

3ª Parte Romeu e Julieta – Drama

Procura-se uma criada – Cômico

Cinema Ítalo-Brasileiro

Em 04/10/1913

O berço – drama

1ª parte Solene cerimônia da beatificação de Joana D'arc – Matinal

História de um furúnculo – Cômico

2ª Parte *Em busca do ouro* – Drama

Cinema Ideal

De Aristides Ozório em 12/04/1912

A mulher do cocheiro – Drama

1ª parte A culpa do outro – Drama

Ladrão magnetizador – Cômico

João, o idiota – drama

2ª parte Os fabricantes de explosivos – Drama

As peripécias do caçador míope – Cômico

Em 1912 – reclame no Jornal *O Democrata*

Cine Parisien

Hoje/5ª feira

Filme: Nascer, gozar e morrer

O mais estonteante drama, criado pelos studios americanos cinematographicos; uma obra que bate o record dos êxitos sensacionaes, lindo, forte, humano, maravilhosamente ensenado por verdadeiros mestres, tendo como principal intérprete a encantadora Bebe Daniels, brilhantemente secundada por Lewis Stone e Katherine Willians.

7 super sensacionaes actos.

Tão estupendo sucesso alcançou a exibição deste grandioso filme na 3ª feira última que para attender a muitos pedidos de habitués, para ser reprisado, a Empreza pediu prorrogação do prazo do aluguel e vae ser novamente apresentado na tela hoje as 9 horas da noite no glorioso Parisien.

Ninguém perca esta última oportunidade de admirar tão sensacional filme.

Todos ao Parisien!

O CINEMA DORSA DO PORTO



Cine Dorsa, Cuiabá/Porto. Acervo Aníbal Alencastro

Contou-nos a querida professora Dunga Rodrigues, no livro *Cuiabá ao longo de 100 anos*, em coautoria de Maria de Arruda Müller, a existência de um primitivo cinema funcionando no Porto. Era o Cinema Dorsa, de propriedade dos irmãos Domingos e Cavalieri Paulino Dorsa, de nacionalidade italiana (os mesmos do Cinema Mundial), proprietários também de uma grande empresa comercial, onde se vendeu o primeiro automóvel em Cuiabá, nos idos de 1919. Na fotografia do Álbum Gráfico (1914, p. 209), a torre da Igreja São Gonçalo ainda não continha o Cristo Redentor sobre o globo, fato que ocorreu após o ano de 1916, o que comprova que o Cine Dorsa deveria ter existido entre os anos 1912 e 1915. Este velho barracão de zinco teve o nome de *Teatro Progresso* e, com o tempo, foi transformado na Garagem Mecchi, de propriedade de Francisco Mecchi, se prestando como garagem de ônibus. No citado livro, a professora Dunga Rodrigues discorreu sobre alguns filmes assistidos por ela no *Cine Dorsa*, acrescentando que eles eram repassados a pedido dos interessados.

Referindo-se ainda ao *Cine Parisien*, documentos comprovam que o Sr. Bodstein o conduziu durante cinco anos, transferindo-o para a firma comercial Curvo e Irmãos, como se pode certificar no relatório apresentado à Câmara Municipal da Capital, sessão ordinária de novembro de 1917, elaborado pelo Tenente-Coronel José Antônio de Souza Albuquerque, Intendente Geral:

Resolução nº 162 - Referindo-se ao contrato seguinte:

*Em 25 de janeiro de 1917, arrendamento por 6 anos à firma Comercial Curvo & Irmãos, o terreno municipal sito à rua Joaquim Murтинho, para nele funcionar o **Cinema Parisien**, mediante o pagamento de 40\$000 mensais (Réis).*

*- Cujo terreno, era cercado de muros de taipa, antigo **Theatro Amor à Arte**.*

Em outro relatório de 1919 (p. 12), apresentado à Câmara Municipal e datado 5 de novembro, o Intendente Coronel Alexandre Magno Addor ponderava: *O terreno murado da rua Dr. Joaquim Murтинho, esquina com a Avenida Joaquim Murтинho, continua arrendado a firma Curvo & Irmãos, onde funciona o Cine Parisien*. Segundo informações de pessoas que vivenciaram Cuiabá naquele momento, aquelas primitivas “máquinas de cinema”, eram movidas a manivela, ou seja, a tração mecânica de movimentar o filme era totalmente manual. A luz era projetada através de uma tocha de carbureto por gás de acetileno, acondicionado dentro de uma lanterna. Nas minhas pesquisas,

encontrei provas. Cuiabá, na época, era toda iluminada através desse combustível (gás de acetileno). O sistema de carbureto utilizado pelo *Cine Parisien* só veio a ser modificado em 1919, quando, no governo de Dom Aquino, o técnico João Pedro Dias instalou o primeiro grupo gerador movido a vapor, situado na antiga hidráulica, no Porto Geral, às margens do Rio Cuiabá. A partir desse momento, já contando com energia elétrica, embora ainda deficiente, o *Cine Parisien* modificava o seu sistema de “máquina de fazer cinema”. Pelo que se sabe, foi adaptado um motor elétrico no sistema de manivela, estabilizando a velocidade (na época 16 quadros por segundo) do filme no projetor. Os personagens na tela não ficavam mais a mercê do projetor, que, quando cansado, diminuía a rotação da máquina, daí o artista na tela, caminhava mais lento, ou vice-versa.

O sistema de iluminação do projetor cinematográfico também se modificou, passando a funcionar através de dois carvões de pólos diferentes, formando a incandescência, era o deslumbrante “Arco-Voltáico”, assim chamado por ter sido descoberto por “Alexandre Volta”. Esse primitivo sistema, era alimentado por corrente contínua, com carga maior de amperagem, produzida por uma ampola de vidro, denominada “Bulbo”. Este sistema era comumente chamado de “TUNGA”. O sistema, era muito eficiente, pois nada superava a intensidade de sua luz. Mas, devido a sua potência de luminosidade, surgia para o cinema um sério problema: os filmes da época eram produzidos por uma composição química de nitrato, eram chamados filmes de celulóide, altamente inflamáveis. Se o projetor do filme parasse por qualquer motivo e o projetista não fechasse a lanterna a tempo, o filme incendiava rapidamente, como se fosse pólvora. Esse tipo de filme foi produzido até o ano 1950, quando da invenção de outro tipo de suporte fabricado à base de acetato.

É importante que se diga, que a arte cinematográfica se estabeleceu em Cuiabá logo após o telefone e antes mesmo da capital possuir energia elétrica, e vinte e dois anos antes do aparecimento da primitiva rádio denominada *Rádio Sociedade de Cuyabá* (1934) montada pelo Sr. Deodato Gomes Monteiro.

A partir do ano de 1919, Cuiabá completava o seu bicentenário. Era início de um novo século e com ele nascia uma inovadora geração cultural. Benedito Pedro Dorileo, em *Egéria Cuiabana* (1976, p. 32), nos conta: *Na década de 20 organizou-se uma orquestra com a participação ativa de Zulmira Canavarros. Estávamos na época em que famosos compositores como Saint-Saers, Ildebrando Pizzeti e Erik Sati, escreviam partituras especiais para o cinema sem som.*

O conjunto musical do cinema era composto por Eugênio, Honório Simarinho, Zulmira Canavarros e Agnelo. É interessante ressaltar que os filmes de antigamente, no cinema mudo, eram projetados ao som de uma orquestra, posicionada ao pé da tela, que executava músicas pertinentes ao tema do filme. Era também muito utilizado o fonógrafo. Colocava-se o instrumento próximo à tela do cinema, provido de um disco mais ou menos apropriado, amplificando as músicas orquestradas. O fonógrafo era conhecido também como gramofone, ou seja, uma vitrola movida a corda. Embora o som fosse fraco, muitas vezes resolvia o problema, quando da ausência da orquestra. O fonógrafo foi inventado por Thomas Edson, em 1877. A utilização do fonógrafo no cinema deu-se o nome de Sistema Grafonoscópio.

Os primeiros filmes exibidos em Cuiabá eram de curta metragem, geralmente documentários com assuntos variáveis, pois os filmes de enredo, ainda não haviam chegado a Cuiabá. Seu tempo de projeção era em média de 15 minutos por rolo. Como era apenas um projetor, parava-se para efetuar a troca dos rolos dos filmes.

Já na década de 20, Cuiabá começou a exibir os chamados filmes “posados” ou de enredo, como eram chamados. Embora eles tenham sido produzidos entre os anos 1910 e 1911, só chegaram em Cuiabá com bastante atraso, motivado pelos transportes ainda deficientes entre nosso Estado e outras regiões do País. Entre os muitos filmes exibidos, citamos alguns: *A Cabana do Pai Tomás*, *Dona Inês de Castro*, *A Viuva Alegre*, *O Conde de Luxemburgo*, *Alma Sertaneja* (filme nacional) etc. No final da década de 20, tudo leva a crer que Cuiabá já se firmava na comunidade cinematográfica.

A *Egéria Cuiabana* registra essa importante fase do nosso cinema mudo: “*Filmes mudos encenados em 1923 a 1929, em Cuiabá:*

- *Mulher Corsária*, com Belle Bernet.
 - *Última Aventura*, William Boyd e Margareth Dela Motte.
 - *Tributo de Amor*, Vera Reynolds, Júlia Taye, Kenneth Thonson.
 - *Cowboy, o Valentão*, William Fairbanks, Dorothy Rivier.
 - *Violeta*, Pola Negri.
 - *Madame Pompadour*, Antônio Moreno, Dorothy Gish.
 - *Dois Batutas da Mangueira*, Wallace Berry, Raymond Hatton.
 - *O Guarani* (filme nacional), Armanda Mancery e Tácito e Souza.
- Mentira, Pola Negri

Em data de 6 de novembro de 1926, o Intendente Geral do Município de Cuiabá, Coronel Antônio Manoel Moreira, apresentou um Relatório à Câmara Municipal, com o seguinte teor:

THEATRO PÚBLICO

Há três anos atrás, pode-se dizer, a firma J. Gama & Cia, actual arrendatário do barracão onde funciona o “Cine Parisien” tomou o compromisso de construir um theatro municipal naquele local, mediante as condições constantes da Resolução nº 253, de 12 de dezembro de 1.925 e o respectivo contracto firmado com esta Intendência à 3 de Fevereiro de 1.926, obrigando-se a apresentar a respectiva planta e orçamento dentro de sessenta dias a contar da data da assinatura do referido contrato, o que fizeram no último dia 3 de abril, sendo aprovada a planta e orçamento de acordo com a parecer dos Srs. Engenheiro Felix Landis e Arthur Levy, previamente nomeado por esta Intendência, entretanto, até hoje não foi iniciada a construção alguma, limitando-se apenas a empregar algumas folhas de zinco em separação de quadras que nenhum benefício representam nem começo de construção de theatro. A meu ver, a não ser nos bons desejos da firma J. Gama & Cia, nenhum outro elemento possui ella para levar vencida semelhante empreendimento que depende de grande soma de dinheiro, que aliás ela não possui, como parece. Estou convencido que só teremos theatro quando os poderes públicos tomarem a seu cargo a sua construção e assim confiando nas promessas do Governo do Estado creio que brevemente teremos o nosso theatrinho.

A firma arrendatária deverá, se quiser continuar a explorar a cinematographia, pagando aluguel do local, porém sem compromisso algum para com município, senão de pagar o aluguel até que seja construído o theatro. Deixemos de vãs esperanças em coisas que não se realizarão.

Saudo-vos.

Antônio M. Moreira

Com base nesse documento, o Cine Parisien foi arrendado pela firma Comercial Curvo & Irmãos durante seis anos, até 1925, quando

foi transferido para a Empresa J. Gama & Cia que assumiu o compromisso de construir o tão almejado teatro, pois o cinema funcionava ainda no barracão de zinco. Suas instalações eram precaríssimas, visto que montado num ambiente que se assemelhava à estrutura de um circo, com arquibancadas tipo “puleiro”, confeccionadas de tábuas. Tinha um certo número de cadeiras e alguns camarotes reservados para as autoridades. E, segundo as declarações do Intendente, o compromisso de construção do novo prédio já se encontrava deteriorado.

Em outro relatório apresentado pelo Prefeito Municipal, Engenheiro Fenelon Müller, nomenclatura que substituiu a de Intendente para Prefeitura, e apresentado em 11 de janeiro de 1929 à Câmara Municipal:

THEATRO PÚBLICO

Até a presente data os concessionários do antigo theatro “Amor à Arte”, Srs. José Gama e D. Maria Frederica Lisboa, não puderam dar cabal cumprimento às cláusulas do seu contrato assinado com o Município em 3 de fevereiro de 1926, não obstante diversas prorrogações, a última das quais findou em 31 de dezembro.

A Municipalidade não dispõe, no momento, de recursos para a construção de um theatro confortável e de acordo com os progressos da nossa cidade.

O Governo do Estado, entretanto, interessa-se pelo também assunto, e portanto, talvez para breve possamos ter esse melhoramento.

Tendo terminado, como disse acima, a última prorrogação concedida aos concessionários do antigo “Amor à Arte” a 31 de dezembro último, esta Prefeitura vai estudar as alegações pelos mesmos apresentados e dará oportunidade ciência a esta Câmara.

Ass.: Fenelon Müller

A Empresa J. Gama & Cia, sofreu forte pressão do poder municipal que exigiu a construção de um prédio para funcionamento do teatro e cinema. O objeto da concessão à essa empresa não passava de um simples terreno, pois o cinema, na verdade, era um barracão de zinco. Sua renda talvez pagasse somente o aluguel dos filmes, não havendo condições mínimas para a construção de um novo edifício.

Neste cinema sem nenhum conforto, seus filmes eram exibidos por vários dias, não por questão de frequência de público, mas por não ter um outro filme para ser repostado. O transporte via lancha era muito demorado, chegando a passar mais de um mês para recebimento de outro filme. Apesar disso tudo, a empresa continuou movimentando o Cine Parisien até 1930, quando abandonou a concessão. Por um certo período ficou a cidade sem cinema até que surgiu um certo italiano arrojado, o senhor Ernesto Bonamico, que assumiu a direção do Cine Parisien. Este senhor reinaugurou o cinema, trocando-lhe o nome para o Cine Teatro República e, a 30 de março de 1933, o equipou com aparelhagem sonora. De fato, era a nova fase do cinema falado. Bonamico apenas instalou os aparelhos, mas continuou nas mesmas instalações do antigo barracão de zinco.

A *Egéria Cuiabana* assim descreve esse momento: “Chegou o grande dia, toda a cidade viu-se elevada; o primeiro “filme falado” seria rodado. Em 21 de abril de 1933, Cuiabá assistiu a *Marrocos*, com Gary Cooper, Adolph Majon, Marlene Dietrich e Even Southern. Ouviam-se vozes dos personagens e ruídos sincronizados; Nova era!”

Seguia com sucesso os primeiros filmes sonorizados: *Ana Karenina*, com Greta Garbo e John Gilbert; *Moby-Dick*, com John Barrimore; *Doce como Mel*, com Nancy Carrol; *Ressurreição*, com Lupe Velez e Gilbert Roland.

Os aparelhos implantados por Bonamico eram do famoso sistema de som *vitaphone*, desenvolvido pela Western Electric uma grande empresa de eletricidade norte-americana. Constava de um toca-disco, os famosos *pick-ups*, que nada mais era do que uma vitrola elétrica, injetada num amplificador saindo para os alto-falantes colocados atrás da tela, daí seu nome *Vita*, de Vitrola. O sincronismo entre o disco e a cena do filme deveria ser perfeito, senão acontecia do personagem estar movimentando a boca e o som da voz ser emitido depois. Quando eram danificados pedaços de fita, o operador tinha que acrescentar o mesmo tamanho da fita sem imagens, para não ocorrer dessincronismo. Daí o expectador assistir trechos da fita no escuro, apenas ouvindo o som que era produzido pela gravação do disco.

Samuel Warner, proprietário da Empresa Warner Brothers USA, comprou a patente Vitaphone, da Western Electric e em 8 de outubro de 1927 estreou *Jazz Singer* (O Cantor de Jazz), produção da Warner, falada e cantada, na interpretação de Al Jonson. O fabuloso sucesso da fita rendeu à empresa US\$ 2.000.000 dólares.

Retornando ao assunto administrativo do velho cinema, outro relatório, datado de 14 de abril de 1935, foi enviado pelo então pre-

feito da Capital, engenheiro João Ponce de Arruda, ao Dr. Leônidas Anthero e Mattos, Interventor Federal no Estado de Mato Grosso.

Na sua página nº 8, assim se descreve:

CINE - THEATRO

Novo Contrato foi assinado para a construção de um cine teatro no terreno sito à Avenida Joaquim Murtinho com a rua João Pessoa. E na cláusula principal, o novo Contratante Sr. João Pécora, obriga-se a construir o novo cine-theatro dentro de cinco anos.

Tudo leva a crer que Bonamico conduziu o cinema até o ano de 1935, quando da assinatura de novo contrato efetivado entre Sr. João Pécora e a municipalidade. E, ao que parece, o desejo da Prefeitura, continuava sendo a construção de um prédio onde funcionasse o teatro e também o cinema. Esse momento foi vivenciado por Benedito Rodrigues de Souza (Totózinho), o qual nos relatou: *Me lembro bem dessa época, Joanino Pécora é quem tocava o cinema, e que situava-se na esquina da rua Formosa, ao lado morava o Sr. Orlando Nigro, que era vizinho do Sr. Luiz Felipe, e entre esta casa e a Repartição da Luz, em que eu trabalhava ficava a residência do Sr. Joanino” Pécora (João Pécora).*

Continuando, seu Totózinho dizia: *O portão da entrada do cinema ficava na rua Formosa (Joaquim Murtinho), os anúncios dos filmes eram pintados no próprio muro do cinema por dois pintores muito conhecidos na época, que era o Domingos Surdo e o outro apelidado de Zé do Norte. Ainda me lembro dos cartazes dos filmes Tom Mix e o de King Kong.*

João Moreira de Barros no seu livro *Cuiabá e o seu Passado* nos conta: *[...] a intervenção veio a 6 de março de 1937. O fato mais importante ocorrido na Assembléia durante esse período foi a eleição de Júlio Müller, para completar o mandato do Governador Mário Corrêa, que falecera... logo em seguida ocorreu o golpe de Getúlio Vargas, exatamente a 10 de novembro de 1937, fechando a Assembléia. Implantava-se no Brasil o regime ditatorial denominado “Estado Novo”. O Bacharel Júlio Strubing Müller, continuou a governar o Estado de Mato Grosso, agora como Interventor. (MOREIRA, 1982, p. 77)*

Após esse momento turbulento do País, o ano de 1938 iniciava com novas perspectivas para o estado de Mato Grosso, pois tomava posse o competente engenheiro João Ponce de Arruda, como Secretário Geral do Estado, e também o engenheiro Cássio Veiga de Sá, representando a Coimbra Bueno, empresa de engenharia contratada pelo Estado para construção das novas obras oficiais programadas para o governo Júlio Müller. É o próprio Cássio Veiga, quem nos relata: *De*

acordo com as prioridades as obras à serem construídas, o Grande Hotel, seria a segunda obra a ser construída em Cuiabá. A localização da tal obra, seria justamente onde estava situado o antigo cinema Parisien. Após iniciada a primeira obra, que foi a residência dos Governadores, Cássio Veiga tratou também de dar início à segunda obra, o Grande Hotel:

Uma vez que a construção tomava seu ritmo, deixei-a bem organizada com o mestre Gunther, e tratei do início da obra do Grande Hotel. A segunda prioridade deveria ser a construção do Grande Hotel na esquina da Avenida Getúlio Vargas com a rua Joaquim Murtinho (antiga Rua Formosa), onde encontrei um barracão de zinco legítimo, chamado em outros tempos folhas de flandres, o qual era importado. A cobertura e as paredes eram de zinco, e também na testada, à guisa do muro, uma fiada de zinco colocada na posição vertical. Iniciei por retirar cuidadosamente o zinco que servia de muro, valendo-me de operário local, pois ainda não tinham chegado os contratados do Rio de Janeiro. Transeuntes que passavam indagaram o que eu estava fazendo e cortesmente, expliquei que estava demolindo, pois naquele local seria construído o Grande Hotel:

- Moço, isso é o “Amor à Arte”.

- Que é “Amor à Arte”?

- É o nosso teatro, não pode ser demolido.

Mas assim mesmo continuei meu trabalho e horas depois fui chamado por João Ponce.

Estávamos próximo do fim do ano e forçoso seria demolir o velho teatro, mas também João Ponce, atendendo uma pretensão daqueles que em outros tempos ali encenaram ou assistiram a peças teatrais, da antiga Cuiabá, aqueceu em retardar a demolição para que pudesse ser feita uma despedida do “Amor à Arte” no Reveillon de 1939.

Esclareci ao Dr. João Ponce que não havia grande inconveniente porque o projeto do Grande Hotel, a cargo do arquiteto Carlos Porto, eu ainda não o recebera, de modo que apenas estava preparando o terreno, o que na verdade não atrasaria a obra.

Em vez de iniciar a demolição, iniciou-se a preparação do “Amor à Arte” para sua despedida, sendo ornamentado o salão e, porque não tinha pano de boca de palco, improvisei um de abertura manual que no dia funcionou muito bem.

Foram colocadas mesas deixando uma pista de dança improvisada, uma iluminação e, sob efeito das luzes o aspecto do teatro era bem diverso daquele aspecto que se poderia ter externamente. Na festa de despedida, as moças da sociedade apresentaram números de danças clássicas e declamação.

Finalmente marcou com bastante alegria a despedida do “Amor à Arte”, que com tantas recordações encerrava com chave de ouro para aqueles que durante tantos anos cultivaram a arte teatral e de quando em vez ali se reuniam em comemoração e festas das quais tinham muito o que recordar.

No dia 2 de janeiro de 1939, iniciei a demolição do “Amor à Arte”, tendo o cuidado de aproveitar todo o zinco que foi entregue ao Estado para outro destino, e a parte ocupada pelo palco e camarim, que era de taipa, serviu para aplinar o terreno”.

É estranho que em nenhum momento o Dr. Cassio, referiu-se ao velho cinema que ali funcionou por muitos e muitos anos. Acreditamos que o mesmo tenha sido desmontado anos, bem antes, talvez, por descumprimento contratual, ou mesmo em virtude do Estado ter-se apropriado daquele patrimônio.

Com o Estado Novo, no período de Intervenção de Júlio Müller, inicia-se um novo momento na Administração Pública. Nesse período abriu-se uma grande Avenida partindo da Praça Alencastro, antigo largo do Palácio, paralela à Rua Cândido Mariano, tomando o lugar da antiga Rua Poconé que era na época, mais caminho que rua, cruzando a Barão de Melgaço, antiga rua do Campo, e a Comandante Costa, antiga Rua da Fé. “A nova avenida deu-se o nome de Getúlio Vargas.

A CONSTRUÇÃO DO CINE TEATRO CUIABÁ

Segundo relatórios de Cássio Veiga de Sá, tudo nos leva a crer que o cinema foi construído em etapas. Soubemos que o início foi em 1941 e de, acordo com o seu próprio relatório: “Após a construção do hotel e conforme a programação dada por João Ponce, passariam para construção do Cine Teatro Cuiabá”. De acordo com esse relato, o cinema estaria programado para ser a terceira obra a ser construída, o que não aconteceu. Primeiro foi construída a residência dos governadores, em segundo o Grande Hotel e apenas iniciadas as obras do cinema que foi paralisada, visto a necessidade de despender esforços na construção da Ponte Júlio Müller. Logo em seguida teve início as obras do Quartel do 16º BC, posteriormente a construção do Clube Feminino e o Abrigo Bom Jesus.

O cinema, pelo jeito, já estava sendo esquecido pela alta cúpula administrativa, pois, para eles bastaria o Grande Hotel e o Clube Feminino para os entretenimentos, mas acontece que o cuiabano já tinha sido “mordido” pela magia do cinema, e o pouco do conhecimento que obtivera através do saudoso Cine Parisien, despertou-lhe a necessidade de ter de volta o seu cinema, reclamando com toda razão, alegando que o Clube Feminino e o Grande Hotel agradavam mais à elite, enquanto que para a maioria da população a única diversão estava sendo o Jardim Alencastro.

O jornal *O Estado de Mato Grosso* recém-inaugurado em 27 de agosto de 1939, pelo saudoso Archimedes Pereira Lima, reacendeu as esperanças, publicando mensagens relativas à construção do novo cinema. De princípio, fez uma reportagem completa, de como seria o novo cinema, depois, o mesmo jornal de 28 de julho de 1940 promoveu uma enquete:

O ESTADO DE MATO GROSSO

Ano I Cuiabá, 28 de junho de 1940 nº 261

QUE NOME DAR-SE-Á AO HOTEL E CINEMA DE CUIABÁ?

A enquete lançada pelo “O Estado”, consultando aos seus leitores sobre o nome a ser dado ao magnífico Hotel e Cinema de Cuiabá teve a melhor acolhida por parte dos que nos lêem tendo sido inúmeros aos votos trazidos à nossa redação.

A votação será oportunamente apurada e o seu resultado comunicado ao Governo do Estado, afim de que este se entender conveniente, a aproveite.

Os votos enviados a redação do “O Estado”, até agora, lembram o Hotel, entre outros, os nomes de: Hotel Bandeirantes, Bandeirantes Hotel, Grande Hotel, Pálace Hotel, Mato Grosso Hotel, Grande Hotel de Mato Grosso, etc. e para o cinema, Cine Teatro América, Cine Central, Cine Bandeirantes, Cine Tupi, Cinema Cuiabá, Cine São Luiz, Cine Coliseu, etc.

Um dos nossos leitores, ocultando-se sob o pseudônimo de Dr. Sayonara, enviou o seu voto justificando em versos, que pelo prazer de o publicarmos, ficou desde logo apurado.

É o seguinte o voto do Dr. Sayonara:

VOTO JUSTIFICADO

Ao Sr. Amarilio Calháo (redator)

Seja seu berço ou pouso, o homem o incensa, exaltando-o entre cívicos assédios..Assim quero exaltar, e episódios, a terra que me dá guarida imensa.

Atendendo a um inquérito da imprensa, para dar nomes a dois lindos prédios, - um, Cinema e outro Hotel - em termos médios.

Vou dizer o que o meu bestunto pensa.

Na minha opinião, se chamará o primeiro - da enquete do alvoroço, Simplesmente; “Cinema Cuiabá”.

O segundo, por ser mesmo um colosso de bela arquitetura, deverá chamar-se “Grande Hotel de Mato Grosso”.

Dr. Sayonara.

O Cine Teatro Cuiabá foi construído na nova Avenida Vargas, ao lado do Grande Hotel de Mato Grosso, em um terreno medindo 29 metros de frente por 26 de fundo, terreno quadrado. Uma curiosidade: o cinema foi construído no sentido contrário ao declive natural do terreno, o que ensejou a declividade do auditório que foi se enterrando e trazendo sérios problemas de infiltração no futuro. Supõe-se que o seu projeto veio pronto do Rio de Janeiro, o qual deveria ser para uma outra área, mais plana. Segundo o engenheiro construtor Cássio Veiga de Sá, o projeto foi elaborado pelo arquiteto Humberto Kaulino, do Rio de Janeiro. Considerando a tradição histórica e cultural dos cuiabanos iniciada com a antiga *Sociedade Amor à Arte*, onde eram fartas as manifestações artísticas e onde eram encenadas peças teatrais, saraus etc., como também o inesquecível *Cinema Parisien*, a administração Júlio Müller recomendou à construtora Coimbra

Bueno a execução de um projeto que englobasse cinema e teatro, o que foi feito e, diga-se de passagem, muito bem feito.

A construção do cinema veio impor certa transformação socio-cultural na comunidade cuiabana. Embora sua fachada ser modesta, o interior do prédio nada ficava a dever às melhores salas de diversão do País. Pela primeira vez, em Cuiabá, se via vãos livres de cimento armado na cobertura. Eram as *sancas* ensanfonadas em frente à boca de cena, produzindo um visual fantástico. Outro detalhe que muito impressionou foi o imenso balcão superior, com acomodação para 150 lugares que, somando com a parte de baixo, completava 600 lugares. O arquiteto Kaulino projetou também um segundo pavimento, onde deveria funcionar um salão de chá, muito utilizada no Rio de Janeiro. Após as sessões do cinema, o expectador desfrutaria de momentos sociais agradáveis. Reafirmando, o edifício do Cine Teatro Cuiabá representou um marco para a história cultural e socioeconômica do Estado, caracterizado pela edificação realizada num momento importante da construção civil, sendo considerado uma ruptura entre o processo tradicionalmente empregado e o aportamento de um novo modo de construir, materializando o salto feito entre a construção em taipa para a de concreto armado, trazidos pelo engenheiro Cássio Veiga de Sá: *Antes mesmo da entrega da obra, o Dr. João Ponce de Arruda promoveu a concorrência para o arrendamento do cinema, ficando a tela, projetores e cortinas por conta do arrendatário.* (SÁ, 1942, p. 165)

Lázaro Papazian (Foto Cháu) e Francisco Laraya venceram a concorrência. Laraya partiu para o Rio e São Paulo para se enteirar de tudo que havia de melhor em termos de cinema. Laraya, por ser um grande comerciante em Cuiabá, teve grande facilidade nas negociações para aquisição dos materiais cinematográficos. Cassio esclareceu esse momento: *Antes mesmo do seu funcionamento como cinema, o maravilhoso Cine-Teatro, apresentou peças teatrais, como aqui descrevemos: Cala Boca Etervina, de autoria de Ademar Gonzaga.* (Sá, 1942, p. 166)

Gervásio Leite foi o diretor artístico, os figurantes foram os inescrutáveis Leônidas Pereira Mendes, Alberto Addor, Ana e João Pinheiro, Madalena, e Danglars Canavarros. Por três noites o cinema ficou lotado, um sucesso, e o trabalho daquele grupo de amadores que tinha seu desempenho igualado aos dos profissionais de teatro. Ainda antes da chegada da aparelhagem do cinema, veio a Cuiabá Helena Magalhães Castro, em companhia de sua prima Selma, para promover um recital de declamação. Novamente o Cine Teatro lotou totalmente. O Cine Teatro com sua construção de aproximadamente 750 m² de

área construída custou aos cofres do Estado, naquele momento, Cr\$ 1.532.308,50, quase igualando aos custos da grande obra da Ponte sobre o Rio Cuiabá, cujo custo ficou em torno de Cr\$ 1.844.250,50.

Com base nas informações de Zeferino Corrêa de Oliveira (pessoa de grande amizade do Sr. Laraya) nos relatou que “no retorno do Laraya a Cuiabá, trouxe consigo todo o equipamento do novo cinema, acompanhado dos respectivos técnicos para a montagem, inclusive trouxera consigo os novos contratos dos filmes a serem exibidos doravante no *Cine Teatro Cuiabá*. Dizia ainda o Zeferino que a Empresa Laraya era a única representante em Cuiabá e região mato-grossense de vendas de veículos automotores: Dodge, Plymouth, Kaiser, Henri Júnior, Morris, os caminhões Réoc Chegou a vender as primeiras geladeiras domésticas em Cuiabá, assim como as famosas, motocicletas NSU, e as bicicletas Philips, além de ser o representante dos produtos eletrônicos da Philips e da RCA Victor que, por sinal, eram as marcas dos novos aparelhamentos cinematográficos recém-adquiridos para o novo cinema.

Francisco Laraya, filho de Egídio Laraya, imigrante italiano, designara como gerente do cinema o seu primo, Garibaldino Pécora, o popular seu “Gari”, ex-agente da primitiva empresa cuiabana de ônibus “Sacadura”. Seu Gari era filho de João Pécora, conhecido como Joanino Pécora, um dos últimos concessionários do saudoso *Cine Parisien*, também eram descendente de imigrantes italianos.

A INAUGURAÇÃO DO CINEMA

A Inauguração do Cinema

Finalmente é chegado o grande dia 23 de maio de 1942 e o jornal “O Estado de Mato Grosso” anunciava a inauguração do novo cinema. Este cinema tão esperado assemelhava-se ao nascimento de um filho.

Durante todo o período de sua construção a comunidade cuiabana fiscalizava e acompanhava atentamente as obras, nos mínimos detalhes.

Seria exibido “A noiva veio como encomenda”, estrelado por Betty Davis e James Cagney. A sessão inaugural foi magnífica, contando com o presença do Chefe Maior do Estado Julio Strubling Müller.

Cartaz do filme “A noiva veio do céu” (The Bride Came C.O.D., 1941, EUA).

Propaganda jornalística da inauguração do novo cinema em Cuiabá. Acervo Aníbal Alencastro

Finalmente, era chegado o grande dia, o jornal *O Estado de Mato Grosso*, anunciava a inauguração do novo cinema.

Esse cinema, tão esperado evento, assemelhava-se à “gestação” de um filho, considerando todo o período de sua construção, quando a comunidade cuiabana fiscalizava e acompanhava atentamente as obras, nos mínimos detalhes.

Era o dia 23 de maio de 1942 e seria exibido nesse grandioso dia um dos grandes filmes da Warner Bros, intitulado-se *A noiva veio como encomenda*, estrelado por Bety Davis. Esse filme foi trazido a tiracolo por Francisco Laraya, quando da sua ida ao Rio de Janeiro.

Segundo notícias da época, a sessão inaugural foi magnífica, contando com a apresentação do chefe maior do Estado, o Interventor Júlio Strübing Müller, o idealizador e construtor da obra.

No comentário geral, o povo dizia: “*demorou, mas valeu a pena*”.

Por trás daquela beleza de espetáculo, estava a primeira equipe de funcionários, dedicados, como o saudoso Ponciano Maciel da Cruz Filho (Pinto), que foi o primeiro projetorista do cinema. Nascido em Rosário Oeste, em 9 de dezembro de 1912, ao lado dos demais operadores: Luiz Montanha, Marcides Olímpio de Almeida, Djalma Valadares e outros. Na portaria do cinema, com toda amabilidade, lá estava o seu Raul Gonçalves, Pedro Troy, Romão e posteriormente Ursulino Ferreira da Silva, Henrique Silva e muitos outros que, mesmo anônimos, ficaram gravados na lembrança da sociedade cuiabana.

SISTEMA MOVIEZONE

Os projetores cinematográficos adquiridos por Francisco Laraya eram providos do novo sistema sonoro da época, o som óptico, denominado também de Sistema Movietone. A maravilhosa técnica cinematográfica foi produto de um complexo de inventos, aperfeiçoados através da fotografia, da mecânica e da eletrônica.

Pode-se assim dizer que o sistema movietone foi essa comprovação, reunindo o efeito da luz do movimento mecânico e da sua transformação em som, este sistema, era considerado o mais perfeito! Inventado por Eugênio Lauste, consiste em registrar o som sobre o filme, ao lado da imagem, na mesma velocidade que o som era convertido em sombras e fixada por processo fotográfico no próprio filme, daí sua denominação de *som óptico*. Esse processo foi aperfeiçoado por Lee De Forest e patenteado por William Fox. Em 25 de maio de 1927 a Fox apresentou, no Sam Harrys Theater, o filme *The Seventh Heaven* (O Sétimo Céu), de Frank Borzage, o primeiro filme com som óptico.

A Warner se aliou à Radio Corporation of América (R.C.A.), manejada pelo grupo Rockefeller e à First National Pictures, que controlava a maior cadeia exibidora do País. Fundou, em Hollywood, a Rádio Keith Orpheum (R.K.O.), unindo-se a Warner e a Stanley Company, formando um grupo muito poderoso que assumiu o controle da Fox.

Nos projetores cinematográficos, a reprodução do som óptico era feita através de um fio de luz projetado, que atravessava a área sombreada do filme, excitando uma fotocélula, transformando-se em som. O sistema Movietone, também chamado óptico era tão perfeito que até hoje se utiliza este mesmo princípio no *som laser*, com alguma técnica a mais. (ALENCASTRO, 1996, P.56)

O APARECIMENTO DO CINEMASCOPE

Já no final da década dos anos 50, aproximadamente em 1958, surgiu em Cuiabá a grande inovação do cinema, o processo cinemascope. O Cine Teatro Cuiabá exibiu com muito honra e orgulho, *O Manto Sagrado*, com Victor Mature. Seria o primeiro filme feito pelo novo processo. Em seguida, Cuiabá exibiu uma série de filmes em cinemascope, entre os quais citamos *Demetrius, o Gladiador, Spartacus* e até um que nunca me esqueci, *Ao Balanço das Horas*. Esse filme era Cinemascope e em preto e branco. Era um tremendo musical, onde aparecia pela primeira vez os *The Platters*, cantando *The Great Pretender* e *Only You*; *O Egípcio*, com Victor Mature, *Trapézio*, estrelado por Gina Lollobrigida e Burt Lancaster.

No processo Cinemascope, é registrado no filme de 35 mm um campo maior de imagem. A mesma é comprimida por meio de uma lente anamórfica e, na projeção, a mesma lente inversa coloca as imagens na tela em proporção normais, projetando-as em grandes telas retangulares. A invenção foi do francês Henri Chrétien, que chamou sua lente de Hypergonar. Iniciava, nos anos 60, a gestão do Sr. Natanel e o Dr. Clóvis Cardoso estava terminando o *Cine Cuiabá*, que tinha dois concorrentes, o *Cine São Luiz*, no Porto, e o *Cine Cidade Verde*, na rua 13 de Junho, esquina com a Avenida Dom Bosco.

Vencia a nova concorrência o Sr. Francisco Calháo e seu sócio Gabriel Martiniano de Araújo. Governava o Estado João Ponce de Arruda. A nova administração do *Cine Teatro Cuiabá* promoveu uma reforma no prédio e logo voltou a funcionar, porém dispensara alguns dos antigos funcionários, recrutando novos. Logo no ano de 1961, João Ponce de Arruda deixou o governo, fato que, de certa forma, veio a desfavorecer a nova concessionária do *Cine Teatro Cuiabá*, visto que o seu partido era contrário ao do novo governador que assumia,

Fernando Corrêa da Costa. Nesse ínterim, tramitava uma ação judicial contra a nova concessionária, movida pela antiga, que acabava de deixar a direção do cinema.

Mesmo assim, o cinema funcionou durante um período de, aproximadamente, dois anos, quando voltou novamente às mãos do Natanael, agora como Empresa Cinematográfica Cuiabana, onde eram concessionários Natanael Nonato de Farias, Clóvis Cardoso, Cleto Campelo Meireles e Caliope Nunes de Barros. Isso ocorre em 1963, quando o cinema se encontrava em bom estado de conservação. Essa nova empresa teve que equipar o cinema com novos projetores, pois os que ali estavam montados pertenciam a Calháo e, logicamente, seriam retirados.

Depois de certo período fechado, reabriria novamente o *Cine Teatro Cuiabá*, agora, com a presença constante de um dos diretores da Empresa, Cleto Campelo Meireles, e estava chegando para assumir novamente a gerência do cinema, o conhecido Benedito Amorim, que, além de gerente, ficou sendo dono da nova bombonière do cinema. Nessa nova reabertura, o *Cine Teatro Cuiabá* estreou com o filme *A Morte Comanda o Cangaço*, espetacular filme do cinema brasileiro em Eastmancolor. Nessa época Amores Clandestinos era o prefixo do cinema, foram projetados Ben-Hur, com Charlton Heston, *O Circo dos Horrores*, além de uma série de outros filmes da inesquecível Sarita Montiel, exibindo também *Cleópatra*, estrelado por Elizabeth Taylor e Richard Burton, e muitos outros bons filmes. (ALENCASTRO, 1996)

MATO GROSSO E OS CINEMAS EM 1957

Com base nas estatísticas de 1957, a população mato-grossense era de 522.044 habitantes, e o Estado possuía 35 municípios (O Estado não era dividido ainda). As principais cidades eram Cuiabá (Capital) e Campo Grande que, na época, possuía três cinemas 35 m/m: o *Cine Rialto*, *Cine Alhambra* e o *Cine Teatro Santa Helena*. Corumbá, possuía dois cinemas de 35 m/m: *Cine Santa Cruz* e o *Cine Tupi*, para 1.100 espectadores. Seccionando a porção norte do Estado naquele momento, identificamos os pequenos cinemas que pertenciam à distribuidora do Senhor Bela Tabori em Cuiabá:

Cáceres, o Cine Palácio, com 355 poltronas.

Guiratinga, Cine Arpia, com 200 poltronas.

N. S. Livramento - Cine da Paróquia, com 100 poltronas.

Poconé - Cine Prado, com 400 poltronas.

Poxoréu - Cine Para Todos, com 200 poltronas.

Rondonópolis - Cine Meridional, com 300 poltronas.

Várzea Grande - Cine Bela e o Cine Várzea Grande.

De acordo com os anuários estatísticos do IBGE, em 1933 o estado de Mato Grosso tinha sete cinemas. Em 1937 já aumentava para oito, em 1944 já quase dobrava a quantidade para 15 cinemas. Saltando no tempo para o ano de 1967, Mato Grosso contava já com 44 cinemas. A partir dos anos 70, os nossos queridos *Nicklodeons* passou a dar lugar às famigeradas *telinhas*, que chegou de vez, tomando posse daquele público interiorano. Não faltava prefeito colocando televisão em plena praça pública da cidadezinha, fazendo com isso seu *Lobby* político. (ALENCASTRO, 1996)

CINEMA ARTE

A sétima arte propriamente dita, ou seja, as produções cinematográficas historicamente apresentadas no estado de Mato Grosso, não contou com qualquer realização efetiva com produções encenadas, como ocorreu em outros centros, como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais etc. Baseando-se nas publicações de *Alma do Brasil e Esboço Histórico do Cinema*, nas pesquisas de Otávio Guizzo, as produções de filmes ocorrida dentro do Estado, não passaram de documentários e cine-jornais. Até os anos 50, o que existiu na verdade foram alguns registros de documentários ou mesmo reportagens de cinegrafistas que aqui estiveram em visitas.

Pelo que podemos identificar, os primeiros registros cinematográficos de Mato Grosso foram executados pelos cinegrafistas da comissão Rondon, talvez nos anos 20. Tratava-se de documentários, filmados em bitola de 9,5 mm, com 16 quadrinhos P/S, com cenas tomadas sobre aspectos panorâmicos da cidade de Cuiabá e das diversas expedições através do sertão mato-grossense, com grande ênfase de imagens dos indígenas. Amadoristicamente podemos citar o caso do inesquecível fotógrafo Lázaro Papaziam (o Chau) que, como fotógrafo oficial do governo, registrou, além da suas fotos oficiais, reportagens e documentos importantes para a época – chegadas de autoridades, como a exemplo dos presidentes: Getúlio Vargas, Eurico Dutra, a inaugurações de prédios oficiais, desfiles cívicos, cerimônias e até mesmo o flagrante de demolição da histórica Catedral do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Para isso, utilizou da sua filmadora Payllard 16 mm.

Ainda no começo da década de 60, em Campo Grande, surge uma legítima, produção mato-grossense, o primeiro filme elaborado dentro do estado de Mato Grosso não dividido. Tratava-se de os

Paralelos Trágicos, produzido e dirigido por Aboud Lahdo, cidadão campo-grandense que, com muita garra, produziu o primeiro filme mato-grossense, embora com algumas tomadas de cenas na cidade de São Paulo. Os atores eram amadores e legitimamente mato-grossense. O tema do filme era um drama amoroso, na linha dos melodramáticos mexicanos, muito evidente à época. A produção foi rodada em preto e branco com uma duração de aproximadamente uma hora e meia de projeção. *Paralelos Trágicos*, após sua estreia oficial em Campo Grande e Corumbá, teve sua grande estreia em Cuiabá, no maravilhoso *Cine Tropical*, ainda no começo da década de 60.

No início dos anos 70 foi rodado também um longa metragem, uma produção em solo mato-grossense, isto é, nas proximidades da cidade de Poconé, precisamente na zona pantaneira. Sob a direção de Reinaldo Paes de Barros, era o *Pantanal de Sangue*, cujos autores do filme foram o campo-grandense David Cardoso e o cuiabano Rosalvo Caçador.

Segundo as palavras de Luiz Borges, pesquisador e diretor do Cine Clube Coxiponês:

O cinema em Mato Grosso historicamente tem sido considerado uma arte menor no contexto cultural de outras artes mais “consolidadas” no Estado como a música, artes plásticas e o teatro. Só muito recentemente iniciou seu processo de reinserção no seio da cultura mato-grossense. Contribuem para este processo, por um lado, a animadora agitação cultural em circuito alternativo promovida por cinéfilos e pela Universidade Federal de Mato Grosso, através do Cine Clube Coxiponês, a Associação Mato-grossense de Áudio Visual, da Secretaria do Estado de Cultura com a Divisão de Áudio Visual. Por outro lado uma contribuição capital, tem sido o conhecimento da história do cinema no Estado através do trabalho de uns poucos pesquisadores e estudiosos que elegeram como tema de suas investigações. (ALENCASTRO, 1996, p. 8)

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Aníbal. *Anos Dourados dos Nossos Cinemas*. Ed. Prisma. SEC-MT. 1996
- ALENCASTRO, Aníbal. *Freguezia Nossa Senhora da Guia*. Ed. Fundação Julio Campos. Várzea Grande. 1993.
- ANUÁRIO MATO-GROSSENSE. Rio de Janeiro: Olímpica, 1957.
- AYALA, S. Cardoso - *Album Graphico o Estado de Matto-Grosso*. Hamburgo – Alemanha: 1914.
- CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ. *Regimento Interno da Câmara Municipal de Cuiabá*. Cuiabá: Avelino de Siqueira, 1907.
- CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ. *Relatório da Câmara Municipal de Cuiabá, 1920-1935*. Cuiabá: Pereira Leite.
- CARDOSO, José Adalto. *Cinema em Close-Up*. São Paulo, Ed. Azul, 1977.
- COSTA E SILVA. *Dicionário Universal de Curiosidades*. São Paulo: Comércio e importação de Livro Cil, Curso de Introdução à preservação de Acervo foto/cinematográfico, monitorado pela Prof.ª Maria Fernanda Curado Coelho, da Cinemateca Brasileira - Promovido pelo Cine Clube Coxiponés. 1993 - UFMT.
- DICIONÁRIO LELLO. Porto: Lello e Irmãos, 1963 - Porto, Portugal.
- DICIONÁRIO UNIVERSAL DE CITAÇÕES. São Paulo: Nova Fronteira, ANO?
- DORÍLEO, Benedito Pedro. *Egéria Cuiabana*. São Paulo: Vaner Bicego, 1981.
- ENCICLOPÉDIA CONHECER 2000. São Paulo: Nova Cultural, 1995.
- ENCICLOPÉDIA BARSA - Vol. 4. Rio de Janeiro/ S.P: Enciclopédia Britânica., Enciclopédia da Mulher e da Família - Ed. Delta S/A - Rio de Janeiro Volume XV.
- Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Vol. XXXV - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Rio de Janeiro - 1958.
- Enciclopédia Mirador Internacional - Pg. 2414 à 2484.
- FUNCETUR - Fundação de Cultura e Turismo do Estado de Mato Grosso.
- GOMES MONTEIRO, João Alberto. *O “Boateiro” e sua janela mágica*. Cuiabá: Academia Mato-Grossense de Letras, 1992.
- GOMES, Paulo Emílio. *Cinema: Trajetória no Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- LADEIRA, Julieta de Godoy. *Memórias de Hollywood*. São Paulo: Nobel, 1988.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *Televisão, a vida pelo vídeo*. São Paulo: Moderna, 1933.
- MENDONÇA, Estevão de. *Datas Mato-grossenses*. Goiânia: Rio Bonito, 1973
- MENDONÇA, Rubens de. *Roteiro Histórico e Sentimental da Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá*. Cuiabá: Igrejinha, 1975.
- MOURA, Carlos Francisco. *O Teatro em Mato Grosso no século XVII*. Cuiabá: UFMT, 1976.

MÜLLER, Maria de Arruda; RODRIGUES, Dunga. *Cuiabá ao longo de 100 anos*. Cuiabá: FIEMT, 1994.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ. *Código de Postura da Intendência Municipal de Cuiabá*. Cuiabá: Prefeitura Municipal, 1903.

SÁ, Cássio Veiga de. *Memórias de um Cuiabano Honorário*. São Paulo: Resenha Tributária, 1980.

A CONQUISTA DO VOTO FEMININO EM MATO GROSSO

THE CONQUEST OF THE WOMEN VOTE IN MATO GROSSO

Ana Maria Marques¹

Valdirene Felipe da Silva²

RESUMO: O Grêmio Literário Júlia Lopes de Almeida, fundado em 1916, foi a primeira agremiação criada e dirigida exclusivamente por mulheres no Estado de Mato Grosso. A revista *A Violeta*, veículo de expressão do grêmio, foi um importante difusor do ideário feminista da época. O objetivo deste trabalho é analisar o movimento sufragista mato-grossense, encabeçado por integrantes do Grêmio Júlia Lopes de Almeida, verificando como se deu o processo de engajamento das mulheres mato-grossenses no contexto das primeiras reivindicações pelo voto feminino e a importância da revista *A Violeta* como veículo comunicador e de construção dessa luta.

Palavras-chave: Voto feminino. Revista *A Violeta*. Mato Grosso.

ABSTRACT: The Literary Guild Júlia Lopes de Almeida, founded in 1916, was the first college founded and run exclusively by women in the State of Mato Grosso. The magazine *A Violeta* vehicle of expression of the guild, was an important disseminator of feminist ideas of the time. The objective of this study is to analyze the suffragette movement of Mato Grosso, headed by members of the guild Júlia Lopes de Almeida, trying to verify how was the process of engaging women in Mato Grosso in the context of the first demands for women's suffrage, and the importance of the magazine *A Violeta* as a vehicle communicator and construction of this struggle.

Keywords: Women's suffrage. *A Violeta* magazine. Mato Grosso (Brazil).

1 Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História/UFMT. Doutora em História. anamariamarques.ufmt@gmail.com.

2 Graduada em História pela UFMT em 2011. valdi.s@hotmail.com.

Este trabalho foi adaptado de artigo defendido como trabalho de conclusão de curso orientado pela professora doutora Ana Maria Marques, em dezembro de 2011. O ano coincidia também com a posse da presidenta Dilma Rousseff – uma consagração da trajetória das mulheres nas lutas pela participação efetiva e ocupação representativa e democrática dos espaços públicos e políticos do Brasil. Esse fato representa, também, o reconhecimento da capacidade política e intelectual das mulheres.

Todavia, esse evento histórico tão significativo para o país é resultado de um longo processo de lutas e reivindicações que exigiram empenho e coragem de brasileiras como Leolinda Daltro e Bertha Lutz. A primeira fundou em 1910, no Rio de Janeiro, o Partido Republicano Feminino. A segunda criou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em 1922, também no Rio de Janeiro. Foi graças à coragem de pioneiras do movimento sufragista como elas que, há 79 anos, a mulher brasileira finalmente conquistou o direito ao voto, com o 1º Código Eleitoral, datado de 24 de fevereiro de 1932 e promulgado durante o governo de Getúlio Vargas. Em 1933, como resultado dessa vitória, Carlota Pereira de Queirós, representando o Estado de São Paulo, foi eleita a primeira deputada federal do Brasil e da América Latina.

O Decreto nº 21.076, de 1932, que criou a Justiça Eleitoral, estendeu o direito ao pleito feminino, mas ainda assim com algumas restrições, pois podiam votar apenas as mulheres solteiras e viúvas com renda própria e, as casadas, com a autorização do marido. Novos embates foram travados pelas militantes feministas para derrubar tais restrições. Em 1934, com a nova Constituição Federal, esses entraves foram abolidos, mas somente com a Constituição de 1946 foi estabelecida a obrigatoriedade do voto secreto no Brasil, quando as mulheres conquistaram maior espaço no campo da cidadania.



Carlota Pereira de Queiroz discursando na Assembléia Constituinte. Google images.

O MOVIMENTO SUFRAGISTA: HISTORIANDO

O movimento sufragista, organização da sociedade civil que reivindicava o voto feminino, surgiu no final do século XVIII, na esteira da Revolução Francesa, evento histórico que marcou o fim do Antigo Regime e lançou as bases da democracia liberal. É nesse contexto que as ideias que darão as diretrizes do movimento começaram a ser gestadas, através da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, de Olympe de Gouges. Líder do feminismo popular da época, Gouges, segundo Itamar de Souza (2003), formulou esse documento na tentativa de ampliar às mulheres o princípio da igualdade jurídica proclamada pela Revolução.

Mas foi na segunda metade do século XIX que o sufragismo se estruturou como movimento social organizado, ganhando projeção universal. As primeiras militantes a se engajarem nesse movimento foram as mulheres da Europa e dos Estados Unidos, que iniciaram uma movimentação em prol da cidadania política. Essas ideias foram difundidas entre as mulheres latino-americanas que aderiram ao movimento. Segundo Maria Amélia de Almeida Teles (1999, p. 40), na América Latina as mulheres chilenas foram pioneiras na luta pelo voto feminino, antecipando-se às europeias. Em 1876, elas aproveitaram

uma brecha na Constituição de seu país, que não deixava explícita a proibição do voto feminino, para requerer seus direitos eleitorais. Apesar de a maioria ter tido seu pedido indeferido, algumas mulheres conseguiram se inscrever. No ano de 1884, o governo chileno instituiu uma lei proibindo taxativamente o voto feminino.

O Brasil vivenciou uma experiência semelhante, pois, assim como no Chile, a Constituição brasileira, vigente desde 1824, não proibia claramente o voto feminino. A ideia da exclusão estava relacionada a uma questão cultural presente num senso comum, justificado pela tradição. Acreditava-se que política não era assunto de mulher e, com base nesse pensamento, os legisladores nem se preocuparam em proibir a participação feminina, visto que as mulheres não tinham sua cidadania reconhecida.

Mesmo assim, algumas delas, valendo-se dessa lacuna constitucional, passaram a lutar por seus direitos, requerendo o alistamento eleitoral. Conseguiram êxito em primeira instância, mas acabaram tendo seu pedido indeferido na esfera federal. Celi Regina Jardim Pinto destaca o exemplo da gaúcha Isabel de Souza Matos, que em 1881 requereu seu alistamento eleitoral com base em uma lei que facultava o direito ao voto dos portadores de títulos científicos. Foi vitoriosa em sua cidade natal, mas teve o direito suspenso quando tentou se alistar no Rio de Janeiro, em 1890 (PINTO, 2003, p. 15).

Uma característica marcante da primeira fase do movimento sufragista foi que a reivindicação pelo direito de votar estava relacionada ao reconhecimento da mulher como cidadã, logo isso implicava também a ampliação do acesso à educação, que por muito tempo foi uma prerrogativa masculina. Até 1827, a educação feminina se limitava à escola básica. Como nos conta Constância Lima Duarte (2005, p. 150), “[...] a maioria dos colégios femininos enfatizava o desenvolvimento de prendas domésticas e se limitava a um ensino superficial da Língua Materna, do Francês e a noções rudimentares das quatro operações”. Além disso, o número de escolas para meninas era muito reduzido, o que, agregado à questão cultural da época, tornava-se um agravante para a restrição do acesso de mulheres às escolas. A educação passou a ser vista como fator fundamental para a emancipação da mulher, visto que muitas militantes defenderam essa bandeira e começaram a fundar instituições educacionais femininas. Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), uma das primeiras feministas do Brasil, fundou em 1838, no Rio de Janeiro, um colégio exclusivamente feminino: o Colégio Augusto. Essa instituição escolar trouxe inovações significativas para a educação de seu tempo ao incluir no currículo do ensino

feminino o estudo do Latim, Francês, Italiano, Inglês, Geografia e História brasileira, e também estabelecer a prática da Educação Física. Nesse colégio ficou estabelecido um número reduzido de alunas por turma, como forma de garantir a qualidade do ensino.

O movimento sufragista brasileiro ganhou projeção, tendo sido discutido na Constituição de 1891, a primeira Constituição republicana do país, contando com o apoio de personalidades ilustres, assim como dos posteriores presidentes Nilo Peçanha, Epitácio Pessoa e Hermes da Fonseca. O projeto não foi aprovado, mas ao contrário do que ocorreu no Chile, essa Constituição brasileira nunca proibiu explicitamente o voto das mulheres (PINTO, 2003, p. 15-16). No cenário internacional, o movimento sufragista continuou ganhando força. Em 1893, a Nova Zelândia se tornou o primeiro país a conceder o direito ao voto feminino. Em 1902, foi a vez de a Austrália conceder esse direito, seguida pela Finlândia, em 1906, e da Noruega, em 1913, que também reconheceram a cidadania feminina.

É importante lembrar que o século XX foi marcado por um acontecimento que abalou as estruturas das comunidades mundiais e contribuiu para a mudança do lugar social da mulher: a Primeira Guerra Mundial. O professor e cientista político Bruno Konder Comparato afirma que tal evento histórico promoveu uma revolução dos costumes, pois, enquanto os homens partiam para as frentes de batalha, as mulheres deixavam de ter os afazeres domésticos como ocupação principal para assumir funções que, antes, eram exercidas apenas pelos homens. Elas precisaram manter funcionando todos os setores da sociedade e passaram a exercer profissões que até então eram desempenhadas exclusivamente pelo sexo masculino. Com o fim da guerra, não era mais possível as mulheres retornarem à situação anterior, confinadas à esfera privada. As lutas pelos direitos civis e políticos foram tomando força. Alguns países concederam o direito de voto às mulheres, como a Áustria em 1918, a Holanda em 1919, os Estados Unidos em 1920 (COMPARATO, s.d., p. 22), entre outros.

No Brasil, o movimento sufragista também ganhou mais expressão a partir do século XX. Em 23 de dezembro de 1910, Leolinda de Figueiredo Dalto fundou no Rio de Janeiro o Partido Republicano Feminino, cujo programa defendia, principalmente, a luta pelo direito à cidadania política e a emancipação da mulher. Em 1917, Leolinda Dalto e suas companheiras de partido promoveram uma passeata pelas ruas do centro do Rio que mobilizou cerca de 90 mulheres (SHUMAHAR & BRAZIL, 2000), um número modesto, mas sig-

nificativo para a realidade da época. Os pesquisadores acreditam que a grande contribuição do Partido Republicano Feminino foi colocar em evidência as reivindicações femininas daquele momento. Porém, esse partido se extinguiu no final da década de 1910.



Leolinda, ao centro, na passeata de 1917. Fonte: Google images.

Em 1919, Bertha Lutz assumiu a liderança do movimento sufragista brasileiro com a criação da Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, que em 1922 cedeu lugar à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Bertha Maria Júlia Lutz nasceu em São Paulo, no dia 2 de agosto de 1894, filha de uma enfermeira inglesa e do cientista Adolfo Lutz, e gozou de uma condição privilegiada para a mulher de seu tempo. Segundo Celi Pinto, sua condição específica de pertencer a duas elites ao mesmo tempo, a econômica e a intelectual, definiu sua trajetória na construção dessa liderança. Bertha estudou em Paris, onde se formou em Biologia pela Universidade de Sorbonne, e lá teve contato com as sufragistas francesas (PINTO, 2003, p. 22). Ao retornar ao Brasil, em 1918, passou a organizar as bases do movimento feminista brasileiro.

O Estado do Rio Grande do Norte assumiu o pioneirismo do movimento sufragista brasileiro através da Lei nº 660, de 25 de outubro de 1927, que instituiu o voto feminino. Ao elaborar essa lei eleitoral, Juvenal Lamartine, candidato ao governo do Rio Grande do Norte, solicitou ao então governador, José Augusto Bezerra, a inclusão da

emenda das disposições transitórias: “Art. 77 das Disposições Gerais: No Rio Grande do Norte, poderão votar e ser votados, sem distinção de sexo, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta lei” (MARMO & LEONARDO, 2011). Muitas mulheres requereram seu alistamento eleitoral. A professora Celina Guimarães Vianna tornou-se a primeira eleitora da América Latina. Naquela unidade federativa foi eleita a primeira prefeita do Brasil e da América Latina, Alzira Soriano, para a Prefeitura de Lages (RN), em 1928.



Alzira Soriano em seu gabinete no governo de Lages. Fonte: Google images

No Brasil, a segunda metade do século XIX foi marcada por um fenômeno fundamental na difusão dos ideais feministas: o surgimento de diversos periódicos editados por mulheres. O primeiro deles foi *O Jornal das Senhoras* (1852), publicado no Rio de Janeiro e editado por Joana de Paula Manso, que embora tivesse influência conservadora, alertou as mulheres para as suas necessidades e capacidades. Entre outros periódicos destacam-se *O Sexo Feminino* (1873), em Minas Gerais, dirigido por Francisca Senhorinha da Motta Diniz, uma destacada lutadora pelo direito de voto e pela abolição da escravatura; *A Mensageira* (1897 a 1900), de São Paulo, dirigido pela poetisa Priscilana Duarte de Almeida, cuja principal mensagem política foi enfatizar a importância do voto feminino (TELES, 1999, p. 33-36).

O MOVIMENTO SUFRAGISTA EM MATO GROSSO

Mato Grosso também se engajou no movimento feminista brasileiro, com a criação do Grêmio Literário Júlia Lopes de Almeida, em 1916, primeira agremiação criada e dirigida exclusivamente por mulheres no estado. Sua grande expressão foi a revista *A Violeta*, veículo que propiciou um importante intercâmbio cultural, possibilitando a projeção de mulheres mato-grossenses e sua vinculação ao movimento feminista nacional. Por intermédio de artigos veiculados nesse periódico, é possível acompanhar a repercussão do movimento. Ao trazer à baila essas discussões, as mulheres do Grêmio Literário Júlia Lopes de Almeida inseriam a mulher mato-grossense no contexto das reivindicações feministas da época.

É importante ressaltar que, sendo um meio de comunicação, *A Violeta* era um instrumento formador de opinião pública e, nesse sentido, as mulheres afiliadas ao Grêmio exerceram sua militância, desenvolvendo uma campanha que visava à elevação intelectual e à conscientização política da mulher mato-grossense, com a finalidade de ampliar os direitos e as áreas de atuação feminina na esfera pública, que no início do século XX limitavam-se ao exercício do magistério.

Maria Benedita Deschamps Rodrigues (Dunga Rodrigues) discorre sobre o trabalho desempenhado por essas mulheres no interior da revista *A Violeta*, em discurso proferido em 1946, na solenidade de posse da nova diretoria do Grêmio Literário Júlia Lopes de Almeida, ocasião em que fora eleita vice-presidente da agremiação:

Em 1921, apontando o exemplo da Rainha Elisabeth da Bélgica, que nas eleições de 24 de abril desse ano dava às urnas o primeiro voto de eleitor feminino, concitava a nossa revista, a pretensão desse direito a todas as mulheres brasileiras, tão dignas quanto a rainha belga, de participar como um cidadão, na escolha de seus representantes e dirigentes. E assim todo o passo à frente dado pelo progresso feminino era registrado entusiasticamente nas suas colunas (RODRIGUES, 1946, p. 4-5).

AS MILITANTES SUFRAGISTAS MATO-GROSSENSES



Maria Dimpina Lobo Duarte (Revista *A Violeta*)

Fonte: NADAF, 2009, p. 63.

Dentre as mulheres do Grêmio Literário Júlia Lopes de Almeida, uma das que mais se destacaram na defesa dos direitos da mulher e na luta pelo voto feminino foi Maria Dimpina Lobo Duarte. Nascida em Cuiabá, em 15 de maio de 1891, era filha de Francisco de Arruda Lobo e Inocência Almeida. Desde cedo Maria Dimpina entendeu a importância da educação e desta fez o princípio norteador de sua vida. Foi a primeira mulher a ingressar no Liceu Cuiabano – escola pública de ensino secundário – destacando-se dentre os alunos e adquirindo uma rica bagagem cultural advinda dos estudos das línguas grega, latina, inglesa, alemã e francesa. Em 1909, bacharelou-se em Ciências e Letras, com 18 anos de idade.

Como professora, Maria Dimpina deu valorosa contribuição à educação de Mato Grosso. Ao longo de sua carreira docente, exerceu o magistério e esteve à frente de conceituadas instituições de ensino, como o colégio São Luís e a Escola Modelo Barão de Melgaço, pleiteando também a implantação de uma escola doméstica no estado, ambição que conseguiu realizar em novembro de 1946, com a fundação da Escola Doméstica Dona Júlia Lopes de Almeida. Em 1916, participou da fundação do grêmio de mesmo nome, estando à frente da direção e edição da revista *A Violeta*, em várias gestões. Foi a primeira funcionária pública de Mato Grosso (Correios e Telégrafos)

e uma das fundadoras da Federação Mato-Grossense pelo Progresso Feminino, em 1934.

Dunga Rodrigues, em discurso proferido na comemoração ao centenário de nascimento de Maria Dimpina, relembrou sua atuação no Grêmio Literário:

Quando em 1916 fundamos o “Grêmio Júlia Lopes de Almeida”, Maria Dimpina destacou-se logo, como uma das mais assíduas colaboradoras da revista *A Violeta*, porta-voz das aspirações femininas pela educação e aprimoramento cultural da mulher. [...] Na revista *A Violeta* pequena, mas interessante tribuna daquelas aspirações, Maria Dimpina foi assídua e diligente. Com o pseudônimo de Arinapi, ela assinou importantes e bem lançadas crônicas. Na “correspondência de D. Marta” em forma epistolar, que de lindos e salutares conselhos ela prodigalizou a nossa juventude. (RODRIGUES, s.d., p. 2-3).

Maria Dimpina tornou-se um dos pilares do Grêmio Literário Júlia Lopes de Almeida e representante das lutas femininas, assumindo a liderança do movimento sufragista mato-grossense. Escreveu, em 1918, um dos primeiros artigos que versa sobre o voto feminino no estado, sob o título: “A mulher brasileira triunfará”, em que discorreu sobre a polêmica discussão acerca da legalização do voto feminino e também defendeu o direito de a mulher trabalhar fora do lar, exercendo outras profissões além do magistério. Em sua argumentação, enfatizou a importância do desenvolvimento intelectual da mulher e posicionou-se favorável ao exercício do voto feminino, embora acreditasse que ainda não era o momento, pois primeiro era preciso que a mulher se educasse politicamente, para, só então, poder exercer, de forma consciente, esse direito.

Maria Dimpina via a educação como único caminho possível para a mulher alcançar sua emancipação material e cultural e, por essa razão, defendia a educação integral da mulher:

Preparemo-nos! Eduquemo-nos! Que a política seja para nós flor que morra em nossos lábios e em nossas mentes firmemos uma ideia que a mulher de qualquer classe social deve educar-se e uma vez preparadas é justo que não sejamos só ou a flor do salão ou a serviçal obrigada, mas gozemos dos privilégios, das regalias do homem, como somos as primeiras a sofrer as suas dores. (DIMPINA, 1918a, p. 4-6).

A repercussão deste artigo incomodou os opositores dos ideais feministas, que temiam que o desenvolvimento intelectual da mulher e o reconhecimento do direito ao voto feminino colocassem em risco a unidade familiar. Por essa razão, questionaram as declarações da autora, inquirindo dela o que seria dos filhos e qual seria o papel do

marido, caso suas proposições se tornassem realidade. Para responder a essas críticas, Maria Dimpina redigiu um novo artigo, sob o título: “Ainda a missão da mulher”, no número 33 da revista *A Violeta*, de 30 de maio de 1918. Em seu texto, argumenta que o exercício do voto feminino não tomaria tanto o tempo da mulher a ponto de comprometer a paz doméstica ou impedir o desempenho da “sua verdadeira missão”, como esposa e mãe. Sobre a profissionalização da mulher, Maria Dimpina esclareceu:

Mesmo a mulher habilitada a ser médica, dentista, farmacêutica, tipógrafa etc., pode deixar de exercer a profissão uma vez que não seja necessário sustentar-se do seu trabalho, uma vez que sua presença no lar, a educação de seus filhos requer a sua atenção toda. [...] A mulher que sabe compenetrar-se de seus deveres, cuida da sua verdadeira missão, exerça qualquer profissão. A riqueza e a pobreza não é motivo para esquivar-se de seus deveres, não é motivo para abandonar as virtudes que enaltecem o seu espírito e enobrecem o seu coração. Mas, como não é justo que a ela só esteja reservada a vida obscura e só possa desempenhar trabalhos rudes, deve, portanto poder utilizar-se de sua inteligência, ganhar o pão, com a mesma facilidade com que os homens quase sempre vivem. (DIMPINA, 1918b, p. 4).

A partir dessas declarações, fica evidente que a autora não tinha a intenção de promover nenhuma revolução nos papéis estabelecidos entre homens e mulheres. Muito ao contrário, extremamente religiosa, mostrava-se avessa às inovações que colocassem em risco a moral e os bons costumes da família. Dimpina (aqui sob o pseudônimo de Arinapi) dizia que queria apenas:

[...] a mulher apta para sustentar-se; útil para si, para a família e para a sociedade; capaz de exercer os seus direitos e transmitir esses poderes como educadora que é; ser mais ou menos conscienciosamente livre, sem prejuízo dos seus deveres sociais e mesmo salvaguardando-os das intempéries advindas da sua pouca experiência. (DIMPINA, 1934, p. 2).

A postura adotada por Maria Dimpina foi uma característica marcante da primeira fase do movimento feminista, quando as militantes não visavam disputar espaços que pareciam “naturalmente” destinados a homens. Elas reivindicavam apenas direitos civis e políticos. Ana Maria Marques, ao analisar o feminismo nas narrativas da revista *A Violeta*, discorre sobre a militância de Dimpina:

Maria Dimpina foi porta-voz de um pensamento feminista de época. As temáticas em voga: a submissão da mulher, a saída do espaço doméstico para o mercado de trabalho, a reivindicação do direito

de votar e, sobretudo, a importância da instrução e da escolarização das mulheres. Esse último ponto era o convergente entre várias correntes na divergência das ideias entre um feminismo mais radical e outro que não visava competir com os homens ou tirá-los dos “seus lugares”, dos quais, no ideário da época, partiam as questões próprias de homens, cuja “natureza feminina” seria incapaz de penetrar. (MARQUES, 2011, p. 4).

De acordo com Otávio Bandeira De Lamônica Freire, o feminismo advogado pelas escritoras da revista *A Violeta* foi caracterizado pela ambiguidade, marcado por avanços e acomodações. Segundo o autor, a escolha da patronesse da agremiação já revelava a postura que seria adotada por essas mulheres. Júlia Lopes de Almeida foi representante de um feminismo ameno, mas inovador à época: “[...] não confrontava as regras estabelecidas, mas procurava delas se servir para ancorar o argumento da autonomia da mulher, como requisito necessário ao desenvolvimento da própria sociedade.” (FREIRE, 2007, p. 22).

Além de Maria Dimpina, outras integrantes do Grêmio Literário se engajaram na militância pelo sufrágio feminino, com destaque para duas personalidades marcantes na história política e cultural de Mato Grosso: Maria de Arruda Müller e Maria Benedita Deschamps Rodrigues (Dunga Rodrigues).



Maria de Arruda Müller (1998)

Fonte: Memorial da Justiça Eleitoral Mato-grossense (2011).

Maria de Arruda Müller, assim como Maria Dimpina, foi sócia fundadora do Grêmio Literário Júlia Lopes de Almeida, atuou igualmente na direção da agremiação, assim como colaborou ativamente

na edição e publicação da revista *A Violeta*. De acordo com a literata Yasmin Jamil Nadaf (1993, p. 61), Maria de Arruda Müller assinava suas produções com os pseudônimos de Mary, Chloé, Vampira, Consuelo, Sara, Lucrecia, Ofélia e Vespertina, além do seu nome real.

Nascida em Cuiabá, em 1898, Maria de Arruda Müller descendia do coronel da Guarda Nacional João Ponce de Arruda e de Adelina Ponce de Arruda. Casou-se em 1919 com o bacharel e interventor do Estado de Mato Grosso durante o Estado Novo, Júlio String Müller, com quem constituiu uma família de sete filhos – um morreu antes de completar 1 ano de idade. Foi a segunda mulher a ingressar na Academia Mato-grossense de Letras, onde ocupou a cadeira nº 7. Também inscreveu-se nas lides do magistério mato-grossense, lecionando na Escola Normal em Cuiabá e no município de Poconé. Como escritora e poetisa, legou-nos significativa produção intelectual. Durante o período do Estado Novo, ao lado de suas companheiras do Grêmio Literário, exerceu ativamente a militância em prol dos direitos políticos femininos.

Em 1992, ao receber das mãos do presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, desembargador Odiles Freitas Souza, o novo modelo do título eleitoral, Maria de Arruda Müller rememorou a trajetória de luta das mulheres brasileiras e mato-grossenses pela cidadania política:

O movimento feminista no Brasil foi articulado logo após a Revolução de 1930, encabeçado por Bertha Lutz, no Rio de Janeiro, e por Alice Tibiriçá, em São Paulo, criando-se a Associação Brasileira pelo Progresso Feminino [...]. Aqui em Mato Grosso, o jornalista Estácio Trindade procurou o Grêmio Júlia Lopes, do qual, na ocasião, era eu a presidente, para liderar a campanha feminista no Estado. Iniciamos os alistamentos da mulher cuiabana pelos bairros e distritos da Capital e já, na primeira eleição, em 1935, apareceram muitas votantes. Sou, portanto, uma parcela responsável no voto pelo sufrágio da mulher brasileira e por isso sinto-me obrigada a exercer esse direito, que é dever, enquanto restar-me o alento necessário. Se Deus permitir, se for essa a Sua vontade, votarei nas próximas eleições de 3 de outubro. (Livro de registro das atas das sessões plenárias do TRE-MT, 3 de setembro de 1992, fls. 73-73v. In: SIQUEIRA, 2005, p. 671- 672).

Maria de Arruda Müller considerava o início do movimento a partir da sua institucionalização na forma de associação e agremiação.



Maria Benedita Deschamps Rodrigues (Dunga Rodrigues)

Fonte: *Diário de Cuiabá* (2000) – foto de José Luiz Medeiros.

Maria Benedita Deschamps Rodrigues nasceu em Cuiabá, no dia 16 de julho de 1908, filha de Firmo José Rodrigues e Maria Rita Deschamps Rodrigues. Estudou as primeiras letras no Asilo Santa Rita, instituição liderada pelas irmãs francesas de Notre Dame de Lourdes. Depois, o 4º e o 5º ano na Escola Modelo Barão de Melgaço, uma das mais tradicionais da capital mato-grossense na época. O secundário foi cursado no Liceu Cuiabano, sendo que o técnico na Escola de Economia e Comércio. Fez curso superior de Música no Conservatório de Música do Rio de Janeiro. Estudou, num período de cinco anos consecutivos e particularmente, Linguística Portuguesa e Francesa com o professor Antônio Cesário de Figueiredo Neto.

Lecionou Francês na Escola Técnica Federal de Mato Grosso (atual IFMT), Fundamentos Sociais na Comunidade e no Trabalho, no SESC, SENAC, Clube Feminino e Clube Dom Bosco e nos cursos ministrados para a Polícia Rodoviária. Lecionou Música em casa, no Conservatório Mato-grossense de Música, e também no Conservatório Musical de Mato Grosso. Foi membro efetivo da Academia Mato-grossense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Dunga Rodrigues ganhou projeção como musicista. Embora tenha declarado não se considerar pianista, alcançou notoriedade e reconhe-

cimento a ponto de ser escolhida como patronesse do Conservatório Musical de Mato Grosso, que recebe seu nome.

Além do reconhecimento pelo talento musical, Dunga Rodrigues é considerada, por muitos pesquisadores e historiadores, um ícone da cultura mato-grossense, pois realizou um importante trabalho na preservação da memória regional:

Seu amor pela terra natal, Cuiabá, foi o grande mote de sua produção intelectual, pois temia que a riqueza da cultura herdada por mais de dois séculos pudesse ser esquecida, ou melhor, relegada a segundo plano frente ao intenso e vigoroso movimento migratório desencadeado em direção a Mato Grosso, especialmente pós-1970 [...]. Nessa medida, Dunga resolveu, após a citada década, empenhar-se, árdua e vigorosamente, num trabalho que objetivou deixar escrita a contribuição cultural de Mato Grosso. (SIQUEIRA, 2002, p. 22).

No tocante a sua atuação na luta pelo voto feminino, Dunga marcou sua participação na história do movimento sufragista mato-grossense realizando um importante trabalho de retaguarda. Para assegurar a vitória do movimento feminista brasileiro, alcançada com a conquista do voto feminino, Dunga e suas amigas Ana Emília Peixoto de Azevedo e Célia Nunes de Barros empenharam-se na organização da Liga Feminina Pró-alistamento Eleitoral.

Liga Feminina Pró-alistamento Eleitoral

A manhã do dia 1º de maio de 1934 foi um dia memorável para a história do sufragismo mato-grossense, quando se reuniu, no Salão Nobre do Palácio da Instrução, um grupo de distintas senhoras e ilustres representantes da sociedade cuiabana que abraçavam a ideia lançada pelas senhorinhas Maria Benedita Deschamps Rodrigues, Ana Emília Peixoto de Azevedo e Célia Nunes de Barros de criar uma associação voltada para a conscientização política da mulher. Assim, nascia a Liga Feminina Pró-alistamento Eleitoral.

Titulo de Eleitor de Dunga Rodrigues. Arquivo da Casa Barão de Melgaço. Acervo Família Rodrigues. Código DP 15./IHGMT.

Para conduzir os trabalhos, foi composta uma mesa diretora constituída por Adelina Ponce de Arruda, Gertrudes M. Ribeiro, Ecila de Arruda Pimenta e Nilza Verlangieri de Barros, além dos doutores Palmyro Pimenta, Alfeu R. Martins e Olegário M. de Barros e o professor Philogônio Corrêa. A reunião contou com a presença da engenheira Lydia Moura, alta funcionária do serviço de meteorologia, incumbida pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e da fundação de suas filiais em Mato Grosso. Lydia Moura percorreu sobre o programa da instituição que representava, cujos fins convergiam em muitos pontos com os da associação que ali se instalava.

Na ocasião, o professor Philogônio Corrêa reforçou que não se encontravam ali para fundar um partido político, o que significaria desvirtuar os propósitos para os quais a associação estava sendo criada, e, sim, para incentivar os trabalhos de alistamento eleitoral através da conscientização do elemento feminino para suas novas responsabilidades cívicas e a defesa do ideal de Mato Grosso unido, pelo qual todos os integrantes daquela associação se congregavam.

Feitas as considerações, o professor listou as ações propostas à congregação:

- a) Promover a fundação de uma Liga com o intuito de intensificar o alistamento, principalmente das representantes do sexo feminino;
- b) Escolher uma Comissão diretora da associação e outras comissões auxiliares da propaganda;
- c) Estabelecer escritórios, em pontos apropriados, para orientação e encaminhamento dos trabalhos;
- d) Organizar comissões de propaganda do alistamento para os diversos bairros da capital matogrossense;
- e) Conseguir dos senhores fotógrafos, preços especialmente cômodos para os seus trabalhos;
- f) Conseguir a publicação, nos órgãos da nossa imprensa, da matéria referente ao trabalho de alistamento;
- g) Promover o transporte dos candidatos a eleitores dos lugares de suas residências para as sedes de alistamento e de caravanas de propaganda para os diversos núcleos povoados;
- h) Fundar um caixa da associação para o custeio das despesas necessárias;
- i) Promover subscrições e festividades em benefício da caixa da associação. (*Folha do Norte*, Cuiabá, ano II, n. 44, 3 maio 1934).

O mesmo documento acima citado registra a deliberação da composição da diretoria provisória: dez membros, cinco do sexo feminino e cinco do masculino; a nominata foi a seguinte: senhoras Adelina Ponce de Arruda, Maria Dimpina Lobo Duarte e Domingas de Castro e Silva; senhoritas Maria Benedita Deschamps Rodrigues e Anna Emília Peixoto de Azevedo; pelo senhor professor Philogônio de Paula Corrêa, doutores João Ponce de Arruda, Firmo José Rodrigues, Olegário Moreira de Barros e Gabriel Martiniano Corrêa de Araujo. Finalizando os trabalhos, o professor Philogônio Corrêa comunicou que as livrarias e papelarias de Cuiabá haviam oferecido, para os trabalhos de expediente, papel, canetas, lápis, pena e tinta, e que o senhor Nicola Molinari, proprietário do acreditado Café Sargentini, havia colocado à disposição da diretoria da Liga, para a instalação, no seu escritório central, a sala daquele café que confinava com o edifício da Câmara Municipal.

Dessa forma iniciaram-se os serviços de alistamento em Cuiabá e regiões circunvizinhas. De acordo com Firmo José Rodrigues, foi notável o entusiasmo com o qual as mulheres da Liga abraçaram a causa. Para auxiliar o serviço de alistamento, foram designadas diversas senhoras que diariamente realizavam expediente nos cartórios da capital. O escritório da Liga funcionava na Rua Senador Metello, nº 122, diariamente no horário das 15h às 17h30. Dunga Rodrigues registrou que o maior desafio da Liga foi vencer a resistência de senhorinhas e mesmo de matronas de revelar em público a verdadeira idade, e afirma com uma pitada de humor:

Muitas candidatas (sic) desistiram da honra de ser cidadã eleitora, porque o Tribunal Eleitoral publicava diariamente os nomes dos indivíduos alistados, revelavam ao público suas verdadeiras idades pelas colunas da *Gazeta Oficial*! Publicar a idade de uma senhorinha! Que desastre!... (RODRIGUES, 1959, p. 149-150).

Apesar desse fato inusitado, que revela uma certa hesitação ao expor a privacidade, os trabalhos da Liga continuaram a crescer e a mobilizar um público cada vez maior, recebendo apoio de cidades municipais, como foi o caso de Santo Antonio do Rio Abaixo (Santo Antonio do Leverger), que fundou uma filial da Liga Feminina na região. Conforme o jornal *Folha do Norte*³, a sessão inaugural ocorreu no dia 6 de maio de 1934, às 16 h, no edifício da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Rio Abaixo. Presidiu a cerimônia a senhora Edina de Moura Ferraz, secretariada pela senhorita Ponciana Torres, e usaram da palavra, sucessivamente, os senhores: doutor Olegário de Barros, Augusto Ribeiro Filho, Tolentino de Almeida e a senhorita Benedicta de Arruda, congratulando-se com a iniciativa patriótica da mulher mato-grossense. Em seguida foi eleita a comissão que ficou encarregada dos destinos da associação, sendo aclamados os seguintes nomes propostos pelo senhor Tolentino de Almeida: Anna de Carvalho Barros, Edina Moura Ferraz, Rosa Nunes de Figueiredo, Agostinha de Amorim e Anália Ribeiro. Essa comissão faria a escolha das subcomissões e dos auxiliares incumbidos da propaganda nos outros pontos do município.

Os meios de comunicação noticiavam o sucesso da campanha desempenhada pela Liga Feminina, que em poucos meses conseguiu arrematar um grande contingente de eleitoras.

3 *Folha do Norte*, Cuiabá, ano II, n. 45, 17 maio 1934.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho foi analisar o processo de engajamento das mulheres mato-grossenses ao movimento feminista no início do século XX, que teve como principal bandeira a reivindicação pelo voto feminino. O ingresso dessas mulheres nesse importante evento histórico somente foi possível com a criação do Grêmio Literário Júlia Lopes de Almeida, em 1916, na cidade de Cuiabá. Essa agremiação foi o elemento propugnador do movimento feminista no estado.

A revista *A Violeta*, periódico lançado pelo grêmio literário, possibilitou a vinculação de mulheres mato-grossenses ao movimento sufragista nacional, servindo de tribuna para as aspirações femininas e configurando-se no principal instrumento difusor do ideário feminista da época. Ao trazer à baila essas discussões, as militantes do Grêmio Literário Júlia Lopes de Almeida inseriram a mulher mato-grossense no contexto das reivindicações feministas da época. Por meio dos artigos veiculados nas colunas desse periódico, objetivava-se despertar o interesse das mulheres mato-grossenses por sua cidadania política e incentivá-las na luta por seus direitos civis.

Essa luta não terminou com a legalização do voto feminino em 1932. Ao contrário, as sufragistas mato-grossenses adotaram medidas para consolidar essa vitória, a exemplo do trabalho da Liga Feminina Pró-alistamento Eleitoral, criada em 1934. A militância, todavia, transcende a questão do feminino e, em alguns momentos, assume uma dimensão mais ampla, a exemplo do que ocorre quando, para defender a integridade territorial do seu estado, mulheres unem forças com homens para combater o movimento divisionista desencadeado pelas oligarquias no sul de Mato Grosso. Em 1934, momento da elaboração da nova Carta Constitucional brasileira, as elites políticas de Campo Grande iniciaram uma campanha em prol de sua autonomia política e territorial em relação a Cuiabá. A sociedade cuiabana se organizou contra esse movimento e um dos instrumentos utilizados foi a Liga Feminina Pró-alistamento Eleitoral, que além de assegurar a cidadania feminina, conclamava as mulheres para unirem forças com os homens em prol da unidade territorial de Mato Grosso.

Registrar e rememorar a trajetória de luta dessas mulheres é consagrar a participação de Mato Grosso na história do sufragismo, é demonstrar que as mulheres mato-grossenses também participaram desse movimento nacional e internacional pela cidadania feminina que, quase oito décadas depois, culminou com a eleição da primeira presidenta do país – um marco na história do Brasil e na luta pela

igualdade de direitos.

FONTES DOCUMENTAIS

Caderno contendo texto discorrendo sobre o Estado Novo e o papel das mulheres mato-grossenses; outro registro sobre os 225 anos de Cuiabá. Acervo Casa Barão de Melgaço/Família Rodrigues – PI 13. Cuiabá, década de 1940.

Caderno contendo um texto intitulado “Página de diário” e comentários ligeiros sobre Maria Dimpina Lobo Duarte, sobre Guilhermina. Acervo Casa Barão de Melgaço/Família Rodrigues – PI 218. Cuiabá, s.d.

Caderno pertencente ao aluno H. Vieira, que serviu para anotações das aulas particulares de Matemática, provavelmente ministradas por Firmo Rodrigues. Contendo o texto, sem título, referente à projeção da mulher mato-grossense durante o Estado Novo, especialmente por ocasião da constituição da Liga Feminina Pró-alistamento eleitoral, encabeçada por sua filha Dunga Rodrigues. Acervo Casa Barão de Melgaço/Família Rodrigues.

DIMPINA, Maria. A mulher brasileira triunfará. *A Violeta*, Cuiabá, ano II, n. 31, 1918a.

_____. Ainda minha missão de mulher. *A Violeta*, Cuiabá, ano II, n 33, 30 maio 1918b.

_____. À mulher. *A Violeta*, Cuiabá, ano 18, n. 218, out. 1934.

Discurso proferido por ocasião da homenagem a Maria Dimpina Lobo Duarte, realizada no Colégio Coração de Jesus. Acervo Casa Barão de Melgaço/Família Rodrigues.

Discurso pronunciado possivelmente pela titular, por ocasião da posse da nova diretoria do Grêmio Literário Júlia Lopes de Almeida. Cuja presidente eleita foi Maria de Lourdes de Oliveira, sendo a titular a vice-presidente. Acervo Casa Barão de Melgaço/Família Rodrigues – PI 279. Cuiabá, 1946.

Jornal *A Cruz*, Cuiabá, ano XXIV, n. 1.132, 13 maio 1934.

Jornal Constitucional, Cuiabá, n. 42, 13 maio 1934.

Jornal *Folha do Norte*, Cuiabá, ano II, n. 44, 3 maio 1934.

Jornal *Folha do Norte*, Cuiabá, ano II, n. 45, 17 maio 1934.

Jornal *Gazeta Oficial*, Cuiabá, ano XLV – 46 da República, n 6.729, 15 maio 1934. p. 5.

Livro manuscrito contendo escritos sobre o Grêmio Literário Júlia Lopes de Almeida, por ocasião da comemoração dos 30 anos do direito feminino ao voto. Acervo da Casa Barão de Melgaço/Família Rodrigues – PI 03. Cuiabá, década de 1930.

REFERÊNCIAS

- COMPARATO, Bruno Konder. As donas da casa, *Desvendando a História*, São Paulo, ano 2, n. 10, s. d.
- DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta e a educação feminina no século XIX. In: PERARO, Maria Adenir; BORGES, Fernando Tadeu de Miranda (Orgs.). *Mulheres e família no Brasil*. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2005.
- FREIRE, Otávio Bandeira De Lamônica. *Revista A Violeta: um estudo de mídia impressa e gênero*. 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Paulista Júlio de Mesquita, São Paulo, 2007.
- MARMO, Ana Carolina; LEONARDO, Patrícia Xavier (Estagiárias da Área de Arquivos Históricos do CMU). *Adolfo Gordo e Bertha Lutz: A luta pelo voto feminino*. Disponível em: <www.centrodememoria.unicamp.br/arqhist/content/uploads/arquivos/pdf/votofem>. Acessado em: 28/8/2011.
- MARQUES, Ana Maria. O feminismo nas narrativas de mulheres da revista *A Violeta* – Cuiabá: 1916-1950. *Territórios e Fronteiras*, v. 4, n. 1, jan./jul. 2011.
- NADAF, Yasmin Jamil. *Sob o signo de uma flor*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1993.
- PINTO, Celi Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- SHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Org.). *Dicionário Mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Tributo a Dunga Rodrigues*. Cuiabá: Carrión & Carracedo, 2002.
- _____. *Trajetória do Tribunal de Justiça de Mato Grosso: 130 anos*. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.
- SOUZA, Itamar. A Mulher e a Revolução Francesa: participação e frustração. In: *Revista da FARN*, Natalá, v. 2. jan/jul. 2003.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PATRIMÔNIO EDUCACIONAL – PERSONALIDADES

AULAS RÉGIAS EM MATO GROSSO: O DISCURSO DA HISTORIOGRAFIA REGIONAL (OS HISTORIADORES DILETANTES)¹

REGAL CLASSES IN MATO GROSSO:
THE DISCOURSE OF THE REGIONAL
HISTORIOGRAPHY (THE DILLETANT HISTORIANS)

Gilberto Luiz Alves²

RESUMO: O presente trabalho tem por objeto as aulas régias em Mato Grosso. Buscando delimitá-lo, são perseguidos dois objetivos: 1) descrever o conteúdo das principais interpretações da historiografia regional acerca da implantação e do funcionamento das aulas régias em Mato Grosso, resumindo-se, por ora, aos escritos dos historiadores diletantes e 2) resumir as contribuições que ensejem uma reinterpretação da amplitude das reformas pombalinas da instrução pública no Brasil. Segundo a delimitação proposta, as fontes historiográficas regionais reúnem as obras de historiadores diletantes como Estevão de Mendonça, Virgílio Corrêa Filho, Humberto Marcílio, Gervásio Leite, Rubens de Mendonça e Carlos Francisco Moura. A crítica se embasa em fontes documentais e obras clássicas. A matriz teórica que serve à análise é a *ciência da história*, tal como a entende Marx

1 Trabalho apresentado na IV Jornada do Histedbr, realizada na Universidade Estadual de Maringá – UEM, entre 5 e 7 de julho de 2004.

2 Professor aposentado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da Universidade Anhanguera-Uniderp. gilbertoalves9@uol.com.br

em *A ideologia alemã*. Resumidamente, entre as conclusões básicas devem ser nomeadas as seguintes: 1) os estudiosos da região, quando não se atiram à recuperação de fontes documentais, se resumem a reiterar conclusões dos que os antecederam, algumas delas parciais e aligeiradas; 2) a historiografia regional demonstra que aulas régias de primeiras letras, de gramática latina, de retórica e de filosofia racional e moral pontuaram as três principais vilas coloniais da região: Cuiabá, Vila Bela e Diamantino e 3) as interpretações educacionais mais gerais sobre o Brasil ignoram os esforços realizados na Capitania de Mato Grosso, no que concerne à implantação de aulas régias, o que já revela as necessidades de um reexame geral dos resultados das reformas pombalinas da instrução pública no País e, como pré-requisito para realizá-lo, de instauração de investigações similares à presente, focadas sobre outras regiões excluídas das sistematizações histórico-educacionais.

Palavras-chave: Educação. Mato Grosso. Aulas régias. Historiadores diletantes.

ABSTRACT: The aims of this study are the regal classes in Mato Grosso. In order to delimit them, two goals are followed: 1) to describe the content of the main interpretations of the regional historiography about the implantation and functioning of the regal classes in Mato Grosso, summarizing for now, to the diletant historians' writings and 2) to summarize the contributions that lead to a reinterpretation of the scope of the pombaline reforms of public education in Brazil. According to the delimitation proposed, the regional historiographic sources gather the works of the diletant historians such as Estevão de Mendonça, Virgílio Corrêa Filho, Humberto Marcílio, Gervásio Leite, Rubens de Mendonça and Carlos Francisco Moura. The criticism is based on historical sources and classic works. The theoretical matrix that is used in the analysis is the *science of history*, as is understood by Marx in *The German Ideology*. Summarizing, among the basic conclusions the following must be mentioned: 1) the scholars of the region, when they aren't recovering historical sources, they are reiterating conclusions of those that came before them, some of them partial and superficial; 2) the regional historiography shows that the regal classes of literacy, Latin grammar, rhetoric and rational and moral philosophy marked the three main colonial villages: Cuiabá, Vila Bela and Diamantino and 3) the more general educational interpretations about Brazil ignore the efforts made in the Capitania de Mato Grosso, concerning the regal class implantation, which reveals the needs for a general re-exam of the results in the pombaline reforms of public education in the country and, as a prerequisite to do it, implementation of investigations similar to this one, focused on other regions excluded from the historical-educational systematizations.

Keywords: Education. Mato Grosso. Regal Classes. Dilettant Historians.

Este trabalho aponta para a necessidade de realização de balanços relativos à implantação e à amplitude de realização das reformas pombalinas da instrução pública nas diferentes capitanias coloniais do Brasil. Há sensível ausência de sistematizações dessa natureza, em que pese a expansão dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*. As dissertações de mestrado e as teses de doutorado continuam, enquanto tendência, reiterando juízos expostos em raras obras de síntese, principalmente *A cultura brasileira*, de Fernando de Azevedo (1971).

Para ilustrar essa carência, o presente trabalho tem por objeto as aulas régias em Mato Grosso. Buscando delimitá-lo, são perseguidos dois objetivos: 1) descrever o conteúdo das principais interpretações da historiografia regional acerca da implantação e funcionamento das aulas régias em Mato Grosso, resumindo-se, por ora, aos escritos dos historiadores diletantes e 2) apontar as contribuições resultantes que evidenciem a necessidade de uma reinterpretação da amplitude das reformas pombalinas da instrução pública no Brasil.

Para esclarecer a delimitação adotada, deve ser dito que as fontes historiográficas regionais reúnem, por um lado, as obras de historiadores diletantes e, por outro, as contribuições recentes de historiadores acadêmicos, realizadas dentro das universidades. De acordo com o objetivo inicial, portanto, a delimitação se circunscreve aos primeiros.

A crítica se embasa em fontes documentais e obras clássicas. A matriz teórica que serve à análise é a *ciência da história*, tal como a entende Marx em *A ideologia alemã* (1986).

Entre os historiadores diletantes merecem referência Estevão de Mendonça, Virgílio Corrêa Filho, Humberto Marcílio, Gervásio Leite, Rubens de Mendonça e Carlos Francisco Moura³. Mesmo tendo, alguns, desempenhado o magistério, suas atividades profissionais dominantes foram outras. Praticaram a advocacia, o jornalismo, a engenharia, a arquitetura e desempenharam funções e cargos públicos. Produziram com prazer e espontaneidade, ao que parece, pois nunca foram tangidos a escrever por obrigações ligadas ao exercício profissional. Daí ser apropriado qualificá-los como historiadores diletantes. Seus escritos principais não pleitearam a área da educação, mas, reunidos como num mosaico, os resultados de suas incursões histórico-educacionais permitem construir um quadro relativamente abrangente das iniciativas encetadas no campo da instrução pública mato-grossense. Como contrapartida, a incorporação das elaborações

³ Esclareça-se que a análise historiográfica subsequente só leva em conta as descrições acerca da instrução pública mato-grossense referentes ao período colonial. Outros períodos não são considerados.

neles contidas exige cuidados, pois se flagram, no seu interior, ênfases em fatos parciais, reiteraões acrticas de informaes veiculadas anteriormente, lacunas e ambiguidades no que se relaciona à identificao das fontes, alm de interpretaes subjetivas e ligeiradas.

Dispondo tais estudiosos segundo a ordem cronolgica de seus escritos educacionais, o primeiro deles é Estevão de Mendonça. Esse homem desenvolveu intensa atividade jornalstica em Cuiabá ao longo da Primeira Repblica. Foi, também, funcionário pblico, advogado provisionado, topógrafo e professor de geografia e história no Liceu Cuiabano. É de sua lavra uma importante obra em dois volumes, denominada *Datas Mato-grossenses* (MENDONÇA, 1914), na qual recuperou notícias histricas da regio, hauridas nos cronistas e em documentos oficiais da administrao regional, desde a época da capitania, passando pela provincial até a do estado republicano. Como sensível analista de seu tempo e de seu espao, registrou, também, os acontecimentos que viu e viveu ou os relatados por terceiros. Usou, ainda, como fonte básica, a imprensa peridica. Suas anlises revelam, sempre, acuidade e reflexo. No interior de sua referida obra são esparsas as notícias acerca da instruo colonial. A mais importante, com certeza, refere-se ao regresso a Cuiabá, *“lugar de seu nascimento”*, do *“padre José Manoel de Siqueira, primeiro professor de filosofia nomeado para a capitania de Mato-Grosso”*. Tal evento teria ocorrido a 15 de julho de 1798 (MENDONÇA, 1914, v. 2, p. 35).

Outro registro relevante é o que discute a gesto de João Carlos Augusto d’Oeynhausen de Gravenberg, que governou a Capitania de Mato Grosso entre 1807 e 1818. Nele, Estevão de Mendonça relaciona algumas das principais medidas administrativas desse governador. Entre elas, estariam *“a creao em Cuiabá de uma aula de cirurgia e anatomia, como preliminar para a fundao de uma escola de medicina”*, bem como *“a creao de uma Escola de Marinheiros e construes navaes, e a installao de um horto-botnico.”* (MENDONÇA, 1914, v. 2, p. 287) Uma última notícia revela que, depois de exonerado, *“em seu regresso para São Paulo”*, o citado capitão-general teria levado *“comsigo dous mato-grossenses afim de fazel-os estudar metallurgia na fabrica de ferro de Sorocaba.”* (MENDONÇA, 1914, v. 1, p. 71)

Passada uma década, Virgílio Corrêa Filho publicou, em 1925, a primeira monografia histrica especificamente devotada à educao. Intitulada *Questões de ensino* (CORRÊA FILHO, 1925), essa obra veiculou, pela vez primeira, a idia de inexistncia de documentos, acerca da instruo mato-grossense, nos arquivos que reuniam fontes referentes ao perodo colonial: *“Emmudecem de todo os arquivos co-*

loniaes, quando consultados a respeito da instrução em Matto Grosso: praticamente nada havia que merecesse referencia.” (CORRÊA FILHO, 1925, p. 9) Essa idéia vicejou, pois quem a manifestava dispunha de autoridade. Corrêa Filho, engenheiro civil de profissão, genro de um dos políticos mais poderosos da Primeira República em Mato Grosso – Pedro Celestino Correia da Costa –, secretário de estado, funcionário público de alto escalão, integrante do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e autor de uma grande quantidade de estudos regionais, foi considerado, ainda em vida, o maior historiador mato-grossense de então.

Reforça a sua impressão ao citar o cronista Nogueira Coelho, que afirma, a propósito do subsídio literário:

[...] arrecadado desde 1775, em vez de applicar-se ao fim a que se destinava, entra para o cofre da real fazenda, ‘porque nem ha a junta da mesma, nem mestres ou professores que instruem a mocidade, e que recebam os pequenos ordenados que resultam daquella arrecadação. (CORRÊA FILHO, 1925, p. 10)

Corrêa Filho relaciona, ainda, dois outros eventos de expressão. O primeiro, já festejado por Estevão de Mendonça, refere-se à chegada à Capital, em 1798, de José Manoel de Siqueira, “*o primeiro cuiabano que tornou de longes terras, aonde fôra em busca de ilustração, com nomeação de professor de Filosofia.*” (CORRÊA FILHO, 1925, loc. cit.) O segundo evento corresponde à recomendação, feita pelo legislativo mato-grossense ao Capitão-General, para “*que se enviassem sete estudantes para a Europa afim de se instruirem nas artes e sciencias uteis a esta capitania*”, assegurando subvenções a todos eles (CORRÊA FILHO, 1925, loc. cit.).⁴

Sua impressão sobre a situação educacional da região, ao findar-se o período colonial, não poderia ser mais sombria: a independência teria surpreendido “*Mato Grosso quasi de todo desprovido de aparelhamento instructivo.*” (CORRÊA FILHO, 1925, p. 11)

4 Numa publicação de 1924, anterior, portanto, a esta monografia, denominada “*Os primeiros bachareis mato-grossenses*”, José de Mesquita escreveu: “Em 1799 encontra-se, nos Annaes do Senado da Camara de Cuyabá, uma determinação do Governo á mesma corporação no sentido de enviar á Europa sete estudantes ‘afim de se instruirem nas artes e sciencias uteis a esta capitania’ e, de accordo com essa deliberação, estabeleceu-se, nas Camaras de Cuyabá e Villa Bella, um imposto para o pagamento de passagem e pensões alimentares aos estudantes escolhidos pelo General para seguir os cursos da Universidade de Coimbra ou da Academia de Marinha. Leverger, nos seus ‘Apontamentos Chronologicos’ publicados na Revista Matto Grosso, sob a competente direcção de Estevão de Mendonça, regista (sic) lhes os nomes, na parte referente ao anno de 1800, alludindo ás reaes Ordens de 21 e 27 de Outubro de 1798, attinentes ao assumpto. Foram elles João Pedro de Moraes Baptista, Antonio Gomes de Oliveira, João Leite Pereira, Manoel Felipe de Araújo, Manoel Rabello da Silva, Joaquim Antonio Rabello e Francisco José da Costa Rodrigues, todos nomes inexpressivos e apagados, que as chronicas locais jamais referiram, ficando-se em duvida si alguns delles, porventura, se tenha formado ou, a verificar-se tal hypothese, se tenha regressado a Matto Grosso.” Cf. MESQUITA, José de. *Gente e coisas de antanho*. Cuiabá: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978, p. 38-9. (Cadernos Cuiabanos, 4)

Quase quatro décadas depois, Humberto Marcílio, funcionário público que desenvolveu atividades ligadas à Secretaria de Educação, Cultura e Saúde do Estado de Mato Grosso, escreveu um livro, intitulado *História do ensino em Mato Grosso* (MARCÍLIO, 1963). Nele, fez a melhor análise dos desdobramentos da educação, desde o período colonial, na região, a partir de fontes históricas disponíveis à sua época. Segundo consta – e ele próprio afirma no intróito –, para fundamentar a sua abordagem, teria realizado, inclusive, levantamentos no Arquivo Público do Estado. Daí, possivelmente, as transcrições de alguns documentos inéditos, o que empresta riqueza à sua obra.

Ainda no intróito, afirma Marcílio:

Há no nosso trabalho um vazio muito grande no período em que governam os capitães gerais. E, quer porque os fastos de sua história se tenham destruído, quer porque incipiente fôsse o ensino primário naquela época, a verdade é que sentimo-lo realmente lacunoso, registrando assim, daquele tempo, apenas fatos esparsos, alguns, entretanto, de muito interesse para a História. (MARCÍLIO, 1963, p. 13)

Quando começa a descrever os acontecimentos educacionais referentes ao período colonial, mesmo admitindo as conquistas de Mato Grosso em face das necessidades de fornecer mão-de-obra indígena e ouro, além daquela outra de assegurar a posse do território contra os interesses de Espanha, reconhece o lugar subalterno reservado à educação pela coroa portuguesa: “*Não se tem notícia porém de que os assuntos relacionados ao ensino tivessem ocupado, por essa época, lugar proeminente no cômputo geral dos interesses reais.*” (MARCÍLIO, 1963, p. 25)

Para ele, na sua rápida passagem por Mato Grosso os jesuítas nada haviam realizado na área da educação; nem as reformas pombalinas de 1759 ocasionaram consequências sobre a instrução pública; nem os reajustes de 1772 tiveram efeitos práticos, mesmo tendo culminado com a criação do Subsídio Literário.

Em seguida, seu livro relaciona documentos mato-grossenses que dão conta da existência de professores e, portanto, da atividade de ensino, no final do século XVIII. Marcílio indica as *Crônicas de Cuyabá* como a fonte da informação sobre a presença de “*mestres régios*” nas festividades comemorativas do Ouvidor Diogo de Toledo Lara Ordonhes, realizadas na Capital (MARCÍLIO, 1963, loc. cit.), e retoma Virgílio Corrêa Filho ao noticiar a volta de José Manoel de Siqueira a Cuiabá, em 15 de julho de 1798 (MARCÍLIO, 1963, p. 26).

Mais importante, sua obra registra, na íntegra, documentos referentes à instrução pública na região. São esparsos, mas essenciais ao

estudo do desenrolar da história da educação no ocaso do período colonial. O primeiro é uma carta régia, datada de 19 de agosto de 1799, enviada ao Capitão-General Caetano Pinto de Miranda Montenegro, governador de Mato Grosso, na qual são ressaltadas: 1) as preocupações centradas “*Sobre o Quantitativo actual e sobre o augmento, que poderá ter o ‘Subsidio Literário’, quando bem administrado*” (MARCÍLIO, 1963, p. 27), e 2) a determinação “*de que se estabeleça huma Cadeira de Arithmetica, Geografia e Trigonometria, onde possam formar-se e educar-se bons Contadores e bons Medidores*”, para que “*as medidas das Sesmarias se fação com a necessaria exação*”, bem como pela “*utilidade que há de haver Geometras e Geografos capazes de levantarem em Planos e até darem convenientes Descrições de Territórios e dos Rios*” (MARCÍLIO, 1963, loc. cit.).

A 3 de setembro do mesmo ano, outra correspondência, desta feita dirigida pelo Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, instruiu o mesmo Capitão-General para que nomeasse “*em cada Anno Lectivo um Lente ou Professor*”, com a finalidade de “*fazer a vigorosa visita das Escolas*”, alertando para a necessidade de que a atividade fosse realizada “[...] *em tempos e horas incertas, para que os Professores e Discípulos se conservem cuidadosos nos Exercícios Escolasticos*”. (MARCÍLIO, 1963, p. 28).

Alerte-se para o fato de que grande parte da correspondência listada era dirigida a todos os capitães-generais do Brasil, não decorrendo, portanto, de singularidades e demandas próprias da instrução pública em Mato Grosso. Reforça essa idéia, a ausência de registros que evidenciem efeitos práticos dessas medidas, na região. De fato, os cuidados apontados não eram condizentes com a precária situação da educação, nessa Capitania, às vésperas da Independência. Humberto Marcílio reforça esse entendimento ao transcrever o requerimento do Tenente Francisco Leite Pereira em que, por encontrar-se “*vaga*”, solicita provimento naquela que parecia ser a única “*cadeira de Mestre das primeiras Letras, desta Villa de Cuyabá*” (MARCÍLIO, 1963, loc. cit.). Acrescenta que este requerimento “*foi deferido, mediante fiança, em 26 de março de 1811.*” (MARCÍLIO, 1963, p. 29)

Se considerada essa linha de interpretação, chega a surpreender o julgamento de Marcílio, quando fala de “*iniciativas de maior vulto (...) planejadas no setor do ensino, no período colonial*”. Exemplifica-as com “*a criação de uma ‘Aula de Anathomia’, em Vila Bela*”. Toma corpo uma expectativa sem fundamento no real, ao ser revelada a sua impressão sobre o empreendimento, “*Prenúncio talvez de uma escola de medicina.*” (MARCÍLIO, 1963, loc. cit.)

Ao cirurgião mor da Capitania, “*investido de antemão das prerrogativas de ‘Lente D’Aula’*”, foi atribuída a tarefa de “*elaborar os seus estatutos*”. Marcílio finalizou suas considerações afirmando que, “*pelo ineditismo do fato e pelo valor do documento*”, considerava “*de bom aviso*” transcrevê-lo a partir do original, “*na intenção de preservá-lo*” (MARCÍLIO, 1963, loc. cit.). Foi o que fez, na sequência (MARCÍLIO, 1963, p. 29-31).

O autor arremata suas considerações sobre o período colonial com observações próximas daquelas anteriormente formuladas por Virgílio Corrêa Filho: “*Dos nossos arquivos coloniais poucos foram os documentos que se salvaram ante à irreverência da posteridade. E os que dêles restam muito pouco dizem sobre o ensino ao tempo da Capitania.*” (MARCÍLIO, 1963, p. 31)

Em 1970, Gervásio Leite, bacharel em direito, colaborador assíduo na imprensa cuiabana e professor, publicou *Um século de instrução pública* (LEITE, 1970). Fiando-se possivelmente em Virgílio Corrêa Filho, ao discutir a instrução pública mato-grossense, no período colonial, se resumiu a afirmar:

Durante todo o período colonial não se tem nenhuma informação sobre a existência de escolas em Mato Grosso. É quase certo que não se ministrasse instrução em toda zona oeste da colônia, porque o subsídio literário criado por Pombal, em 10 de novembro de 1772, vigorando desde 1775 na capitania, não foi aplicado, pois, como informa Nogueira Coelho nas suas ‘Memórias Cronológicas’: – ‘nem há a junta da mesma, nem mestres ou professores que instruem a mocidade, e que recebam os pequenos ordenados que resultam daquela arrecadação’. Por certo que empecilhos de toda ordem impediam que vingasse o acanhado aparelho colonial de instrução. Instruem-se os filhos da capitania em outros lugares e talvez até no seio da família, à boa moda colonial. (LEITE, 1970, p. 13)

A consideração é apressada, mas em favor de Leite deve ser levado em conta que o seu interesse maior era a “*causa do abandonado ensino primário em Mato Grosso*”, como afirma no intróito do livro. Segundo o subtítulo, se propôs a escrever uma “*História do ensino primário em Mato Grosso*”. Logo, a periodização implícita colocava o período colonial num segundo plano.

Outro historiador diletante foi Rubens de Mendonça, jornalista, funcionário público e professor, que produziu uma extensa obra. No seu interior encontra-se um opúsculo denominado *Evolução do ensino em Mato Grosso* (MENDONÇA, 1977), publicado em 1977. Comparado ao pai, Estevão de Mendonça, não revelou o mesmo

cuidado formal nos seus escritos nem a mesma acuidade. Muitas de suas análises são aligeiradas. Os documentos consultados poucas vezes mereceram, de sua parte, referências claras, inclusive no que se relaciona à localização. Na obra referida, incorporou a interpretação de Fernando de Azevedo, que postula a “*destruição pura e simples de todo o sistema colonial do ensino jesuítico*” (AZEVEDO, 1971, p. 547), no Brasil, como decorrência das reformas pombalinas da instrução pública.

Disse ele: “*Quando o Ministro de Dom José I, o grande Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, expulsou os jesuítas de Portugal e suas colônias lavrou uma sentença de morte contra a instrução no Brasil, a colônia ficou sem escolas.*” (MENDONÇA, 1977, p. 5) Mas a apropriação do juízo de Azevedo se deu, com certeza, por meio de Theobaldo Miranda Santos, autor de uma coletânea de manuais didáticos das mais diversas matérias constitutivas dos planos de formação de professores dos níveis de ensino médio e superior. Rubens de Mendonça emprestou de *Noções de história da educação*, manual integrante dessa coletânea, a expressão mais forte de seu discurso e, como fazia quase sempre, deixou de referenciar a sua fonte. Contudo, a forma original do texto inspirador é coincidente e confirma essa conclusão: “*A reforma de Pombal lavrou a sentença de morte do ensino na Colônia.*” (SANTOS, 1958, p. 479, grifo nosso)

Outra idéia de Santos, extraída do mesmo manual e citada expressamente, serviu para Mendonça corroborar a idéia central de que, na época pombalina, “*não houve progresso real em matéria de educação popular. O ensino primário e secundário, deficiente e fragmentário, não despertou interesse do povo nem constituiu objeto de preocupação do governo.*” (MENDONÇA, 1977, p. 6; Cf. SANTOS, 1958, p. 481-2)

Rubens de Mendonça afirma ter consultado a obra do cronista colonial José Barbosa de Sá, mas não teria flagrado qualquer registro sobre a instrução (MENDONÇA, 1977, p. 7).

Em seguida, quase sempre deixando de se referir às suas fontes, relacionou um pequeno número de outros fatos que colocam em dúvida as suas próprias afirmações anteriores: “*Desde os tempos coloniais, quando Mato Grosso era ainda Capitania, El Rei de Portugal nomeava professores régios para Cuiabá e Vila Bela. O meu ascendente José Zeferino Monteiro de Mendonça era professor régio de latim.*” (MENDONÇA, 1977, p. 6)

Diz não ter encontrado “*nos arquivos de Cuiabá (...) documento algum referente ao ensino primário na Capitania*”, mas admite ter conhecido “*um documento de 1808 que menciona a criação de duas Escolas*

de medicina, uma em Cuiabá e outra em Vila Bela, mas o documento não fala no seu funcionamento.” (MENDONÇA, 1977, loc. cit.)

Ainda sem citar a fonte, adianta que:

Numa festa realizada em Cuiabá, em agosto de 1790, por ocasião do aniversário do Dr. Diogo de Toledo Lara Ordonhes, aparecem os nomes de dois professores, um mestre-régio de ler, João Antônio, e outro professor régio de latim, José Zeferino Monteiro de Mendonça, para a conclusão é lógica. Se haviam professores, certamente haviam escolas. (MENDONÇA, 1977, p. 7)

Prossegue Rubens de Mendonça:

Entretanto, os documentos nada dizem a respeito. Estevão de Mendonça, nas ‘Datas Mato-Grossenses’, apenas menciona a fundação de uma Sala de Anatomia e Cirurgia em Cuiabá e Humberto Marcílio, na sua ‘História do Ensino em Mato Grosso’, registra uma Aula de Anatomia em Vila Bela, ambas fundadas pelo Capitão General João Carlos Augusto de Oenhausen Gravenberg. (MENDONÇA, 1977, loc. cit.)

Em seguida, transcreve os registros correspondentes, obtidos nas duas obras referidas. Para ele, esses extratos resumem-se ao que “*a História registra.*” (MENDONÇA, 1977, loc. cit.)

No mesmo ano de 1977, Carlos Francisco Moura, estudioso de origem portuguesa que se subscreve, sempre, como arquiteto e pesquisador, teve publicado um opúsculo denominado “*O ensino em Mato Grosso no século XVIII e início do XIX*” (MOURA, 1977). Sua obra é vasta e faz uma espécie de ponte entre os historiadores diletantes e os historiadores acadêmicos. Mesmo tendo seus interesses voltados, mais de perto, à pesquisa histórica na área da arquitetura, palmilhou outros campos como o teatro, as artes plásticas e a educação. Vinculou-se como pesquisador, inclusive, ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR, da Universidade Federal de Mato Grosso. Foi, também, professor desse estabelecimento de ensino superior. Mas, como todo pesquisador que amplia muito suas áreas de interesse, acaba fazendo, pelo menos, um ou outro trabalho superficial. Foi o que se deu em relação aos seus estudos da educação. Mas, no estágio em que se encontrava a pesquisa histórico-educacional em Mato Grosso, o trabalho de Moura foi muito fecundo, pois o estudioso dominava um conjunto de fontes jamais cogitado entre os historiadores diletantes. Suas informações geraram muitas pistas para a pesquisa que se desenvolveu em seguida, quando os primeiros quadros acadêmicos das universidades da região a ela retornaram, depois de concluídos seus cursos de mestrado.

No opúsculo que interessa à educação, Moura apresenta uma minuta inicial que identifica os assuntos tratados: *“Instrução pública – Ensino de Engenharia – A Aula de Anatomia e Cirurgia de Vila Bela – Estudos Militares – Os Estudos Menores de Vila Bela – Matogrossenses na Universidade de Coimbra.”* Em muitos passos do trabalho, o autor se resume a repetir os resultados de estudos anteriores. Repete Humberto Marcílio, por exemplo, ao discorrer sobre o projeto da *“Aula de anatomia e cirurgia de Vila Bela”*; repete Luís D’Alincourt, também, ao falar sobre os *“Estudos militares”*; repete José de Mesquita, ao relacionar os *“Mato-grossenses na Universidade de Coimbra”*. Ainda *“Instrução pública”* é repetição, em grande parte, das obras dos historiadores diletantes.

Porém, Moura acrescenta dados novos ao difundir os resultados de um estudo biográfico de Gilberto Freyre, centrado na figura do mais importante capitão-general de Mato Grosso, Luiz de Albuquerque⁵. O sociólogo pernambucano teve a possibilidade, na busca de fontes, de devassar o arquivo da Casa da Ínsua, em Portugal. Preocupou-se com a transcrição de diversos documentos, que ocupam metade do livro, muitos deles relevantes para a instrução pública. Essa obra de Gilberto Freyre ganhou maior significado histórico depois do incêndio que atingiu o arquivo da Casa da Ínsua, quando muitos dos documentos nele transcritos podem ter sido consumidos pelas chamas. São as informações hauridas nessa base documental, revelada por Gilberto Freyre, que dão peso ao opúsculo de Carlos Francisco Moura, principalmente à parte referente ao *“Ensino de Engenharia”*. Nela, se dá conta da realização de estudos práticos de engenharia dentro das fortificações militares de Mato Grosso. Os engenheiros Ricardo Franco e Domingos Sambocetti teriam ensinado, respectivamente, no Forte de Coimbra e no Forte Príncipe da Beira. Formavam ambos, dessa forma, seus auxiliares, para atender às demandas das obras que estavam sob a sua responsabilidade. Acrescente-se que eram previstos, inclusive, estipêndios específicos para o exercício da atividade de ensino. Também a discussão sobre a *“Instrução pública”* se beneficia das consultas à obra de Gilberto Freyre. Com base nessa fonte é exposta, por exemplo, a iniciativa de um vereador da Câmara de Vila Bela, preocupado que estava com a organização dos *“estudos menores”* naquela localidade.

5 Trata-se de FREYRE, Gilberto. *Contribuição para uma sociologia da biografia: o exemplo de Luiz de Albuquerque governador de Mato Grosso no fim do século XVIII*. (Cuiabá): Fundação Cultural de Mato Grosso, 1978. 404 p. (Edição comemorativa do bi-centenário de fundação das cidades de Corumbá e Cáceres). Como se verifica, a obra referenciada corresponde a uma edição comemorativa que veio à luz após a realização do estudo de Moura.

Finalizando, podem ser sistematizadas algumas conclusões básicas. A primeira é a de que os historiadores diletantes, em Mato Grosso, tenderam a reiterar as conclusões dos que os antecederam, algumas delas parciais e aligeiradas. Os trabalhos são tanto mais repetitivos quanto menor é o número de novas informações que agregam. Mas os dados neles veiculados são consistentes, no sentido de demonstrar que aulas régias de primeiras letras, de gramática latina, de retórica e de filosofia racional e moral pontuaram as três principais vilas coloniais da região: Cuiabá, Vila Bela, Poconé e Diamantino. Contudo, constata-se que as sistematizações interpretativas mais gerais sobre a educação no Brasil ignoraram os esforços realizados nas regiões menos desenvolvidas do País, a exemplo deste caso da Capitania de Mato Grosso, no que concerne à implantação de aulas régias. Em especial, a tese de *“destruição pura e simples de todo o sistema colonial do ensino jesuítico”*, pretensamente realizada pelas reformas pombalinas da instrução pública, fez tábula rasa de experiências educacionais como essa que se desenrolou no extremo oeste. Essa tese, formulada por Fernando de Azevedo, mas envolvendo mediações e ressalvas que impediram fosse levada às últimas consequências, foi adotada e absolutizada pelos seguidores, o que terminou por conferir-lhe um conteúdo catastrófico. As dissertações de mestrado e teses de doutorado, nessa ótica, têm desqualificado, pura e simplesmente, os efeitos das reformas pombalinas da instrução pública no Brasil. Outros estudiosos, como Valnir Chagas, mesmo fugindo a esse tipo de interpretação catastrófica, circunscreveram a amplitude das reformas às regiões mais desenvolvidas da Colônia (CHAGAS, 1978, p. 9)⁶, juízo que também merece reparos se considerada a experiência educacional mato-grossense. Essas considerações já revelam, de imediato, a necessidade de um reexame geral dos resultados das reformas pombalinas da instrução pública no Brasil e, como pré-requisito para realizá-lo, a instauração de estudos similares ao presente, focados sobre outras regiões excluídas das nossas principais sistematizações histórico-educacionais.

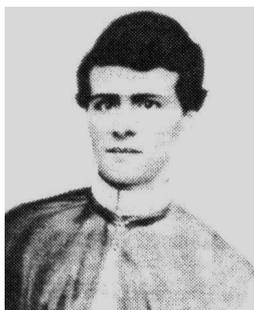
6 “Nos anos iniciais, para atender as conveniências de momento, foram criadas as aulas esparsas de ‘primeiras letras’, Gramática, Latim e Grego no Rio de Janeiro, na Bahia, em Pernambuco, no Maranhão, em São Paulo e em localidades de alguma importância como Vila Rica e Mariana. Com o Subsídio Literário, o seu número cresceu e alcançou alguma diversificação em matérias como Retórica, Hebraico, Matemática, Filosofia e Teologia. Tudo, porém, muito circunstancial e precário, ante a escassez de recursos e a falta de quadros.”
Cf. CHAGAS, Valnir. *Educação brasileira: o ensino de 1.º e 2.º. graus antes, agora e depois?* São Paulo: Saraiva, 1978, p. 9.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Gilberto Luiz. *Educação e história em Mato Grosso: 1719-1864*. 2.ed. rev. ilustr. Campo Grande, MS: EdUFMS, 1996. 148 p.
- AZEVEDO, Fernando. A transmissão da cultura. In: *A cultura brasileira*. 5.ed.rev. ampl. São Paulo: Melhoramentos; EdUSP, 1971. 809 p. (Obras Completas, 13)
- CHAGAS, Valnir. *Educação brasileira: o ensino de 1º. e 2º. graus antes, agora e depois?* São Paulo: Saraiva, 1978, p. 9.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *Questões de ensino*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1925. 94 p. (Monografias Cuiabanas, 1)
- FREYRE, Gilberto. *Contribuição para uma sociologia da biografia: o exemplo de Luiz de Albuquerque governador de Mato Grosso no fim do século XVIII*. (Cuiabá): Fundação Cultural de Mato Grosso, 1978. 404 p. (Edição comemorativa do bicentenário de fundação das cidades de Corumbá e Cáceres)
- LEITE, Gervásio. *Um século de instrução pública: história do ensino primário em Mato Grosso*. Goiânia: Rio Bonito, s.d., 180 p.
- MARCÍLIO, Humberto. *História do ensino em Mato Grosso*. Cuiabá: Secretaria de Educação, Cultura e Saúde do Estado, 1963. 226 p.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã (Feurbach)*. 5.ed. São Paulo: HUCITEC, 1986. 138 p.
- MENDONÇA, Estevão de. *Datas Mato-grossenses*. Nictheroi: Escola Typ. Salesiana, 1919. 2 v.
- MENDONÇA, Rubens de. *Evolução do ensino em Mato Grosso*. Cuiabá: s.ed., 1977. 56 p.
- MESQUITA, José de. *Gente e coisas de antanho*. Cuiabá: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978, p. 38-9. (Cadernos Cuiabanos, 4)
- MOURA, Carlos Francisco. *O ensino em Mato Grosso no século XVIII e início do XIX*. Rio de Janeiro, *Convergência*, Revista Cultural do Centro de Estudos do Real Gabinete Português de Leitura, Ano 2, n. 3, jul./dez. 1977, p. 145-57.
- SANTOS, Theobaldo Miranda. *Noções de História da Educação*. 8. ed. São Paulo: Nacional, 1958. 497 p. (Curso de Psicologia e Pedagogia, 2)

PE. ERNESTO CAMILO BARRETO E SUA CONTRIBUIÇÃO NA MODERNIZAÇÃO DO CENÁRIO EDUCACIONAL DE MATO GROSSO (SÉC. XIX)

FATHER ERNESTO CAMILO BARRETO AND
HIS CONTRIBUTION TO THE MODERNIZATION OF
THE EDUCATIONAL SITUATION OF MATO GROSSO
(19TH CENTURY)



Padre Ernesto Camilo Barreto.
Arquivo da Casa Barão de Melgaço.

Elizabeth Madureira Siqueira¹

RESUMO: O presente artigo expõe a trajetória de uma das mais significativas personalidades da História da Educação de Mato Grosso, o Pe. Ernesto Camilo Barreto, uma das principais figuras ligadas ao ensino secundário junto ao Seminário Episcopal da Conceição, primeira instituição de ensino secundário instalada em

¹ Doutora em História da Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (1999). Integrante do Grupo de História da Educação da UFMT-IE. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e membro da Academia Mato-Grossense de Letras. Professora Adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso. emsiqueira@terra.com.br

território mato-grossense e que teve relevante papel na formação das elites dirigentes regionais. São abordados também a atuação desse clérigo junto às áreas da política e no interior do mundo sacro.

Palavras-chave: Educação. Mato Grosso. Pe. Ernesto Camilo Barreto. Política. Imprensa.

ABSTRACT: This article shows the trajectory of one of the most significant personalities of the History of Education in Mato Grosso, Priest Ernesto Camilo Barreto, one of the main figures linked to the secondary education at the Episcopal Seminary of Conceição, first institution of secondary education established in a mato-grossense territory and that had a relevant role in the formation of the regional governing elites. The actions of this clergyman in the political and religious areas are also addressed in this paper.

Keywords: Education. Mato Grosso. Father Ernesto Camilo Barreto. Politics. Press.

Objetiva-se com o presente artigo tecer algumas considerações a respeito do momento em que os pressupostos modernos adentraram ao cenário educacional mato-grossense, utilizando como modelo exemplar a figura do Pe. Ernesto Camilo Barreto, baiano de Cachoeira (1826), franciscano de formação, professor de Teologia e Filosofia junto ao Colégio Franciscano da Bahia e cuja formação nessas duas áreas de conhecimento se deveu às teses defendidas por ocasião da obtenção do grau de Mestre. Tendo optado pela secularização, sagrou-se presbítero (1850) sob o cognome de Frei Ernesto de São Joaquim Barreto, permutando o hábito franciscano pelo de São Pedro.

Sua ida para a província de Mato Grosso se deveu aos conclamos do Bispo de Cuiabá, D. José Antônio dos Reis, junto ao Governo Imperial, para a nomeação de um professor de Teologia Dogmática e Moral que pudesse auxiliar nos trabalhos de implantação do Seminário Episcopal da Conceição, em Cuiabá. Esse estabelecimento de ensino, vocacionado para a formação clerical, servia ainda como espaço de formação secundária para aqueles que desejassem prosseguir nos estudos superiores.

Acompanhado da mãe e de um casal de irmãos, Camilo Barreto deixou a Bahia rumando para Cuiabá, ali chegando a 7 de agosto de 1854. Sua atuação junto ao citado Seminário se revestiu de uma importância singular, visto que não somente se responsabilizou pela sua fundação e estruturação organizacional, mas também ali prestou relevantes serviços seja enquanto Reitor ou como professor de diversas cadeiras. Foi nesse estabelecimento que o Pe. Ernesto imprimiu as primeiras marcas de sua opção pela modernidade no setor educacional,

visto ter sido ele o primeiro professor a confeccionar e mandar editar material didático-pedagógico para o ensino secundário.²

A efetiva participação do Pe. Ernesto Camilo Barreto no âmbito da instrução – tanto privada como pública – se deveu ao seu pensamento iluminista, centrado na crença de que somente através da instrução escolar – foco de luz – as crianças e até mesmo os adultos poderiam modificar seus antigos e condenáveis hábitos – típicos do espaço da *barbárie* –, adentrando no espaço da civilização. Baseado nessa premissa, Camilo Barreto irá dedicar grande parte de sua vida à elaboração de planos e projetos capazes de alçar a população analfabeta ao mundo letrado. Esse desejo era revestido de ações efetivas que fossem capazes de processar essa transformação, interferindo na organização sistêmica da instrução pública através de Regulamentos e Regimentos regulamentos e regimentos capazes de imprimir um tom moderno e renovador ao cenário educacional mato-grossense. Nesse sentido, Pe. Ernesto Camilo Barreto foi convidado, por diversos presidentes da Província, para ocupar o cargo de Inspetor Geral dos Estudos, cargo que ocupou durante muitas gestões administrativas, tendo, ao longo de sua atuação junto à instrução pública, contribuído inequivocamente para a implantação dos pressupostos modernos.

Foi a partir da proposta de reforma da instrução pública preconizada pelo Presidente da Província de Mato Grosso, Francisco José Cardoso Júnior, em 1872, que a organização de um sistema educacional foi pensado no interior do espaço público de ensino. Essa propositura, de cunho eminentemente racional e calcada no moderno sistema administrativo, tinha por base uma rede hierárquica, a normalização das relações de trabalho – garantida através de mecanismos de inspeção e controle –, distribuição de atribuições e competências, hierarquização de cargos, formas de ingresso e aposentadoria, conferindo ao texto legal, de caráter nitidamente antecipatório, o papel de propugnador das mudanças no setor da Instrução Pública mato-grossense.

Não bastava dar a esse ramo da administração uma sistêmica, mas sobrelevava a necessidade de, ao lado da estrutura burocrático-fiscalista, oferecer condições concretas para sua realização no interior das escolas. Assim, se os Regulamentos da Instrução Pública regulamentos da instrução pública passaram a normatizar tanto as relações macro, como as micro, eram através dos Regimentos Internos regimentos internos das escolas, como documento legal que se

2 No ano de 1864 mandou imprimir, às próprias custas, o *Compêndio Elementar de Teologia Dogmática* e no ano seguinte o *Compêndio de Gramática Latina*, afora muitas apostilas e opúsculos didáticos.

procurava dar materialidade e concretude às ações modernizadoras no interior das escolas.

Essas transformações somente foram levadas a cabo na gestão posterior, sob a presidência de Miranda Reis que fez aprovar, no interior da Assembléia Legislativa, o regulamento da instrução pública datado de 1873. Essa legislação, cópia daquela apresentada por Cardoso Júnior, contemplava uma série de novas posturas frente ao sistema escolar. Para levar à frente esses procedimentos somente uma pessoa ilustrada e imbuída dos pressupostos da modernidade poderia fazê-lo. Assim, a 12 de outubro de 1873 o presidente da província mato-grossense nomeou o Pe. Ernesto Camilo Barreto para o cargo de Inspetor Geral dos Estudos, em substituição ao Capitão José Dinis Vilas Boas, delegando-lhe não somente atribuições administrativas daquela pasta, mas incumbindo-o da elaboração do primeiro Regimento Interno das Escolas Primárias, datado de 7 de dezembro de 1873, o qual continha como pressupostos fundamentais estabelecer, de forma rígida e universal, *o que estudar, quando estudar e como ensinar*. Esses princípios fixavam a divisão do tempo no interior das escolas, de forma que o ensino primário deixou de ser ministrado em um só grau, passando a sê-lo em um único, abrangendo as seções de Leitura, Escrita, Doutrina, Gramática, Geografia, História Universal e estudo dos pesos e medidas usuais no Império (SÁ, apud SIQUEIRA, 2000, p. 59-78) Ao final desse Regimento, dois quadros serviam de norte para as ações pedagógicas: o primeiro, estabelecendo a divisão do tempo escolar e pré-fixando a ação de cada ator – professor, monitores e alunos –; o segundo – refletindo a umbilical relação Igreja/Estado – incluía duas orações a serem declamadas na entrada e saída das aulas.

O que também marcou Camilo Barreto no âmbito da educação pública mato-grossense fora sua atuação sistemática e impecável como Inspetor Geral dos Estudos, cargo que ocupou por pouco tempo no ano de 1872, tendo se afastado do cargo por ter sido eleito Deputado Geral. Mais tarde, voltou a ocupá-lo durante os anos de 1873 a 1978, ininterruptamente. Preocupava-se ele não somente em percorrer as escolas, orientar os professores quanto aos conteúdos e métodos, avaliando o sistema escolar da província de forma criteriosa e pormenorizada, o que pode ser constatado pelos seus minuciosos relatórios, documentos que anualmente eram encaminhados ao Presidente da Província e que serviam de base para que este elaborasse o Relatório governamental, apresentado aos Deputados provinciais.

Os relatórios elaborados por Camilo Barreto tornam-se peças documentais de relevante valor histórico, na medida em que abordam,

de forma crítica, algumas questões que intrigam os historiadores da educação e que dificilmente poderiam encontrar referências nos similares elaborados por outros Inspetores. Isso se deve ao fato de que Camilo Barreto foi um dos poucos pedagogos a assumir a Inspetoria, na década de 1870, pois, de regra geral, esse cargo era ocupado por “cientistas”, médicos, advogados e até mesmo engenheiros. Ao lado disso, o Protonotário Apostólico enxergava a realidade do ensino público sob uma ótica muito mais crítica que os demais, visto estar atrelado pedagogicamente ao ensino privado eclesiástico, o que lhe dava condições de se colocar, até certo ponto, como elemento que via de “fora” o que estava ocorrendo na instrução pública.

Podemos destacar alguns pontos críticos abordados pelo Protonotário Apostólico:

- 1) Ao analisar a saída do material escolar do Almoxarifado da Inspetoria, constatou que os mesmos, ao invés de serem distribuídos somente aos alunos pobres, como preceituava o regulamento de 1873, estava sendo fornecido, também, aos alunos ricos: “Em geral frequentam as nossas escolas alunos pobres, que devem ser supridos pela província. Os mapas de todas as escolas, remetidos à Inspetoria Geral, assim o dizem. Parece que não existem ricos e abastados que tenham filhos, ou se existem não mandam seus filhos às escolas.” Essa crítica de Camilo Barreto dá elementos para se abrir uma discussão importante no interior das práticas administrativas do Império, uma vez que as escolas públicas foram criadas segundo os regulamentos, para beneficiar, teoricamente, as crianças analfabetas – tanto aquelas egressas das camadas superiores quanto das inferiores – porém o material didático adquirido com dinheiro público estava, tão somente beneficiando aos alunos pobres ou, segundo a nomenclatura de da época, *indigentes*. Isso, na prática, não era cumprido e as observações do Pe. Ernesto fornecem pistas para pensarmos que o espaço escolar público era ocupado, majoritariamente, por filhos das elites.
- 2) Outro aspecto revelador dos seus relatórios diz respeito ao fato de que muitos alunos das escolas públicas primárias passavam de ano sem ao menos terem cumprido o mínimo exigido, ao que assim se expressou o Inspetor após ter percorrido várias escolas de Cuiabá: “Nenhum aluno ou aluna foi encontrado provector, ainda mesmo nas matérias exigidas pelo antigo regulamento. Pelo contrário, a comissão examinadora mandou voltar à 1ª classe de aritmética e doutrina alunos que se diziam de 4ª classe. [...] Entendo que, se o ensino deve ser um sacerdócio, o julgamento de capacidade deve ser

uma verdade. A mentira que nunca foi uma virtude, cumpre que seja varrida, especialmente da educação e da instrução. Representar o que é pelo que não é, e vice-versa, em matéria de instrução, é prejudicar ao indivíduo a quem se dá, como uma bula falsa, o diploma de capacidade, e à sociedade que acredita em virtude desse título.” (BARRETO, 1874, p. 16).

- 3) Uma das preocupações constantes de Barreto dizia respeito ao método de ensino utilizado nas escolas públicas primárias. Defensor dos métodos modernos – especialmente o simultâneo – lutou para evidenciar sua inexistência nas escolas públicas primárias de Mato Grosso. Após visitar algumas escolas da capital, assim se expressou: “Ainda não pude compreender qual o método de ensino aplicado nas escolas. [...] pelo que vi e presenciei o sistema não é nenhum dos métodos mencionados, é não ter sistema. A variedade e não a uniformidade rege as escolas. Cada qual ensinando pelo modo por que aprendeu, e cada um aprendeu pelo que mais lhe convém. Nenhuma ordem na distribuição do tempo, nem nas matérias do ensino. As sessões de leitura, de escrita, de aritmética e de doutrina, em vez de se sucederem, tornam-se simultâneas, estes escrevem, enquanto aqueles rezam, leem uns enquanto outros de ocupam em fazer contas.” (BARRETO, 1874, p. 17). Tendo em vista a caótica situação metodológica reinante no meio escolar da província, Pe. Ernesto se empenhou em mandar reformar a 1ª primeira escola primária de Cuiabá a fim de que ali fosse utilizado o moderno método de ensino, o simultâneo: “Não tenho necessidade de encarecer o método simultâneo, aplicado ao ensino primário, ele já está julgado pelas nações mais adiantadas e pelos nossos mais distintos professores e pedagogistas. [...] já está ele admitido e em execução entre nós na 1ª cadeira de instrução primária da paróquia da Sé, regida pelo cidadão Manuel Teixeira Coelho, e se não em todas as escolas desta capital, isto é somente devido à falta de casas e das mobílias e utensílios indispensáveis ao sistema. Todos os professores desta capital e de Vila Maria (Cáceres) assistiram os exercícios pedagógicos, e se os não puderam desenvolver ainda em suas respectivas escolas, é isso devido ao que deixei referido.” (BARRETO, 1874, p. 31).
- 4) A falta de dados estatísticos é uma constante nos relatórios da Instrução Pública, assim como praticamente inexistem nos demais documentos produzidos pela administração provincial, porém nos relatórios elaborados por Camilo Barreto, ao contrário, a estatística era utilizada

como técnica científica em seus escritos. Não satisfeito em quantificar o número de alunos por escola, chegava ele a comparar a população escolar com aquela da província: “A população da província é calculada com probabilidade em cinquenta mil almas. O número de alunos que receberam instrução primária em 1873 foi de 1.435. Confrontando os algarismos, vê-se que está para aquele na razão de 1 para 35.” No mesmo relatório, preocupou-se Pe. Ernesto em quantificar o custo de cada aluno matriculado nas escolas públicas primárias durante o ano de 1873: “A despesa feita com a instrução primária, salvo o curso noturno, foi de 23:000\$000 réis. O número de alunos matriculados nas escolas subvencionadas pela província é de 1.085. Comparados os dois algarismos, vê-se que cada aluno custou à província quase 22\$000 réis. E se desprezando o número das matrículas, tomar-se o da frequência, cada aluno está por 24\$210 réis.”

- 5) Dura crítica foi feita por Camilo Barreto ao constatar o fracasso do ensino noturno, ponto alto e moderno do Regulamento de 1873, devido à pouca importância dada a ele pela população adulta. Certamente, essas escolas noturnas, criadas para “civilizar” os adultos pobres, transformando seus hábitos e costumes no tocante ao lazer noturno, não encontraram receptividade no meio popular. Essa rejeição, certamente, indica a existência de um outro universo cultural, desconsiderado pelo projeto hegemônico, formulado pelas elites imperiais, na constituição do Brasil moderno. Criticando a postura dos adultos mato-grossenses, Pe. Ernesto assinalou: “Instituição tão útil, porém, e proveitosa aos que labores da vida não podem durante o dia curar da alimentação do espírito, foi abandonada pelos próprios a quem interessava. Nenhum aluno matriculou-se nessas escolas de instrução primária. Não se diga que estávamos neste ramo, como em Genebra, onde um vogal da sociedade helvética, querendo experimentar o seu método de ensino para adultos, procurando por toda cidade adultos analfabetos, não encontrou senão um, e esse mesmo não era suíço, mas italiano.” (BARRETO, 1874, p. 20). Para convencimento de sua argumentação, comparava a sociedade brasileira e mato-grossense com aquelas europeias, modelos de civilidade, sendo seus exemplos mais recorrentes centrados na sociedade francesa, prussiana, austríaca, suíça, belga e italiana.
- 6) Outro ponto alto das reivindicações formuladas pelo Pe. Ernesto *centra-se* na necessidade de se criar uma Escola Normal em Cuiabá, local onde deveriam ser formados, pelos métodos mais modernos,

professores primários que atuariam junto à rede pública de ensino. Argumentava ele, citando um escritor português, não nominado: “Sem escolas normais, onde se habilitem indivíduos para exercer o magistério não pode haver professorado, do mesmo modo que não podem existir frutos sem árvores nem árvores sem raízes. Não consta que houvesse advogado legítimo sem se formar em Direito, engenheiros sem cursar engenharia, médico sem estudo da Medicina, e até nos próprios ofícios de alfaiate ou sapateiro, sem dar os anos à justa aprendizagem. A regência educativa não podia, pois, ser exceção a esta lei universal.” (BARRETO, 1874, p. 22).

- 7) A semana letiva, no século XIX mato-grossense, e acreditamos que tenha sido uma prática usual em todo o Império até os anos 1880 desse século, contava com dois dias considerados de descanso: o domingo e a quinta-feira. Intrigou-nos que, após essa data, a folga do meio da semana desaparecera. Ao ler os comentários do Inspetor Barreto, datados de 1874, pudemos compreender que a modificação de um histórico calendário social mato-grossense já fora objeto de consideração por parte do Protonotário Apostólico que, já na década de 1870, objetivava transformar, a tradicional, em uma moderna e mais produtiva semana. Suas considerações apontam para o abandono da arcaica concepção de tempo natural, adotando o tempo moderno, medida de valor. Por outro lado, tempo e espaço deveriam se conjugar na realização da moderna escola primária pública. Na sua propositura, o horário escolar deveria ocorrer em apenas um período: manhã ou tarde, transformação proposta, também, em nome de um aproveitamento mais racional do espaço físico de cada escola. Alertava Ernesto Camilo Barreto: “Parece de bom conselho restringir as férias das escolas e a bem da mesma instrução acabar com os feriados das quintas-feiras. [...] a redução de duas a uma só sessão letiva diária deixa já bastante tempo de descanso aos alunos e aos mestres para se dispensar o feriado das quintas-feiras.” (BARRETO, 1874, p. 35).
- 8) Pe. Ernesto Camilo Barreto voltou, em 1877, a ocupar o posto de Inspetor Geral dos Estudos da província de Mato Grosso. Nessa ocasião, seus relatórios continuaram mantendo sua marca pessoal, pelo detalhamento e minúcias das informações prestadas. No relatório apresentado a 13 de abril do citado ano, uma discussão aflorou como hegemônica, a do dueto modernizador: obrigatoriedade e liberdade de ensino. Partia Camilo Barreto da assertiva de

que “O cidadão não tem só direitos a reclamar de sua pátria, tem também deveres a cumprir para com ela. Entre outros avulta o de dar-lhe filhos instruídos e morigerados, e não ignorantes e viciosos. (BARRETO, 1877, p. 6). Partindo do princípio de que a pouca frequência das escolas públicas primárias se devia à incúria dos pais, considerava: “Assusta a pouca frequência das escolas pelos representantes da futura sociedade, e horroriza a indolência dos pais a este respeito, especialmente quando se considera que a nação é o conjunto das individualidades e que estas imprimem o seu caráter e natureza no grande todo que formam.” (BARRETO, 1877, p. 7). Interessante justificativa da razão pela qual os pais retiravam seus filhos das escolas pode ser visto no mesmo relatório, quando Camilo Barreto elucida que isso era feito a fim de se evitar participar do Júri, instituição que rendia aos jurados muitos dissabores: “Começou o Doutor Juiz de Direito uma sessão de Júri, acerca de dois meses, procedendo-se à notificação dos jurados: alguns dentre eles declararam que jamais mandariam ensinar a ler e escrever a seus filhos, para não terem o mesmo incômodo e trabalho porque eles estavam passando com as sessões do Júri, pois que não sabendo ler nem escrever, não se pode ser jurado.” (BARRETO, 1877, p. 12).

- 9) Como educador moderno, Pe. Ernesto pregava o ensino misto como estratégia para a generalização das escolas primárias, visto que as femininas sempre eram numericamente inferiores as dos meninos, uma vez que somente eram abertas escolas de meninas quando já existisse a similar masculina. Mesmo ao arripio dos regulamentos vigentes, propunha o Protonotário Apostólico que pudessem ser criadas escolas mistas nos lugares onde existia uma única escola, argumentando, no entanto, que a mesma fosse regida, impreterivelmente, por professoras. Para convencer o Presidente da Província, argumentava Camilo Barreto: “[...] essa ideia, que tão bons resultados práticos já tem dado em províncias mais adiantadas e civilizadas, fazendo, todavia, notas que semelhante aplicação só deverá ser feita quando do Curso Normal possam sair tais professoras.” (BARRETO, 1878, p. 14).

O entendimento da instrução e educação mato-grossense no século XIX não poderia ser feita, na amplitude e discussão de seus temas primaciais, sem a colaboração do ideário do Pe. Ernesto Camilo Barreto, personalidade que marcou, de forma indelével, a instrução pública mato-grossense – através de sua atuação como Inspetor Geral dos

Estudos –, sobrelevando sua inestimável contribuição na organização e implementação do primeiro estabelecimento de ensino secundário propedêutico de Mato Grosso – o Seminário Episcopal da Conceição.

Pe. Ernesto Camilo Barreto atuou, também, no campo jornalístico, tendo fundado, em parceria com João de Souza Neves, o periódico *A Imprensa de Cuyabá*, um dos mais importantes veículos de divulgação do ideário Conservador na província de Mato Grosso. Em suas páginas o Protonotário Apostólico fez ecoar severas críticas ao desempenho administrativo do presidente da província de Mato Grosso, à época, Cel. Antônio Pedro de Alencastro (1859/1862). Essa postura valeu-lhe reverses por parte do citado presidente que não só determinou seu impedimento de continuar escrevendo na imprensa mato-grossense, mas também implementou uma série de provocações, redundando num confronto explícito. O que ocorria na distante província de Mato Grosso refletia-se no Rio de Janeiro, pois os conservadores, ao tomarem conhecimento do ocorrido, partiram em defesa do padre correligionário. Em sessão da Câmara dos Deputados, de 12 de agosto de 1861, esse conflito foi objeto de consideração, o que levou o Deputado Saldanha Marinho a adicionar mais um capítulo na disputa política entre Camilo Barreto e Alencastro: “O Sr. Alencastro não podia sofrer oposição tanto mais que seus atos traziam em si o estigma da reprovação. Baldo de meios decentes e legais, mandou por um capitão de linha chamar à sua presença o padre, o qual na casa de residência foi por este intimado para não continuar a escrever em oposição. Esta intimação foi acompanhada de ameaças, não só por palavras e promessas de futuro, como de fatos, dispondo-se o próprio presidente em sua sala a espancá-lo com uma cadeira. (CORRÊA FILHO, 1998, p. 23).

Essa divergência política resultou, em 1861, na prisão do Pe. Ernesto, em Cuiabá, quando rezava missa, tendo sido, na ocasião, levado para o Quartel Militar e daí transferido, sob forte e ostensiva escolta armada, para o Rio de Janeiro, através da hidrovia Paraguai/Prata. Quando chegou a Montevidéu, Camilo Barreto recebeu ordem do governo Imperial para retornar à capital mato-grossense, visto ter seu adversário político deixado a administração da província por ordem do imperador. A sua prisão repercutiu no Senado e na Câmara Geral, ocasião em que Sayão Lobato fez o seguinte pronunciamento:

[...] devo declarar, Sr. Presidente, que em verdade é grave o atentado que foi praticado pelo delegado do governo naquela província longínqua, quando entendeu que podia deportar um cidadão brasileiro, exilando-o do seu domicílio, e assim o constrangeu a fazer uma

viagem trabalhosa, preso e conduzido por uma escolta. Logo que chegou ao conhecimento do Governo Imperial que este atentado fora cometido, devo declarar a V. Ex^a, à Câmara e ao país que o governo imperial ficou sobremodo surpreendido e indignado mesmo de um procedimento não só criminoso, como ainda por todas as circunstâncias de mais grave alcance no sentido de comprometer a administração pública e os interesses do Estado, sendo praticado como foi por um dos delegados do governo. E assim, logo em primeira conferência de despachos que teve o governo, foi decidida a demissão do Sr. Alencastro da Presidência da província de Mato Grosso. (CORRÊA FILHO, 1998, p. 23).

Seu contributo foi inegável no interior do cenário educacional da província de Mato Grosso, seja pelo seu pensamento crítico e realista, ou pela sua atuação e efetiva contribuição na implantação dos pressupostos modernos no âmbito do sistema educativo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Gilberto Luiz. *Educação e História em Mato Grosso: 1719-1864*. Campo Grande: UFMS, 1984.
- . Mato Grosso e a História: 1870-1929 (ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro). *Boletim Paulista de Geografia*, n. 61, 2º sem. de 1984. São Paulo, 1985.
- . *A Produção da Escola Pública Contemporânea*. Campinas: Unicamp, 1998. (mimeo)
- BARRETO, Pe. Ernesto Camilo. *Relatório apresentado ao Presidente da Província, Hermes Ernesto da Fonseca*. Cuiabá, 25 de fevereiro de 1878. APMT – Livro 86 A/1
- . *Relatório apresentado ao Presidente da Província de Mato Grosso, José de Miranda Reis*. Cuiabá, 14 de abril de 1874. APMT - Microfilme 1865-1875.
- BOTO, Carlota. *A Escola do Homem Novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa*. São Paulo: EdUnesp, 1996. (Encyclopaedia)
- . *Usos e costumes da leitura escolar: método facilimo em Portugal do século XIX*. ANPEDE, 1998, mimeo.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Brasília: UnB, 1981 (Temas Brasileiros, 4).
- COMETTI, Pe. Pedro. *Apointamentos da História Eclesiástica de Mato Grosso: paróquia e prelazia*. Cuiabá: Cúria Metropolitana, 1996.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *Questões de Ensino*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1925 (Monografias Cuiabanas).
- . *Baianos em Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT, 1998. (Publicações Avulsas, 7)
- MARTINS, Arilson Aparecido. *O Seminário Episcopal da Conceição (MT): da materialidade física à proposta pedagógica – 1858-1880*. UFMT/IE, Dissertação

de Mestrado, 2000.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. 2. ed., Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A Escola no Movimento da Cidade: os Grupos Escolares em Belo Horizonte. *Educação em Revista* (Belo Horizonte), nº 26, p. 89-102, dez./97.

———. (Org.). *Modos de Ler, Formas de Escrever*: estudos de história da leitura e da escrita no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

———. A Legislação Escolar como Fonte para a História da Educação: uma tentativa de aproximação. In: ————. (Org.) – *Educação, Modernidade e Civilização*: fontes e perspectivas de análise para a história da educação oitocentista. Belo Horizonte: Autêntica, 1998, p. 89-125.

GONDRA, José Gonçalves. Conformando o Discurso Pedagógico: a contribuição da Medicina. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). *Educação, Modernidade e Civilização*: fontes e perspectivas de análise para a história da educação oitocentista. Belo Horizonte: Autêntica, 1998, p. 35 - 72.

———. O Rei, o Delegado e a Lei. *Educação em Revista* (Belo Horizonte), n. 27, p. 47-56, julho-98.

MARCÍLIO, Humberto. *História do Ensino em Mato Grosso*. Cuiabá: SECS-MT, 1963.

MENDONÇA, Estevão de. *Datas Matogrossenses*. Cuiabá, Governo Estadual, 1973. v. 1 e 2.

NUNES, Clarice. Cultura escolar, modernidade pedagógica e política educacional no espaço urbano carioca. In: HERSCHANN, Micael e outros. *Missionários do Progresso*: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro – 1870/1937. p. 70-155.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Luzes e Sombras*: modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870-1889). Brasília/Cuiabá: INEP/EdUFMT, 2000.

SOUZA, Rosa Fátima de. Espaço da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa e ALMEIDA, Jane Soares de. *O Legado Educacional do Século XIX*. Araraquara: Unesp, 1998, p.19-62.

VEIGA, Cynthia Greive. Projetos Urbanos e Projetos Escolares: aproximação na produção das representações de educação em fins do séc. XIX. *Educação em Revista* (Belo Horizonte), n. 26: 103-112, dez./97.

VIDAL, Diana Gonçalves; GVIRTZ, Silvina. *O ensino da escrita e a conformação da modernidade escolar*: Brasil e Argentina, 1880-1940. ANPEDE, 1998, mimeo.

JOSÉ DE MELO E SILVA: CONSTRUINDO UMA BIOGRAFIA POR MEIO DE TÊNUES PISTAS

JOSÉ DE MELO E SILVA:
BUILDING A BIOGRAPHY BY MEANS
OF TENUOUS CLUES

Carla Villamaina Centeno¹

RESUMO: Este artigo tem como objeto a biografia de José de Melo e Silva, juiz de direito em Bela Vista e cearense de nascimento. As duas obras que escreveu acerca do sul de Mato Grosso - *Fronteiras Guaranis* (1939) e *Canaã do Oeste* (1948) - são textos significativos para o entendimento da fronteira de Mato Grosso com o Paraguai. Seu discurso é expressivo do pensamento burguês, tal como se conformou na conjuntura política das décadas de 1930 e 1940 no Brasil. O trabalho objetiva produzir, por meio de tênues pistas como afirma o título, a biografia de um singular estudioso da fronteira que usou, à sua época, recursos pouco comuns entre os historiadores regionais.

Palavras-chave: Mato Grosso. Fronteira. Historiografia Regional.

ABSTRACT: This article has as object the biography of José de Melo e Silva, magistrate in Bela Vista and born in Ceará- Brazil. The two works he wrote about the south of Mato Grosso – *Fronteiras Guaranis* (1939) and *Canaã do Oeste* (1948) – are significant texts for understanding of the border of Mato Grosso with Paraguay. His speech is expressive from the bourgeois thought, such as adjusted inside the political conjuncture of the decades of the 1930's and 1940's in Brazil. This work aims to produce, by tenuous clues as the title says, the biography of a singular studios from border who used, at his age, resources not common among the regional historians.

Keywords: Mato Grosso. Border. Regional Historiography.

¹ Professora Doutora – Programa de Pós-graduação em Educação – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS. –Unidade de Paranaíba carla.centeno@uems.br

Pesquisar sobre a biografia de José de Melo e Silva foi trabalho de investigação realizado por meio de informações fragmentadas, pacientemente observadas em diversas fontes. Pequenas provas que, juntadas aqui e ali, ajudaram a reconstituir parte da história do autor. Admite-se: não foi uma tarefa muito simples. Metodologicamente, um trabalho dessa natureza deve começar pelos estudos já desenvolvidos sobre o personagem biografado, mas não havia qualquer estudo sistematizado sobre Melo e Silva, apesar de suas obras terem ser tornado fontes significativas para a análise da história do sul de Mato Grosso, nas décadas de 1930 e 1940.

Além disso, o autor, originário do Ceará e juiz federal, foi transferido para o Território Federal de Rondônia, no final de década de 1940, faleceu no ano de 1971 e sua família não deixou descendentes na região.

Inicialmente, as únicas informações de que dispúnhamos eram as contidas nos prefácios de suas obras – tanto das primeiras quanto das segundas edições – e pequenas pistas deixadas em seus livros pelo próprio autor. Estas pistas nos levaram por vários caminhos, visando confirmar dados em documentos oficiais, bem como em entrevistas com pessoas que conheceram o autor

Começamos por buscar dados nos dois prefácios das primeiras edições de seus livros, escritos pelos conterrâneos Monte Arraes, ex-deputado federal e jornalista, que prefaciou *Fronteiras Guaranis* (1939), e Djacir Menezes, advogado, economista e professor da antiga Universidade do Brasil, autor do prefácio de *Canaã do Oeste: sul de Mato Grosso 1947 (1948)*.

Analisando o prefácio de Monte Arraes, inicialmente, percebemos que nele não seria fácil encontrar os dados biográficos que nos interessavam naquele momento. Arraes escreveu um texto analítico sobre as ideias contidas na obra e pouco informativo sobre o autor. Não foi dada nenhuma informação sobre a ligação entre ambos, nem sobre a vida de Melo e Silva, com exceção de uma observação. Em determinado trecho do texto, Arraes sugere uma ativa participação de Melo e Silva em acontecimentos políticos de seu estado de origem, o Ceará:

Homem de acendrado patriotismo, tendo experimentado, no seu próprio Estado, os rigores dos embates das idéias e da vocação pública que conduziram o país à vitória da Revolução de 1930, Melo e Silva, ora servindo à Justiça de Mato Grosso, **retoma** a sua atividade cívica, fazendo editar um livro de grande alcance informativo e que representa, para as letras brasileiras, uma valiosa contribuição (ARRAES *In: MELO E SILVA*, 1930, p. 15, grifo nosso).

O mero reconhecimento da amizade entre Arraes e Melo e Silva já é um fato que contribui para traçar o perfil político e intelectual do autor Mas, isto não significa que no *Prefácio* não possam ser identificados outros elementos que ajudem nesta compreensão. Certamente, Monte Arraes não foi escolhido por acaso para prefaciar *Fronteiras Guaranis* (1939).

O texto de Arraes, nesse sentido, por ser muito expressivo das ideias então circulantes e de sua interlocução com Melo e Silva, sugere pistas que permitem identificar a aproximação teórica entre ambos. Em várias partes do texto, é clara a adesão de Arraes à vertente do pensamento nacionalista que estabelecia como critério definidor da Nação a unidade étnica e linguística, bem aos moldes do pensamento conservador das décadas de 1930 e de 1940.

Melo e Silva parece se aproximar dessa corrente de pensamento, que, segundo Arraes (1939), resultava de determinação da Constituição de 1937, especialmente no que se referia à defesa de um controle das fronteiras pelo Governo Federal.

Para Arraes, a obra de Melo e Silva demonstrava que os costumes da fronteira, como os hábitos religiosos, de trabalho, morais etc., não se compatibilizavam com os costumes desejáveis para a Nação. Além disso, as ausências de unidade étnica e linguística, na região, afrontavam as leis do país:

Se considerarmos que a integridade de qualquer nação reside na segurança de suas fronteiras, segurança que não descansa apenas no poder armado, senão também na formação étnica e econômica de cada povo, não teremos dificuldade em reconhecer a razoabilidade das apreensões patrióticas do Sr. Melo e Silva (ARRAES, *In*: MELO e SILVA, 1939, p. 14).

Nesse sentido, algumas ideias defendidas por Melo e Silva estavam adequadas à corrente de pensamento proposta pela Carta Magna de 1937 e, na visão do autor, era um alerta para que se providenciassem mudanças locais. Sua obra, então, se traduziria em “[...] um brado de sentido à consciência do País, a fim de que, assim alertada, se volte, com crescente interesse para a realidade daquele meio [...]” (ARRAES, *In*: MELO e SILVA, 1939, p. 14)

Além da identificação ideológica, Arraes estava bem articulado com o Governo Vargas, aproximação importante para os planos de Melo e Silva: a difusão de sua obra em âmbito nacional.

Um pouco diferente é a percepção que temos do *Prefácio* de *Canaã do Oeste: sul de Mato Grosso (1947-1948)*, escrito por Djacir Menezes. Seu texto é mais sintético e genérico e não há vestígios de adesão às

ideias do autor, mas, quanto aos seus dados biográficos, Menezes veicula mais informações.

O autor relata que foi colega de turma de Melo e Silva e que, juntamente com Mateus Coutinho, ingressaram, em 1931, no Curso de Doutorado da Faculdade de Direito do Ceará, inaugurado por uma reforma do ensino. Menezes afirma, ainda, que, antes de ingressarem neste Curso, já se conheciam e que Melo e Silva era bacharel à época e estava “em plena advocacia” (MENEZES, 1948, p. 4).

Mas, como afirmamos, Menezes, diferentemente de Arraes, não parece ter a mesma filiação intelectual de Melo e Silva. Há, sim, o reconhecimento de que o autor de *Canaã do Oeste* era um intelectual cuidadoso, traço marcante desde os tempos em que estudavam juntos:

As relações de amizade anteriores se afirmaram melhor pela aproximação diária, a discussão contínua das idéias e as inevitáveis discórdâncias salutarmente cultivadas entre os três estudiosos de formação intelectual tão diversa.

Desde aquela data que o autor deste livro se revelou um observador apaixonado de nossas coisas, que procurou ver diretamente e com preocupação exclusiva de não se deixar levar por juízos feitos. (MENEZES, 1948, p. 3).

Para Menezes (1948, p. 4), a orientação religiosa do autor não impediu que o trabalho fosse feito com rigor e sem sectarismo:

Apesar de ter uma orientação religiosa, jamais se encabrestou na fileira dos sectários que abdicam de seus predicados racionais para mergulhar, de orelha baixa e lombo exposto ao cajado, na sonolenta rotina dos rebanhos.

A prova de seu espírito está nos trabalhos que nos deu e, sobretudo, nestas páginas que se seguem, repassadas de otimismo e sinceridade, de veracidade e consciência.

Mesmo não demonstrando adesão às ideias de Melo e Silva, Menezes atesta a importância de que se reveste a discussão sobre as temáticas desenvolvidas na obra e revela a contribuição do autor que, “acima dos interesses dos grupos”, refletiu sobre um problema nacional, qual seja, o das populações rurais:

[...] soube compreender o homem que a habita, com seus problemas dificultados pela ação precária dos governos, cujos esforços intermitentes se perdem na desorientação, em virtude da ausência de estudos científicos preliminares.

Não se trata aqui, pois, de um conjunto de capítulos alinhavados no gabinete, com informações de terceiro, - mas de impressões direta-

mente fixadas, apreendidas por uma inteligência lúcida e ágil que, acima das competições dos grupos, quer fixar o interesse geral das populações rurais, que constituem a grande matriz da vida nacional. (MENEZES, 1948, p. 5)

Os dados apontados por Menezes sobre a formação de Melo e Silva provocaram a necessidade de investigar acerca do ambiente intelectual da Faculdade de Direito de Fortaleza, referência importante na formação de intelectuais do norte do Brasil, hoje pertencente à Universidade Federal do Ceará.

Recorremos, então, à obra de Raimundo Girão, *História da Faculdade de Direito do Ceará*, especialmente ao capítulo que recebe o título de *Doutorado*. Lá confirmamos as informações do *Prefácio* de Menezes (1948) e encontramos o nome de Melo e Silva despontando como aluno da primeira turma do Curso de Doutorado. De acordo com os registros encontrados por Girão (1960) nos arquivos da Faculdade, Melo e Silva nasceu a 1º de Abril de 1892, no município de Missão Velha, região do Cariri cearense. Era filho de Joaquim de Santana Melo e “sua mulher” (GIRÃO, 1960, p. 360). Graduou-se em 1919 pela Faculdade de Direito do Ceará. Aluno da primeira turma de Doutorado em Direito da mesma Instituição, instalado em 1931 por força do Decreto Federal nº 19.852, defendeu a tese intitulada *Alguns aspectos da despesa pública*. Era o único da turma de doutorado formado pela Faculdade de Direito do Ceará.

Os primeiros alunos do Doutorado, segundo Girão (1960, p. 360), iniciaram o Curso em 10 de julho de 1931 e o concluíram com a defesa das teses nos dias 6 e 7 de dezembro de 1932. Foram todos aprovados com distinção. Os professores Leiria de Andrade e Gustavo Braga, os primeiros professores do Curso, lecionaram sem qualquer gratificação (GIRÃO, 1960, p. 360). Na última fase de estudos, ainda segundo Girão (1960), foram instruídos pelo professor João Otávio Lobo, médico e catedrático da cadeira de Psicopatologia Forense. A comissão examinadora foi constituída pelos Professores João Lobo, Edgar de Arruda, Morais Correia, Leiria de Andrade, Meneses Pimentel, Gustavo Braga e Andrade Furtado.

Fora as informações arroladas, Girão (1960) nada acrescenta de relevante acerca da produção intelectual de Melo e Silva, ao contrário do que faz em relação aos demais colegas de sua turma. Justifica, inclusive, a exiguidade de fontes sobre Melo e Silva, pois “mudou-se para o Sul do País e, nem consultados os arquivos da Faculdade, encontramos melhores informações a seu respeito.” (GIRÃO, 1960, p. 360).

A falta de informações referida por Girão (1960) foi decorrente de seu imediato afastamento região, pois, um ano após, já exercia a função de juiz de direito no sul de Mato Grosso e manteve-se afastado da vida política local, embora os prefácios de seus livros possam significar que o autor tivesse contato com alguns de seus colegas mais antigos. Podemos deduzir, também, que suas obras não foram divulgadas em seu Estado natal.

Recorremos, então, aos documentos do Tribunal de Justiça de Mato Grosso. Segundo este órgão, Melo e Silva foi nomeado para exercer o cargo de Juiz de Direito da Comarca de Bela Vista, em 1933. Em 1945, foi colocado em disponibilidade pelo Interventor do Estado, Júlio Müller, por ter a comarca de Bela Vista passado a pertencer ao Território Federal. Só não conseguimos compreender o fato de Melo e Silva ter sido colocado em disponibilidade somente após dois anos da implantação do Território Federal de Ponta Porá.

Sydney Leite (1995), na obra *Bela Vista: uma viagem ao passado*, registra Melo e Silva no rol de Juízes de Direito da Comarca de Bela Vista, em plena atividade, no ano de 1933. Segundo ele, Melo e Silva foi juiz nesta comarca durante 15 anos, de 1933 até o final da década de 1940. Interessante observar que o nome de Melo e Silva consta nos documentos levantados por Leite (1995), exercendo também a função de Juiz de Paz, função desempenhada, na região, pelos Juízes de Direito. Porém, não conseguimos maiores informações sobre os motivos que o levaram a abandonar suas atividades em Fortaleza e a se deslocar para tão distante localidade.

Fomos a Bela Vista à procura de pessoas que conviveram com Melo e Silva e de documentos que ilustrassem suas atividades no Fórum desta cidade. Quanto aos documentos do fórum tivemos algumas dificuldades, já que são escassos entre as décadas de 1930 e 1940. Não encontrando a ata de posse de Melo e Silva como Juiz de Direito, recorremos às sentenças, então. Encontramos algumas, mas como foi referido, com grandes lacunas de datas. Do período em que Melo e Silva exerceu a função de Juiz, entre as décadas de 1930 e 1940, só encontramos dois livros de sentenças referentes ao final do ano de 1943 e aos anos de 1944, de 1945, de 1946 e de 1947. As sentenças relativas aos anos de 1945, 1946 e 1947 não foram assinadas por Melo e Silva. Apenas localizamos um termo de 1947 em que seu nome aparece na condição de juiz em disponibilidade, quando da posse do Dr. Leolino Teixeira Júnior no cargo de Juiz de Direito da Comarca de Bela Vista, confirmando, assim, os dados enviados pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso.

Ainda em Bela Vista, conseguimos contato com algumas pessoas que conheceram o autor e que, por serem jovens à época em que o juiz lá residiu, não acrescentaram muitas informações. Uma dessas pessoas foi Athanásio de Almeida Melo, fazendeiro local. Melo (2004) disse ter muita simpatia por Melo e Silva e lembrou-se de alguns amigos dele, como João Caporossi, nomeado pelo Interventor para exercer a função de Prefeito de Bela Vista entre os anos de 1937 a 1947. Afirmou que Melo e Silva era uma pessoa reservada, mas muito cortês. Disse, também, que ele tinha uma chácara na região e um alambique.

Lembrou-se, ainda, de episódio ocorrido na cidade, na década de 1930, ocasionado por um ex-comandante do 10º Regimento de Cavalaria, Major Benjamim Constant Ribeiro da Costa, o Major Costinha. Segundo Melo (2004), esse major, quando comandante, a pretexto de “caçar comunistas”, sitiou a cidade de Bela Vista, começou a perseguir, prender e matar moradores da cidade, instalando, inclusive, uma força na praça central. Melo e Silva era juiz à época e, numa tentativa de denunciar o fato, atravessou a fronteira e, no Paraguai, tentou se comunicar com Campo Grande. Além disso, dois militares conseguiram fugir e, em Campo Grande, também denunciaram o ocorrido. O major foi preso e substituído. Mas, segundo Melo (2004), em seguida o Major Costinha foi visto várias vezes solto pelas ruas da cidade de Campo Grande: “ele tinha parentes influentes na política [...] os Ribeiro da Costa [...] um de seus tios era Ministro do Tribunal Superior Militar” (MELO, 2004). Essas informações encontramos também na obra de Leite (1995), que, complementando, assinalou que o fato ocorrera em 1936:

[...] existiam debilóides, que viam em toda parte, até nas sombras a imagem de comunistas. Aqui em Bela Vista não foi diferente [...] conta-se que a ordem era prender, sem exceção, quem usasse bombachas. Mandou [Costinha] construir uma força na Praça Álvaro Mascarenhas. No quartel do 10º. R.C.I., já tinha muita gente presa, mesmo alguns que não usassem bombachas, como o Dr. Arthur Veloso, advogado baiano que aqui exercia a profissão. (LEITE, 1995, p. 187).

Ainda segundo Leite (1995, p. 187-188), nesse episódio foram assassinados três homens: Arthur Veloso Moreira, o advogado baiano Cornélio Pires e Carlos Jacques, este último primo de Sylvino Jacques, conhecido, segundo Valmir Corrêa (1995, p. 167), como o “Lampião de Mato Grosso”. Leite (1995, p. 188) também confirma a fuga de dois tenentes de Bela Vista para denunciar o major em Campo Grande. Segundo ele, o chefe do Estado Maior da (9ª. Região Militar),

o Coronel Mena Gonçalves, tinha muitos familiares e amigos na região e, possivelmente, interferiu no caso. Na sequência, foi enviado um avião até Bela Vista a fim de substituir o comandante e prender Costinha (LEITE, 1995). Ainda a propósito desse incidente, há um comentário de Melo e Silva, em *Fronteiras Guaranis* (1939), talvez a ele associado. Referindo-se ao Regimento da cidade, reconhece que, apesar de ter vivido “algumas horas sombrias”, não descuidou da educação e segurança do povo de Bela Vista (MELO e SILVA, 1939, p. 194). Possivelmente estivesse se referindo a esse episódio.

O evento descrito não se constituiu fato isolado. A perseguição a “comunistas” foi parte de um plano mais abrangente que tendeu a eliminar chefes políticos e ativistas não alinhados ao poder, cujo pretexto foi de combate ao “banditismo”. O Major Costinha não agiu sozinho, nem era um “maluco”, daí ter exorbitado de suas atribuições com certa margem de segurança.

Dando continuidade às investigações, recorremos, também, aos prefácios das segundas edições de seus dois livros na tentativa de verificar se haveria alguma pista para preencher as lacunas existentes.

Acerca das segundas edições, é necessário, antes, fazer um comentário preliminar. As obras de Melo e Silva se tornaram mais acessíveis ao público com o lançamento das segundas edições de *Canaã do Oeste*, em 1989, e de *Fronteiras Guaranis*, em 2003. O responsável pelo relançamento de *Canaã do Oeste* foi o Professor Hildebrando Campestrini, à época Diretor da Secretaria de Divulgação do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Em 2003, Campestrini foi responsável, também, pela segunda edição de *Fronteiras Guaranis*. Co-autor de *História de Mato Grosso do Sul* (2003) e autor de *Breve Memória da Justiça Sul-Mato-Grossense* (1987) e *Santana do Paranaíba* (2003), hoje Campestrini é Presidente do Instituto Histórico Geográfico de Mato Grosso do Sul – IHGMS e membro da Academia Sul-mato-grossense de Letras.

Na *Apresentação* da segunda edição de *Canaã do Oeste* (1989), Campestrini ressalta a relevância de Melo e Silva e destaca que os estudos mais sérios sobre Mato Grosso do Sul devem passar por suas obras. Ou seja, os escritos de Melo e Silva, segundo ele, estão no rol de obras clássicas da historiografia e da literatura sul-mato-grossenses. A obra *Canaã do Oeste* representaria para a “terra guaicuru, o que a obra-prima de Euclides da Cunha é para o sertão nordestino”. (CAMPESTRINI, 1989).

Atento à importância da obra, Campestrini sugeriu ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, no final da década de 1980, a pu-

blicação de uma nova edição, chamando a atenção para os motivos que a tornavam relevante:

Canaã do Oeste, editado pela Imprensa Oficial, no Rio de Janeiro, em 1947, permaneceu desconhecido do público sul-mato-grossense, embora trabalho de indiscutível valor.

Para reparar esta injustiça, o Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, Desembargador Higa Nabukatsu, autorizou o serviço de Historiografia do órgão a publicar a obra de Melo e Silva, numa homenagem à valorosa Magistratura deste estado e ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. (CAMPESTRINI, 1989, p. 1)

Ao final da *Apresentação*, é recomendada a leitura do texto aos “responsáveis pelos destinos desta Canaã do Oeste” (CAMPESTRINI, 1989, p. 1). Na visão de Campestrini (1989), a obra ainda teria uma função utilitária: seria possível encontrar em suas páginas propostas atuais para “resolver os problemas deste nosso amado rincão”. (CAMPESTRINI, 1989, p. 1).

Seguramente, tanto *Fronteiras Guaranis* quanto *Canaã do Oeste* são referências imprescindíveis para as pesquisas históricas centradas no sul de Mato Grosso. Podemos afirmar que, no período em foco, ambas se destacam como as primeiras obras da historiografia mato-grossense que fazem uma análise sobre a fronteira e, em certos aspectos, sobre o sul de Mato Grosso, com maior profundidade teórica e com riqueza de detalhes. Mas sua importância não reside apenas nisso. Ambas são expressões, no âmbito regional, das grandes mudanças reclamadas por intelectuais brasileiros, como resultado de um momento histórico em que a “nação” tornava-se a preocupação central de todos eles.

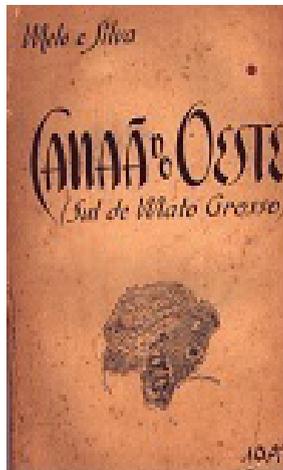
Mas, os termos utilizados por Campestrini como *terra guaicuru*, *canaã do oeste*, *amado rincão* e a função que atribui à obra *Canaã do Oeste*, merecem uma análise mais detida. Se é possível retratar Mato Grosso do Sul pelas obras de seus intelectuais, *Canaã do Oeste* constitui-se recurso singular para desvelar a “identidade” do Estado.

Caberia iniciar colocando em discussão as possíveis intenções de Melo e Silva. O nome dado à referida obra tinha um significado preciso para ele. Foi escolhido para retratar uma região que, na visão do autor, era peculiar dentro de Mato Grosso. Terra promissora e fértil, a parte sul do Estado foi identificada por uma idealização de sentido bíblico: a *Canaã prometida*:

[...] está se aproximando, conseqüentemente, a hora suprema do Sul de Mato Grosso [...] essa região ubérrima não será apenas uma plataforma de transportes, um mero interposto de centros produtores:

ela será também a mesopotâmia fertilíssima que se imporá como o mais importante celeiro do Centro Oeste [...] (1948, p. 12-3).

A própria capa do livro, tanto da primeira edição quanto da segunda, é reveladora de sua proposta. Nela encontram-se os contornos de um mapa que representa a região sul de Mato Grosso. Observe-se na imagem, a proposta da Capa Original, com a composição de um desenho do mapa do sul de Mato Grosso.



É também na *Apresentação* de Campestrini que encontramos a observação de que Melo e Silva foi homenageado pelo IHGMS tornando-se o patrono de sua 14ª Cadeira.

Importante destacar, também, o texto que a atual ocupante dessa cadeira, Yara Penteado, escreveu, na segunda edição, sobre o significado de *Canaã do Oeste*.

Num discurso muito gracioso e leve na forma, a autora retrata o perfil da personalidade de Melo e Silva com muita sutileza, permitindo revelar traços de seu caráter. Informa que Melo e Silva já havia morrido e que não deixara nenhum de seus descendentes em Mato Grosso do Sul. Suas sementes, segundo ela, foram seus livros. Melo e Silva teria migrado do Ceará para o sul de Mato Grosso com sua esposa, D. Sofinha, e aqui criou os seus quatro filhos. Era uma pessoa fechada de temperamento, não comparecia a festas, embora tivesse solidificado muitas amizades. Era erudito, concluindo que Melo e Silva deveria ter poucos interlocutores. Pessoa simples nos seus hábitos, mas “de poucas palavras”, granjeou a fama de taciturno a quantos não o conheciam bem”. (PENTEADO, 1989, p. 5). Tinha

uma pequena fazenda que o ajudava nas despesas, pois o salário de um juiz, segundo a autora, era baixo, à época.

Ainda no ano de 1989, Penteado (1989) pôde contar com o depoimento de duas personalidades quase centenárias do Estado de Mato Grosso do Sul, amigas de Melo e Silva: Dr. Demosthenes Martins e Dr. Luiz Alexandre de Oliveira. O primeiro, segundo a fonte, era “amigo e admirador” do juiz e, o segundo, com ele cultivara laços de amizade bem próximos como seu “habitual hóspede e comensal”. (PENTEADO, 1989, p. 4)

Mas, infelizmente, a autora não conseguiu informar as ligações políticas de Melo e Silva nem os seus vínculos com as figuras que ela entrevistou. E essas figuras, acentue-se, eram duas das mais importantes personalidades que se destacaram na trajetória da política regional, ao longo de suas vidas.

Expondo as razões que fizeram Melo e Silva migrar para “outro Território”, a autora sugere que o autor teria lutado contra desmandos locais, mas não dá maiores esclarecimentos sobre suas ações e sobre o campo de luta em que o autor se situava:

Na verdade, era um rebelde; inconformado que foi com as mazelas deste rincão, em que a lei, muitas vezes, era muito mais exercida pela força do mandonismo local, que pelo exercício dos princípios do Direito e da Justiça. Seu inconformismo era evidenciado, desde os desabafos aos mais chegados, até às incontáveis petições que encaminhava a Cuiabá, contra determinadas ações cartoriais, nem sempre legítimas, contra as quais pedia intervenção.

Inútil rebelar-se contra o poder, diluído neste espaço imenso, alvo de disputas e ferrenhas lutas pela posse da terra. Inútil lutar com os poucos e frágeis instrumentos que são as leis!

Melhor desistir. (PENTEADO, 1989, p. 5).

A segunda edição de *Fronteiras Guaranis*, publicada no ano de 2003, não traz muitas novidades em relação ao que já foi apontado anteriormente, com exceção de uma pequena nota do editor, Hildebrando Campestrini. Extraíndo dados de *Memória Judiciária* (1999), publicação do Tribunal de Justiça de Rondônia, de autoria de Nilza Menezes, o editor observa que Melo e Silva partiu do Território Federal de Ponta Porá para o Território Federal do Guaporé, hoje Estado de Rondônia. Melo e Silva, segundo Campestrini (2003), aparece na publicação referida como juiz substituto deste Território em 1949, na comarca de Porto Velho, e, em 1950, 1953 e 1959, como juiz de direito da comarca de Guajará-Mirim. Deduz-se, então, que Melo e Silva deixou o cargo de Juiz Estadual para assumir o cargo de Juiz

Federal, à época em que foi criado o Território de Ponta Porá. Extinto este território, em 1946, Melo e Silva foi transferido para o Território do Guaporé.

Campestrini traz, nessa nota, ainda, interessante informação. Segundo ele, Melo e Silva foi um dos autores da letra do *Hino de Rondônia*.

Com base nesses dados, dirigimos nossas buscas ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Encontramos, inicialmente, um artigo na Revista *on-line Primeira Versão* sobre a memória dos Juízes de Rondônia, da mesma autora, Nilza Menezes, intitulado *Juízes em Rondônia*. Nesse artigo, a única informação que temos é a de que Melo e Silva exerceu o cargo de Juiz em Guajará-Mirim até 1959.

Confirmamos os dados apontados com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, órgão situado em Brasília-DF, que, prontamente, enviou-nos um documento informando sobre a situação funcional de Melo e Silva. Segundo este órgão, Melo e Silva foi nomeado Juiz Substituto do Território de Ponta Porá, em 18.01.1946. Ficou em disponibilidade em 13.11.1946, provavelmente devido à extinção deste Território. Foi aproveitado, em setembro de 1947, ainda como Juiz substituto do Território do Guaporé, exercendo-o apenas em 1948. Foi promovido por antiguidade, em 1951, como Juiz de Direito da Comarca de Guajará-Mirim, aposentando-se em 1962. Consta ainda no documento que Melo e Silva faleceu em 19.12.1971, na cidade do Rio de Janeiro, com a idade de 79 anos.

Em contato com Nilza Menezes, não conseguimos outras informações além das apontadas por ela na obra já referida. Sobre seus parentes, nada soube afirmar, mas assinalou que Melo e Silva foi uma figura muito atuante na região e confirmou ser ele o autor da música do *Hino de Rondônia*.

Entramos em contato, em seguida, com dois antigos memorialistas de Rondônia: Eron Menezes e Yeda Borzacov.

Eron Menezes é militar aposentado e morou em Guajará-Mirim na década de 1950. Nessa cidade, à época, Melo e Silva exerceu também a função de Juiz Eleitoral. Menezes (2004) lembrou-se vagamente da filha de Melo e Silva e de um genro, o engenheiro Harry Cova, que havia sido Diretor da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Seu depoimento sobre Melo e Silva é muito significativo:

Trabalhei em Guajará, quando ele [Melo e Silva] era juiz eleitoral. Sua filha era casada com o engenheiro Harry Cova [...] ela trabalhava no Palácio, era [...] Zuila [...] tinha filhos. Ele era cortês, mas não era muito dado. Eu respeitava a autoridade dele. Religioso, vivia

sempre na missa. Não gostava de festas. Uma vez foi numa festa na Bolívia, em Porto Sucre, reger a banda de música da força pública, em homenagem à Independência da Bolívia. Ele gostava muito de música. Toda a vez que ele tinha oportunidade, regia. Fez, inclusive, um dobrado para a banda da polícia que virou o Hino [Hino de Rondônia].

Numa eleição em Guajará, ele requisitou a força pública. Quando terminou a apuração, faltava uma urna do interior. Depois de uns dois ou três dias ele disse: vamos pegar a urna na beira do rio [...] ficou muito bravo [...] a urna estava toda “furada” de briga. Ele fechou a urna e mandou para Brasília para apurar [...] acho que foi em 1954 ou 1958. (MENEZES, 2004).

Esron Menezes (2004) revela uma faceta interessante de Melo e Silva, um homem que “gostava muito de música”. Confirma, também, traços de sua personalidade, já comentados por Penteadó (1989), como o temperamento fechado. Outro dado significativo: sua religiosidade. Esta característica pode ser observada nas ideias desenvolvidas em *Fronteiras Guaranis* (1939), permeada pelo pensamento católico.

Acerca do *Hino de Rondônia*, descobrimos que Melo e Silva compôs a música e não a letra, ao contrário do que apontara anteriormente Campestrini (2003). A letra deste hino foi de autoria de Joaquim Araújo Lima, governador do Território Federal do Guaporé na década de 1940. Seu título original era *Céus do Guaporé*, mas sofreu um ajuste, quando da mudança do nome do Território, para *Céus de Rondônia*. Ao ser criado o Estado, foi adotado como *Hino de Rondônia*.

Essas informações foram retiradas de uma entrevista concedida pelo Maestro Carlos Sifonte para “Zé Katraca”, repórter do Jornal de Notícias *on-line Talentos Brasil* (2002), em Porto Velho. Discorrendo sobre sua carreira e sobre seu ingresso na Banda de Música da Guarda Territorial do Guaporé, num certo momento, o entrevistado revelou ter sido Melo e Silva o autor de um dobrado, intitulado *Dom João Costa* e confirmou, também, sua participação como compositor da música do *Hino de Rondônia*. Sifonte ainda ressaltou a aptidão de Melo e Silva como regente, dirigindo uma banda de 70 componentes:

[...] Zk - E o Dobrado *Dom João Costa* de quem é?

Sifonte - Dom João Costa! Ai você vai saber direitinho. O Dom João Costa, quem tirou foi o Juiz de Direito de Guajará Mirim, Dr. José de Melo e Silva. Ele tinha participação na parceira com o pai do Neves, o velho Dantas, Antônio Pires Dantas. Alguém me falou, não sei se foi sonho, que o dobrado tinha letra. Agora vão festejar o

centenário do Dom João, deveriam colocar em evidência esse dobrado e se realmente ele tem letra que se publique essa letra.

Zk - Esse Juiz de Guajará Mirim José de Melo e Silva é o mesmo do Hino de Rondônia?

Sifonte – É. Ele fez a música e a letra quem fez foi o engenheiro Araújo Lima que foi governador aqui.

Zk - Tem um boato de que o autor do hino foi um soldado da Banda de Musica e eles tomaram conta. É verdade?

Sifonte - Nada disso, é deles mesmo, inclusive, quando essa letra e música foi feita [...] quando foi tirada essa música, era conhecida como “Céus do Guaporé” e depois “Céus de Rondônia”. O Dr. José de Melo e Silva, apesar de não ser músico era muito ligado no assunto e até montou uma banda com 70 figuras em Guajará Mirim, três músicos da Guarda Territorial ficavam a disposição dele, o Farias (Bombardino), o João Canse e o João Paz. Quando a dona Marize Castiel que era pianista, colocava as meninas pra cantar o *Céus do Guaporé* na Escola Normal a Banda ia pra lá.

Zk - Pera ai, o que a dona Marize tinha a ver com a história do Hino de Rondônia?

Sifonte - Ela gostava muito daquele dobrado “Céus do Guaporé” e como ela também era pianista e professora de música na Escola Normal, colocava suas alunas para cantar a música nas solenidades, a banda da Guarda ia acompanhar [...] (SIFONTE, 2002).

A outra memorialista com quem tivemos contato, Yeda Borzacov, tinha uma vaga lembrança de uma filha de Melo e Silva, Zuila, e de seu esposo. Desconfiava que a família tivesse migrado para Niterói, Rio de Janeiro.

Com base nesta última informação, fomos à busca de sua família em Niterói e localizamos Carlos Cova, neto de Melo e Silva, filho de Zuila e de Harry Cova. Esclareceu-nos que a família estava toda dispersa pelo Brasil e desconhecia o paradeiro de fontes que poderiam servir à pesquisa, como livros, escritos e fotos do autor. Confirmou a data de seu nascimento, 5 de abril de 1892, e não 1º, como registrado por Girão (1960). Disse que teve pouco contato com seu avô, pois era criança de pouca idade quando ele veio a falecer. Acrescentou que seus avós tiveram sete filhos: três homens e quatro mulheres. Segundo ele, algumas de suas tias estudavam em colégios internos, durante boa parte do ano, e tiveram pouco contato com os pais.

E quanto ao próprio autor? O que seus escritos poderiam sugerir acerca de sua biografia?

Podemos antecipar que Melo e Silva era um intelectual erudito e dominava ampla bibliografia de história, geografia, economia, política, sociologia, psicanálise, antropologia e educação. Melo e Silva não tinha formação de historiador. Nesse campo foi um autodidata. Mas era um autor que citava suas fontes, não apenas para comprovar, mas para discutir, polemizar teoricamente e para embasar suas ideias, mostrando um rigor pouco comum em relação à historiografia regional.

Mesmo que, em certos momentos, ele faça observações como se fossem anotações de um caderno de campo e descreva suas impressões sobre a região, não podemos reduzir sua produção a memória ou crônica, pois usa de forma sistemática a teoria, em especial nas polêmicas que trava.

A riqueza de suas análises se expressa, sobretudo, na interlocução que Melo e Silva estabeleceu com a historiografia, que não é utilizada unicamente para informar ou justificar suas teses, mas, sim, para travar as disputas das quais participa em âmbito nacional.

Suas obras evidenciam o combate histórico de sua época, captam suas contradições e esclarecem as motivações da classe que ele representava.

Nas duas obras analisadas foi possível detectar farta utilização de fontes clássicas e de fontes primárias, como as *Cartas Jesuíticas*, consultadas nos Anais da Biblioteca Nacional. Em seus escritos, além de teoria há também muita pesquisa de campo. Melo e Silva era um estudioso detalhista; conhecia bem o lugar que retratou, pois o percorreu pessoalmente para analisá-lo melhor. No capítulo em que discorre sobre a geografia física da região, por exemplo, afirma que conheceu diretamente quase todas as regiões estudadas (MELO E SILVA, 1939, p. 25). O autor visitou, também, postos indígenas, utilizou a fotografia como recurso documental e fazia questão de frisar que seus deslocamentos não eram realizados por mera curiosidade. Tratando sobre a Companhia Matte-Laranjeira, a exemplo do que foi observado, afirmou: “[...] examinávamos a Empresa [Mate Laranjeira], não como simples visitante, mas levado pela necessidade de conhecê-la e estudá-la um pouco mais de perto”. (MELO E SILVA, 1939, p. 261).

Além de ter visitado quase todos os municípios da fronteira, revelou aspectos da história local, descreveu seus personagens, organizou e tornou disponíveis dados sobre orçamento, produção, habitantes, número de escolas, meios de comunicação, dentre outros. Melo e Silva conhecia, também, a produção historiográfica regional e usou-a para complementar dados necessários às suas análises.

Sua formação cultural, muito expressiva e mais notória pelo fato de se desviar do meio rústico em que vivia, pode ser atribuída ao ambiente intelectual que a Faculdade de Direito lhe proporcionou. Mas é possível apontar, também, outra faceta na formação de Melo e Silva. Em *Fronteiras Guaranis* (1939), comentando acerca da poligamia entre os índios, relata sua experiência entre os Tembés, tribo localizada no Norte, à época em que foi estudante de seminário e acompanhou os padres capuchinhos nas missões do Pará e Maranhão (1939 p. 170). Narra algumas histórias dessa época, inclusive uma envolvendo o missionário Frei João Pedro de Sexto.

A passagem pelo seminário, provavelmente, foi responsável por certos traços importantes de formação que se revelam em suas obras: a leitura dos clássicos, a disciplina, a religiosidade, o conhecimento do latim, usado em alguns trechos de seus escritos e a prática musical. Poderíamos, também, apontar para uma possível origem pequeno-burguesa de Melo e Silva, já que o seminário era uma das vias encontradas por essa camada social para chegar a uma profissão liberal.

Enfim, todos os elementos apontados, nessa ainda precária biografia, permitem concluir que José de Melo e Silva foi um intelectual pouco comum na região e à época em que viveu. Foi um historiador que merece ser estudado.

REFERÊNCIAS

- ARRAES, Raimundo de Monte. Prefácio. In: MELO E SILVA, José de. *Fronteiras guaranis: com um estudo sobre o idioma guarani, ou ava-ñe-ê*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1939.
- CAMPESTRINI, Hildebrando. Nota do editor. In: Melo e Silva, José de. *Fronteiras guaranis*. 2. ed. Campo Grande: Gibim, 2003.
- _____. Apresentação. In: MELO E SILVA, José de. **Canaã do oeste: sul de Mato Grosso** Campo Grande: [s.n.], 1989.
- GIRÃO, Raimundo. *História da Faculdade de Direito do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1960.
- LEITE, Sidney Nunes. *Bela Vista: uma viagem ao passado*. Campo Grande: [s.n.], 1995.
- MELO, Athanásio de Almeida. *Entrevista*. Bela Vista, 06.abr.2004.
- MELO E SILVA, José de. *Fronteiras guaranis: com um estudo sobre o idioma guarani, ou ava-ñe-ê*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1939.
- _____. *Canaã do oeste: Sul de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.
- _____. _____. 2. ed. Campo Grande, MS: [s.n.], 1989.
- MENEZES, Djacir. Prefácio de Canaã do Oeste: sul de Mato Grosso (1947-1948) In:
- MELO E SILVA, *Canaã do oeste: Sul de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.
- MENEZES, Esron. *Entrevista*. Porto Velho. 2004.
- MENEZES, Nilza. Juízes em Rondônia. *Primeira versão*. Porto Velho, ano 1, n. 124, nov.2002. In: <http://www.unir.br/~primeira/index.html> Acesso em 22.11.2004.
- PENTEADO, Yara. O sonho de Melo e Silva. In: MELO E SILVA, José de. *Canaã do oeste: sul de Mato Grosso*. Campo Grande, MS: [s.n.],1989.
- SIFONTE, Carlos. *Entrevista realizada por Zé Katraca*. Porto Velho, 2002. In: <http://www.talentosbrasil.com.br/>. Acesso em: 23.09.2003.
- SILVA, Erondina Alves. *Entre o desejável e o intolerável: o povoamento da fronteira do Brasil com o Paraguai no olhar de José de Melo e Silva*. 22f. (Especialização em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, Dourados, 2004.

DUNGA RODRIGUES E SEU CONTRIBUTO PLURAL PARA A HISTÓRIA E A CULTURA MATO-GROSSENSE

DUNGA RODRIGUES PLURAL AND THEIR
CONTRIBUTION TO THE HISTORY AND CULTURE
MATO GROSSO

Carlos Gomes de Carvalho¹

RESUMO: A dama da cultura mato-grossense. Lúcida retratista da sociedade cuiabana. Seja como ficcionista, quer como cronista de jornal ela torna história cuiabana mais compreensível e mais humana. Como pesquisadora enriqueceu a compreensão da sociologia, da psicologia social, do folclore e da música em Mato Grosso. As suas crônicas são uma mostra da intertextualidade entre a realidade e a ficção, numa representação acabada do olhar arguto da repórter, combinados com as impressões da memorialista e a sensibilidade da ficcionista. *Marphysa* é exemplo de uma obra que, num mosaico harmonioso, entrelaça ficção e realidade, se confundindo com a própria fisionomia cultural e histórica da cidade e de sua gente. **Palavras-chave:** Mato Grosso. Cultura. Dunga Rodrigues.

ABSTRACT: The lady of culture mato-grossense. Lucid portrait of society cuiabana. Be that as novelist, newspaper columnist and as she makes history cuiabana more understandable and more human. As a researcher has enriched the understanding of sociology, social psychology, folklore and music in Mato Grosso. Their shows

¹ Advogado, professor, contista, poeta e ensaísta. Publicou vários livros nas áreas de Direito, de História, de Ecologia, de Literatura e de Poesia. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e da Academia Mato-Grossense de Letras, da qual foi presidente em dois períodos. cg.carvalho@uol.com.br

are a chronic intertextuality between reality and fiction, a representation of the finished look of shrewd reporter, combined with the impressions of the sensitivity of the novelist and memoirist. *Marphysa* is an example of a work, a mosaic smooth, interweaves fact and fiction, mingling with the very face cultural and historical city and its people

Keywords: Mato Grosso. Culture. Dunga Rodrigues.

Dos autores mato-grossenses, Dunga Rodrigues está entre os que mais expressivamente retrataram o cotidiano, as peculiaridades, as manhas, as idiossincrasias, o humor, a picardia, as particularidades e os tipos de sua gente. E é a partir desse enfoque humaníssimo que ela retrata a cidade em seus aspectos materiais, isto é, as suas casas, becos, praças, ruas, bairros etc. Estes elementos – sociais, históricos e geográficos – descritos com riquezas de detalhes de quem os vivenciou, reúnem numa só moldura a cidade que se mescla ao povo, resultando numa única configuração, como se Cuiabá só pudesse existir e ser a cidade que é pelo povo que tem, e o cuiabano só pode ter o espírito que tem graças às formas, ao clima e os contornos históricos e geográficos que a terra lhe oferece.

A cidade que ela descreve, com desvelo de mãe e admiração de filha, é a alma máter da história do Estado, e o povo ao qual retrata é aquele que, por séculos, formatou o perfil de seguidas gerações de seus habitantes, e aqui, em seus primórdios, com denodo, bravura e sagacidade assegurou a presença lusitana no mais distante núcleo civilizado a oeste da linha Tordesilhana. Cuiabá e a sua gente, aqui compreendidos os cuiabanos natos e aqueles que para cá vieram, têm, nos relatos dessa autora, o mais completo e lúcido retrato de quantos já se escreveram.

*Marphysa*², por exemplo, é bem o espelho de uma obra que, num mosaico harmonioso, entrelaça ficção e realidade. Aliás, diga-se de passagem, esta era uma característica marcante da produção artística da autora: a de quem nunca esteve distanciada, fosse qual fosse o campo em que se expressasse, inclusive o musical, da existência de pessoas de carne e osso e da concretude de uma cidade feita de argamassa e tijolos. Daí que a obra de Dunga se torna importante não apenas para a ficção, mas igualmente para a história, para a sociologia e, por que não? para o estudo da psique mato-grossense.

2 A Academia Mato-Grossense de Letras iniciou em 2008 a publicação da Coleção Obras Raras de Mato Grosso, coordenada por Carlos Gomes de Carvalho. Até 2009 foram editados oito volumes dos dez inicialmente previstos. *Marphysa* e *Crônicas Cuiabanas* compõem o nono volume a ser publicado, sendo o último, No Termo do Cuiabá de Cavalcanti Proença.

Marphysa e o conjunto de suas crônicas obedecem, é verdade, abordagens distintas, na qual, se um pende para a ficção, o outro se propõe a ser um relato mais objetivo da realidade. Não obstante, irá se observar que em ambos se mesclam de igual forma elementos de ficção, ou no mínimo de liberdade poética, e de relatos reais e concretos. Como se interpenetrassem. Isso quer dizer que quando escreve sobre a vida de Marphysa, até o seu primeiro casamento, a autora introduz o quadro social da época em toda a sua realidade objetiva, bem representada pela figura do coronel Gusmão, e quando nas crônicas descreve alguns acontecimentos cuiabanos não deixa de dar-lhes as cores da ficção. E isso torna a sua prosa fluente e sedutora e amplamente informativa. De todo modo, o núcleo sobre o qual se desenvolvem, tanto as crônicas como a breve novela, é um único e exclusivo: Cuiabá e a sua gente.

O que, em síntese, pretendo dizer é que as reminiscências de Dunga penetram na vida privada dessa gente cuiabana e faz dessa micro-história elemento fundamental para o conhecimento da história mesmo de Mato Grosso. Diria que os seus escritos, ficcionais ou não, são os tijolos que preenchem os vazios dos relatos históricos. Sem a contextura desses micros elementos, a História se torna como que um relato despojado de carne e osso. Temos como comum as descrições dos grandes e marcantes feitos, onde aparecem os nomes dos principais personagens, como se só eles o tivessem realizado. E, mais ainda, sem entender a sua face humana e o contexto social e afetivo em que viveram. Mas o que é história feita por esses “grandes” nomes sem que a eles estivessem agregados inúmeros e incontáveis figurantes, definitivamente escondidos ou perdidos para sempre nos desvãos da história? E, mais ainda, como seria a vida desses protagonistas máster fora do poder, ou antes, de a ele chegar? Que elementos sociais, familiares, culturais formataram a sua personalidade? Como resultaram no que foram? Por que agiram de uma forma e não de outra?

É conhecida a expressão de Ortega e Gasset segundo o qual o homem é ele e suas circunstâncias. E essas circunstâncias nem sempre estão postas com clareza nos aspectos relatados nos livros que abordam apenas os fatores políticos e econômicos conjunturais da História. Temos então o relato frio e distanciado da realidade concreta em que os “grandes” homens aparecem como tendo agido exclusivamente pelo talento, pela força de sua personalidade, pela enorme sagacidade e pela intuição de que eram dotados, ou ainda que o fizeram sob a inspiração divina. Todavia, é truísmo dizer-se que é também com o relato dos pequenos fatos, daquilo que denominamos de micro histó-

ria, embasada tanto em documentos como na oralidade, na tradição e nos costumes, e para os quais os elementos ficcionais igualmente oferecem importante contribuição, que se irá construir o painel mais completo da história de um povo. Não é por outra razão que Marx e Engels tanto admiravam Balzac. Viam nele aquele autor burguês que tão amplamente retratou a sua época, muito superior até a muitos historiadores. Sem dúvida, na *Comédia Humana* se encontra um dos painéis mais completos e lúcidos da sociedade francesa sob a Restauração e a Monarquia de Julho. Balzac apresenta as forças históricas em um processo de movimentação constante nas quais os indivíduos, como elementos de classes sociais, se antagonizam e defendem os seus interesses materiais. Assim escreveu no prefácio à *Comédia Humana*: “*Não somente os homens, mas ainda os elementos principais da vida se formulam pelos tipos.*”

Não se pretende aqui, por óbvio, estabelecer qualquer parâmetro entre autores tão distantes no tempo, na sociedade e na importância cultural e literária, mas tão somente a partir de um paradigma universal, dizer que a autora de *Marphysa* se estabelece como uma criadora de tipos representativos de uma pequena e acanhada sociedade tropical. É verdade que ela não tinha condições de fixar um grande painel dos usos e costumes da sociedade cuiabana, mas seus pequenos quadros, os seus *flashes* por assim dizer, dão bem uma mostra, como poucas, de um período de nossa história contemporânea. A verdade é que Dunga, como ficcionista ou como a cronista do cotidiano cuiabano contribuiu para tornar a nossa História mais compreensível e humana.

É essa transcrição da vida diária, com seus tipos e seus pequenos dramas, de seu riso, do *non sense*, das pequenas coisas da vida e por ser, em sua grande maioria, uma gente simples, sem ter um fio condutor, que apenas vive o passar do dia sem maiores esperanças que não aquela de estar viva no dia seguinte, enfim com um retrato fiel dos dramas e das comédias que é a vida em qualquer latitude faz dos escritos de Dunga elemento essencial para a compreensão da dinâmica da nossa história, e que possa ser vista e entendida sob um prisma de humanização. Os desvãos da história, os avanços e os recuos, a tibieza e a coragem, a aspereza da luta pela sobrevivência num ecossistema rico e luxuriante que emolduram as figuras humanas descritas por Dunga, transforma o relato dessa história num corpo em que corre sangue vivo. Sob esse olhar, a História já não é mais somente a descrição fria e impessoal dos fatos realizados pelos “grandes” homens. Os relatos feitos por nossos historiadores, com as exceções pontuais, embora sendo ricos de pesquisas, não pintam esses personagens com as cores

da vida cotidiana, trazendo-os sempre sob o seu aspecto oficial, seja do fracasso ou do sucesso, e mais geralmente deste.³

Através dos textos de Dunga vemos a fluidez da vida percorrer as páginas da história dando-lhe um caráter de veracidade e autenticidade únicas. Daí que a compreensão dos textos da história mato-grossense, e em particular cuiabana, ficará incompleta se não se fizer acompanhada também pela leitura da saborosa escrita dungaiana.⁴

II

Há que se reconhecer em Dunga a lúcida retratista da sociedade cuiabana. Seja como ficcionista, quer como cronista de jornal, ela torna essa história mais compreensível e mais humana. Se, como ficcionista, não tem o fôlego de um José de Mesquita cria, no entanto, com a espontaneidade e a simplicidade de seu estilo uma ficção que é também testemunho. É interessante sublinhar a interface que ela estabelece com a estória que relata, já que se dá ao direito de ser também personagem da estória que está sendo contada. No entanto, é sibilina e tem um sorriso maroto quando, por exemplo, a respeito da estória que conta, avisa: “*São fatos presenciados por mim, ou conhecidos de ouvir contar, possíveis de terem acontecidos ...*”. De forma enigmática a autora nos induz à dúvida: afinal, os fatos, embora “presenciados por ela”, podem ser que não tenham acontecido, pois é isso que ela deixa entrever com esses inusitados “possíveis”. Que notável a habilidade narrativa de Dunga em criar dúvida sobre a sua própria presença no fato por ela narrado. Afinal, o ego narrativo presenciou ou não o fato? Ele é ou não verdadeiro? Enfim, o que existe de real e o que é ficção naquilo que Dunga nos relata?

Todavia, mesmo tendo (na apresentação) levantado esta questão preliminar, o seu comportamento no decorrer de toda a estória de Marphysa é a de alguém que, do alto e de fora, observa o personagem e os acontecimentos e que resolve, quando menos se espera, intrrometer-se na estória como a dizer, “*olhe, eu estive presente e agora quero falar*”. E a narradora habilmente sempre deixa uma porta entreaberta para se introduzir na estória quando melhor lhe aprouver. A maioria dos

3 Um dos exemplos mais evidentes dessa constatação é o referente aos episódios que envolveram o governo e a morte de Antônio Paes de Barros. Personalidade das mais importantes da história regional, industrial inovador e político destemido, foi assassinado em 1906 em pleno mandato de Presidente do Estado. Durante décadas sua lembrança foi praticamente banida da vida pública, não recebendo mais que breves referências nos livros de História. Só bem recentemente, a visão dos vencedores da grave contenda deflagrada nos primeiros anos do século vinte, deixou de reinar soberana, e assim a figura de Totó Paes, como era conhecido, passou a ganhar relevo e a ser estudada sob um enfoque mais generoso.

4 Seja me permitido o neologismo.

personagens ela os conheceu pessoalmente. Por exemplo, o coronel Gusmão, pai de Fisinha, porque em criança “*armava um berreiro para acompanhar meu pai em comemorações ou reuniões*”; ou o turco Elias “*Para mim era uma festa vê-lo arriar a carga, dar uma bufada de alívio, com a testa gotejando do esforço e do calor.*” e vai por aí a fora, em vários momentos se imiscuindo na estória para, inclusive, num capítulo intitulado de “*avulso*”, dizer risonhamente sem qualquer preconceito: “*Eu não sei onde os coordenadores deste livro acharão por bem colocar este capítulo. Eu acho bom que seja aqui mesmo. Mas tanto faz que ele venha no começo ou no fim.*” Essa liberdade criativa é notável, na medida mesmo que, talvez involuntariamente, Dunga tenha criado, com *Marphysa*, uma obra aberta⁵ em que também o leitor pode interferir e, se quizer, estabelecer a seu talante a ordem dos capítulos [“... *tanto faz que ele venha no começo ou no fim.*”] ou, agindo como um crítico rigoroso, tenha “*coragem para prosseguir ou então desistir de vez e desse no pé, em marcha ré desabalada.*” Dunga dá inteira liberdade ao leitor para movimentar o capítulo do livro, na medida mesma que ela inova ao iniciar a estória de *Marphysa* não pelo começo natural que seria o do nascimento do personagem, mas pelo fim, com o seu enterro. E, ademais, permite, e até estimula a que leitor abandone a leitura do livro sem qualquer constrangimento. Notável.

Marphysa não é bem uma novela no sentido estrito do conceito, onde o elemento ficcional prevalece, mas é antes uma espécie de jornalismo com pitadas ficcionais. O relato em primeira pessoa com que dá início, já a coloca como participante ativa da vida da protagonista. E assinalando essa interferência, ou mesclagem entre ser personagem do seu relato e ao mesmo tempo ser a sua autora, Dunga aproveita para comparar um velório às antigas em Cuiabá com um que, em certa ocasião, presenciou no Rio de Janeiro. Em vários outros momentos vemos essa intromissão, essa presença da autora que se coloca também como personagem como, por exemplo, quando menina ainda conhece, fascinada, o coronel Gusmão e a admiração que passou a ter por ele. E assim, em grande parte do livro, Dunga não é apenas a autora, mas se inclui como participante dos fatos vividos por seus personagens.

O relato começa com a morte da personagem principal. O velório de *Marphysa*, Phisinha e, por último, Consuelo é assim como que um

5 Adoto aqui o conceito estabelecido por Umberto Eco em sua celebrada obra com esse título: “A abertura e o dinamismo de uma obra [...] consistem em tornar-se disponível a várias integrações, complementos produtivos concretos, canalizando-os a priori para o jogo de uma vitalidade estrutural que a obra possui.” *in*: A Obra Aberta.

pretexto para que a autora faça distinção entre os dois tempos em que transcorrerá a estória. E o assinalamento da diferença entre o período da meninice e juventude e depois o da velhice da personagem é dado pelo surgimento das empresas funerárias. Os métodos modernos de enterramento estabeleceram igualmente uma forma nova de velar os mortos e assim a autora apresenta a diferença de hábitos e costumes que a sociedade “modernizada” cuiabana foi adquirindo ao longo dos anos. Se a vida de Marphysa é contada com certa linearidade, na verdade ela se torna um quadro multifacetado no qual Dunga vai cuidadosamente descrevendo e inserindo os tipos humanos de Cuiabá, assim como a feição que a cidade vai tomando com o seu lento crescimento urbano.

É neste sentido que, nessa novela híbrida, se ressaltam essencialmente dimensões sociológicas e históricas evidentes. Nela, a par das referências aos usos e costumes da época, se mostra o comportamento dos grupos e das classes sociais, numa clara delimitação do aparecimento de uma sociedade urbana mais complexa, de caráter modernizante e mais “instruída”, que se afastava das características de uma sociedade de prevalência de valores rurais, onde cidade e campo se viam praticamente confundidos. Não obstante essa evolução, elementos da velha composição social de antanho (até as primeiras décadas do século vinte, pelo menos) ainda se impunham, embora viessem perdendo força. Um exemplo disso é a figura do coronel cuiabano.⁶ E, não importando como tivessem conquistado o apodo, já que o que interessava era tê-lo como forma de demonstrar ascendência hierárquica, eles eram “*Coronel de Usina, da Guarda Nacional, da política, até o Capitão do Mato*”. A descrição do coronel, título que não possuía qualquer conotação castrense, mas era um designativo da forte personalidade que se impunha no mandonismo local, mos-

6 Outro tipo de coronel, de cepa e figuração distintas, de características e vivências mais rurais, é descrito por Virgílio Corrêa Filho. O atento historiador mostra que na região do Pantanal a figura do coronel, com o decorrer do tempo e às diversas variáveis da economia regional, e mesmo devido a aspectos sociológicos, foi perdendo a importância e o apuro social de outrora, embora conservasse ainda a força do mando. “... o coronel mirandense (do município de Miranda) e da mesma forma outros muitos fazendeiros não se distinguiam, na aparência, dos seus camaradas, que lhes acatavam, todavia, a autoridade por lhes reconhecerem a superioridade pessoal. Entre ambos os grupos, manifestava-se a osmose social, pela transferência de indivíduos de uma classe para outra. Mais frequentemente, porém, ocorria, em vez de ascensão, o declínio, pelo esmorecimento da prole de antigos latifundiários, não preparada convenientemente para ao menos conservar a herança recebida.” E, ilustrando esse estado de igualdade e simplicidade do coronel pantaneiro, conta um episódio que surpreendeu um viajante. Estando à margem do rio Miranda e necessitando alcançar a margem oposta onde ficava a fazenda na qual deveria hospedar-se, começou a gritar apelando para o canoieiro da outra margem para vir pegá-lo. Assim, logo depois lhe aparecia um hábil canoieiro que o transportou para a fazenda. Ao saltar, o viajante dele indagou onde estava o seu patrão e de quem se tratava. O serviçal canoieiro o deixou à entrada da porta e muito educadamente pediu-lhe que aguardasse por um momento. Então ele contornou a casa e reapareceu a seguir por outra porta, já agora envergando um traje esmerado e com uma relativa elegância, que indicava claramente a hierarquia social a que pertencia. A estupefação do viajante, que já lhe devia a travessia, foi imensa, conclui o historiador. In: *Pantanaís Matogrossenses*.

trada como uma figura entre patriarcal e tirânica, ora bonachona e carrancuda, cheia de manhas e de espertezas, é uma verdadeira análise de psicologia social.

A observação da autora sobre a presença dominadora do chefe local é vista através de um insuspeito simbolismo de poder.

Quanto à figura de projeção que escolhi, a dos coronéis, por incrível que pareça, foi a que mais fascínio exerceu sobre uma criança curiosa e talvez vaidosa. Não por suas pessoas físicas, ou pelo seu título, mas pelo medalhão de ouro e brilhantes que ostentavam, patenteando o seu poderio e prestígio, que a extensão dos seus feudos políticos lhes conferia. As pedras preciosas sempre me atraíram a atenção. E as havia abundantes, no peito daqueles senhores encasacados, pendentes de suas chatilaines. Uns mais conglomerados, outros mais modestos, uns com desenho de meia-lua e uma estrela, outros com sois irisados. Alguns com cravações salientes, outros incrustados ao fundo, percebidos apenas pelo fulgor de seus reflexos.

E, mais adiante:

O que encabulava era a sua indumentária. Vivia de colete por cima de uma camisa branca de mangas compridas. E não tirava o chapéu da cabeça, mesmo dentro de casa. Fizesse chuva, sol ou sereno, estava ele com o chapéu de feltro preto, como se proteger de raios maléficos a lhe penetrarem na cachola. Em compensação, cintilava, de chamar a atenção, um brilhante puríssimo, dentro de uma estrela, ao lado de uma meia lua, lembrando a bandeira da Turquia antiga, no medalhão da sua chatilaine.

Esse então o retrato de um coronel, de um influente chefe cuiabano.

A esse adorno físico de elegância, que servia para compor a forte presença na vida social, juntavam-se elementos de caráter tais como a esperteza, a habilidade política, a determinação, a coragem e a clara demonstração da confiança e da amizade de outros chefes mais poderosos, que contribuía para aumentar e consolidar o prestígio político. Essa, na verdade, era a figura de um coronel de presença urbana, embora assentado em fortes raízes rurais, típico do coronel cuiabano ou corumbaense. De igual modo, a existência dos chefes locais mostra a outra face da moeda que era a fraqueza, a pobreza e a submissão seculares da gente comum, pois, como dizia o coronel retratado por Dunga, “quando se fala grosso, a plebe acata sem discutir”. E, nesse falar grosso, exemplificava-se todo o significado do mando. E admiração da menina birrenta que se encantava com as joias, a imponência e os modos dos coronéis também começava a colecionar decepções, a partir do momento em que, em casa educada a respeitar a justiça, por impoluta e reta, ouviu da boca de um desses coronéis

uma frase que chocava com esses ensinamentos, embora não deixasse de ser real: “cadeia é pra pobre e pra negro.”

O que Dunga registra como uma característica do coronelismo local é, com as variantes regionais, um retrato acabado dessa figura que compõe o imaginário das áreas rurais de todo o país, e o que aqui pode parecer singular é, na verdade, o reflexo de uma história comum.

Já aponte as seguidas “intromissões” que a narradora faz na estória caracterizando-a mais como uma memorialista que propriamente como ficcionista. Dunga participa e “vive” a estória que conta, emitindo sua opinião, como que tendo uma coparticipação natural na vida de todos esses personagens. É que Dunga é antes de tudo uma memorialista. Os fatos e feitos que relata são buscados no fundo do baú de suas vivências. Essa novela baseada na memória ganha, portanto, inusitado caráter híbrido. Por certo que podemos repetir aqui o que Haroldo Bruno escreveu a respeito de José Lins do Rêgo, ou seja, que “[...] no romance baseado na memória, nem tudo é de fato pura e seca transposição. Ao se filtrarem na concepção estética e se organizarem na urdidura, perdem as impressões sua aparência de material bruto para ganhar um sentido novo de verdade e uma beleza imprevista, que a parcela obrigatória da imaginação ainda mais vivifica.”⁷ Daí que Cuiabá se torna na realidade o centro dessa ficção, em que a estória de Fisinha é tão somente o fio condutor. A estória registra a incipiente urbanidade que começa a tomar conta da vetusta capital ainda marcada pela influência do mundo rural.

Cuiabá e sua gente, ainda que no apelo do imaginário, do folclore e mesmo na expressão da musicalidade por ela tão bem explorada e pesquisada, se tornou para Dunga exclusiva e permanente fonte de criação. A cidadezinha modorrenta do fim do século XIX e das primeiras décadas do XX tem um retrato fiel no texto de Dunga. E não apenas os aspectos físicos da cidade, seus contornos geográficos de ruas e becos, praças e vielas, com a descrição do interior das residências, a arquitetura sem preciosismos, mas igualmente os relacionamentos sociais, a moral vigente, as relações de poder, enfim, na obra de Dunga um microcosmo ressalta, e aqui me refiro à obra para não ficar tão somente em *Marphysa*, mas igualmente estendendo tal consideração às suas crônicas. Neste sentido é que digo que essa autora preenche uma lacuna importante no relato de nossa história mato-grossense.

7 BRUNO, José Lins do Rêgo – Romancista do Nordeste.

É indiscutível a relevância de uma abordagem como essa para o estudo da macro-história, digamos assim. Tal importância foi sublinhada por W. Churchill em sua monumental obra de memórias sobre a Segunda Guerra Mundial em que admite, tal como Defoe, ter articulado a discussão de grandes acontecimentos com as experiências pessoais de um indivíduo. É essa experiência pessoal que a autora passa para os seus textos, ao captar um momento importante da vida cuiabana. Um momento de transição de hábitos, de costumes, de linguajar. O que, por exemplo, Virgílio Corrêa Filho fez sob um enfoque científico, Dunga interpreta com a sua memória intuitiva na prosa leve da meia ficção. E se fazem menção a duas espécies distintas de coronéis, se identificam, no entanto, na conceituação do gentílico de que foram a expressão.

Se Dunga ressalta no cuiabano a *“lhaneza de trato, muitas vezes tão zelosa, que os não habituados confundem com boa fé ou idiotice, e pode degenerar em exploração da parte de quem a recebe”*, apressando-se a esclarecer que isso *“é sinceridade pura, na força do hábito de bem servir”*, Virgílio vai focalizar no cuiabano aquela *“mentalidade peculiar, capaz de realizar o milagre de conservar a flama civilizadora no recesso dos sertões, desprovido longamente de comunicações com o exterior”* (com) *“a multidão operosa dos legionários anônimos, cuja atuação de bravura consciente [...] se harmoniza com o apego à terra agarrativa.”* Assim, Cuiabá é que, ao final, formata o relato de Dunga e se torna na verdade a grande personagem dessa estória. E nada é mais simbólico dessa força atrativa de Cuiabá quando o relato se completa com o retorno de Fisinha, agora Consuelo, à terra natal, após tantos anos dela separada. Cuiabá, a terra agarrativa, a fez abandonar os filhos e netos, a deixar o conforto, a consideração e o respeito social da cidade grande em terras portenhas e a atraiu de volta, onde pouco tempo depois iria falecer.

Marphysa, podemos dizer, transborda do âmbito da ficção para se confundir com a própria fisionomia cultural e histórica da cidade e de sua gente.

III

Poucos mato-grossenses foram (ou são) tão múltiplos em sua arte como o foi Maria Benedicta Deschamps Rodrigues.

Nascida em Cuiabá em 15 de julho de 1908, filha de Maria Rita Deschamps Rodrigues⁸ e de Firmo José Rodrigues⁹, fez os estudos primários na Escola Modelo Barão de Melgaço, o ginásio no Liceu Cuiabano e contabilidade na Escola Técnica de Comércio de Cuiabá. Por quatro anos estudou francês, português, latim e linguística com o professor Antônio Cesário de Figueiredo Neto, respeitado intelectual mato-grossense. Posteriormente, diplomou-se em piano e harmonia pelo Conservatório Brasileiro de Música, no Rio de Janeiro. Professora de francês e português no Liceu Cuiabano e na Escola Técnica Federal de Mato Grosso, igualmente lecionou piano no Conservatório Mato-Grossense de Música. Funcionária da Universidade Federal aposentou-se como agente didático. Era membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e da Academia Mato-Grossense de Letras, onde ocupou a Cadeira 39.¹⁰

Desde muito cedo, Dunga¹¹ esteve ligada às coisas da cultura. Ainda no primário fundou o *Faisca*, “*que circulava clandestinamente, por baixo das carteiras, durante a chamada individual*”, pois, contá-nos, a professora “*a despeito da sua grande competência classificava o jornalismo como artimanha ou coisa indecorosa para meninas educadas.*” O jornalzinho “*com composições escolares e mexericos da imprensa*” durou um ano. Depois, no ginásio um jornal manuscrito, *O Recreio*, que era lido em voz alta em sala de aula e, em 1927, ainda no Liceu Cuiabano, colaborou com *A Chrysállida*, jornal fundado por Benjamin Duarte Monteiro e Deocleciano Martins de Oliveira¹². Enfim, Dunga desde muito cedo daria início ao exercício da crônica. Embora tenha exercido com proficiência o magistério, foi com o *metier* da escrita e da pesquisa que ela se destacaria.

8 Filha de Polycena e do general Francisco Carlos Bueno Deschamps. Do mesmo ramo familiar do general e escritor Manuel Cavalcanti Proença.

9 Firmo José Rodrigues [Cuiabá: 1º/06/1871 – Cuiabá: 16/06/1944]. Militar, professor, político [vereador em Cuiabá e deputado estadual], membro do Instituto Histórico de Mato Grosso. Colaborou em vários jornais e revistas de Mato Grosso. Publicou, com José de Mesquita, *Bibliografia Mato-Grossense*, em 1944, e post-mortem, *Figuras e Coisas de Nossa Terra* (em dois volumes) e *Anotações de um Diário de Viagem*.

10 O Patrono é o poeta Antônio Tolentino de Almeida [*Rosário Oeste, 24 de janeiro de 1876 - +Santo Antônio de Leverger, 24 de janeiro de 1938] Promotor de Justiça. Jornalista. Publicou: *Ilusões Doidradas* (1910), *A Índia Rosa*, *Retirada da Laguna* (1930) e *Romeiros do Ideal* (1937).

11 Dunga foi apelido criado por ela mesma, por não gostar do nome de batismo, nos conta Nilza Queiroz Freire em “Acorde e perfume no ar” [Cuiabá: Folha do Estado, 13/01/2002].

12 A respeito deste último ver: CARVALHO, Carlos Gomes de. *A poesia em Mato Grosso – Um percurso de dois séculos*.

Por quase seis décadas, teve uma presença constante nos jornais da capital, nos quais o tema central foi sempre Cuiabá. A par de ser uma memorialista, Dunga não se escusava de trazer temas atuais. E, por diversas ocasiões, nem sempre falava de amenidades.¹³ Em defesa de sua cidade por vezes deixava de lado a brandura que sempre tinha no trato pessoal. É ilustrativa de sua indignação uma pequena crônica publicada em julho de 1991. Com o título de ‘*E agora José?*’ relata:

Depois que nos despojamos de nossas características ancestrais, como a desconfiança do índio, a malícia do negro e conservamos a cabeça dura dos portugueses, temos levado lambada de amargar. Abrimos os braços aos forasteiros, demo-lhes tudo: cadeira de vereador e deputado, cadeira presidencial, chefia, diretoria de repartição pública e de clubes sociais, partilhámos com eles a nossa panela de carne com arroz que eles plantaram nos terrenos que lhes demos, ensinando-lhes nossa lãbia política, que não é das boas nem tão responsáveis, mas dá para quebrar galho. Até os pequenos truques e mutretas passamos-lhes de mãos beijadas. “E então indaga: E, agora, o que aconteceu?”

E após descrever o que considerava uma afronta e desrespeito a essa hospitalidade (entre essas uma nova tentativa de divisão do Estado e o re-batizamento de ruas e lugares, além de nomes estranhos à terra com que estavam sendo denominados os municípios que surgiam), Dunga admoesta os nativos: “*E agora será que vamos ficar só cantando o hino do Senhor Divino? Está na hora de raer o forno! Onde estão os cuiabanos, que não agem? Estarão todos dormindo?*”¹⁴

Cuiabá era, com efeito, o seu *leit motif*. De diversas maneiras, inclusive mesmo na composição musical, a cidade seria vista por ela.

O primeiro livro só veio a ser publicado quando Dunga já havia passado dos sessenta anos. *Reminiscências de Cuiabá*, de 1969, data em que a capital completava duzentos e cinquenta anos, é um autêntico mosaico. A pesquisa sobre os periódicos antigos e atuais e o histórico das diversas agremiações – artísticas, literárias, religiosas, cívicas, profissionais, esportivas, recreativas – que existiram e que morreram, em Cuiabá preencheu uma lacuna. Lugar de destaque coube também a culinária, com as receitas para o preparo dos pratos típicos (no qual

13 É digno de nota que Dunga estava sempre atenta com os temas mais atuais e sobre os quais não deixava de emitir opinião e se manifestar. Quando a opinião pública matogrossense ainda se encontrava estupefata diante do cruel assassinato do juiz Leopoldino do Amaral, Dunga se apresentou no anfiteatro do Liceu Cuiabano, no dia 20 de novembro de 1999, com a valsa “Meu amigo Leopoldino”, por ela especialmente composta para a ocasião. Assim ela registrava seu protesto e solidariedade diante de um acontecimento brutal e chocante. Ver: “Dunga encantou a plateia com Meu amigo Leopoldino”, matéria assinada por Ronaldo de Arruda Castro, no periódico Correio da Semana, Cuiabá: 29 de novembro a 6 de dezembro de 1999.

14 Publicada em *Cuiabá ao longo de 100 anos*, de 1994, em coautoria com Maria de Arruda Müller.

se destaca o peixe) e para a fabricação de vinhos e licores (o pequi, o mais conhecido). As festas populares, tanto as religiosas como as profanas – do Divino Espírito Santo, de São Benedito, de Santo Antônio, de São João, as congadas e marujos, as touradas, as cavalhadas – são recordadas com um registro melancólico porque, na ocasião, a maioria já havia desaparecido. As ruas e os becos são por ela lembrados com as inúmeras estórias das pessoas que nelas viveram. No capítulo ‘Curiosidades’ traz relatos de alguns viajantes ilustres que, em épocas diversas, estiveram em Cuiabá. Menciona igualmente duas versões para a origem do nome Cuiabá e sua grafia. Por último, traz as várias lendas conhecidas na região.

Os livros seguintes não destoam da temática eleita. A evocação da Cuiabá de sua infância e juventude surge em *Os Vizinhos*, de 1977. Nele as pessoas, os fatos e os lugares aparecem sem qualquer sinal de melancolia ou tristeza pelo tempo passado, mas quase sempre sob o viés do humor, como lhe era característico, e no qual procura enfatizar as estreitas relações de amizade então existentes. Ele se constitui igualmente numa excelente análise de psicologia social do impacto causado pelo descontrolado crescimento urbano sobre as relações humanas. Em *Os Vizinhos* Dunga mostra que a cidade gradativamente se desumanizou, perdendo as suas características mais marcantes no relacionamento social, entre as quais a amizade, o companheirismo e a hospitalidade. *Marphysa* é de 1981. *Cuiabá: Roteiro das Lendas* foi publicado em 1984, com uma reedição em 1997, ampliada, com o título de *Lendas de Mato Grosso*. Trata-se do primeiro trabalho que reúne a maioria das mitologias e causos do imaginário mato-grossense. Em 1994, em parceria com Maria de Arruda Müller¹⁵, publicaria o excelente *Cuiabá ao longo de 100 anos*, precioso resgate da memória cultural, social e política de Mato Grosso. Num vigoroso esforço de memória, é mostrado, com detalhes e precisão, um rico painel de Cuiabá durante a maior parte do século XX, nele sendo evocado o cotidiano das famílias, a história das ruas, praças e becos, as festas populares e religiosas, alguns fatos políticos, a educação, a culinária e a cultura que foram significativos para cidade. *Colcha de Retalhos*, surgido em 2001, é uma coletânea de artigos e crônicas, que igual-

15 Maria de Arruda Müller [*Cuiabá, 9 de dezembro de 1898 - +Cuiabá, 5 de dezembro de 2003]. Professora. Ocupou a Cadeira 7 da Academia Mato-Grossense de Letras. Cofundadora, na década de 20, do Grêmio Literário Júlia Lopes, que editou a revista cultural A Violeta, reunindo uma pléiade de intelectuais mato-grossenses, a maioria mulheres. Exerceu destacado papel benéfico, quando primeira dama do Estado. Além dos livros de genealogia e de crônicas como Família Arruda (1972), Cuiabá ao longo de 100 anos, (em coautoria com Dunga Rodrigues, 1994) publicou ainda o livro de poesia *Sons Longínquos* (edição comemorativa de seu centenário, 1998). Para saber um pouco mais sobre a autora, ler *Júlio Müller: Um modernizador no Oeste*, em *Perfis Mato-Grossenses*, de Carlos Gomes de Carvalho.

mente trata de Cuiabá. Ela coletou, ainda, os trabalhos publicados por seu pai em jornais e os reuniu em dois volumes com o título de *Figuras e Coisas da nossa terra*, (1969).

Considero, porém, que a maior contribuição de Dunga Rodrigues no campo da pesquisa histórica está nos quatro pequenos volumes do *Roteiro Musical da Cuiabania*. Publicados pela Universidade Federal de Mato Grosso entre 1978 e 1979, representa trabalho de fôlego no registro da história da música em Mato Grosso. Muito embora as manifestações musicais, inclusive as eruditas, em Cuiabá se tenham constituído numa forte tradição¹⁶, com enraizamento popular, os dados relativos se perderam ao longo do tempo, daí que as pesquisas empreendidas pela autora têm um significado notório, e não apenas para a cultura mato-grossense. O livro cobre o período que vai desde os primeiros anos da povoação da Capitania até meados do século XX, abrangendo tanto as manifestações sacras como as profanas. A par de trazer as partituras, num notável processo de recuperação das peças históricas, faz a biografia dos principais músicos, compositores e maestros, e traça a trajetória, o nascimento e morte, das sociedades musicais. Trabalho precioso e único que, por si só, já seria suficiente para colocar Dunga Rodrigues na primeira página da história da cultura mato-grossense. Em 2000, algumas das informações contidas no primeiro volume foram ampliadas no livro *Movimento Musical em Cuiabá*.

A sua produção intelectual e atividade de musicista fizeram de Dunga uma figura pública bastante conhecida e querida nos meios culturais de Cuiabá.¹⁷ Muito embora sendo respeitada e considerada,

16 É curioso, e extremamente valorizador dessa tradição, o testemunho que o cientista alemão Karl Von Steinen, que esteve em Cuiabá em 1884, deixou: “Não é possível que haja outra cidade no mundo onde se toque mais música, se dance mais, se jogue mais baralho do que aqui.”. In: CARVALHO, Carlos Gomes de. *Viagens ao Extremo Oeste – Desbravadores, aventureiros e cientistas nos caminhos de Mato Grosso*.

17 No ano em que completou 80 anos tive a oportunidade de, na condição de presidente da Fundação Cultural de Mato Grosso, prestar-lhe homenagens, quando foram feitas palestras sobre a sua obra e a sua pessoa. Entre essas lembranças esteve a edição de um pôster, em tamanho grande, em que os poetas Silva Freire, João Antônio Neto e Carlos Gomes de Carvalho prestaram-lhe tributo. A minha poesia:

Dunga: Nem Oito nem Oitenta

A figura miúda / o riso leve / a voz diminuta / o nome breve

*escondem / escandem

* presença densa / forte como árvore secular / arte no viver e no pensar / presença tão presente / quanto o Cuiabá / em simultânea / fragilidade

* Mas, / Dunga, / que idade?

* Nem oito nem oitenta / quando coração se tem / para imprevistas paisagens percorrer / tão veloz como o guaicurus / das vastidões pantaneiras

* Dunga alegria: / ouro forte coxiponês / doce de caju com Chopin / mastiga Paris e ouropéis / com sotaque cuiabano / quem é que pode?

* Nome tão pequenino: Dunga / cabe na palma da mão / mas a mão cuiabana / abarca o Coxipó / todas as monções / e o sentido da vida.

Dunga não deixava de entremostrear, nos últimos tempos, certa amargura com o tratamento que recebia após longos anos de uma vida digna e dedicada ao interesse público. No discurso de posse na Academia Mato-Grossense de Letras, em 19 de abril de 1984, tornava sua a mesma indignação mostrada pelo padre Antônio Vieira, para quem *“Se servistes à vossa Pátria e ela vos foi ingrata, fizestes o que deveríeis e ela o que costuma!”* Com efeito, a dolorida manifestação da dedicada professora e pesquisadora ainda hoje ecoa. Em outro momento diria: *“Como funcionária que dedicou 53 anos de serviço público e avançada em idade, e não adianta esconder que oitentei em julho findo, não tenho o direito de usar a minha conta bancária para que nela sejam depositados os meus vencimentos, pois nela eu deveria deixar sempre saldo alto e movimentar a conta.”*¹⁸ Dunga se reportava tanto à necessidade de cobrir os seus compromissos cotidianos, quanto às inesperadas dívidas assumidas junto à Prefeitura de Cuiabá. E mais adiante, numa sutil estocada: *“Enquanto o dr. Prefeito me oferece uma escola com o nome de meu pai, a prefeitura me toma o telefone em nome da lei. Com as OTNs ajudando a derrocada, é capaz de ir até a casa em que moro.”* E com a sua fina ironia colocava a questão sempre atual: *“Dinheiro de professorado dá para guardar? Movimentar sim, ele se movimenta do Banco para os supermercados, depositando os juros no estômago.”*¹⁹ Embora sem perder a cordialidade e o humor, que lhe eram características, Dunga marcava a sua presença mesmo em tempos ruins.

No fundo, com os seus olhinhos azuis, miúdos e atentos, Maria Benedicta Deschamps Rodrigues sorria para o futuro, na certeza de que deixaria uma obra a ser reverenciada.

Estava em casa de familiares em Santos (SP) quando faleceu em sete de janeiro de 2001. Mas, a essa altura, já havia construído, com competência e dedicação, uma obra nascida da memória e do coração. Uma obra em que existe o que de mais afetivo já foi escrito sobre Cuiabá. Os ecos dessa manifestação amorosa por certo alcançarão as gerações futuras que, talvez, lhe demonstrem maior gratidão.

E resta a certeza, que não é somente minha, de que não se poderá conhecer completamente a história desta cidade sem se conhecer os livros de Dunga. E certamente sem a sua leitura impossível será amar inteiramente Cuiabá.

18 Discurso feito em 17 de setembro de 1988 ao receber homenagem do Tênis Clube de Cuiabá. Publicado com o título de ‘Quando virei praça’, em *Cuiabá ao longo de 100 anos*.

19 Ibidem.

IV

Para encerrar, apontarei aquelas características que julgo mais marcantes no estilo dungaiano, e que o distingue no contexto de nossa literatura regional. O humor é certamente a primeira delas. Ele modula o texto de Dunga e vai num diapasão do simples e anedótico até a sutil ironia que encanta e faz refletir. Nessa ironia, no entanto, não existe a aspereza que antagoniza, já que algumas vezes se faz contra si mesma. Tal se vê com frequência. Por exemplo, em uma de suas crônicas conta que “*uma senhora, frequentadora assídua da nossa casa, constantemente repetia: ‘todas as mulheres que se prezem deverão ter um chapéu de homem no armador e um telhado na sua cabeça’. Ela se referia a um marido e à casa própria. Como o chapéu não aparecia, parti para o telhado.*” Dunga, que permaneceu solteira toda a vida, ironizava a sua situação de modo que lhe permitia a fazê-lo com relação aos demais. Como é o caso da referência que faz a um certo dr. Trindade, advogado jovem e brilhante, mas cada vez mais voltado para a cachaça, de preferência a Tamandaré, famosa na época. No casamento de Marphysa, já de cara cheia, se pôs a discursar e não parava mais com os elogios, dos financeiros aos físicos, e neste último ia animado se prolongando quando alguém lhe falou ao ouvido, mas alto o suficiente para que os mais próximos ouvissem: “*Vê se paras no umbigo.*”

Dunga reuniu o humor e a ironia numa mesma feição intelectual em que a graça leve e elegante jamais chega a ser ácida ou picante, embora possa às vezes parecer incisiva. Neste aspecto, diga-se, o seu texto é o mais puro reflexo dela mesma em seu cotidiano quando a ironia se entremostrava através dos olhos maliciosos e aparentemente inocentes. Como, aliás, soe acontecer com os sábios. Num ensaio sobre o humor, Afrânio Peixoto escreve que “*Sócrates ou Luciano fariam rir com os olhos maliciosos, que é por onde ri a ironia.*”²⁰ Para esse autor, o humor é muito ligado à terra de origem,²¹ variando no mundo, portanto, conforme o clima, a cultura e a história do povo. Neste entendimento, o riso elegante e matreiro de Dunga é bem a expressão de seu tempo e de sua terra.

A leveza de seu texto, quase coloquial, valoriza a expressão, a linguagem e o ritmo da cuiabania ou, se preferirem, da cuiabanidade. Seu estilo intuitivo, sem rebuscamento, espontâneo e fluído, é quase a fala do povo diretamente captada e assim ela recupera expressões antigas e

20 PEIXOTO, Humour.

21 “O riso da ironia ou ‘humour’ sabe a terra de origem e tem o reflexo do céu que o despertou.”, p. 13.

resgata inúmeros dizeres e ditados populares encravados nas crendices, nos hábitos e na tradição da terra. Isso não quer dizer, porém, que a linguagem não seja a sua, com seus toques de originalidade e beleza, onde a composição rítmica e os recursos metafóricos que utiliza seja igualmente a expressão de alguém que busca sempre burilar seu texto. Mas, ao fazer essa expressão popular vir à tona através do texto literário limpo, claro e direto ela se torna a legítima intérprete da maneira de ser de seu povo, expressa não apenas na linguagem. Por isso mesmo é que os textos escritos por Dunga revelam uma paixão manifesta por tudo quanto é intrinsecamente cuiabano. Esse sentimento arraigado, profundo, telúrico, de transbordante amor à terra, chamada de agar-rativa pelo franco-brasileiro Augusto Leverger, é a expressão daquilo que veio a ser denominado de cuiabania.²²

Mas, afinal, o que vem a ser essa “cuiabania” ou “cuiabanidade”? Quais as características que poderíamos destacar como sintonizadora dessa expressão? Aventurando-me a conceituar, eu digo que se trata de um espaço cultural animado por um estado de espírito que concentra a determinação, a perseverança, o humor, a esperança melancólica e a hospitalidade. Uma corrida de olhos pela História pátria se verá que essas características se fizeram presentes no ponto mais avançado da civilização lusitana nos trópicos. E elas marcaram o transcurso das delimitações geográficas e a formação de uma psicologia social própria. Houve uma têmpera que forjou o espírito e a inteligência da gente que aqui se estabeleceu. Buarque de Holanda atribui à forja desse caráter peculiar às *“calamidades que se abateram durante anos seguidos sobre essa gente”* e que exerceram *“uma função seletiva”*, o que fez com que permanecessem aqui somente os melhores, os mais resistentes, os mais tenazes, aqueles que realmente conseguiram vencer desafios *“sobre-humanos”*.²³ Observadores estrangeiros igualmente enaltecem esse caráter do povo que aqui se arraigou. Para ficar num único exemplo: Karl Von den Steinen, o cientista alemão que aqui esteve em 1884, escreveu: *“Se algumas línguas más supõem que os cidadãos cuiabanos são dotados de certa indolência e mesquinhez [...] acredito que esses defeitos não emanam dos seus antepassados. [...] Os homens que, no início do século anterior, penetraram este confim de mundo, eram audazes aventureiros*

22 Evidentemente que Dunga Rodrigues não foi a única, nem a primeira, a registrar a expressão e a dela tratar. Há um rol significativo de escritores cuiabanos, como Virgílio Corrêa Filho, José de Mesquita, Philogonio Corrêa, Franklin Cassiano da Silva, Francisco Ferreira Mendes, Isac Póvoas, Ulisses Cuiabano etc., para só ficarmos em alguns mais notórios, que discorreram sobre esse estado de espírito.

23 HOLANDA, *Monções*. Veja também: CARVALHO, No distante Oeste – A primeira crítica teatral no Brasil. e Cuiabá – Corpo e Alma.

... . [...]. *Se se estuda amplamente, em livros e em mapas, as rotas que seguiram, calculando as enormes distancias que atravessaram [...] não se conseguirá evitar o sentimento de inveja.*²⁴ Tais componentes da raça foram igualmente ressaltados por historiadores como Corrêa Filho e José de Mesquita, só para ficarmos nos exemplos mais evidentes.

O que a esse respeito distingue os textos de Dunga é que, se aqueles autores o fazem com o enfoque exclusivo da historicidade, com textos mais enxutos e diretos, ela o faz, porém, com verve, ironia e humor únicos. A autora traça o retrato físico e espiritual da gente cuiabana no que ela tem de mais radicado às tradições e aos valores autênticos da terra. Em outras palavras, a força telúrica surge envolvida pelos componentes espirituais que representam a marca mais legítima e definitiva de um povo. E se tivesse que ressaltar uma característica a que Dunga dá especial relevo como a marca da sua terra, eu distinguiria a hospitalidade. O caráter hospitaleiro de sua gente, segundo ela, *“é como um artesanato, passando de pai para filho e praticado até os dias de hoje”*.

Na realidade, os escritos de Dunga abrangem a maior parte dos aspectos da vida cultural e da história do povo cuiabano. A versatilidade de sua abordagem vai da culinária à geografia, do folclore à música, da arquitetura e do urbanismo aos fatos históricos que emolduram as tradições cuiabanas. Temos, pois, na leitura de Dunga um múltiplo painel da terra dos cuiabases. Por ele se comprova a riqueza do legado aqui plantado ao longo do tempo que forjou o espírito de um povo. Os costumes sociais e religiosos, as lendas, os modismos, os falares e o sotaque característico, as superstições e simpatias, os inúmeros remédios caseiros, as promessas aos santos e as penitências cobradas aos milagres, as festas populares e as oficiais, o movimento musical, a educação nas escolas e as instituições culturais existentes, enfim, um cenário do qual se ressalta não somente o acendrado amor à terra como igualmente uma visão crítica sobre os rumos que a sua cidade veio tomando nas últimas décadas, com a substituição dos hábitos, a desfiguração arquitetônica da cidade, e, por que não reconhecer, uma crescente perda de identidade.

Tanto com *Marphysa* como com as *Crônicas Cuiabanas*, e em inúmeros outros textos, Dunga Rodrigues dá um contributo plural para a sociologia, a psicologia social, o folclore e até para a literatura de ficção em nossa terra. Estes textos, sendo a mostra da intertextuali-

²⁴ Para o texto completo, ver: CARVALHO, *Viagens ao Extremo Oeste – Desbravadores, Aventureiros e Cientistas nos caminhos de Mato Grosso*.

dade entre a realidade e a ficção, são a representação acabada do olhar arguto da repórter, combinados com as impressões da memorialista e a sensibilidade da ficcionista. Mas é, sobretudo, a expressão de quem quis passar através de sua arte o profundo amor ao seu torrão natal e a sua gente.

Diante dessa consideração, parece-me oportuno lembrar, sobre Dunga, as palavras de Dostoievski sobre Puchkin, em seu *Diário de um Escritor*: “Amou o povo justamente como o povo exige que o amemos, e não tratou de adivinhar como é preciso amar o povo, não se preparou, não o estudou: ele mesmo mostrou logo ser povo. Inclinou-se ante a verdade do povo, reconheceu a verdade do povo como sua própria verdade. Apesar de todos os defeitos do povo e seus inúmeros costumes degradados, soube distinguir a elevada essência de seu espírito quando quase ninguém olhava o povo dessa maneira, e aceitou essa essência como seu ideal.”

Dunga Rodrigues coloca-se, pois, a meu ver, no patamar mais alto da literatura e da cultura em nosso Estado, figurando, sem qualquer favor, entre os nossos nomes mais expressivos.

REFERÊNCIAS

- BALZAC, Honoré de. *A Comédia Humana*. São Paulo: Globo, 1989.
- BRUNO, Haroldo. *José Lins do Régio – Romancista do Nordeste*. In: _____. Estudos de Literatura Brasileira. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1957.
- CARVALHO, Carlos Gomes de. *Perfis Mato-Grossenses*. Cuiabá: Verdepantanal, 2002.
- _____. *A poesia em Mato Grosso – Um percurso de dois séculos*. Cuiabá: Verdepantanal, 2003.
- _____. *A Cuiabá – Corpo e Alma*. Cuiabá: Verdepantanal, 2006
- _____. *No distante Oeste – A primeira crítica teatral no Brasil*. Cuiabá: Verdepantanal, 2004.
- _____. *A Viagens ao Extremo Oeste – Desbravadores, aventureiros e cientistas nos caminhos de Mato Grosso*. Cuiabá: Verdepantanal, 2005.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *Pantanaís Matogrossenses* (Devassamento e Ocupação). Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Conselho Nacional de Geografia, 1946.
- DOSTOIEVSKI, Fiódor. *Diário de um escritor*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1967.
- ECO, Humberto. *A Obra Aberta*. São Paulo: Perspectiva, 1968.
- PEIXOTO, Afrânio. *Humour*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.
- RODRIGUES, Firmo José. *Figuras e coisas da nossa terra*. São Paulo: Gráfica Mercúrio, 1959. (vol. I) / Cuiabá: Oficinas Gráficas da ETF de Mato Grosso, 1969. (vol. II).

- _____. *Notas de um diário de viagem, 1893-1894*. (org. Dunga Rodrigues). Cuiabá: Genus, 2000.
- RODRIGUES, Dunga; MÜLLER, Maria de Arruda. *Cuiabá ao longo de 100 anos*. Cuiabá: FIEMT, 1994.
- RODRIGUES, Maria Benedicta Deschamps (Dunga Rodrigues). *A situação linguística do Francês*. Cuiabá: s/ed, 3ª ed., s/ data.
- _____. *Reminiscências de Cuiabá*. Goiânia: Cinco de Março, s/d.
- _____. *Os vizinhos*. Cuiabá: Prefeitura Municipal, 1977. (Cadernos Cuiabanos).
- _____. *Roteiro Musical da Cuiabania*. 4 v. Cuiabá: UFMT/NDIHR, 1979-1983.
- _____. *Marphysa*. Cuiabá: UFMT, 1981. (Coleção Memória Social Cuiabana)
- _____. *Cuiabá: roteiro de lendas*. Cuiabá: UFMT, 1984. (Memória Social da Cuiabania).
- _____. *Uma aventura em Mato Grosso*. Cuiabá: Prefeitura Municipal, 1984.
- _____. *Lendas de Mato Grosso*. Cuiabá: Gráfica Print Express, 1997.
- _____. *Colcha de retalhos*. Cuiabá: Defanti, 2000.
- _____. *Movimento musical em Cuiabá*. Cuiabá: Gráfica Atalaia, 2000.
- STEINEN, Karl Von den. *O Brasil Central*. Expedição em 1884 para a exploração rio Xingu. São Paulo: Nacional, 1942.

PATRIMÔNIO DOCUMENTAL – ACERVOS DE MATO GROSSO

ARQUIVO DA CASA BARÃO DE MELGAÇO

UM CENTRO DE PESQUISA DE
MODERNO E DE EXCELÊNCIA

COLECCIONES E BIBLIOTECA DE LA
CASA DEL BARÓN DE MELGAÇO
HUM CENTRO DE INVESTIGACIÓN DE EXCELENCIA

Elizabeth Madureira Siqueira¹

RESUMO: O presente texto apresenta, mesmo que de forma breve, o conjunto dos acervos da Casa Barão de Melgaço, instituição quase centenária integrada pelas duas instituições culturais mais antigas de Mato Grosso: o Instituto Histórico e Geográfico (1919) e a Academia Mato-Grossense de Letras (1921). Ao longo de sua trajetória, a Casa Barão de Melgaço conseguiu reunir um expressivo acervo composto por uma biblioteca, com cerca de 10.000 volumes, uma hemeroteca compostas de jornais dos séculos XIX e primeira metade do XX, e um arquivo muito especial, composto de acervos privados, de família e institucionais. De um amontoado de papéis, a Casa Barão de Melgaço conseguiu, ao longo de 25 anos, se transformar num moderno Centro de Pesquisa, graças às parcerias estabelecidas com instituições de respeitabilidade regional e nacional, instituições de ensino superior e entidades de pesquisas, contando, nos últimos quatro anos, com o apoio do Ministério da Cultura e do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que transformou o IHGMT num Ponto de Cultura, oferecendo-lhe o necessário apoio financeiro para não só a finalização do arranjo dos acervos, mas também sua digitalização. Esse processo final garantirá que as futuras gerações consigam ter acesso às informações contidas na Casa Barão de Melgaço, não só presencialmente, mas também de forma virtual.

Palavras-chave: História. Mato Grosso. Casa Barão de Melgaço. Ponto de Cultura do IHGMT. Documentação.

RESUMEN: Este trabajo presenta, aunque sea brevemente, todas las colecciones de la Casa del Barón de Melgaço, institución casi centenaria compuesta por las

¹ Doutora em História da Educação, Mestre em História Social, membro efetivo e Presidente do IHGMT por duas gestões, membro efetivo da Academia Mato-Grossense de Letras, Membro do Conselho Editorial da UFMT, historiadora de ofício. emsiqueira@terra.com.br

mas antigas instituciones culturales en el Mato Grosso: el Instituto Historico e Geografico Del Mato Grosso (1919) y La Academia Mato-Grossense de las Letras (1921). A lo largo de su percurso, la Casa del Barón de Melgaço ha acumulado una importante colección, que consiste en una biblioteca con unos 10.000 volúmenes, una hemeroteca compuesta por los periódicos del siglo XIX y primera mitad del XX, y un archivo muy especial, integrado por las colecciones privadas, de familias e institucionais. Desde un montón de papeles, la Casa del Barón Melgaço tiene, ao longo de más de 25 años, convirtiéndose en un Centro de Investigación, gracias a alianzas con instituciones de respetabilidad regionales y nacionales, instituciones de educación superior e instituciones de investigación, contando, en los últimos cuatro años, con el apoyo del Ministerio de Cultura y el Instituto Nacional de Patrimônio Histórico y Artístico, se ha convertido en un Punto de Cultura de lo IHGMT, el apoyo financiero necesario no sólo para la realización de la disposición de las colecciones, sino también su exploración. Este proceso final asegurará que las futuras generaciones puedan tener a la información contenida en la Casa del Barón de Melgaço, no sólo en persona, pero virtualmente también.

Palabras-clave: Historia. Mato Grosso. Casa Barón de Melgaço. Punto de Cultura de lo IHGMT. Documentación.

A Casa Barão de Melgaço é, hoje, um dos mais importantes centros de pesquisa do Centro-Oeste, seja pela pluralidade de fundos ou pela sua diversidade tipológica, oferecendo aos pesquisadores uma gama extensa de apoio empírico que abrange os séculos XVIII, XIX, XX e XXI.

Acumulado ao longo de quase um século – pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (1919) e também pela Academia Mato-Grossense de Letras (1921) – o acervo documental vem sendo significativamente aumentado nas últimas décadas, com a adoção das vantagens oferecidas pela tecnologia digital.

O conjunto das fontes do Arquivo da Casa Barão de Melgaço está dividido em dois grandes dossiês: os documentos institucionais e os acervos privados. Nos primeiros, estão reunidas e catalogadas as fontes produzidas pelas seguintes instituições: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Academia Mato-Grossense de Letras, Instituto de Pesquisas Dom Aquino Corrêa e Instituições fenecidas. Esse conjunto de fontes inclui documentos sob o formato de livros (códices), assim como documentos avulsos manuscritos, tipografados, além de grande volume de recortes de jornais, além de fotografias, mobiliário e objetos.

O acervo de arquivos privados inclui bibliotecas, papéis, fotografias e objetos que pertenceram aos intelectuais de Mato Grosso: Estevão de Mendonça, Rubens de Mendonça, Ramiro Noronha, Luis-Philippe

Pereira Leite, Firmo José Rodrigues, Dunga Rodrigues, Amidicis Diogo Tocantins, Corsíndio Monteiro da Silva, Ubaldo Monteiro da Silva e Newton Alfredo.

O ARQUIVO DA CASA BARÃO DE MELGAÇO ACERVOS INSTITUCIONAIS



Arquivo da Casa Barão de Melgaço (acervos institucionais e privados)

ACERVO DO INSTITUTO DE PESQUISAS DOM AQUINO CORRÊA

O mais extenso desses arquivos institucionais foi reunido pelo Instituto de Pesquisas Dom Aquino Corrêa, visto que abrange três séculos (XVIII, XIX e primeira metade do XX), com mais de 12.000 peças documentais reunidas originalmente pelo Pe. Delfino César e mais tarde preservadas pelo Pe. Pedro Cometti, que cedeu, sob comodato, ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso para catalogação. O arranjo deste preciosíssimo acervo demandou quase três anos, visto que cada documento ou códice foi descrito minuciosamente através de uma ficha individualizada por documento, sendo que todas as peças mereceram um código particularizado de acesso. Devido à sua extensão, o acervo foi conferido por quase três vezes, a fim de dirimir dúvidas, o que demandou a releitura de grandes séries documentais. Devido à sua relevância, esse conjunto documental se

encontra hoje totalmente catalogado e digitalizado, pronto para ser devolvido à Cúria Metropolitana de Cuiabá, sua guardiã originária.

O ACERVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

Criado e instalado no ano de 1919, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso tomou para si a função que até hoje mantém: a de preservar, zelar e divulgar a trajetória histórica do Estado. Tendo à frente, como sócio honorário e presidente, o arcebispo de Cuiabá e, à época, Presidente do Estado, D. Francisco de Aquino Corrêa, a instituição, e tem como insígnia *Pró pátria cónita atque immortalis* – Pela pátria conhecida e imortal.

O Instituto tem como carro-chefe da produção intelectual a sua revista, cujo número inicial data de 1919 e o último de 2011. Esse periódico veicula textos produzidos pelos associados ou por pesquisadores de renome nacional e internacional e também divulga discursos, resenhas, notícias e documentos históricos relativos a Mato Grosso. Algumas revistas são temáticas e dedicadas a algum evento ou personalidade específicos.

Ao longo de sua existência de 93 anos, a Instituição acumulou grande volume de livros, jornais e documentos relativos exclusivamente à instituição, além de fotografias, objetos e também escritos – originais e publicados – de autoria de seus associados. Estes deram a lume também extenso volume de obras que foram incorporadas ao acervo da biblioteca da Instituição, muitas delas hoje esgotadas. O conjunto do acervo bibliográfico incorpora obras raras e preciosas, datadas dos séculos XIX e XX, e muitas do século XXI, fruto de doações, permutas. O acervo vem sendo atualizado com a produção mais contemporânea. Hoje, o rico patrimônio documental gerado pelo IHGMT desde 1919 encontra-se catalogado e digitalizado, podendo o pesquisador ter acesso aos documentos de forma virtual, mecanismo que colabora para a preservação dos papéis originais.



Além de documentos textuais, o IHGMT acumulou um volume substantivo de fotografias. Para a indexação das 2.000 fotografias, foi utilizada ficha especial visando oferecer aos pesquisadores o máximo de informação sobre a imagem:

- **Código:** ACBM – FOTO 168
- **Local:** Cuiabá
- **Data:** 1940 (década de)
- **Descrição da foto:** Álbum fotográfico das obras oficiais edificadas em Cuiabá durante o período de governo Júlio Müller, incluindo a Residência Oficial dos Governadores, o Grande Hotel, a Estação de Tratamento de Água, o Cine Teatro Cuiabá, o Palácio da Justiça, a Secretaria Geral, o Centro de Saúde, o Quartel do 16º Batalhão de Caçadores, a Maternidade, a primeira ponte ligando Cuiabá a Várzea Grande, a Avenida Getúlio Vargas, dentre outras.
- **Total de fotos:** 32
- **Dimensão:** Comprimento: 45 cm Largura: 33 cm
- **Posição:** Horizontal
- **Coloração:** Preto/Branco
- **Fotógrafo:** Foto Chau

ACERVO DA ACADEMIA MATO-GROSSENSE DE LETRAS

Fundada no ano de 1921, com o nome de Centro Mato-Grossense de Letras, a Instituição reuniu, ao longo de sua existência, um acervo composto de livros e documentos avulsos. Sob a liderança de José Barnabé de Mesquita, seu primeiro presidente, a Instituição, nasceu com o objetivo de cultivar a beleza, *Pulchritudinis studium habentis* e mantém esse desígnio até hoje. Nos 90 anos de existência, a AML acumulou expressivo volume documental composto de livros, papéis manuscritos, tipografados, além de fotografias e objetos. Pelo periódico institucional – A Revista da Academia Mato-Grossense de Letras – pode-se recuperar sua trajetória administrativa e a evolução da produção intelectual dos Acadêmicos que a integraram. Encontrase ela e também o arquivo da Instituição catalogado e digitalizado.

INSTITUIÇÕES FENECIDAS

Devido à credibilidade dos membros do IHGMT e da AML, os acervos de algumas instituições culturais, hoje feneidas, foram doados para o arquivo da Casa Barão de Melgaço, a exemplo da Academia de Mulheres do Brasil, Associação Literária Cuiabana, Clube Internacional, Comissão Organizadora dos Festejos do Bicentenário De Cuiabá, Comissão Demarcadora da Fronteira Mato Grosso-Goiás, Congregação Mariana, Grêmio Geográfico de Cuiabá, Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá, Sociedade Particular Amor à Arte, Sociedade Terpsí chore Cuiabana, dentre outras. Trata-se de livros de atas, de registro de associados e de acervos, papéis avulsos e correspondências.

Esse conjunto documental está organizado por instituição, devidamente catalogado e digitalizado.

ACERVOS PRIVADOS E DE FAMÍLIA



Amostragem acervo Família Mendonça (Estevão e Rubens)	Membros da Família Rodrigues
	
Maria Benedita Deschamps Rodrigues (Dunga Rodrigues)	Firmo José Rodrigues

Esse dossiê documental (acervos privados e de família) é, praticamente, o único em Mato Grosso, reunindo papéis, fotografias, mobiliário e objetos que pertenceram a mato-grossenses, grande parte deles sócios do IHGMT e da AML. Os acervos foram doados pelas famílias após o falecimento de seus titulares e hoje se encontra catalogado, aguardando digitalização.

ARQUIVOS DE DE FAMÍLIA

O Arquivo da Casa Barão de Melgaço **é guardião** de documentos privados que pertenceram a duas eminentes Famílias: a *Família Mendonça*, que reúne papéis acumulados por Estevão e Rubens de Mendonça; e o acervo da *Família Rodrigues*, composto por documentos que pertenceram a Firmo José Rodrigues e a Maria Benedita Deschamps Rodrigues (Dunga). Esse último **é a mais extensa das coleções** privadas, visto incorporar grande variedade tipológica de documentos: livros, manuscritos inéditos, manuscritos publicados, recortes de jornais, diários de viagem, documentos de família, documentos pessoais, correspondências com familiares e amigos, além de grande volume de fotografias, objetos pessoais, vestimentas e mobiliário. Os objetos e mobiliário foram restaurados por especialista e

devidamente indexados e descritos por Mariza Mickose.



Armário com arranjo dos acervos privados e exposição de objetos.

DOSSIÊ PATRIMÔNIO



Objetos e mobiliário da Família Rodrigues (restaurado por Mariza Mickose)



ARQUIVOS PESSOAIS (DE UM ÚNICO TITULAR)

No âmbito dos acervos pessoais, o Arquivo da Casa Barão de Melgaço guarda, devidamente catalogados, os documentos que pertenceram a Ramiro Noronha, Luis-Philippe Pereira Leite, Amidicis Diogo Tocantins, Corsíndio Monteiro da Silva, Ubaldo Monteiro da Silva e de Alfredo Aguiar. Como os de Família, os acervos privados incorporam bibliotecas, recortes de jornais, fotografias e manuscritos capazes de reconstituir a trajetória desses intelectuais. Pela falta de verba, esses acervos estão somente catalogados, aguardando digitalização.

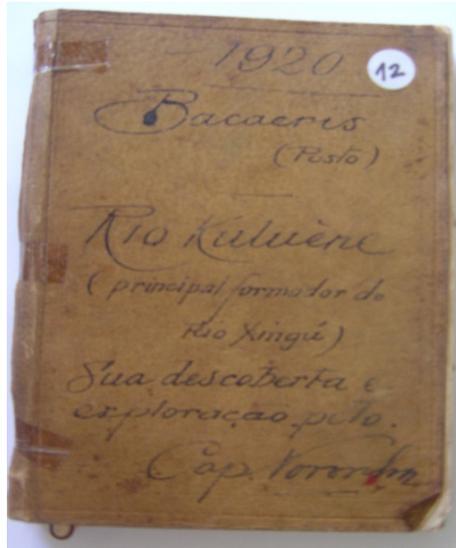
A METODOLOGIA DE ARRANJO DOS PAPÉIS

Metodologicamente, os acervos privados **e de família** foram indexados segundo a metodologia adotada pelo Instituto de Estudos Brasileiro – IEB, da Universidade de São Paulo, onde tivemos o privilégio de fazer curso de capacitação visando organizar e catalogar esse tipo especial de documentos. Para isso, foram considerados como Fundos as famílias ou titulares individuais, seguidos de 10 Grupos e, no interior deles, a documentação foi organizada cronologicamente por séries:

Assim, cada documento de um determinado Fundo foi catalogado no Grupo respectivo, o que facilita sobremaneira a consulta do pesquisador, uma vez que os grupos já indicam o tema específico das peças documentais.

As Séries seguem a norma determinada pela Nobrad, ou seja, cada peça ou conjunto documental foi indexado de acordo com a sua tipologia, o que, igualmente, facilita o consulente.

DOSSIÊ PATRIMÔNIO



Arquivo privado Ramiro Noronha. Acervo IHGMT



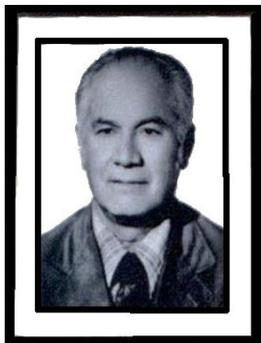
INCORPORAÇÃO DE NOVOS ACERVOS PRIVADOS AO ARQUIVO DA CASA BARÃO DE MELGAÇO

No ano de 2011, o Arquivo da Casa Barão de Melgaço recebeu, como doação, mais três significativos acervos, hoje devidamente catalogados e aguardando digitalização. Foram eles pertencentes a três importantes intelectuais mato-grossenses de renome nacional:

Amidicis Diogo Tocantins, cuiabano, representante da intelectualidade católica de Mato Grosso. De vasta cultura e erudição, deixou escrito grande volume de textos, parte deles publicados, porém a parcela ainda inédita. Bibliófilo, Amidicis reuniu durante sua existência uma biblioteca de 17 mil títulos, grande parte deles raros e hoje depositada na Biblioteca Central da UFMT. Seu acervo pessoal, composto de manuscritos, impressos e fotografias, foi incorporado ao arquivo da Casa Barão de Melgaço graças à doação feita pela Família Tocantins.

Corsíndio Monteiro da Silva, bacharel em Direito, estudioso da língua portuguesa e jurista de reconhecido mérito, foi grande colaborador da Nação como Consultor Jurídico da República, tendo colaborado nas diversas reformas do Código Civil Brasileiro. Após seu falecimento, a família doou para o arquivo da Casa Barão de Melgaço a sua biblioteca e arquivo, composto texto manuscritos e impressos, assim como parte de seu acervo fotográfico.

Ubaldo Monteiro da Silva, várzea-grandense renomado, militar de carreira, fundador da Escola de Formação de Cadetes de Mato Grosso, político, historiador e poeta – deixou substancioso acervo que, após seu falecimento, foi doado pela família ao Arquivo da Casa Barão de Melgaço. **É o mesmo composto de** sua biblioteca particular, manuscritos, coleção de discursos, documentos pessoais e de família, recortes de jornais, assim como parte de seu acervo fotográfico.



Amidicis Diogo Tocantins

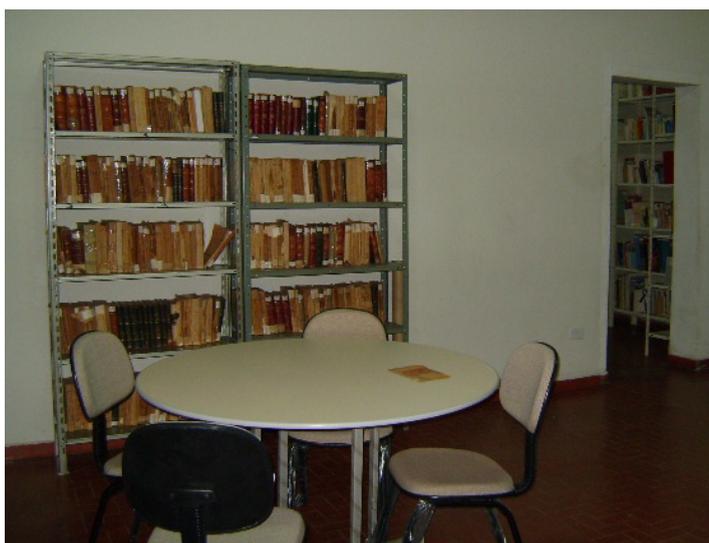


Corsíndio Monteiro da Silva



Ubaldo Monteiro da Silva

BIBLIOTECA E HEMEROTECA DA CASA BARÃO DE MELGAÇO



Biblioteca da Casa Barão de Melgaço

A Biblioteca da Casa Barão de Melgaço foi constituída, ao longo dos 93 anos de sua existência, através de doações, permuta e compra. Inicialmente constituída de pouco mais de 2.000 títulos, identificados na década de 1980, hoje o acervo bibliográfico incorpora quase 10

mil títulos, num total de, aproximadamente, 12.000 livros. A primeira intervenção objetivou a catalogação por autor, título, edição, imprensa e código de acesso, sendo que atualmente estamos identificando as obras raras e preciosas para serem digitalizadas, trabalho no aguardo de apoio.



Hemeroteca da Casa Barão de Melgaço

A Hemeroteca da Casa Barão de Melgaço é riquíssima, incluindo 340 títulos de jornais, muitos deles datados do século XIX. Relevo deve ser dado à coleção do jornal *A Cruz*, periódico publicado pelo segmento intelectual católico e que teve mais de meio século de circulação.

AMPLIAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO PARA ABRIGO DO ARQUIVO DA CASA BARÃO DE MELGAÇO

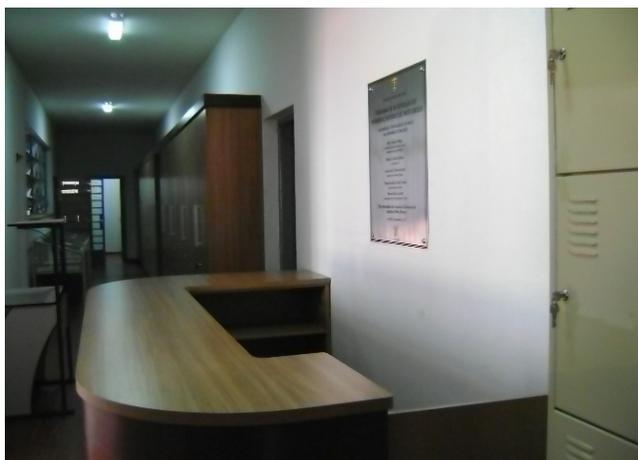
Até a década de 1990, o IHGMT e a AML funcionavam unicamente no casarão histórico que pertenceu a Augusto Leverger, Barão de Melgaço. Em conjunto, os presidentes das duas Instituições resolveram aumentar o espaço físico, visto o volume que tomava os acervos, tanto da biblioteca, hemeroteca e arquivo. Assim, resolveram tomar posse do que por direito lhes pertencia, ocupando a parte inferior do

edifício sede da antiga Faculdade de Direito de Cuiabá, aos fundos do casarão, assim como do prédio onde funcionou o restaurante dos estudantes, lateral ao solar do Barão de Melgaço.



Edifício da antiga Faculdade de Direito. O Arquivo e Biblioteca estão alojados na parte interior, logo após as rampas.

A ampliação do espaço físico requereu investimentos na sua estrutura interna. Assim, o então presidente do IHGMT à época, João Carlos Vicente Ferreira, propôs e foi vitorioso num projeto de transformação do arquivo e biblioteca da Casa Barão de Melgaço em Ponto de Cultura, promovido pelo IPHAN/Ministério da Cultura (MinC).





Essa mudança de espaço físico requereu um trabalho de restauração e revitalização da Casa Barão de Melgaço, projeto implementado pelo governo do Estado através da Secretaria de Estado de Cultura, em parceria com o IPHAN e sob a presidência de João Carlos Vicente Ferreira (Secretário de Cultura e Presidente do IHGMT). Minuciosa, a restauração e revitalização envolveram tanto o casarão quanto o pátio externo onde está localizado o edifício do antigo restaurante dos estudantes e também a parte inferior do prédio da Faculdade de Direito.



Intervenção nas partes externa do casarão do Barão de Melgaço. Acervo IHGMT



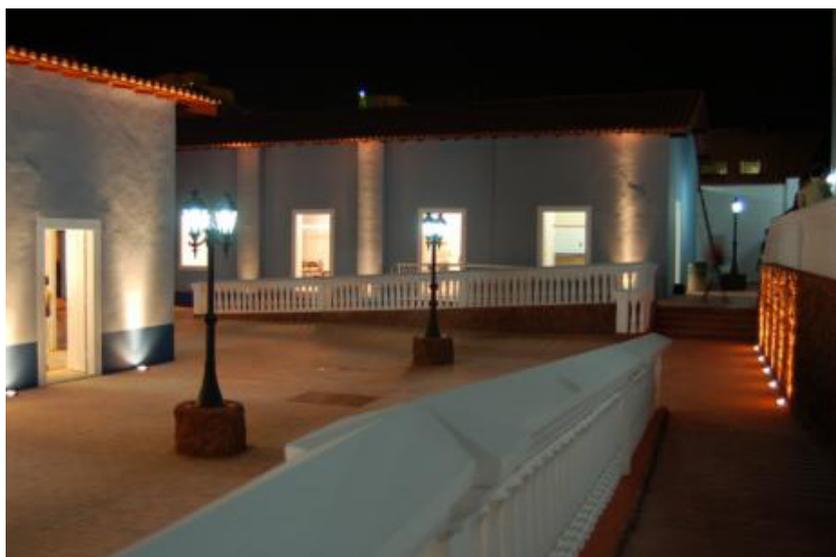
Restauro da parte interna do salão do solar de Melgaço. Acervo IHGMT



Salão interno restaurado. Acervo IHGMT



Reforma do edifício lateral, antigo restaurante universitário. Acervo IHGMT



Pátio externo restaurado e adornado com escadas, rampas e colunas. Acervo IHGMT



Pátio externo restaurado e adornado com escadas, rampas e colunas. Acervo IHGMT



Restauração final do casarão. Acervo IHGMT

CONCLUSÃO

Há mais de trinta anos fiz meu primeiro contato com o acervo da Casa Barão de Melgaço, ainda depositado apenas no casarão. Tratava-se de um amontoado de livros, jornais, documentos avulsos, sem qualquer ordenação e tampouco higienização. Capacitada na UFMT na área de documentação e como membro do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, comandado, à época, pela historiadora Profa. Therezinha de Jesus Arruda, fui designada para proceder ao levantamento preliminar do acervo da Casa Barão de Melgaço. Com duas bolsistas e um auxiliar de limpeza pudemos fazer a higienização e elaborar um inventário sumário de tudo que ali se encontrava depositado.

Entusiasmei-me com o trabalho, porém com a criação do curso de História da UFMT, vi-me envolvida com administração e docência, restando-me pouco tempo para a pesquisa. Anos depois ingressei, como sócia efetiva, do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e, mais tarde, na Academia Mato-Grossense de Letras. Meu pendor para a sistematização de acervos visando a preservação e ampliação da memória de Mato Grosso, assim como a convivência anterior e fraterna com os associados dessas duas Instituições, fez com me elessem Curadora da Casa Barão de Melgaço. Tal função exigiria de minha parte maior especialização na área da documentação, o que consegui através de diversos cursos realizados na Universidade de São Paulo, sob a orientação de duas exponenciais da documentação, Profas. Dras. Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Liberalli Belloto. A convivência com essas especialistas e a intimidade propiciada pela amizade que mantivemos e ainda mantemos, proporcionou-me liberdade para troca de experiências, fazendo com que eu assumisse com maior competência o trabalho da Curadoria da Casa Barão de Melgaço.

Nessa trajetória de mais de três décadas, inúmeros apoios foram conseguidos, como do CNPq – Projeto Norte – e depois na Lei de Incentivo à Cultura – governo do Estado/Secretaria de Cultura – e, finalmente, do IPHAN/MinC, quando o arquivo e a biblioteca se transformaram em Ponto de Cultura. Foi na década de 2000 que finalizamos o arranjo dos acervos existentes – biblioteca, hemeroteca e arquivos institucionais – o que possibilitou abrir nova frente com a incorporação de acervos privados e de família, o que requereu ainda maior especialização.

Até 2009, os trabalhos se restringiam ao arranjo e sistematização de fontes com o oferecimento de catálogos. Com o apoio do IPHAN/

MinC foi aberta a possibilidade de não só dar continuidade a esse trabalho, mas também pensar na utilização de mecanismos de preservação das fontes e da democratização das informações nelas contidas. Optamos, então, pela digitalização dos acervos institucionais. Até o momento, 2012, estamos aguardando aprovação de novos projetos que possam subsidiar a finalização do processo de digitalização dos acervos privados.

Ao lado disso, montamos um site do IHGMT – ihgmt.org.br - onde depositamos informações sobre a Instituição, disponibilizando todos os catálogos e parte da documentação digitalizada.

Todo esse trabalho demandou espírito isento de preconceito no que diz respeito à **discriminação entre o trabalho braçal e o intelectual**, pois foi abrindo caixas, limpando papéis, jornais e livros que conseguimos, a partir desse conhecimento palpável, torná-los mais conhecidos e disponíveis à consulta, pois um *documento* só consegue atingir, segundo Jaques Le Goff, o status de *monumento* quando é apropriado e referenciado pelo pesquisador. Ele, por si só, presta-se apenas enquanto memória, porém, quando citado pelos pesquisadores ganha estatuto e personalidade, se transforma em história.

Ao final, preservar a memória histórica de Mato Grosso é um dos compromissos primeiros do IHGMT, e nossa participação nesse processo tem sido muito gratificante, condição que minimiza as dificuldades enfrentadas no trabalho cotidiano, desenvolvido sempre com muita disposição, otimismo e acreditando que as gerações atuais e futuras reconhecerão esse esforço de organização e democratização das informações. A partir desse trabalho, os novos pesquisadores procederão a indagações múltiplas às fontes e, certamente, devolverão as respostas através de inovadoras produções.

REFERÊNCIAS

- CAMARGO, Ana Maria de Almeida et al. *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo. Associação dos Arquivistas Brasileiros. Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura, 1996.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.
- SCHELLENBERG, Theodore R. *Arquivos Modernos: princípios técnicos*. (Trad. Nilza Teixeira Soares). 2ª tir. Rio de Janeiro: FGV, 1974. A primeira edição em inglês é de 1956.
- _____. *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1974.
- SOUZA, Renato Tarciso Barbosa de Souza. *As bases do processo classificatório em arquivística: um debate metodológico*. São Paulo. Associação de Arquivistas de São Paulo. 2002.

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL – NDIHR:

PATRIMÔNIO CULTURAL DA MEMÓRIA HISTÓRICA
DE MATO GROSSO

CENTRO DE INFORMACIÓN Y DOCUMENTACIÓN
HISTÓRICA NDIHR-REGIONAL:
PATRIMONIO DE LA MEMORIA HISTÓRICA DE MATO GROSSO

Nileide Souza Dourado¹

RESUMO: Este texto visa oferecer um panorama histórico sobre o patrimônio documental do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, mesmo que de forma breve, apresenta o conjunto expressivo de acervos acumulados ao longo de sua trajetória, em geral, constituídos de reproduções em microformas, digitais, referências virtuais, imagéticas, orais e acervo impresso bibliográfico de obras raras, com cerca de aproximadamente, 2.000 volumes e um considerável acervo de periódicos. De um amontoado de cópias, o NDIHR ao longo de 36 anos, se transforma num moderno Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, face às parcerias estabelecidas com instituições de respeitabilidade regional e nacional, contando com o apoio da Administração Superior da Universidade e, nos últimos anos, com a parceria dos Programas de Pós-Graduação das áreas de Ciências Sociais, Humanas e Aplicadas da UFMT, através de aquisição compartilhada de equipamentos e softwares para multiuso e outras atividades.

Palavras-chave: UFMT. NDIHR. Patrimônio Cultural. História. Mato Grosso.

¹ Mestre em História, PPGHIS/UFMT, historiadora da área técnica e científica do NDIHR. É atualmente aluna do Curso de Doutorado em Educação – História da Educação/ PPGE/Instituto de Educação/UFMT.

RESUMEM: Este texto pretende oferecer un panorama histórico del patrimonio documental del Centro de Documentación Histórica y el Fondo de la información, incluso si se presenta brevemente el importante número de colecciones acumuladas a lo largo de su carrera, por lo general consisten en reproducciones en microforma, digital, referencias virtuales, imágenes, oral y la recopilación de la literatura impresa de los libros raros, con cerca de aproximadamente, 2.000 volúmenes y una importante colección de publicaciones periódicas. De un montón de copias, NDIHR más de 36 años, se convierte en un moderno Centro de Documentación Histórica y el Fondo de Información, en relación a las alianzas con las instituciones regionales y la respetabilidad nacional, con el apoyo de la Alta Dirección de la Universidad y, en los últimos años, en colaboración con los Programas de Posgrado en las áreas de Ciencias Sociales, Humanidades y UFMT Aplicada través de la compra compartida de equipos y software para las actividades de uso múltiple y de otro tipo

Palabras-clave: UFMT. NDIHR. Patrimônio Cultural. História. Mato Grosso.

NDIHR

[...] A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens [...] (LE GOFF, 1992, p. 477).

O Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) - Patrimônio Cultural da Memória Histórica de Mato Grosso – foi criado pela Resolução CD. 66/1976 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, que considerou como fundamentação básica para a sua implantação o valor da historiografia enquanto área instrumental da educação superior, numa concepção científica interdisciplinar e sistemática capaz de fornecer subsídios a outras áreas do conhecimento, para além das Ciências Humanas. O NDIHR constitui-se num espaço de pesquisa, ensino e extensão voltado para a revitalização e preservação da memória histórica regional, através das prospecções de fontes documentais e pesquisas nas diversas áreas do conhecimento.

Nesse sentido, o presente texto visa ofertar um panorama histórico relativo ao patrimônio documental do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, mesmo que de forma breve, apresentando um conjunto expressivo dos acervos acumulados ao longo de sua trajetória, em geral, constituídos de reproduções em microformas, digitais, referências virtuais, imagéticas, orais e acervo impresso bibliográfico de obras raras, com cerca de, aproximadamente, 2.000 volumes e um considerável conjunto de periódicos.

Desse modo, consolidado como Núcleo colecionador e referenciador de fontes, vem atuando estrategicamente para compartilhar conjuntos documentais instrumentalizados e obras raras com pesquisadores das áreas de Ciências Sociais, Humanas e Aplicadas e de outros campos do conhecimento que se ocupam das fontes históricas como suporte para seus estudos, tendo por base a concepção de que a produção de conhecimento serve para a evolução e libertação dos homens e da sociedade de modo geral.

O NDIHR reúne, sob sua custódia, uma diversidade de conjuntos documentais, em geral reproduções em microformas, digitais, referências virtuais, imagéticas e orais que abrangem documentos de diferentes arquivos, coleções de acervos de procedência da esfera pública e privada, bem como um acervo bibliográfico impresso contendo algumas obras raras e uma considerável coleção de periódicos, assim como, também, editora e publica a *Revista Eletrônica Documento Monumento* (www.ufmt.br/ndihr/revista).

Promovendo e interagindo com a comunidade científica local e do Centro-Oeste amazônico, o NDIHR mantém estreita relação com pesquisadores dos países fronteiriços, como Paraguai, Bolívia, Chile e Peru, entre outros. Devido à sua vocação é um importante suporte aos cursos de graduação, grupos de pesquisa, estudiosos e profissionais liberais, estudantes secundaristas, professores das redes públicas e privada e, de modo especial, aos Programas de Pós Graduação de diferentes áreas, instalados em Mato Grosso, no Brasil e em países vizinhos.

Dessa maneira, o NDIHR impõe-se pela necessidade de gerar fontes documentais alternativas, seja provocando e registrando a memória daqueles testemunhos da história, seja analisando e interpretando as referidas fontes documentais. Inserem-se nestas modalidades de investigação as pesquisas temáticas, já desenvolvidas e também aquelas que se constituírem em objetos de estudos na interface com os departamentos de ensino, cursos e programas.

Assim, de um amontoado de cópias de documentos, reproduções de fundos e coleções, o NDIHR, ao longo de 36 anos, se constitui hoje em um moderno núcleo de pesquisa, face às parcerias estabelecidas com instituições de respeitabilidade regional e nacional, contando com o apoio da Administração Superior da Universidade e, nos últimos anos, com a parceria dos Programas de Pós-Graduação das áreas de Ciências Sociais, Humanas e Aplicadas da UFMT, através de aquisições compartilhadas de equipamentos e *softwares* para multiuso e outras atividades afins.

Frente ao exposto, vale ressaltar que o “documento” tão propalado pelos pesquisadores tem também uma história, um percurso próprio, auxiliando os estudiosos a compreendê-lo enquanto espaços da memória coletiva. Destarte, necessário se faz apresentar breves definições do que seja o “documento”, em especial, na perspectiva de dois grandes estudiosos do assunto:

[...] há que tomar a palavra “documento” no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, imagem, ou de qualquer outra maneira [...] importa é saber o não isolamento do documento do conjunto de monumentos de que fazem parte [...] (LE GOFF, 1992, p. 548).

e

[...] o “documento” é qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa. É o livro, o artigo de revista ou jornal, o relatório, o processo, o dossiê, a carta, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, a fotografia, o filme, o disco, a fita magnética, o objeto utilitário etc., enfim, tudo o que seja produzido, por motivos funcionais, jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artísticos, pela atividade humana [...] (BELLOTTO, 2004, p. 35).

Diante disso, o NDIHR atua como referência aos pesquisadores em geral e entidade custodiadora de acervos históricos, buscando atender às demandas de informações e atuando no sentido de estimular a integração com instituições congêneres (Arquivos Públicos e particulares, Museus e Instituições de pesquisa) da região, do Brasil e do exterior. Busca o enriquecimento do acervo com aquisições de cópias de documentos, bem como o aperfeiçoamento das técnicas e métodos utilizados na sistematização de fontes e a revisão constante da historiografia pertinente aos temas contemplados.

Nessa perspectiva, o corpo técnico e científico do NDIHR, no exercício de suas atividades e em parceria com o Departamento de História da UFMT, expande sua atuação na investigação científica no campo da documentação, assumindo trabalhos de co-orientação na produção de TCC – Trabalho de Conclusão de Curso – nível de graduação, oportunizando aos graduandos articular o exercício historiográfico e a organização de fontes. O NDIHR atua também no campo da produção de Instrumentos de Pesquisa, possibilitando a interface da História e da Arquivística, assim como com a biblioeconomia, na referência do seu acervo bibliográfico.

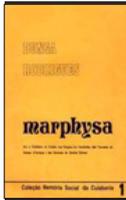
Compreende-se, portanto, o NDIHR enquanto *guardião da memória*, entidade que opera como elo entre o passado e o presente, alicerçando os fundamentos da produção histórica, garantindo, com isso, a preservação de legados para as gerações futuras, em especial para o ensino,

pois o conceito de patrimônio cultural está ligado ao conhecimento, respeito, preservação, valorização da cultura e ao exercício da cidadania.

NDIHR: ENTIDADE CUSTODIADORA

O NDIHR, enquanto unidade custodiadora de acervos documentais encontra-se registrado no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos, do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, sob o código de referência BR MTNDIHR, (CONARQ, 20/07/2009). Trata-se de entidade custodiadora por ser “entidade responsável pela custódia e acesso a acervos” (NOBRADE, 2006, p. 15), e ainda por reunir espécies documentais que se assemelham por suas características essenciais, como o suporte e o formato, e que exigem processamento técnico específico e, por vezes, mediação técnica para acesso como “documento audiovisual, documento bibliográfico, documento cartográfico, documento cinematográfico, documento iconográfico, documento eletrônico, documento micrográfico e documento textual.” (Idem, p. 15).

Nesse sentido, os conjuntos documentais do NDIHR passam pelo processo da descrição, da elaboração dos instrumentos de pesquisa, como Inventários; Catálogos; Índices; Edição de Fontes; Catálogos Seletivos (Repertórios), culminando com a digitalização, para que a qualquer tempo os documentos ou as informações possam ser localizados e acessados pelos pesquisadores nas suas leituras e pesquisas.

	<p>De autoria de Maria Benedita Deschamps Rodrigues (Dunga Rodrigues), Marphisa consubstanciou o resultado de uma longa pesquisa sobre costumes cuiabanos de outrora.</p>
	<p>Abrindo sua esfera de atuação, o NDIHR destacou uma equipe para proceder ao levantamento do acervo bibliográfico da Casa Barão de Melgaço, que reúne as duas instituições culturais mais antigas de Mato Grosso – o Instituto Histórico e Geográfico e a Academia Mato-Grossense de Letras. Como resultado, unindo as referências desse acervo e as existentes no NDIHR, foi produzido um Catálogo organizado pelo técnico-administrativo do órgão Walter Monte Cruz e publicado em 1980.</p>
	<p>Como fruto da mesma intervenção na Casa Barão de Melgaço, o historiador Edvaldo de Assis disponibilizou, em Índice Analítico os artigos estampados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (1919 a 1984)</p>

	<p>Saloyo Cidadão, peça teatral encenada em Mato Grosso durante o período colonial, foi editada e comentada por um especialista em História Portuguesa, Carlos Francisco Moura.</p>
	<p>Entremez, o Tutor Namorado foi outra peça lusitana encenada em terras mato-grossenses, organizada e comentada por Carlos Francisco Moura.</p>
	<p>Na década de 1980, o Diário Oficial de Mato Grosso publicou, semanalmente, um encarte organizado pelo NDIHR, contendo artigos e comentários referentes à História e à Memória mato-grossense, por iniciativa do técnico-administrativo e jornalista Pedro Rocha Jucá.</p>
	<p>Roteiro de Lendas foi mais uma contribuição da saudosa Dunga Rodrigues que reuniu as mais significativas lendas mato-grossenses, em trabalho ilustrado.</p>
	<p>Em quatro Cadernos, foram publicados momentos importantes da História da Música e da Cultura mato-grossense, de autoria de Dunga Rodrigues.</p>
	<p>Alcir Lenharo, historiador de renome nacional, dedicou parte de suas pesquisas à realidade mato-grossense, tendo publicado inúmeros trabalhos, dentre eles, um clássico da historiografia regional, <i>Crise e mudança na frente oeste de colonização</i>, material que serviu e ainda serve para apoiar as discussões regionais.</p>
	<p>Buscando dar visibilidade aos textos clássicos da historiografia regional, produzida durante o período colonial e imperial pelos cronistas, o NDIHR iniciou, na década de 1970, a edição dos escritos de José Barbosa de Sá, Filipe Nogueira Coelho, Barão de Melgaço e outros.</p>
	<p>Como organismo de pesquisa, o NDIHR iniciou, ainda na década de 1970, a constituição de uma biblioteca especializada em Mato Grosso. O acervo, em 1987, que já incorporava uma coleção significativa de livros e periódicos foram publicados em um Boletim Informativo, n. 1, sob a organização de Jussara Granjeiro Duque e Walter Monte Cruz.</p>

O NDIHR publicou, além destes, muitos outros instrumentos de pesquisa e trabalhos avulsos, cumprindo sua missão precípua, a de não só ser um organismo voltado para a preservação da memória de Mato Grosso, mas também de sua divulgação.

Considerando a natureza institucional, o NDIHR iniciou suas atividades reunindo um grupo de historiadores – regionais e nacionais – responsáveis pelo desenvolvimento de projetos capazes de instrumentalizar os pesquisadores. De outro, implementou a publicação de obras que substanciassem esses resultados e apontassem, através de instrumentos de pesquisas, pistas capazes de estimular investigações mais específicas.

ACERVOS CUSTODIADOS E INSTRUMENTALIZADOS:

Arquivo Ibérico:

(1) Identificação:

Data-limite -1680 a 1823

Suporte – Microfichas – Disponível

Natureza do Conjunto: Coleção - Capitania de Mato Grosso.

Procedência dos Documentos: Arquivo Histórico Ultramarino.

Instrumentos de Pesquisa: Inventário de Documentos Históricos sobre o Centro-Oeste. V. I, II, III e IV, organizados por Maria Cecília Guerreiro de Souza. Cuiabá: Imprensa Universitária. [s.d].

(2) Identificação:

Data-limite -1720 a 1823

Suporte – Microfilme e CD - Disponível

Natureza do Conjunto: Coleção – Capitania de Mato Grosso

Procedência dos Documentos: Arquivo Histórico Ultramarino.

Instrumentos de Pesquisa: Catálogo de Verbetes dos Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de Mato Grosso existentes no Arquivo Histórico Ultramarino.

Lisboa: Fontes Primárias para a História da Capitania de Mato Grosso – Campo Grande: CMAAEF, 1999, p. 527.

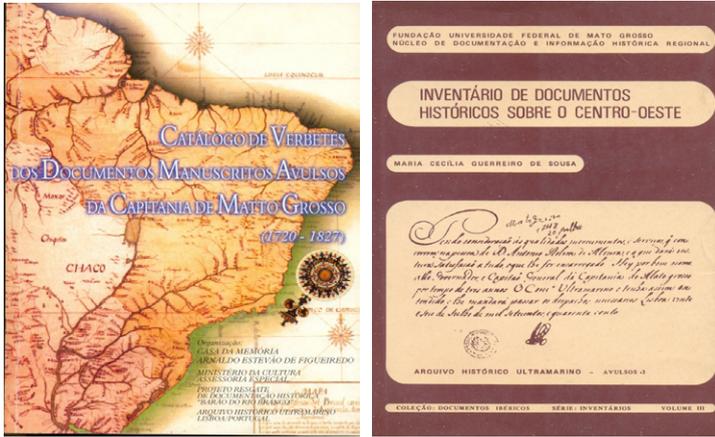


Figura 1

(3) Identificação:

Data-limite -1751 a 1758

Suporte – Impresso e Microfilme - Disponível

Natureza do Conjunto: Coleção – Correspondências e Biografia.

Procedência dos Documentos: Arquivo Histórico Ultramarino.

Instrumentos de Pesquisa: Edição de Fontes: Antonio Rolim de Moura – Correspondências, organizada por Ana Mesquita Martins de Paiva, Maria Cecília Guerreiro de Sousa, Nyl-Iza Valadão Freitas Geremias. Universidade Federal de Mato Grosso/Núcleo de Documentação e Informação e Histórica Regional. Vol.1, 2,3 e 4. Cuiabá: Imprensa Universitária, 1983.



Figura 02

(4) Identificação:

Data-limite -1727 - 1746

Suporte – Impresso e Microfilme - Disponível

Natureza do Conjunto: Coleção – Correspondências.

Procedência dos Documentos: Arquivo Histórico Ultramarino.

Instrumentos de Pesquisa: Edição de Fontes: Coletânea de Documentos Raros do Período Colonial (1727-1746). V. 1, 2, 3,4 e 5, organizada por Eliane Maria Oliveira Morgado, Nileide Souza Dourado, Otávio Canavarros e Vera Lúcia Duarte Macedo. Cuiabá: Entrelinhas: EdUFMT, 2007.



Figura 03

(5) Identificação:

Data-limite -1728 - 1744

Suporte – Impresso e Microfilme - Disponível

Natureza do Conjunto: Coleção – Notariado e Legislação

Procedência dos Documentos: Arquivo Histórico Ultramarino.

Instrumentos de Pesquisa: Edição de Fontes: Coletânea de Documentos Raros:

Notariado e Legislação de Mato Grosso no Período Colonial (1728-1744), organizada por Otávio Canavarros, Nileide Souza Dourado, Eliane Maria Oliveira Morgado e Vera Lúcia Duarte Macedo. Cuiabá: Entrelinhas: EdUFMT, 2007.

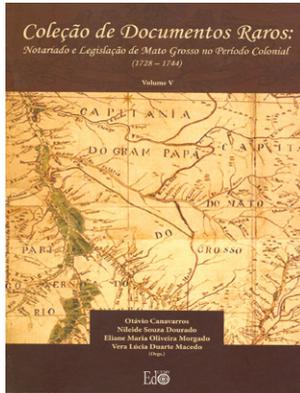


Figura 04

(6) Identificação:

Data-limite -1765 - 1769

Suporte – Microfilme - Disponível

Natureza do Conjunto: Coleção – Correspondências

Procedência dos Documentos: Arquivo Histórico Ultramarino.

Instrumentos de Pesquisa: Inventário Analítico – Correspondência do 2.º Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso, organizado por Edivaldo de Assis e Margarida M. de A. Nogueira. Cuiabá: Imprensa Universitária, 1991.

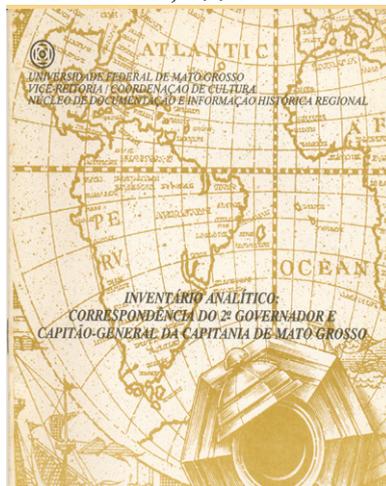


Figura 05

(7) Identificação:

Data-limite -1727 - 1746

Suporte – Microfilme - Disponível

Natureza do Conjunto: Coleção - Correspondências.

Procedência dos Documentos: Edição de Fontes: Coletânea de Documentos Raros do Período Colonial(1727-1746) Cuiabá:EdUFMT, 2007.

Instrumentos de Pesquisa: Catálogo Seletivo sobre Povoamento e Infraestrutura nas Minas de Cuiabá no período colonial (1727-1746), elaborado pela Acadêmica – Pollyanna Felisberto Umbelino (Cuiabá/2008). Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação em História, sob a Orientação do Prof.Dr. Otávio Canavarros e a Co-orientação da Técnica e Historiadora, MS. Nileide Souza Dourado.

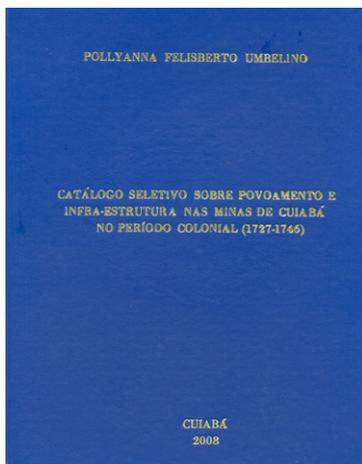


Figura 06

ARQUIVO MINISTÉRIO DA FAZENDA:

(8) Identificação:

Data-limite -1746 - 1965

Suporte – Microfilme - Disponível

Natureza do Conjunto: Fundos – Tesouraria e Delegacia Fiscal

Procedência dos Documentos: Tesouraria da Fazenda Nacional e Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em Mato Grosso(1746-1965).

Instrumentos de Pesquisa: Alfândega de Corumbá – Inventário dos Fundos:

Tesouraria da Fazenda Nacional e Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em Mato Grosso, organizado por Edivaldo de Assis. Brasília-DF: Ministério da Fazenda, 1998.

(9) Identificação:

Data-limite -1740 - 1809

Suporte – Microfilme - Disponível

Natureza do Conjunto: Fundo – Provedoria da Real Fazenda

Procedência dos Documentos: Arquivo da Delegacia do Ministério da Fazenda em Mato Grosso(1740 -1809).

Instrumentos de Pesquisa: Provedoria da Real Fazenda – Inventário Analítico do Arquivo da Delegacia da Fazenda em Mato Grosso, organizado por Edivaldo de Assis. Brasília-DF: Ministério da Fazenda, 1986.

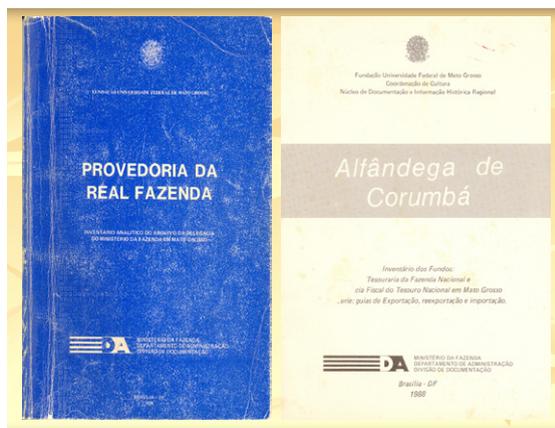


Figura 07

(10) Identificação:

Data-limite -1740 - 1809

Suporte – Microfilme - Disponível

Natureza do Conjunto: Fundo - Provedoria da Real Fazenda

Procedência dos Documentos: Arquivo da Delegacia do Ministério da Fazenda em Mato Grosso(1740 -1809).

Instrumentos de Pesquisa: Catálogo Seletivo sobre Gêneros Alimentícios Exportados e Importados na Província de Mato Grosso (1870 - 1889), organizado pela Acadêmica Ana Paula Alves Silva. Cuiabá/2009.

Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação em História.

Sob a Orientação do Prof. Dr. Otávio Canavarros e a Co-orientação do Técnico,

Historiadora, Luís Álvaro Dias.

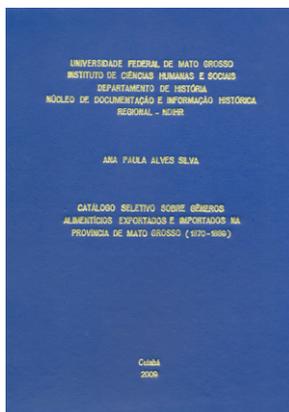


Figura 08

ARQUIVO ECLESIAÍSTICO

(11) Identificação:

Data-limite -1756 - 1956

Suporte – Microfilme e Digital - Disponível

Natureza do Conjunto: Fundo – Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá.

Procedência dos Documentos: Cúria de Cuiabá

Instrumentos de Pesquisa: Memória da Igreja em Mato Grosso: Catálogo de Documentos Históricos, organizado por Maria Adenir Peraro, Elizabeth Madureira Siqueira e Sibeles de Moraes. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

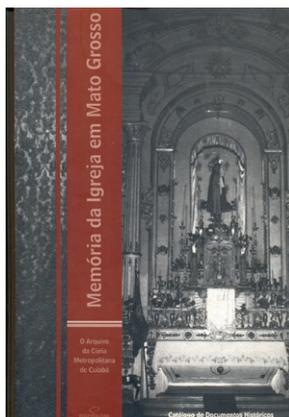


Figura 09

Dando prosseguimento ao trabalho com o arquivo eclesiástico da Cúria Metropolitana de Cuiabá, os pesquisadores se esforçaram para democratizar as informações documentais contidas nessa coleção tão especial. Assim, além da microfilmagem da documentação, procedeu à sua digitalização, somente finalizada no ano de 2011. Como resultado foi gerado 11 DVDs contendo o catálogo e também a documentação na íntegra. Esse esforço contou com a parceria do NDIHR, do Arquivo Público de Mato Grosso, da Cúria Metropolitana de Cuiabá, Secretaria de Estado de Cultura, das Editoras da UFMT e Entrelinhas Editora e Fundação de Amparo à Pesquisa de Mato Grosso (Fapemat). Para a finalização desse importante trabalho esteve à frente as historiadoras Maria Adenir Peraro, Elizabeth Madureira Siqueira, Sibele de Moraes e Quelce dos Santos Yamashita.

ARQUIVO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (BRASIL):

Identificação:

Data-limite -1756 - 1956

Suporte – Microfilme - Disponível

Natureza do Conjunto: Fundo – DNPM – 12º Distrito Regional (MT)

Procedência dos Documentos: 12º Distrito Regional do DNPM (MT).

Instrumentos de Pesquisa: Catálogo de Documentos sobre a Concessão de Lavras de Minérios em Mato Grosso (1969-1986), organizado por Nileide Souza Dourado. Cuiabá: EdUFMT, 2009.



Figura 10

COLEÇÃO DE PERIÓDICOS

Identificação:

Data-limite -1847 - 1985

Suporte – Microfilme - Disponível

Natureza do Conjunto: Coleção - Periódicos.

Procedência dos Documentos: Acervos públicos, privado e pessoal.

Instrumentos de Pesquisa: Catálogo de Jornais, Revistas e Boletins de Mato Grosso (1847-1985), organizado por Eliane Maria Oliveira Morgado. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

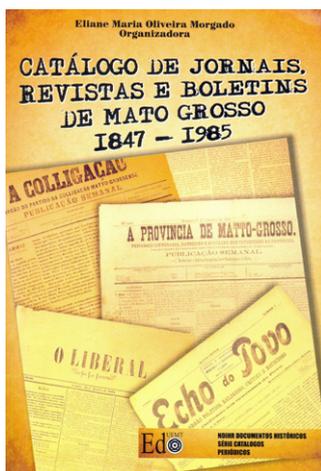


Figura 11

Identificação:

Data-limite -2009

Suporte – Eletrônico - Disponível

Natureza do Conjunto: Coleção – Artigos e outros.

Procedência dos Documentos: Autores diversos.

Revista Eletrônica Documento Monumento – NDIHR (ISSN 2176.5804)

Editores: Nileide Souza Dourado; Paulo Silva Ribeiro e Elizabeth Madureira Siqueira.

Periódico: www.ufmt.br/ndihr/revista



Figura 12

Identificação:

Data-limite -1835 - 1965

Suporte – Microfilme - Disponível

Natureza do Conjunto: Coleção - Periódicos.

Procedência dos Documentos: Assembléia Legislativa de Mato Grosso.

Instrumentos de Pesquisa: Relatórios dos Presidentes da Província e Governadores do Estado de Mato Grosso(1835-1965), organizado por Eliane Maria Oliveira Morgado e Sibeles de Moraes. Cuiabá: EdUFMT, 1997

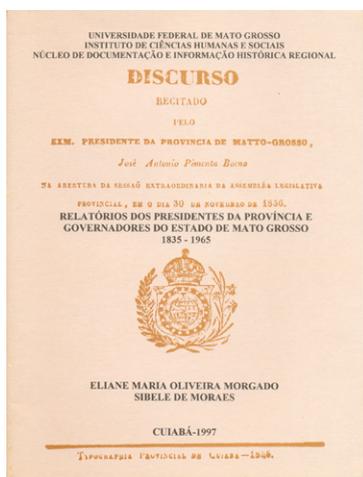


Figura 13

Identificação:

Data-limite -1727 - 1746

Suporte – Microfilme - Disponível

Natureza do Conjunto: Coleção - Correspondências.

Procedência dos Documentos: Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá (1719 - (1830) Cuiabá: Entrelinhas, 2007.

Instrumentos de Pesquisa: Catálogo Seletivo sobre O Cotidiano das Mortalidades nas Minas de Cuiabá (1719-1730), elaborado Pela Acadêmica - Sandra Ciekalski (Cuiabá/2009). Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação em História/UFMT.

Sob a Orientação da Profa. Dra. Maria Adenir Peraro e a Co-orientação da Técnica.

Historiadora, MS. Nildeide Souza Dourado.



Figura 14

Identificação:

Data-limite – 1954-1964

Suporte – Microfilme – Disponível

Natureza do Conjunto: Coleção – periódicos.

Procedência dos Documentos: Jornal Terra Livre - publicado em São Paulo nos anos 1954 à 1964.

Instrumentos de Pesquisa: Catálogo Seletivo Relações de trabalho e trabalho

Escravo no campo (Cuiabá/2007), elaborado pela Acadêmica Priscila Silva Vera

Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação em História/UFMT.

Sob a Orientação do Prof.Dr.Vitale Joanoni Neto e a Co-orientação da Técnica, Historiadora Eliane Maria Oliveira Morgado.

OUTROS CAMPOS DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA
MATO-GROSSENSE

Além dos acervos documentais em suporte papel, microfilme e virtual, o NDIHR desde os seus primórdios investiu na preservação da memória oral e fotográfica seja entrevistando artesãos regionais, cantadores, professores, políticos e comerciantes, trabalho que redundou numa série de fitas gravadas (magnéticas) que devem ser transportadas para o suporte digital. As fotografias, em grande quantidade e acumuladas desde a década de 1980, são relativas ao cenário urbano de Cuiabá, à flora regional e a temáticas diversas. As mesmas estão em processo de descrição.

PALAVRAS FINAIS

Assim, ao completar 36 anos de existência, o NDIHR definitivamente, se transforma num Núcleo de pesquisas que não só coleciona, instrumentaliza e preserva acervos públicos e privados, mas também veicula conhecimentos através de suas publicações, atendendo prioritariamente ao público pesquisador e oferecendo-lhe dignas condições de pesquisa, seja através do acesso *in loco* à base de dados, em suporte de microfimes, microfichas, como também, em futuro próximo, poderá ele receber na íntegra, documentos digitalizados.

Na atualidade, encontra-se, também disponível, o ingresso às informações sobre os acervos e serviços do NDIHR, seja através página eletrônica (www.ufmt.br/ndihr) ou através da *Revista Eletrônica Documento Monumento* (www.ufmt.br/ndihr/revista) - periódico eletrônico idealizado como um periódico científico *on-line*, destinado à divulgação de textos documentais e resultados de pesquisa, organizados e produzidos por professores, alunos, técnicos da área das Humanidades e áreas afins.

Finalizo esse breve texto sobre o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) da UFMT - Patrimônio Cultural da Memória Histórica de Mato Grosso - com as sábias palavras de Michel de Certeau em seu clássico livro *A Escrita da História* (2000, p. 81), ao tratar sobre as fontes, pondera: “o estabelecimento das fontes solicita um gesto fundador representado sobre a combinação de um lugar, de um aparelho e de técnicas” e sublinha, ainda que:

Em história, tudo começa com o gesto de “separar”, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. Essa nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples

fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. Este gesto consiste em “isolar” um corpo, como se faz em física, e em “desfigurar” as coisas constituí-las como peças que preenchem lacunas de um conjunto, proposto a *priori*. Ela forma a “coleção” [...] ele as exila da prática para as estabelecer como objetos “abstratos” de um saber. Longe de aceitar os “dados”, ele os constitui [...].

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Edivaldo de (Org.). *Inventário Analítico do Arquivo da Delegacia da Fazenda em Mato Grosso*. Brasília-DF: Ministério da Fazenda, 1986.
- _____. *Alfândega de Corumbá – Inventário dos Fundos: Tesouraria da Fazenda Nacional e Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em Mato Grosso*. Brasília-DF: Ministério da Fazenda, 1998.
- _____. *Índice Analítico os artigos estampados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (1919 a 1984)*. Cuiabá, UFMT/NDIHR, 1992.
- ASSIS, Edivaldo de; NOGUEIRA, Margarida M. de A. (Orgs.). *Inventário Analítico – Correspondência do 2º Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso*. Cuiabá: Imprensa Universitária, 1991.
- BELLOTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- CANAVARROS, Otávio; DOURADO, Nileide Souza; MORGADO, Eliane Maria Oliveira; MACEDO, Vera Lúcia Duarte (Orgs.). *Coletânea de Documentos Raros: Notariado e Legislação de Mato Grosso no Período Colonial (1728-1744)* Cuiabá: Entrelinhas; EdUFMT, 2007.
- CATÁLOGO DE VERBETES DOS DOCUMENTOS MANUSCRITOS AVULSOS DA CAPITANIA DE MATO GROSSO existentes no Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa: Fontes Primárias para a História da Capitania de Mato Grosso – Campo Grande: CMAAEF, 1999, p.527
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 2.ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- CIEKALSKI, Sandra (Org.). *Catálogo seletivo sobre o cotidiano das mortalidades nas Minas de Cuiabá (1719-1730)*. Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação em História/UFMT. Sob a Orientação da Profa. Dra. Maria Adenir Peraro e a Co-orientação da Técnica, Historiadora, MS. Nileide Souza Dourado. Cuiabá: 2009.
- CRUZ, Walter Monte. *Catálogo Bibliográfico Mato-grossense*. Cuiabá: UFMT/NDIHR, 1980.
- DOURADO, Nileide Souza (Org.). *Catálogo de Documentos sobre a concessão de lavras de minérios em Mato Grosso (1969-1986)*. Cuiabá: EdUFMT, 2009.
- DUQUE, Jussara Granjeiro; CRUZ, Walter Monte. *Bibliografia Mato-grossense existente na Biblioteca do NDIHR*. Cuiabá: UFMT/NDIHR, 1987 (Boletim Informativo, 1).

- LE Goff, Jaques. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 1992.
- MORGADO, Eliane Maria Oliveira (Org.). *Catálogo de Jornais, Revistas e Boletins de Mato Grosso (1847-1985)*. Cuiabá: EdUFMT, 2011.
- MORGADO, Eliane Maria Oliveira; MORAES, Sibele de (Orgs.). *Relatórios Dos Presidentes da Província e Governadores do Estado de Mato Grosso (1835-1965)*. Cuiabá: EdUFMT, 1997.
- MORGADO, Eliane Maria Oliveira; DOURADO, Nileide Souza; CANAVARROS, Otávio; MACEDO, Vera Lúcia Duarte (Orgs.). *Coletânea de Documentos Raros do Período Colonial (1727-1746)*. V. 1, 2, 3,4 e 5. Cuiabá: Entrelinhas; EdUFMT, 2007.
- NDIHR/UFMT. *Relação das povoações do Cuyaba e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos*. Cuiabá: Secretaria de Educação e Cultura, 1975. (Coleção Ouro e Mel).
- NOBRADE - *Norma Brasileira de Descrição arquivísticas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
- PAIVA, Ana Mesquita Martins de; SOUZA, Maria Cecília Guerreiro de; GEREMIAS, Nyl-Iza Valadão Freitas. *Antonio Rolim de Moura – Correspondências*. Universidade Federal de Mato Grosso/Núcleo de Documentação e Informação e Histórica Regional. Vol.1, 2,3 e 4. Cuiabá: Imprensa Universitária, 1983.
- PERARO, Maria Adenir (Coord.). *O Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá (Edição digital do acervo eclesiástico 1756-1956)*. Cuiabá, EdUFMT; Entrelinhas Editora, 2011.
- PERARO, Maria Adenir; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; MORAES, Sibele de (Orgs.). *Memória da Igreja em Mato Grosso: Catálogo de Documentos Históricos*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.
- REVISTA ELETRÔNICA DOCUMENTO MONUMENTO (www.ufmt.br/ndihr/revista). www.ufmt.br/ndihr
- SILVA, Ana Paula Alves (Org.). *Catálogo seletivo sobre gêneros alimentícios exportados e importados na província de Mato Grosso (1870 - 1889)*. Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação em História. Sob a Orientação do Prof. Dr. Otávio Canavarros e a Co-orientação do Técnico, Historiador, Luís Álvaro Dias. Cuiabá: 2009.
- SOUZA, Maria Cecília Guerreiro de. *Inventário de Documentos Históricos sobre o Centro-Oeste*. V. I, II, III e IV. Cuiabá: Imprensa Universitária. [s.d].
- UMBELINO, Pollyanna Felisberto (Org.). *Catálogo seletivo sobre povoamento e infra-instrutora nas Minas de Cuiabá no Período Colonial (1727-1746)*. Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação em História, sob a Orientação do Prof.Dr. Otávio Canavarros e a Co-orientação da Técnica, Historiadora, MS. Nileide Souza Dourado. Cuiabá: 2008.
- VERA, Priscila Silva (Org.) *Catálogo seletivo relações de trabalho e trabalho escravo no campo*. Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação em História/UFMT. Sob a Orientação do Prof.Dr. Vitale Joanoni Neto e a Co-orientação da Técnica, Historiadora, Eliane Maria Oliveira Morgado. Cuiabá: 2007

MUSEU DE PRÉ HISTÓRIA CASA DOM AQUINO

THE MUSEUM OF PREHISTORY HOUSE DOM AQUINO

Suzana Schisuco Hirooka¹

RESUMO: O Museu de Pré-História Casa Dom Aquino representa um espaço destinado a salvaguarda, pesquisa e divulgação da paleontologia e arqueologia do estado de Mato Grosso. A sua exposição permanente organiza a evolução da vida através dos fósseis e materiais arqueológicos. Uma agenda anual busca a interação com a população, através de cinco eventos. O espaço físico do museu é um patrimônio histórico do estado de Mato Grosso, construída em 1842 e local de nascimento de Joaquim Murtinho e Dom Francisco de Aquino Corrêa.

Palavras-chave: Museu. Pré-história. Mato Grosso. Casa Dom Aquino.

ABSTRACT: The Museum of Prehistory House Dom Aquino represents a space for the preservation, research and dissemination of paleontology and archeology of the state of Mato Grosso. Its permanent exhibition organizes the evolution of life through the fossil and archaeological materials. An annual agenda seeks to interact with the population, through five events. The physical space of the museum is a heritage of the state of Mato Grosso, built in 1842 and birthplace of Dom Joaquim Murtinho and Francisco Correa de Aquino.

Keywords: Museum. Prehistory. Mato Grosso. Sun Aquino House.

¹ Geóloga pela Universidade Federal de Mato Grosso. Pós Graduada em Arqueologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Especialista em Paleontologia de Vertebrados Quaternários. Tem experiência em Espeleologia, levantamento e mapeamento de cavernas. Professora Universitária. Coordenação do Museu de Pré-história Casa Dom Aquino a qual é Diretora e Curadora. archaeo.suzana@terra.com.br

O estado de Mato Grosso tem despontado nacionalmente como promissor e de rápido desenvolvimento. O crescimento em museus e centro de ciências não acompanha essa realidade, sendo poucos os locais com acervos que representem a Pré-história de modo contextual, com materiais arqueológicos, paleontológicos e geológicos reunidos num conjunto que demonstre a evolução da vida. A sociedade mato-grossense que busca o conhecimento depara com a falta de locais que propiciem a Educação Patrimonial e que possam oferecer ao público estudantil uma complementação e inovação no ensino da pré-história.

Neste sentido, o Museu de Pré-História Casa Dom Aquino, fundado em 7 de dezembro de 2006, vem preenchendo essa laguna, resguardando milhares de peças arqueológicas, paleontológicas e geológica. O acervo em questão representa vários períodos do passado, desde as primeiras Eras geológicas do planeta até os períodos mais recentes. O material possibilita uma visibilidade do passado, com fósseis de diversas formas de vida, representando a evolução da vida animal e vegetal ao longo do tempo, até os artefatos das primeiras comunidades humanas que habitaram o Estado.

O Instituto Ecossem vem gerenciando o Museu desde 1999, através de contrato com a Secretaria de Estado de Cultura, sendo que somente no ano de 2009 foi realizado um contrato de gestão que incluiu repasses financeiros para gerenciamento da instituição. Este aporte financeiro, de R\$ 150.000 ao ano e com uma contrapartida de R\$ 100.000, tem estampado uma nova realidade que facilitou e melhorou as finanças do Museu, mas longe de ser ideal.

As ações no Museu de Pré-História Casa Dom Aquino possuem uma agenda anual que ocorre a cerca de cinco anos, com cinco eventos que já se tornaram tradição na agenda escolar da capital, sendo eles: Encontro Indígena, em abril, Semana Nacional de Museus, em maio, Dia Mundial do Meio Ambiente, em junho, Primavera nos Museus, em setembro e Aniversário do Museu, em dezembro. Uma exposição permanente está a disposição do visitante o ano inteiro.

A partir dessa experiência, pretende-se melhorar as condições do Museu através de ambientes propícios para a guarda e exposição de materiais arqueológicos e paleontológicos. As exposições ocorrem de modo simples, com cenários artesanais e vitrines de vidro que foram do antigo Museu de História Natural que, por muito tempo, funcionou no Palácio da Instrução.

Oferecer melhores condições ao Museu significa preservar o passado mais remoto – a Pré-História -, visto que suas peças representam a ancestralidade do Estado. Essas peças documentais foram recolhidas

pelas pesquisas realizadas pela equipe do Instituto Ecoss, que tem condições de oferecer, com precisão, todas as informações inerentes a cada uma das peças ali depositada. Isso imputa uma importância maior ao acervo, pois ele possui dados e informações necessários para a compreensão das diversas indagações do público.

A exposição oferece uma viagem no tempo através de peças apenas de Mato Grosso. Partindo das Eras mais remotas do planeta, que vão desde as primeiras formas de vida – estromatólitos – e sua evolução para formas mais complexas, representadas pelos fósseis Paleozóicos de Chapada dos Guimarães. Na continuidade dessa exposição, a Era Mesozóica está representada pelos fósseis de *Mesosaurus brasiliensis*, de Barra do Garça. O Cenozóico, a última Era, se faz representar pela Megafauna do Pleistoceno, resgatada da Gruta do Curupira, Rosário Oeste. Para finalizar a exposição, apresenta três coleções arqueológicas de Mato Grosso, sendo: 1- caçadores coletores, 2- ceramistas e 3 – histórica. Estes temas representam a trajetória do homem pelo estado de Mato Grosso, desde os períodos mais remotos até o contexto dos artefatos históricos, este último através de peças resgatadas no próprio espaço da Casa Dom Aquino e que já fazem a inserção do espaço do Museu no contexto da exposição.



Foto 1: Replicia do Dinossauro (*Pycnenomosaurus nevesi*) descoberto em Chapada dos Guimarães/MT
(Suzana Hirooka, 2012)



Foto 2: Museu de Pré-história Casa Dom Aquino, tombada como patrimônio histórico de Mato Grosso (Suzana Hirooka, 2012)



Foto 3: Fachada de entrada do Museu na avenida Beira Rio (Suzana Hirooka, 2012)

HISTÓRICO DO ACERVO

O acervo histórico está dividido em três áreas: arqueologia, paleontologia e geologia, somando mais de 100.000 peças. Estas se compõem de fósseis, rochas, minerais, artefatos líticos, cerâmicas, louças, vidros e instrumentos de ferro. O acervo é resultado de projetos de pesquisa realizados em Mato Grosso, cujo objeto de estudo é o próprio acervo. Além dessas, outras peças se originam de doações de achados fortuitos encontrados pela população, consciente do dever de preservar a pré-história do Estado. O primeiro projeto desenvolvido foi *Fósseis Pleistocenicos da Gruta do Curupira*, financiado pelo CNPq e executado pela pesquisadora Suzana Hirooka, durante o período de 1988 a 1992. Esse acervo consta de mais de 2.510 peças fósseis da fauna Pleistocena, coletada na Gruta do Curupira, Rosário Oeste, Mato Grosso. Algumas delas representam animais extintos, como a preguiça gigante (*Eremotherium laurillardii*), e o Tatu Gigante (*Pampatherium humboldti*), que viveram há mais de 10.000 anos atrás. Outro projeto desenvolvido no ano de 1992 e financiado pelo Ministério do Meio Ambiente, através do Fundo Nacional do Meio Ambiente, foi *Zoneamento Espeleológico Paleontológico e Arqueológico*, onde foram analisadas e catalogadas 250 peças arqueológicas e 300 fósseis, além da localização de cinquenta (50) cavernas e o mapeamento de vinte e três (23) grutas. Mais, tarde no ano de 1995 o CAPES, através de bolsa de mestrado, financiou o *Projeto Sítios Arqueológicos e a Paisagem*, realizando pesquisa com o acervo coletado no *Projeto Zoneamento Espeleológico Paleontológico e Arqueológico* e resgatando mais 250 peças arqueológicas. No ano 2000, através do *Projeto Paleoambiente*, financiado pela FAPEMAT (Fundação de Amparo à Pesquisa de Mato Grosso) e realizado pelo Instituto ECOSS, em parceria com IRD e UnB, procedeu-se a um estudo sobre o clima no passado, com espeleotemas e sedimentos cavernícolas, os quais, também se encontram no acervo. No ano 2002, a ECOSS, em parceria com UNIVAG, realizou o *Projeto Sítio Escola*, ocasião em que 233 alunos universitários, ao longo de dois anos, realizaram a primeira escavação arqueológica urbana de Cuiabá na Casa Dom Aquino. Esse projeto resultou em 6.200 fragmentos arqueológicos do século XIX que remetem aos antigos moradores Joaquim Murtinho e Dom Aquino. Novamente a FAPEMAT, no ano de 2005, financiou o *Projeto Localização de Engenhos do Século XVIII E XIX na Região de Cuiabá e Chapada Dos Guimarães*, quando foram localizados e mapeados 15 sítios arqueológicos históricos relacionados com os engenhos de cana de açúcar. Desses sítios, 530 artefatos arqueológicos históricos foram resgatados.

A FAPEMAT ainda foi financiadora de mais um importante trabalho realizado pelo Instituto Ecos, o *Projeto Dinossauros*, que localizou e coletou fósseis de Dinossauros em Chapada dos Guimarães. Estes fósseis foram identificados e resultaram na réplica de seis metros que se encontra exposta no Museu, constituindo em grande atração.

Além do histórico acadêmico e de pesquisa pura, o acervo, ainda é composto de peças oriundas de áreas de impacto ambiental. O material em questão é objeto de salvamento arqueológico, realizado em sítios arqueológicos de vários municípios de Mato Grosso e que hoje deixaram de existir para dar espaço a grandes obras de engenharia. Os projetos foram devidamente autorizados pelo IPHAN e representam algumas das culturas que viveram em Mato Grosso.

Outras 500 peças são fósseis de diversos períodos geológicos e locais do estado de Mato Grosso, destacando-se icnofósseis de *Arthropycus sp*, paleozóicos de Jucimeira, fósseis devonianos de Chapada dos Guimarães e dinossauros mesozóicos (*Mesosaurus brasiliensis*), de Barra do Garça. Os icnofósseis representam as primeiras formas de vida do planeta, são pistas e rastros de animais invertebrados de corpo mole que escavavam túneis no fundo de um mar há cerca de 400 milhões de anos. Já a fauna devoniana, mais evoluída que a anterior, consta de uma grande diversidade de animais invertebrados, com carapaça, trilobita, várias espécies de braquiópodes, moluscos e outros. Estes fósseis delinham a reconstrução do paleoambiente da Chapada dos Guimarães como um ambiente marinho.

HISTÓRICO DA CASA DOM AQUINO

A capital mato-grossense possui uma história que inicia com a fundação da Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá, em 1719, localizada às margens do córrego da Prainha, local historicamente conhecido como Lavras do Sutil, que pela grande quantidade de ouro incentivou a fundação da vila no local. É nas proximidades do córrego da Prainha que está situado o centro histórico de Cuiabá, nas ruas de Cima, do Meio e de Baixo. O nosso objeto de atenção - Casa Dom Aquino – foi construída em 1842. Essa construção do século XIX é conhecida como a **Casa Predestinada**, pois nela nasceram duas figuras ilustres da história mato-grossense - **Joaquim Murtinho** e **Dom Francisco de Aquino Corrêa**.

Joaquim Murtinho nasceu em 1845 na Chácara Bela Vista, hoje conhecida como Casa Dom Aquino. Com aproximadamente 20 anos, passou a residir no Rio Janeiro, onde estudou engenharia e medicina. Ao regressar ao Mato Grosso deu início a uma promissora carreira

política, tendo sido eleito Senador por três mandatos e escolhido como Ministro da Fazenda no governo de Campos Sales. Joaquim Murtinho tinha participação em uma das maiores empresas de Mato Grosso - a Companhia Mate-Laranjeira - que na época possuía uma renda seis vezes maior que a do Estado.

A aquisição da casa pelos pais de Dom Aquino ocorreu antes de seu nascimento, no ano de 1885. Francisco de Aquino Corrêa despontava sua genialidade desde a sua juventude, tornando-se o bispo mais novo de mundo. Por seus méritos literários, ingressou na Academia Mato-Grossense de Letras e na Academia Brasileira de Letras. Os seus discursos e poesias são permeados de realidade e sinceridade que trazem o passado aos olhos do arqueólogo. Além dessas qualidades, Dom Aquino, ainda foi aclamado pelo povo para assumir, como candidato de conciliação, a presidência do estado de Mato Grosso, no ano de 1917.

A casa possui um estilo colonial, na forma de U, com a frente voltada para o rio Cuiabá que se encontra a alguns metros da residência. Nesse espaço estão edificadas 12 peças, numa área de, aproximadamente, 250m². A construção é feita em adobe e terra socada, com alicerce em tijolinho maciço. As janelas e portas são de madeira acompanhando o padrão da época. O piso no interior é de cerâmica na forma quadrada e o entorno da casa possui calçamento em pedra cristal (quartzo leitoso). Ambos os pisos são descritos na historiografia e evidenciados nas escavações arqueológicas realizadas nos anos 2001 e 2002. O terreno da Casa conta com aproximadamente 9.000 m². Nesta área estão plantadas 31 espécies arbóreas pertencentes a 20 famílias botânicas, compondo a área verde.

Nos anos 50 e 60 do século XX, a casa foi transformada em uma fábrica de sabão e sofreu algumas alterações, como encanamento de água e caixa d'água externa, banheiros, calçamento e construção de um barracão em suas proximidades. Na década de 70 e 80, a área foi transformada num clube da Associação Atlética Banco do Brasil (AABB). Neste momento ocorreram novas alterações, como construção de piscinas e quadras de esporte. No final dos anos 80 e no decorrer do ano 90, a casa fora invadida por “sem tetos” e esteve ocupada por mais de uma década. Os invasores não alteraram significativamente a casa, mas alteraram a vegetação de entorno, com o plantio de várias plantas frutíferas, medicinais e exóticas.

No ano de 1997, a área foi desapropriada e as famílias transferidas para casas cedidas pelo Governo do Estado. Neste momento, a casa foi restaurada pela Secretaria de Estado de Cultura e cedida

através de convênio para o Instituto ECOSS – Instituto Ecossistemas e Populações Tradicionais para realizar a salvaguarda do material paleontológico e arqueológico. Essa instituição vem mantendo suas atividades no local há 12 anos.

NOMINATA DOS SÓCIOS DO INSTITUTO

(ATUALIZADA EM JUNHO/2012)

NOMINATA OF MEMBERS IHGMT
(UPDATED IN JUNE 2012)

SÓCIOS FUNDADORES

Nº	Nome do Sócio	Admissão
1-	Antônio Fernandes de Souza	01/01/1919
2-	Carlos Gomes Borralho	01/01/1919
3-	Emílio Amarante Peixoto de Azevedo	01/01/1919
4-	Estevão de Mendonça	01/01/1919
5-	Francisco de Aquino Corrêa	01/01/1919
6-	João Cunha	01/01/1919
7-	Joaquim Pereira Ferreira Mendes	01/01/1919
8-	José Barnabé de Mesquita	01/01/1919
9-	Luiz da Costa Ribeiro	01/01/1919
10-	Ovídio de Paula Corrêa	01/01/1919
11-	Philogônio de Paula Corrêa	01/01/1919
12-	Virgílio Alves Corrêa Filho	01/01/1919

SÓCIOS EFETIVOS FALECIDOS

Nome do Sócio	Admissão
Antônio Fernandes Trigo de Loureiro	01/01/1919
Antônio Modesto de Mello	01/01/1919
Estevão Alves Corrêa	01/01/1919
Firmo José Rodrigues	01/01/1919
João Barbosa de Faria	01/01/1919
João Pedro Gardés	01/01/1919
José Torquato da Silva	01/01/1919
Manoel Gomes de Oliveira	01/01/1919
Miguel Carmo de Oliveira Mello	01/01/1919
Octávio Pitaluga	01/01/1919
Terêncio Gomes Ferreira Velloso	03/04/1921
Cesário Corrêa da Silva Prado	04/09/1921
Alcindo de Camargo	08/11/1925
Nilo Póvoas	08/01/1928
Allyrio de Figueiredo	08/01/1928
Antonio Cesário de Figueiredo Neto	08/01/1928

DOSSIÊ PATRIMÔNIO

Edmundo de Macedo Ludolf	08/01/1928
Feliciano Galdino de Barros	08/01/1928
Franklin Cassiano de Silva	08/01/1928
Isác Póvoas	08/01/1928
João Carlos Pereira Leite	08/01/1928
Mariano Augusto de Figueiredo	08/01/1928
Themístocles Paes de Souza Brasil	08/01/1928
Rubens de Carvalho	08/01/1928
Oscarino Ramos	14/01/1930
Palmyro Pimenta	14/01/1930
Euphrásio Cunha	30/04/1935
José Vaz Curvo	30/04/1935
Eudoro Corrêa de Arruda e Sá	08/06/1940
Jonas Corrêa	08/06/1940
Rubens de Mendonça	17/10/1941
Eulálio Alves Guerra	13/05/1942
Sérgio Pereira Borges	13/05/1942
Ulisses Cuiabano	16/03/1944
José Jaime Corrêa de Vasconcellos	26/09/1945
Gervásio Leite	15/08/1944
João Luiz Pereira Neto	24/08/1944
Luis-Philippe Pereira Leite	08/06/1946
Francisco Alexandre Ferreira Mendes	26/09/1945
Lenine de Campos Póvoas	07/03/1950
Rosário Congro	07/03/1950
Benedito Francisco de Mello	26/08/1952
Wanir Delfino César	30/08/1954
João Batista Duroure	25/04/1956
Antônio de Arruda	04/06/1956
Luís Felipe Sabóia Ribeiro	14/12/1957
Augusto Mário Vieira	14/12/1957
Gastão de Mattos Muller	14/12/1957
Domingos Sávio Brandão Lima	25/10/1969
Plínio Pitaluga	25/09/1971
Demóstenes Martins	17/01/1973
Ciro Furtado Sodré	05/09/1974
João Moreira de Barros	19/06/1976
Archimedes Pereira Lima	19/06/1976
Virgílio Alves Corrêa Neto	19/06/1976
Pedro Cometti	19/06/1976

Raimundo Pombo Moreira da Cruz	19/06/1976
Benjamin Duarte Monteiro	19/06/1976
Ubaldo Monteiro da Silva	19/06/1976
Orlando Chaves	31/07/1976
Emanuel Ribeiro Daubian	31/07/1976
Octayde Jorge da Silva	22/01/1977
Maria Benedita Deschamps Rodrigues	04/06/1977
Rômulo Vandoni	10/06/1978
Amidicis Diogo Tocantins	10/06/1978
Valdon Varjão	10/06/1978
Athayde Monteiro da Silva	23/04/1983
Sebastião de Oliveira	05/11/1983
Corsíndio Monteiro da Silva	02/02/1985
João Alberto Novis Gomes Monteiro	27/07/1991
Lídio Modesto	25/07/1992
José Eduardo do Espírito Santo	01/02/1997
Gabriel de Mattos Müller	21/06/2004
Domingos Iglésias Valério	06/10/1999
Ramis Bucair	05/09/1974
Natalino Ferreira Mendes	04/06/1977
Clóvis de Mello	23/04/1983

SÓCIOS EFETIVOS ATUAIS E PATRONOS

Nº	Nome do Sócio	Admissão	Patronos
1	Pedro Rocha Jucá	25/08/1973	Rubens de Mendonça
2	Vera Iolanda Randazzo	19/06/1976	Maria do Carmo de Mello Rego
3	Benedito Pedro Dorileo	19/06/1976	Manoel Rodrigues Ferreira
4	Paulo Pitaluga Costa e Silva	24/09/1977	José Barbosa de Sá
5	Benedito Pereira do Nascimento	10/06/1978	Mário Corrêa da Costa
6	Sebastião Carlos Gomes de Carvalho	18/07/1981	José Vieira Couto de Magalhães
7	José de Moura e Silva	18/07/1981	Antonio Rodrigues
8	João Antonio Neto	15/09/1984	José Antonio Pimenta Bueno
9	Adauto Dias de Alencar	26/10/1985	Ricardo Franco de Almeida Serra
10	Elizabeth Madureira de Siqueira	30/05/1987	Sérgio Buarque de Holanda
11	Afrânio Estêvão Corrêa	29/08/1987	José Estêvão Corrêa
12	Nilza de Queiroz Freire	25/11/1989	Maria Dimpina Lobo Duarte
13	Avelino Tavares	25/11/1989	Júlio Strübing Müller

DOSSIÊ PATRIMÔNIO

14	Weller Marcos	26/01/1991	Juscelino Kubitschek de Oliveira
15	Moacyr Freitas	29/08/1992	Raimundo Pombo Moreira da Cruz
16	João Carlos Vicente Ferreira	14/09/1996	Arne Sucksdorff
17	Lourenbergue Alves	01/02/1997	Arnaldo Estevão de Figueiredo
18	Aníbal Alencastro	01/02/1997	Hercules Florence
19	Benedito Pinheiro de Campos	01/02/1997	Carmino de Campos
20	Suíse Monteiro León Bordest	01/02/1997	Luís da Costa Ribeiro
21	Gabriel Francisco de Mattos	02/08/1997	Manoel Cavalcanti Proença
22	Aecim Tocantins	05/11/1997	Amidicis Diogo Tocantins
23	Francisco Freire da Silva	06/05/1998	Antonio Fernandes de Souza
24	Sônia Regina Romancini	06/12/2000	Benedito Santana da Silva Freire
25	Maria Clara Migliaccio	07/11/2000	Kaimiré Xarai
26	Tereza Cristina Cardoso de Souza-Higa	07/11/2001	Luis-Philippe Pereira Leite
27	Isis Catarina Martins Brandão	07/10/2002	Clóvis Pitaluga de Moura
28	Joel Wanner Leão	09/10/2002	Vicente Leão
29	Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da Costa	17/09/2003	Desidério Aytai
30	Onofre Ribeiro da Silva	21/06/2004	Archimedes Pereira Lima
31	Onélia Carmem Rossetto	06/10/2004	Maria Benedita Deschamps Rodrigues (Dunga Rodrigues)
32	João Antônio Botelho Lucídio	Mai 2008	Virgílio Alves Corrêa Filho
33	Osmar de Carvalho	27/11/2009	João Pedro Ferreira Fortes
34	Ivan Echeverria	27/11/2009	Lenine de Campos Póvoas
35	Nileide Souza Dourado	23/09/2011	Antônio Rolim de Moura
36	Suzana Schisuco Hirooka	23/09/2011	Iassutaro Matsubara
37	Vinicius de Carvalho Araújo	23/09/2011	José Manuel Fontanillas Fragelli
38	Fernando Tadeu de Miranda Borges	15/06/2012	Octayde Jorge da Silva
39	Miramym Macedo	21/06/2012	Aziz Ab'Saber
40	Alex de Matos	21/06/2012	João Pedro Gardez
41	Neurozito Figueiredo Barbosa	21/06/2012	Nazi Bucair

SÓCIOS CORRESPONDENTES ATUAIS

Nome do Sócio	Admissão
1- Francisco Leal de Queiróz	29/03/1965
2 - Josefina Paes de Barros Lima	25/10/1969
3- Carlos Meira Matos	20/09/1971
4- Wladimir Dias Pino	05/09/1974
5- Carlos Alberto Rosa	25/09/1976
6- Rômulo Vandoni	10/06/1978
7- Therezinha de Jesus Arruda	18/07/1981
8- Reginaldo Moreira de Miranda	28/11/1981
9- Lúcia Helena Gaeta Aleixo	18/11/1981
10- Carlos Francisco Moura	17/04/1982
11- Cláudio Moreira Bento	23/04/1983
12- Mauro José Pereira	23/04/1983
13- João Eloy de Souza Neves	09/07/1983
14- Martha Arruda	05/11/1983
15 José Afonso de Moraes Bueno Passos	05/11/1983
11- Jean Perié	15/09/1984
16- Ivan Pedrosa	01/06/1985
17- Luiza Rios Ricci Volpato	29/08/1987
18- Adilson César	27/08/1988
19 Jorge Alencastro de Oliveira Júnior	24/09/1988
20 Mário Portugal Fernandes Pinheiro	29/04/1989
21 Otávio Gonçalves Gomes	29/09/1990
22 Edivaldo de Assis	28/03/1992
23 Sebastião Frederico Teixeira	23/02/1991
24 Ulisses Antônio Calháo	31/08/1991
25 Ivo Carlos Compagnoni	25/01/1992
26 Antônio de Pádua Bertelli	25/07/1992
27 Valmir Batista Corrêa	25/04/1994
28 Maria de Lourdes Silva Ramos	24/09/1994
29 Gilberto Luiz Alves	28/05/1997
30 Acyr Vaz Guimarães	07/06/1997
31 Lélia Rita Euterpe de Figueiredo Ribeiro	04/11/1997
32 Zephyr Lake Frank	06/06/1998
33 Airton Reis Júnior	24/06/1998
34 Esther Caldas Bertoletti	08/02/1999
35 Arno Wehling	10/03/1999
36 Cybelle Moreira de Ipanema	10/03/1999

37	Victorino Coutinho Chermont de Miranda	10/03/1999
38	Roberto Machado Carvalho	24/03/1999
39	Pedro do Valle	06/10/2000
40	Inácio Guerreiro	06/10/2000
41	Mário Olímpio Clemente Ferreira	03/07/2002
42	Roberto Quevedo	25/02/2005
43	Washington Ashwell Silva	25/02/2005
44	Max Justo Guedes	24/02/2006
45	José Hidasí	11/09/2009

SÓCIOS CORRESPONDENTES FALECIDOS

Nome do Sócio	Admissão
Adalberto Acatanassu	30/08/1954
Adolfo Duck	04/09/1921
Adolfo Lutz	04/09/1921
Affonso Antônio de Freitas	28/03/1920
Alberto Betim Paes Leme	04/09/1921
Alberto Lima	26/06/1947
Alcides Lauridó de Sant'Anna	04/09/1921
Alcindo de Camargo	08/10/1925
Aldebaro Cavaleiro de Macedo Klautau	11/11/1961
Alencarliense Fernandes da Costa	04/09/1921
Alfredo Malan d'Angrogne	08/01/1928
Alípio Miranda Ribeiro	04/09/1921
Alyrio Hugueney de Mattos	24/08/1946
Ambrosio Daydée (Frei)	08/05/1929
Amílcar Armando Botelho de Magalhães	04/09/1921
André de Araújo	05/09/1955
Aníbal Benício de Toledo	01/01/1919
Antonio Azevedo	04/09/1921
Antonio Carlos Simoens da Silva	04/09/1921
Antônio Colbachini	20/01/1921
Antônio Corrêa da Costa	01/01/1919
Antonio Ferrari	01/01/1919
Antonio José Sampaio	04/09/1921
Antonio Malan (Bispo de Cuiabá)	01/01/1919
Antonio Pyrineus de Souza	04/09/1921

Antonio Souza Júnior	04/06/1956
Antonio Tenório d'Albuquerque	25/10/1969
Antonio Velho Sobrinho	07/03/1939
Antonio Wasik	16/10/1952
Armando Calazans	04/09/1921
Arthur César Ferreira Reis	30/08/1954
Athayde Monteiro da Silva	23/04/1983
Ático Vilas Boas Motta	10/06/1978
Caetano Manoel de Faria e Albuquerque	01/01/1919
Cândido Mariano da Silva Rondon	01/01/1919
Carl Carriez	04/09/1921
Carl Lindman	08/04/1919
Carlos Moreira	04/09/1921
Carlos Vandoni de Barros	05/10/1948
César Albisetti	15/08/1944
Daniel Serapião de Carvalho	07/03/1950
Demóstenes Martins	17/01/1973
Dilermando Gomes Monteiro	19/06/1976
Edgard Jacinto Silva	04/06/1977
Emmanuel Silvestre do Amarante	04/09/1921
Ernesto Cruz	05/09/1955
Eugênio de Carvalho	30/03/1991
Eurico de Figueiredo	07/03/1939
Eurico Gaspar Dutra	21/08/1935
Euzebio Paulo de Oliveira	04/09/1921
Ezequiel Fraga	19/10/1924
Fábio Lima	01/01/1919
Firmo Dutra	07/03/1939
Francisco do Amaral Militão	29/03/1965
Francisco Fernandes Sobral	25/10/1969
Francisco Jaguaribe Gomes de Matos	28/03/1920
Francisco Mariani Wanderley	01/01/1919
Frederico Carlos Howe	04/09/1921
Frederico de Barros Brotero	26/09/1945
Frederico Moritz	04/09/1921
Frederico Rondon	21/08/1935
Gabriel Pinto de Arruda	07/03/1939

DOSSIÊ PATRIMÔNIO

Gasparino Rodrigues Silva	26/08/1952
Gastão de Bitencourt	16/10/1952
Generoso Ponce Filho	16/03/1944
Guilherme Auler	16/03/1944
Henrique Baurepaire Aragão	04/09/1921
Herman von Ihering	04/09/1921
Hugo de Macarenhas	11/11/1961
Humberto Marcílio Reynaldo	26/06/1947
Humberto Vazques Machicorde	16/06/1947
Idalino Ferreira da Costa Brichado	11/11/1961
Iporan Nunes de Oliveira	29/07/1995
Jesus da Silva Brandão	27/07/1991
João Afonso Corte Real	26/06/1947
João Batista de Matos	04/06/1956
João Batista de Souza	04/06/1956
João Bem Dias de Moura Filho	29/07/1989
João de Almeida Barros	30/04/1935
João de Moraes de Mattos	01/01/1919
João Florentino Meira	04/09/1921
João Freire de Medeiros	28/11/1981
João Geraldo Kuhlmann	04/09/1921
Joaquim Augusto Tanajura	04/09/1921
Joaquim Francisco de Mattos Neto	31/08/1991
Joaquim Justino Alves Bastos	19/06/1976
Joaquim Pinto Rebello	04/09/1921
Joaquim Vicente Rondon	21/08/1935
José Afonso de Moraes Bueno Passos	05/11/1983
José Antonio Cajazeira	04/09/1921
José Antônio Lutzemberg	10/08/2005
José Bueno Oliveira de Azevedo Filho	13/05/1942
José Jaime Ferreira Vasconcelos	16/03/1944
José Lima de Figueiredo	26/06/1947
José Murilo Beuzem Ramalho	25/10/1969
José Ribeiro de Sá Carvalho	10/11/1942
Júlio Caetano Horta Barbosa	04/09/1921
Leopoldo Betiol	30/04/1935
Luís da Câmara Cascudo	08/04/1953

Luís de Castro Souza	05/01/1980
Luís Felipe Vieira Souto	07/04/1936
Manoel Cândido de Pinho	05/08/1923
Manoel Rabelo	04/09/1921
Manoel Rodrigues de Carvalho Lisboa	29/03/1965
Manoel Teixeira da Costa Pinheiro	04/09/1921
Manoel Tibúrcio Cavalcanti	04/09/1921
Manoel Xavier Paes Barreto	08/11/1925
Manuel Nunes Pereira	04/06/1956
Max Fleiuss	08/04/1919
Medeiros Neto	05/10/1948
Nicolao Bueno Horta Barbosa	04/09/1921
Nuto de Sant'Ana	17/05/1950
Octavio Felix Ferreira e Silva	04/09/1921
Odilon Nogueira de Matos	05/12/2001
Orozimbo Corrêa Neto	04/09/1921
Paulo Coelho Machado	29/10/1994
Pedro Cordolino F. de Azeredo	08/01/1928
Pedro da Costa Leite	08/06/1946
Pedro Ribeiro Dantas	04/09/1921
Plínio Pitaluga	20/09/1971
Prudente de Moraes e Barros Filho	03/04/1921
Raimundo Maranhão Ayres	26/06/1947
Ramiro de Noronha	04/09/1921
Raul Silveira de Mello	04/06/1956
Reginaldo Moreira de Miranda	28/11/1981
Renato Báez	05/09/1974
Renato Barbosa R. Pereira	04/09/1921
Rui Vieira da Cunha	11/11/1961
Salvador Moya	08/06/1940
Samuel Alves Corrêa	19/06/1976
Sebastião de Oliveira	09/07/1983
Thales Olímpio Goes de Azevedo	29/09/1979
Themistocles Paes de Souza Brazil	04/09/1921
Vicente de Paula da Costa Vasconcelos	04/09/1921
Waldir Jansen de Mello	28/03/1987

SÓCIOS HONORÁRIOS FALECIDOS

Nº	Nome do Sócio	Admissão
1-	Carlos Luís d'Amour	01/01/1919
1-	Conde de Afonso Celso	01/01/1919
1-	Alexandre Magno Addor	01/01/1919
2-	Benito Esteves	01/01/1919
3-	Benjamin Franklin Ramiz Galvão	01/01/1919
4-	Eurico de Góes	01/01/1919
5-	Henrique Florence	01/01/1919
6-	José Antonio de Souza Albuquerque	20/01/1921
10-	Cândido Mariano da Silva Rondon	04/09/1921
7-	Fenelon Müller	08/01/1928
8-	Júlio Strubing Müller	31/07/1935
9-	João Ponce de Arruda	31/07/1935
10-	Mário Corrêa da Costa	08/04/1936
11-	Eurico Gaspar Dutra	21/05/1960
12-	Humberto de Alencar Castelo Branco	29/03/1965
3-	José Manoel Fontanillas Fragelli	07/09/1971
13-	José Villanova Torres	07/09/1981
14-	Maria de Arruda Müller	25/04/1987

PRESIDENTES DE HONRA

Nº	Nome do Sócio	Admissão
1-	Carlos Luís d'Amour	01/01/1919
2-	Afonso Celso de Assis Figueiredo	01/01/1919
3-	Luis-Philippe Pereira Leite	21/06/1996
4-	Blairo Borges Maggi	25/06/2003
5-	Arno Wehling	06/04/2010
6-	Silval da Cunha Barboza	07/07/2010

SÓCIOS HONORÁRIOS ATUAIS

Nº	Nome do Sócio	Admissão
1-	Pedro Pedrossian	25/10/1969
2-	Gabriel Novis Neves	25/10/1969
4-	Frederico Carlos Soares de Campos	07/09/1981

SÓCIO BENEMÉRITO

Nº	Nome do Sócio	Admissão
1-	Antonino Mena Gonçalves	29/12/1932